

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**Vida de militante: um estudo sobre a
complexidade do movimento
ambientalista em Florianópolis**

Dissertação de mestrado

André Geraldo Soares

Dissertação de mestrado orientada pelo Prof.
Dr. Héctor Ricardo Leis apresentada como
exigência para a obtenção do título de Mestre
em Sociologia Política pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, fevereiro de 2003

**É triste ver meu homem, guerreiro menino,
Com a barra do seu tempo por sobre seus ombros**
Gonzaguinha

**Seja o que for
Não tenho medo
Dos uivos dos fantasmas de mim mesmo**
J. Bosco, A. Cícero e W. Salomão

É PRA VOCÊS

Meu pai, minha mãe e meu irmão

Sempre

Ana Júlia

Continuamente

Tantos amigos e tantas amigas

Constantemente

RECONHECIMENTO

Mestre Héctor

Muitíssimo obrigado pela confiança

Tereza, Alésio, Eloisa, João, Jeffrey, Queiroz, Mauro, Rafael, Diogo, Christian, Zé,

Orlando e Pedrão

Cresci através de vocês

Scheibe e Nélon

Grato pelo valoroso auxílio na indicação dos entrevistados

Karla e Helena

Pelo estímulo e pela força na revisão e na tradução

Professoras Wivian, Lígia e Lúcia

Suas contribuições se mostraram indispensáveis

Fátima e Albertina

O trabalho de vocês é muito bom

Professores/as do curso

Aprendi muito com vocês

Amigos/as mestrandos/as

Desculpem pelo que eu não consegui, entendam o que eu não tentei

SUMÁRIO

Apresentação	7
Resumo.....	8
Abstract	9
1 – Introdução: o problema da pesquisa.....	10
2 – Os novos descontentes: os movimentos sociais e o projeto sócio-transformador.....	14
2.1 – Que fazem os movimentos sociais?.....	14
2.2 – Os movimentos sociais e seu modo de ser	18
2.3 – Militantes e militantes	24
3 – O movimento ambientalista e o ser sócio-histórico	28
3.1 – Origem e diversidade histórico cultural.....	28
3.2 – O vasto dentro do stricto.....	33
3.3 – Os princípios do ambientalismo	38
3.4 – Em busca do fio condutor.....	47
3.4.1 – A interligação dinâmica do ambiente	47
3.4.2 – O buraco é mais embaixo.....	50
3.4.3 – O indivíduo como problema e como solução	53
4 – O militante ambientalista como indivíduo sócio-político	58
4.1 – Os aspectos do ser humano avulso	59
4.2 – Em busca de fundamentos sociológicos	64
4.2.1 – A importância do micro	64
4.2.2 – Norbert Elias: indivíduo indistinto da sociedade.....	67
4.2.3 – Agnes Heller e o militante como um humano-genérico	71
4.2.4 – a luta pelas aparências e o peso do rótulo: Erving Goffman	75
4.2.5 – os movimentos sociais como vida moral: o auxílio de Charles Taylor	81
4.3 – ambientalismo, indivíduo e sociedade.....	85
4.3.1 – Marcos Reigota e a vida dos ambientalistas	85
4.3.2 – a identidade ecológica descrita por Mitchel Tomashow.....	87
4.3.3 – as três ecologias e a revolução molecular de Felix Guattari.....	91
5 – Estudo de caso: os militantes ambientalistas de Florianópolis	94
5.1 – Notícia sobre o movimento ambientalista de florianópolis.....	94
5.2 – A seleção dos entrevistados.....	97

5.3 – Sobre a condução das entrevistas	100
5.4 – Os protagonistas	101
5.5 – O conteúdo das entrevistas	107
5.5.1 – Como vim parar aqui?.....	109
5.5.2 – Os ônus e os bônus da luta – uma primeira aproximação.....	112
5.5.3 – A composição de uma tipologia.....	118
5.5.4 – A agenda ambientalista.....	122
5.5.5 – Os princípios ambientalistas e suas conseqüências	126
5.5.6 – Ambientalistas e ambientalistas.....	135
5.5.7 – Controle da imagem e estigmatização	143
5.5.8 – Ânimo, desânimo e psicossomática	151
5.5.9 – Vivendo em dois mundos, ou os obstáculos da vivência.....	157
5.5.10 – As divergências entre os ambientalistas	161
5.5.11 – O ambientalismo no cenário dos movimentos sociais	164
5.5.12 – A interação interna.....	167
5.5.13 – Com licença – até logo.....	169
5.5.14 – Considerações finais	175
6 – Em direção à conclusão: o militante ambientalista sob o peso da complexidade	180
6.1 – A complexidade dos princípios ambientalistas e suas implicações.....	181
6.2 – O indivíduo militante e suas transformações em interação	185
6.3 – Os percalços da interação e suas implicações sobre o militante e o movimento ambientalista.....	188
Referências bibliográficas e eletrônicas	193

APRESENTAÇÃO

Este texto é a dissertação do curso de Mestrado em Sociologia Política do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina apresentada pelo aluno André Geraldo Soares. O curso foi iniciado em março de 2001 e este texto é seu último compromisso acadêmico, encerramento e ao mesmo tempo coroamento. O projeto apresentado para ingresso teve o título *Transformação social e auto-transformação do militante: os movimentos ecológicos de Florianópolis*, cujo tema foi refeito parcialmente no decorrer do processo de orientação de pesquisa.

A pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis, a cuja inestimável contribuição deve o sucesso que logrou obter. Em maio de 2002 foi defendido o projeto de qualificação com o título *Militantes ambientalistas de Florianópolis: implicações do conflito entre indivíduo e sociedade decorrentes de sua atividade política*, contando com a avaliação das professoras Lígia Luchmann e Wivian Weller, ambas do PPGSP. O projeto, bastante volumoso, foi escrito já se pensando em utilizar algumas de suas partes para esta dissertação, o que foi feito.

No texto, as «aspas laterais» são utilizadas somente nas citações de textos ou das entrevistas; as "aspas superiores" são utilizadas seja em expressões correntes ou coloquiais, seja para dar-lhes destaque ou caráter figurado.

Em alguns escritos anteriores, foram utilizados os recursos “/a” e “/as” em palavras do gênero masculino. Essa prática é trabalhosa e desfigura o texto, mas principalmente por encontrar pouquíssimos adeptos não foi adotada nessa dissertação. Peço desculpas às militantes entrevistadas e às autoras referidas, que foram tratadas com termos masculinos quando fazendo parte de um conjunto em que havia homens.

RESUMO

Este texto investiga as conseqüências da atividade política no movimento ambientalista *stricto sensu* sobre a vida pessoal do militante e seu reflexo sobre a organização do movimento. Nele é realizado um levantamento das complexas características do ambientalismo – diversidade temática e tipológica, princípios integradores processuais-relacionais, abordagem profunda e ampla, requisição de envolvimento individual e cotidiano, etc. –, um estudo de conceitos sociológicos que permitem pensar a relação entre indivíduo, sociedade e a transformação desta – *habitus*, estigma, papel social, revolução molecular, *self*, genericidade e particularidade, etc. – e um conjunto de entrevistas com militantes do movimento ambientalista *stricto sensu* da cidade de Florianópolis para perceber a pertinência dos conflitos vivenciados pelos militantes para a compreensão do movimento ambientalista. Descobriu-se uma grande rotatividade de militantes no movimento ambientalista, a presença de militantes com interesses divergentes do movimento, um alto grau de afetação emocional decorrente da atividade política e que os militantes mais persistentes são aqueles que conseguem um bom equilíbrio no enfrentamento dos conflitos através da afirmação dos princípios ambientalistas.

Palavras chave: ambientalismo, indivíduo, complexidade, princípios, conflitos.

ABSTRACT

This text investigates the consequences of political activities in the *stricto sensu* environmental movement about the activist personal life and its reflex on the environmentalist movement. In this work it is done a survey about the complex characteristics of environmentalism – thematic and typologic diversity, integrating and processing-relating principles, a deep and wide approach, request of individual involvement and so on -, a study of sociological concepts which allow to think the relationship between an individual and the society and its transformation – *habitus*, stigma, social role, molecular revolution, *self*, genericity and particularity, etc. – and a set of interview with activists of the *strito sensu* environmental movement of Florianópolis city to realize the pertinence of conflicts experienced by activists to get the comprehension of the environmental movement. It was found out a great rotativity among activists in the environmental movement, the presence of activists with divergent interests of the movement, a high degree of emotional impact due to the political activity and those activists more persistent are those who get a good balance to face the conflicts through the statement of environmental principles.

Key words: environmentalism, individual, complexity, principles, conflicts.

VIDA DE MILITANTE: UM ESTUDO SOBRE A COMPLEXIDADE DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM FLORIANÓPOLIS

1 – INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DA PESQUISA

No nosso país recém emergimos de um período que oscilou do uso da lei ao terror contra aquelas pessoas que, sozinhas ou organizadas, ousavam criticar o governo ou o sistema por ele mantido. Mundialmente, a situação também não tem sido excepcionalmente diferente, mesmo na desenvolvida Europa: Hitler, De Gaulle, Mussolini, Salazar e Franco que o digam; a África e as Américas pobres vivem uma constante instabilidade democrática; a maior parte da Ásia exibe uma polarização entre as intolerâncias atérias do comunismo de fato – ainda persistentes em dois países – e crentes do islamismo; os poucos países que se diferenciam desse quadro permaneceram ou indiferentes ou dele tiraram vantagem, à exceção dos EUA, que, mais do que isso, contrastando com as supostas liberdades civis mantidas dentro das próprias fronteiras, tem apoiado e mesmo agido em favor da contra-liberdade em boa parte do mundo civilizado.

Apesar disso, cabe a pergunta: terá havido alguma época com tantas facilidades para a vivência pública do descontentamento e para o exercício do protesto social? Tanto os teóricos quanto os ativistas vão concordar que ainda há muito por se fazer, mas em diversos países, o que congrega bilhões de indivíduos, apresentam-se hoje, não sem um histórico bruto de lutas que as conquistaram, condições favoráveis para o exercício dos direitos civis e políticos, entre as quais: maior liberdade concedida pelo Estado para as organizações políticas pacíficas de transformação social, o que inclui possibilidade de reunião e manifestação pública das opiniões; existência de uma vasta gama de meios de comunicação e interação a qualquer distância; instalação de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, de auxílio logístico e mesmo financeiro; desenvolvimento das ciências e disponibilidade de diversas ferramentas que vão das pesquisas de opinião até as fotos de satélite, além das próprias pesquisas e ensinamentos escolares em diversos níveis sobre os movimentos organizados de transformação social – exemplificada pela presente dissertação de mestrado; formação de uma rede de vários grupos políticos organizados em diferentes frentes ou causas – índios, mulheres, sem-terra, ecológicos, etc. –, favorecendo o apoio mútuo e a ação conjunta.

Não farei deste lugar um desfile de tragédias para manter a afirmação de que, apesar disso, a situação do planeta tem piorado desde essa pretensa democratização, onde ela houve – a noção de *crise* já está firmemente assentada em diversos campos da representação e da ação

humanas. Interessa investigar as causas desse agravamento e da resposta ainda relativamente fraca das ações políticas contestatórias. A estrutura social centralizante ou a transferência para o indivíduo de incitações de auto-controle, o peso da formação midiática, a falsa impressão de democracia na sua vertente representativa, entre outros, são motivos mais estruturais para explicar a pequena participação dos atores sociais nos movimentos organizados de transformação social, isto é, a raridade com que um ator social se faz também agente político. É uma questão de ponto de vista: alguns afirmam que a crise está diminuindo e que a organização política está aumentando, mas o autor deste texto ainda percebe um número maior de más do que de boas notícias, que as perdas sempre são mais volumosas e constantes que os ganhos, que a reação moderada dos representantes da globalização, do capitalismo, da tecnocracia, do militarismo e do desenvolvimentismo demonstra que as ameaças ao seu domínio são pequenas.

Esta pesquisa não desdenha os motivos estruturais, mas os toma como cenário de fundo das motivações cotidianas e subjetivas, numa perspectiva mais cultural. Tem a vontade de conhecer as dificuldades presentes nos próprios movimentos sociais, sentidas por aqueles que lhe dão vazão no intercurso de suas interações, e cada movimento social tem suas especificidades nesse quesito.

Dentre os movimentos sociais em curso, este estudo se concentra no movimento ambientalista *stricto sensu*, sem, contudo querer aplicar suas conclusões para o restante dos movimentos sociais. Os indivíduos que militam em organizações ambientalistas não são feitos de nenhuma matéria diferente dos demais, portanto também estão sujeitos a variações ontogenéticas físicas, psíquicas, imaginárias e morais –, resguardadas as devidas vivências. Mesmo que a nível último cada indivíduo seja peculiar, e que isso pode levar a dissidências, sabemos que, por se agruparem em conjuntos, muitos deles experimentam um tipo muito próximo de experiências pelas quais conduzirão suas vidas, e é a intenção dessa dissertação de mestrado averiguar o tipo de experiências que lhes é peculiar, quais os efeitos dessa experiência para a sua constituição individual e o impacto disso sobre o próprio movimento social.

A principal peculiaridade do movimento ambientalista, e se quer busca-la tanto na bibliografia quanto nas entrevistas com militantes de ONGs da cidade de Florianópolis, é que ele apresenta, como quadro de referência, um corpo de princípios que se apresenta como integrador tanto em componentes quanto no decurso temporal, o que traz diversas conseqüências: a pauta do movimento ambientalista fica superdimensionada, com a necessidade de atuação em diversos setores; o próprio militante é chamado a sentir-se agente de mudanças nas suas posturas cotidianas não explicitamente militantes; as interações sociais, portanto a sociabilidade do militante, são submetidas em alguma medida ao critério desses princípios, pois quanto mais fiel

aos princípios ambientalistas, mais problemas ele vai encontrar nos indivíduos com os quais interage; nem todos os militantes estão preparados para lidar com essa complexidade ou não adquirem preparo para permanecer atuando.

Para não haver delongas, apresenta-se abaixo os objetivos e as hipóteses formuladas no Projeto de Qualificação.

Objetivo geral: Conhecer a influência da atividade militante, com suas características, condições e princípios orientadores, sobre os demais aspectos/dimensões de vida de membros do movimento ambientalista de Florianópolis; e conhecer como os efeitos dessa influência retroagem sobre a atividade militante de membros do movimento ambientalista de Florianópolis. Os objetivos específicos são: inventariar o conjunto de princípios orientadores ambientalistas pelos quais se pautam os militantes; conhecer a influência da atividade militante sobre as dimensões de análise individual – *self*, personalidade, identidade, subjetividade – dos militantes; conhecer a influência da atividade militante sobre a sociabilidade cotidiana dos militantes; conhecer a influência da vida pessoal dos militantes sobre a organização do movimento ambientalista; conhecer a relação entre a individualidade dos militantes e a rotatividade de membros do movimento ambientalista.

Hipótese geral: os militantes ambientalistas reconhecem que a atividade militante provoca “impactos” sobre as demais dimensões de sua vida, trazendo sentimentos de desconforto emocional e congêneres, e que isso provoca “abalos” sobre sua capacidade de militar; que estes fenômenos estão relacionados em algum grau com os princípios orientadores do ambientalismo – entendidos como um conjunto não fechado, não unânime e não expresso de afirmações sobre o modo de ser do ambiente natural, do ambiente social e dos seres humanos, os quais têm grande amplitude política, prática e ideológica, carregando propostas de modos de condução do processo de transformação social. Hipóteses complementares: os militantes possuem princípios orientadores diferentes uns dos outros; os militantes entendem que é difícil conjugar os princípios orientadores que reconhecem com as condições sociais de vida disponíveis; os militantes ambientalistas sentem-se estigmatizados por e vivenciam conflitos com outros indivíduos sociais, ocasionando questionamento sobre seus princípios e emoções desagradáveis ou não vitalizantes; os militantes sentem dificuldades de interação social com outros indivíduos sociais por causa do embate de concepções; os militantes experimentam sensações de estresse, cansaço e desânimo devido à incapacidade física e temporal de dar respostas às suas aspirações sócio-transformadoras; os militantes atribuem à desunião ou fragmentação dos militantes uma das causas da debilidade do movimento como um todo; os militantes reconhecem que a atividade política ambientalista atua sobre a formação da sua personalidade, subjetividade e identidade.

A dissertação está dividida em quatro capítulos: no capítulo 2 procede-se um exame rápido dos novos movimentos sociais com algumas de suas características constitutivas; no capítulo 3, apresenta-se o movimento ambientalista *stricto sensu* no contexto do ambientalismo como movimento histórico, suas características de diversidade, seus princípios, tipologias e forma de abordagem da crise ambiental; no capítulo 4 trabalha-se com o indivíduo através de um exame de autores ligados às ciências sociais e ao ambientalismo, procurando demonstrar suas correspondências interdependentes entre si e com a sociedade; no capítulo 5, a apresentação e a análise das entrevistas, onde se discute as questões apresentadas na pesquisa bibliográfica; e, por fim, o capítulo 6 traz a conclusão através de uma revisão dos principais resultados da pesquisa.

2 – OS NOVOS DESCONTENTES: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROJETO SÓCIO-TRANSFORMADOR

2.1 – QUE FAZEM OS MOVIMENTOS SOCIAIS?

Nem todas as pessoas estão satisfeitas com a forma do mundo social ou com suas condições de vida, e numa comparação interna a esse grupo, veremos que uns têm motivos mais procedentes que outros¹. Essas insatisfações podem se dirigir a um objeto ou a vários, podem ser articuladas ou isoladas, constantes ou ocasionais, de origem antiga ou recente. São diversas essas situações, entre elas: más condições ou inexistência de trabalho; discriminação com maior ou menor segregação étnica, religiosa ou cultural; falta de local para morar ou tirar o sustento; desigualdade entre os gêneros; falta de equipamentos adequados de saúde, educação, saneamento, transporte, etc.; conflitos belicosos, inclusive os do crime organizado; degradação do ambiente natural. Cada uma dessas situações, quando vira objeto de questionamento, protesto, contestação e outras ações, tem recebido o nome de *causa*, e a maioria delas não apenas passou a fazer parte da agenda da sociedade política como também deu origem, na sociedade civil, a um fenômeno histórico-social de protesto e mobilização que tem recebido o nome de *movimento social*, sendo que cada segmento ganhou seu nome próprio, por exemplo: movimento operário ou trabalhista, movimento feminista, movimento pacifista, movimento de donas de casa, movimento dos sem-terra, movimento ecologista/ambientalista, entre outros. O conjunto desses movimentos é designado genericamente de *movimentos sociais* (para mais detalhes desse conceito consultar Scherer-Warren 1987a e 1987b).

Nos movimentos sociais nem todas as pessoas reúnem-se em grupos ou associações, o que cria diferentes forças reivindicatórias e de mobilização cultural; muitas pessoas apenas tomam atitudes isoladas, escrevendo cartas ou procurando eleger candidatos com maior sensibilidade para a causa defendida, entre outras ações. Mas a imensa maioria dos atores sociais não sabe como fazer, não entende o sentido ou mesmo não quer fazer algo que os auxilie a sair da situação desagradável – estão fora do movimento.

Olhado de modo absoluto, houve uma explosão desses movimentos civis no último meio século, reunindo um vasto contingente humano e tendo uma boa aceitação pública. Prova disso é o estudo recentemente divulgado pela Indicator-GFK – Pesquisa de Mercado, que

¹ Existem graus diferentes de necessitados, além dos aproveitadores.

demonstrou que 61% dos brasileiros dispensam «muita/alguma credibilidade» às ONGs – o meio predominante de organização dos movimentos sociais atualmente² –, estando apenas atrás dos grupos religiosos e Igrejas, que obteve o índice de 65% – a ONU teve 49% de confiança e o Governo Nacional 38% (*Brasileiro confia...: 2002*).

Entretanto, olhado relativamente com a situação global – situação de reconhecida crise –, todo este aparato ainda tem representado muito pouco. Para piorar a situação, não é simples decidir qual entidade eventualmente organizada de qual movimento é mais combativa ou mais assistencialista, mais radical ou mais superficial, mais corporativista ou mais socializante, mais verdadeira ou mais oportunista, entre outras distinções práticas e ideológicas possíveis, além dos casos de corrupção, fraude e falsas entidades beneficentes (Durão³, *apud* Landim, 2001: 13), uso de máscara alternativa (Huber, 1985: 101), ingresso no eleitoralismo (Frei Betto⁴, *in* Rossiaud e Scherer-Warren, 2000: 54) e uso como meio de vida (Martins⁵, *apud* Rossiaud e Scherer-Warren, 2000: 264).

Neste sentido, tem sido difícil definir o que são os movimentos sociais e quais organizações humanas podem ser assim consideradas, além dos múltiplos meandros da composição de uma tipologia interna. Daniel Camacho faz uma distinção entre movimentos sociais e movimentos populares alertando para o fato de que os indivíduos, organizados ou não, colocam em movimento ações que não necessariamente conduzem à transformação das estruturas de poder ou à melhoria da vida da maioria da população:

Há movimentos sociais que representam os interesses do povo, assim como há os que reúnem setores dominantes do regime capitalista, os quais não têm interesse em questionar de modo absoluto, nem em questionar as estruturas de dominação. Ao contrário, pois estes setores recebem benefícios da manutenção dessas estruturas. No entanto, interessam-se em questionar fragmentariamente a ordem social e propõem reformas parciais. (Camacho, 1987: 217)

Deste modo, o movimento popular seria um segmento disso chamado de movimento social. Boaventura de Souza Santos lembra, por sua vez, que essa distinção é válida para os países da América do Sul – e certamente também para o restante dos países considerados periféricos no globo – «para diferenciar a sua base social da que é característica dos movimentos

² No Brasil as ONGs ganharam agora um novo estatuto jurídico, bem mais preciso, por enquanto com adesão voluntária: trata-se da OSCIP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, instituída pela Lei 9.790, de 23 de março de 1999. Nesse texto, o termo ONG refere-se inclusive a aquelas que optaram por tornar-se OSCIP.

³ DURÃO, Eduardo Jorge Saavedra. *Algumas teses para debate com a sociedade civil*. 1999. Mimeo. Eduardo Durão é coordenador da ABONG – Associação Brasileira das Associações Não-Governamentais.

⁴ Frade dominicano e militante dos movimentos sociais, entrevistado pelos autores.

⁵ Sociólogo, professor da USP e assessor dos movimentos sociais, entrevistado pelos autores.

nos países centrais (a “nova classe média”»)» (Santos, 2000: 257).

Ou seja, não se trata apenas da banalidade de que toda a sociedade está em movimento constante – portanto que ela *é* movimento, ela é um *sendo* –, que a sociedade se modifica mesmo sem a fraca pressão dos movimentos sociais e que mesmo quem não está engajado num movimento social acompanha essa mudança contínua da sociedade, mas que muitos daqueles que querem, digamos assim, alterar o curso ou a forma desse movimento, o fazem, intencionalmente ou não, disfarçadamente ou não, de um modo tal que leva ao aprofundamento da crise geral. Deste modo poder-se-ia considerar como um movimento social, levando ao limite o que diz Camacho, até mesmo a Maçonaria ou os Carecas do ABC (grupo paulista de neonazistas) – o que levanta a necessidade de uma maior precisão nessa distinção.

Além disso, a institucionalização dos movimentos sociais em ONGs também levanta algumas questões – há de se pensar o quanto isso ocasionou uma ruptura com a organização espontânea da sociedade civil na medida em que passam a ser tomadas como os agentes políticos válidos para a sua representação, dispensando assim a mobilização de cada indivíduo e reforçando o modelo da democracia liberal representativa. Entretanto, elas se inserem sim na falência do Estado em formular e executar políticas públicas, o qual corre atrás das conquistas do ambientalismo em inserir a questão da sustentabilidade na sociedade, respondendo à questão de Lúcia Ferreira (1999b: 36). Por outro lado ainda, as tarefas institucionais necessárias para as ONGs – captação de recursos, controle administrativo, etc. – por vezes se transformam em obreirismo e em cenário de disputas internas, e com isso de meio se convertem em fim.

A identificação dos movimentos sociais, principalmente no que diz respeito às ONGs, sofre de sua incerta fronteira com o Estado ou com a iniciativa privada (Landim, 2001: 10), onde «as entidades de atuação no campo social são compelidas a adotar critérios, metodologias e formas organizacionais nas quais predominam um padrão ou estilo empresarial de ação» (Landim, 2001: 11), o que também é constatado em relação às grandes ONGs ambientalistas, como é o caso da WWF (World Wildlife Fund) e Greenpeace, que não escapariam da lógica dominante do capitalismo, segundo Denis Chartier⁶.

Principalmente no campo social, a compreensão de cada coisa só pode se dar pondo-a em relação e em processo: o real, diz Bourdieu, é relacional (Bourdieu, 1989), e já Marx fez da sua filosofia um esforço de compreensão dialética da realidade, envolvendo a sociedade, suas

⁶ Esta idéia foi defendida por Denis Chartier durante comunicação oral *Greenpeace e WWF face à crise socioambiental contemporânea: que espaço para quais ongs?*, proferida em 11/12/02 no CFH/UFSC. Suas idéias se encontram no texto em co-autoria com seu orientador (CHARTIER, Denis e DELÉAGE, Jean-Paul. *The international environmental NGOs: from the revolutionary alternative to the pragmatism of reform*. Revista

instituições e o indivíduo. As instituições, formalizadas em cartório ou não, possuem uma história – que obviamente advém e ao mesmo tempo penetra naquela das pessoas que lhes compõem: o tema deste estudo – e relacionam-se com as demais e com os atores sociais não organizados, cada qual com sua história. Necessita-se alguma clareza na definição de movimentos sociais justamente porque eles e seus integrantes relacionam-se com as demais instituições, atores sociais e agentes políticos, e cada parte precisa saber com quem realmente está lidando; por exemplo, os órgãos governamentais dirigirão mais ou menos atenção aos organismos dos movimentos sociais de acordo com a variante ideológica de cada uma das partes – seguindo o exemplo, é de se esperar que um governo definido como de esquerda seja mais aberto à participação, senão de entidades dos movimentos sociais mais combativos e emancipadores, pelo menos daqueles tipos de entidades cujos objetivos contemplem a intervenção para a transformação social (o que não é o caso de um clube esportivo, por exemplo). Mas a distinção é necessária, sobretudo, para aqueles movimentos sociais mais combativos e com posição ideológica emancipadora e popular, cujas lutas podem ser dificultadas pela ação daqueles mais dúbios, bem como por causa da confusão que elas provocam na sociedade.

Os movimentos sociais, assim falando, pertencem ao que Boaventura Santos chama de « pilar da emancipação », força civilizacional que combate com o « pilar da regulação » visando o equilíbrio das forças sociais (Santos, 2000: 236 e 258). Deveríamos dizer que uma entidade ou agente político compõe o movimento social quando suas idéias e ações procuram romper com a mera reprodução social, propugnando uma « politização do social, do cultural e, mesmo, do pessoal » (Santos, 2000: 263). É o que também pensa Ilse Scherer-Warren, que em *Movimentos sociais: ensaio de interpretação sociológica* o define « como uma ação grupal para transformação (a práxis) » (Scherer-Warren, 1987a: 20), sendo a práxis « toda ação para a transformação social, desde que esta ação contenha um certo grau de consciência crítica » (ibidem: 15).

Mas, voltando ao assunto, ainda permanece aberta a questão sobre como saber “de que lado está” esta ou aquela pessoa, grupo ou entidade vinculado a este ou a aquele movimento social. Embora seja impossível encontrar um divisor de águas entre as idéias e ações emancipatórias e as conservadoras, as ações extremadas de um e outro demonstram a existência de ambas posições, o que exige o cuidado por parte dos demais atores e instituições relacionáveis com ela. Muitas idéias e ações, consubstanciadas ou não em entidades formalizadas, passam

longe do questionamento das formas de poder e contribuem muito pouco para a criação de outra realidade social, o que pode ser derivado tanto do auto-engano, da ingenuidade e da confusão política quanto do oportunismo e mesmo do mascaramento premeditado – esses casos práticos demonstram a dificuldade de se basear nas orientações teóricas.

A idéia defendida aqui é que não existe como decidir sobre isso. Essa avaliação cabe a cada pessoa, a partir da sua história de vida e suas próprias concepções. Falando de outra maneira, não se conceitua o movimento social em abstrato, mas tomando por base os agentes políticos que lhe compõem, as instituições por eles criadas, suas idéias, suas ações e omissões, e a avaliação sobre o sentido, valor, alcance e profundidade disso tudo não tem um centro, um ponto de referência: no limite, cada mente avalia de uma maneira a cada dia – e antes de chegar nesse limite muitas nuances se apresentam –, e esse dilema compõe a vida militante tanto quanto sua agenda prática.

Isto provoca uma incerteza e mesmo desconfiança constante entre todos os ativistas e instituições envolvidos, e não poderia deixar de ser assim em meio à educação social determinista – da forma como Cornelius Castoriadis demonstra (por exemplo, em 1982: 202, 218 e 417)⁷ –, ou seja, em meio ao desejo e mesmo à confiança na possibilidade e realidade de uma separabilidade absoluta, de uma rigidez conceitual, de um seqüencialismo distinguível, etc. É um embaraço do qual não há saída: ao mesmo tempo que não existe uma forma de conhecer o que uma coisa é, esse conhecimento se apresenta como necessidade para orientar as próprias escolhas.

Entretanto, existem algumas maneiras de se ter uma idéia menos nebulosa acerca da identidade de um agente ou instituição no tocante a seu “lugar” no movimento social. Esta discussão terá de se fazer, embora de modo breve, para a sua ligação com o tema dos princípios ambientalistas de adiante. Passarei a apresentar algumas características dos movimentos sociais antes de fechar essa discussão sobre a forma de avaliação.

2.2 – OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEU MODO DE SER

Os fundamentos dos movimentos sociais já vêm de bem longe, acompanham a queda do absolutismo e avançam com o alargamento da democracia ocidental. O iluminismo, se por um lado favoreceu a tecnocracia racionalista, por outro lado tirou a força motriz social do

representante divino e a colocou na mente de todos os seres humanos; a Revolução Francesa, alçando alto a idéia de igualdade perante a lei, incentivou a manifestação das opiniões e o exercício da soberania popular. Esta não se realizou à maneira de Rousseau, que fazia da sociedade civil a origem e o fim de todas as políticas tendo como fim a própria liberdade, mas à maneira de Locke, que também fundado na sociedade civil, defendeu o contrato para salvaguardar a propriedade privada – e cedo o mercado tomou o lugar do monarca como mediador dos conflitos. Poderíamos dizer que a vontade de participação advém do incremento cultural da população se não fossem os exemplos atuais do fortalecimento dos regimes conservadores na Europa e América do Norte, onde a sutileza da dominação ideológica é calcada em amplas leis de liberdade civil.

Os movimentos sociais hodiernos são chamados de *novos movimentos sociais* em alusão àqueles surgidos décadas após a revolução industrial. O movimento dos operários levantou-se contra as péssimas condições de trabalho – jornada extenuante, insalubridade e acidentes, trabalho infantil, etc. – e contra as minguadas remunerações em contraste com o enriquecimento constante dos proprietários dos meios de produção; começou a se verificar uma parcela maior de pessoas “bem de vida” do que no período manufatureiro e, ao mesmo tempo, que a produção em crescente escala trazia a possibilidade, que não se via efetivar com o passar do tempo, de levar mais conforto a todos os trabalhadores. A organização sindical foi fundamental para que as leis trabalhistas não atendessem unicamente os interesses dos patrões; a parcela assalariada da sociedade civil mediu forças com a parcela assalariadora na pressão sobre a sociedade política para a conquista de direitos. Os operários não podiam esperar para um futuro distante e incerto a concretização dos seus anseios e paulatinamente foram se organizando em entidades que lhes representavam na defesa de seus interesses e contra as injustiças que sentiam pesar sobre suas existências.

A história dos novos movimentos sociais é parecida em alguns pontos, mas se afasta em outros. Parecida porque reúne pessoas que não querem esperar pela improvável benevolência e justiça alheia – ou para obter a boa vida apenas após a morte – e se mexem para conquistá-la por esforço próprio, com isso ainda criando um sentido adicional a suas vidas – e, em um bom número de casos, sendo o principal sentido. Entretanto, se afasta quando não coloca apenas na organização econômica a raiz de todos os males, procurando alcançar a libertação em outras esferas da vida sem ter que primeiro realizar a revolução produtiva – os novos movimentos sociais chamam a atenção para o fato de que

⁷ Sobre essa questão, ver o artigo *Castoriadis e a educação* (Valle, 2002).

os centros de controle e manipulações penetraram na vida cotidiana, colonizando de modo sem precedentes o campo das relações subjetivas e, em um mesmo movimento, desnudando a urgência de se deslocar a ação coletiva, orientando-a à defesa das identidades pessoais e coletivas, da manutenção da reprodução subjetiva ou de grupos, e da vida de um modo geral. (Ferreira, 1999b: 39)

É semelhante por terem se espalhado em diversos setores da sociedade, senão organicamente pelo menos como forma de apoio e articulação, existindo vertentes científicas, religiosas, político-administrativas, além, é óbvio, das organizações classistas próprias, entre outras. Mas, por outro lado, os novos movimentos diferenciaram-se bastante em matrizes teóricas próprias e às vezes distintas, como demonstram as diferenças entre os movimentos do mundo rico e do mundo pobre (Santos, 2000: 262), possuindo além do que um respaldo jurídico-social bem menor e pior.

Ambos lograram estruturas organizacionais formais e legais, com estatuto jurídico, diretoria e formas de sucessão, com isso conseguindo cadeiras em fóruns consultivos e deliberativos do Estado, porém os novos têm dado menor importância a esta forma e preocupado-se mais com suas ações-fim – apesar de exemplos em contrário, como levantados pelos entrevistados dessa pesquisa –, além de uma menor centralização burocrática em relação aos tradicionais.

Deixando de lado a composição desse quadro comparativo, passarei a descrever brevemente outras especificidades (pelo menos em predominância) dos novos movimentos sociais. Entre eles, estarei ressaltando os que têm mais serventia para o tema específico desse estudo. Uma vez feita a discussão precedente, passo a usar apenas a denominação de *movimentos sociais* para os *novos movimentos sociais*, uma vez que a pesquisa não trata dos movimentos sociais tradicionais.

O título do livro organizado por Ilse Scherer-Warren e Paulo Krischke, *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*, indica bem aquela que é a mais importante característica: a peleja política voltada para o agir individual cotidiano e não apenas para o agir institucional-legal e histórico. Isso possui o aspecto já parcialmente mencionado acima, de «não querer adiar para um futuro distante o sonho de uma sociedade livre e humana» (Kärner, 1987: 20), de que «a emancipação social começa hoje ou não começa nunca» (Santos, 2000: 259), ou seja, de que é preciso ter casa, igualdade e biodiversidade para nós, e não para nossos tataranetos; mas também o outro, de que isso tem de ser feito em todos os espaços e tempos da vida, «na prática da luta cotidiana pela sobrevivência» (Kärner, 1987: 20), começando «pela eliminação da alienação cotidiana» (ibidem: 33), já que a vida cotidiana é a «dimensão espaço-temporal da vivência dos excessos de regulação e das opressões concretas em

que eles se desdobram» (Santos, 2000: 260). De modo direto, significa reconhecer que cada um também faz parte do problema e o reproduz, enquanto não exerce controle, na sua própria vida, a cada dia. Isso, porém, tem funcionado na teoria, mas na prática – como tentarei expor mais adiante – a situação é diferente.

Joseph Huber escreveu sobre os movimentos alternativos da Europa. Embora não os trate com o termo *movimento social*, a maioria dos tipos abordados está inserida também nessa categoria⁸; esse tratamento se explica pela diferença já aludida entre os tipos de reivindicação peculiares às sociedades ricas e pobres, ou seja, sobre os efeitos dos «valores pós-materialistas e as necessidades básicas, entre as críticas ao consumo e a crítica à ausência de consumo» e outras (Santos, 2000: 262), fazendo com que nas primeiras os projetos alternativos vivam do «mercado de simpatizantes» (Huber, 1985: 56), portanto muito mais suscetíveis à crítica de serem «tapa-buracos [e de] evitar o agravamento das crises [...] permitindo com que a máquina siga seu curso» (ibidem: 75). Huber diz que esses movimentos, que compõem a subcultura, em oposição à cultura estabelecida, fazem «a política em primeira pessoa e o culto do imediato» (ibidem: 94), ou seja, se contrapõem ao autoritarismo ou à democracia representativa, agindo diretamente em favor das causas que defendem, contribuindo para o estabelecimento da politização da vida privada através da «revolução pela raiz» (ibidem: 70), já que «a vida fora da Mega-máquina não é assunto privado, mas público, pois gira em torno de questões de sobrevivência e de interesses os mais gerais» (ibidem: 80). Como consequência inevitável, «a história de vida dos participantes, marcada por rupturas e crises, sobrecarrega os projetos de excesso de dramaticidade psicológica» (ibidem: 66), criando dessa forma um embaraço interno a cada movimento e ao movimento como um todo, ao lado dos problemas que suas organizações enfrentam, e por isso dificultando o enfrentamento destes.

Os movimentos sociais têm questionado a forma de fazer política tradicional em diversos aspectos. Com exceção do movimento ecologista, que parece ser – bem ou mal – a única grande novidade no cenário político mundial⁹, os demais têm se mantido à distância do partidarismo, a eles recorrendo ocasionalmente por motivo de *lobby*, para obter algum apoio ou

⁸ Divididos em treze tipos, os movimentos abordados são: iniciativas civis; movimento ecológico, anti-usinas atômicas e pelas tecnologias alternativas; estilos de vida alternativos e crítica do consumismo; movimento de jovens e o recente movimento de idosos; movimento de comunidades rurais e regionalismo; movimento de mulheres, inclusive o movimento feminista, movimento *gay* e movimento pedofílico [*sic*]; movimento psicologista, emancipacionista e pró-sensibilidade; seitas religiosas e o novo espiritualismo; movimento pacifista e iniciativas pró-Terceiro Mundo; movimento pelos direitos do cidadão, e contra o cerceamento de direitos e liberdades democráticas; esquerda não ortodoxa e espontaneístas» (Huber, 1985: 12-13).

⁹ Idéia defendida pelo professor Sérgio Boeira durante o curso de Especialização em Educação e Meio Ambiente da UDESC (1998).

em épocas de pleito eleitoral¹⁰. Entretanto, e isso é avaliado como positivo, muitas plataformas dos partidos tiveram origem ou pelo menos incremento a partir do reconhecimento da validade das reivindicações da sociedade civil – embora em alguns casos essa absorção seja demagógica ou oportunista, principalmente nos partidos alinhados mais à direita¹¹.

A forma de administrar as entidades formalizadas tem sido menos vertical e com um tratamento que tenta se distanciar do populismo «para a criação de forças comunitárias de participação direta das bases ao nível da reflexão, da decisão e da execução, diminuindo a distância entre a direção e a base do movimento» (Scherer-Warren, 1987b: 42); evidentemente que à medida que uma organização cresce e se projeta, a relação entre base e direção se altera um pouco, com um número cada vez maior de atividades projetadas a partir do topo – e novamente vem do movimento ecologista o maior exemplo disso, com ONGs como WWF e Greenpeace.

Isto lembra outra característica dos movimentos sociais: embora o movimento como todo esteja distribuído em toda a sociedade, às vezes mundial, na sua ampla maioria os grupos que lhe encarnam têm seus objetivos imediatos e sua base de atuação local, no bairro ou no município, e daí dificilmente alcançam projeção maior: «a gênese dos movimentos sociais contemporâneos encontra-se no fato de que as formas instituídas constituíam um cobertor curto para a nova complexidade do capitalismo contemporâneo» (Oliveira, 2003). Instituições de grande porte, de nível estadual ou nacional, são formadas geralmente por pessoas de maior “gabarito” intelectual, já com alguma experiência em organizações locais e tendo algum grau mais avançado de articulação com outras pessoas e organizações públicas, civis e empresariais.

Com isso, aspectos como os da subjetividade ou personalidade dos membros, bem como da identidade entre eles, tendem a assumir um papel tão importante quanto os da afinidade política ou da competência técnica. É comum o nascimento de entidades dos movimentos sociais a partir de grupos de amigos, envolvendo também familiares e vizinhos de porta, o que traz conseqüências importantes para o sucesso ou fracasso da empreitada política. Fazer dar certo uma convivência entre poucas pessoas com pontos em comum tais que os levam a unirem-se em torno de um objetivo comum serve de prova para a possibilidade de se construir outra sociedade:

Que significa, realmente, construir uma verdadeira sociedade humana?
Significa, antes de tudo, a criação de uma sociedade onde a subjetividade de

¹⁰ A exceção talvez sejam os partidos de aposentados que se constituíram na Europa a partir dos movimentos de aposentados (Huber, 1985: 21). No Brasil também surgiu um, e recebeu o nome de PAN, Partido dos Aposentados da Nação.

¹¹ A questão do oportunismo e seus correlatos é constantemente mencionada nessa dissertação por ser parte integrante da realidade política.

cada um dos membros individuais possa desenvolver a subjetividade de cada grupo humano, e por último a subjetividade de toda a sociedade. (Strinka¹², *apud* Kärner, 1987: 31)

Lidar com o social é lidar com a subjetividade/personalidade/identidade, dadas as relações recíprocas entre as dimensões social e individual (Heller, 1984: 20-21; Elias, 1994: 56; Guiddens, 1991: 123); portanto deve-se aprender a fazer bem isso, a começar por dentro das organizações com as quais se está envolvido, tendo elas como foco a mudança social (por exemplo, através de pressão popular ou de ações judiciais) ou a mudança comportamental (por exemplo, através da educação popular ambiental). A dimensão local provoca muito mais contato entre os membros dos grupos, pondo em relação constante as concepções e modos de lidar com a sociabilidade e com os aspectos da individualidade de cada um dos componentes dos grupos.

Por fim, uma menção aos valores que, em alguma medida, são trazidos pelos movimentos sociais, servindo tanto como uma norma de conduta interna – na maioria das vezes não declarada – quanto de espelho para o restante da sociedade. Eduardo Viola e Scott Mainwaring enumeram a democracia, o antimachismo, o afeto e outros valores que deles se desprendem. Para os autores, os militantes «rejeitam as relações elitistas e hierarquizadas, valorizam a solidariedade e preferem a expressividade pessoal, em lugar das relações instrumentais, favorecendo a cooperação em lugar da competição» (Viola e Mainwaring, 1987: 159); com efeito, essa prática está associada à opção de unir forças para obter as conquistas desejadas, partindo do entendimento de que é mais fácil combater em conjunto do que sozinhos, forçando os integrantes a procurarem superar as diferenças que aparecem no processo. Isso também tem sido explorado na solidariedade e cooperação entre os diferentes movimentos sociais numa espécie de “união das minorias”, na compreensão de que, em geral, muda a forma, mas permanece o conteúdo de dominação, de exploração e/ou de discriminação que é dirigida a cada categoria.

Isso se dá de forma bastante forte em relação ao conflito de gêneros, que talvez não tenha alcançado relações tão igualitárias na sociedade como no interior dos movimentos sociais – evidentemente que não sem uma boa dose de auto-imposição feminina –; em todos os movimentos sociais a participação das mulheres hoje é bastante grande, mesmo nos sindicatos, além da existência de associações – ou desdobramentos de outras – exclusivamente femininas, como é o caso do Movimento das Mulheres Agricultoras, que funciona em estreita relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Embora os homens não deixem de demonstra-

¹² STRINKA, Julius, “Gedanken uber demokratischen Sozialismus”, in *Karl Marx und die Revolution*, 1970, p. 106 (conforme nota de rodapé do texto de Kärner).

las, as seguintes qualidades têm sido largamente exaltadas nas mulheres: «ênfatizam a comunidade, a amizade e a sociabilidade, e as dimensões afetivas da vida» (ibidem, 165) – terá sido pela inserção feminina que os movimentos sociais apresentam essas características? Em que pese este fator, o fato é que a busca de formas de relacionamento menos tecno-burocráticas necessita uma abertura maior para a manifestação dos sentimentos e o seu reconhecimento como dimensão indissociável da formação das representações humanas; o fato é que muitas pessoas são infelizes – é por esse mal estar que elas se mobilizam, não? –, e disso não escapam os militantes, muitos dos quais compreendem que não é possível reproduzir no interior do movimento o mesmo tipo de relações egoístas que combatem.

2.3 – MILITANTES E MILITANTES

Os movimentos políticos perseguem a criação/construção de uma sociedade em que o comportamento seja mais constantemente voltado para o bem, em que a vontade de participação política esteja presente no conjunto de afazeres humanos e em que as disparidades sociais se distanciem da atual condição de gigantescas, mas isso não significa a homogeneização de todas as mentes. É que, conforme o passeio pelas características dos movimentos sociais realizado acima, não lhes agrada o patrulhamento ideológico dos modelos precursores, e a diferença de opiniões e a idiossincrasia tendem a ser vistas como estimuladoras, e não limitantes; contudo, embora não haja limiar claro, em algum ponto o acirramento das diferenças provoca problemas.

Bader Burihan Sawaia, em *Participação social e subjetividade*, enfatiza as duas dimensões indissociáveis do trabalho engajado, «uma, denominada de estética da existência, voltada à potência da ação cotidiana, e outra, eficácia ético-política, voltada à potência de ação política» (Sawaia, 2001: 133). Segundo ela, o que fundamenta a tomada de posição política é essa potência de ação, «a capacidade de ser afetado pelo outro, [...] quando me torno causa de meus afetos e senhor da minha percepção», o que é o contrário da «potência de padecer», estado de conformismo, indiferença, ausência de investimento em si e na compreensão dos acontecimentos. Isso significa dar importância aos processos interiores do ser humano, ao contrário apenas da motivação externa e racional, quantitativa e tecno-científico-burocrática, tendência que começou a se reverter a partir dos anos 80, segundo Bader. De fato, observa-se não apenas no movimento, mas também em toda a sociedade, este fenômeno, que tem ido ao outro extremo: um tratamento apelativo e mesmo sensacionalista dos problemas sociais

(inclusive o ambiental) realizado por muitas instituições – exemplificados pela recente campanha político-eleitoral – e a utilização maciça das estratégias de *marketing* em detrimento do investimento na discussão e na informação; nesses casos, instiga-se não uma participação orgânica, real, de cidadania-substantiva, mas, dependendo da fonte, apenas o voto, a contribuição financeira ou o crédito nas instituições ditas representativas.

«Para mudar a qualidade da participação», diz Bader, «é preciso mudar a ontologia da subjetividade» (ibidem, 2001: 122), que tem sido identificada com o determinismo racionalista, mas ao mesmo tempo não se deixar cair nas redes da banalização, onde

esboça-se um *design* participativo dominante, em que o participante típico é o consumidor da religião, da companhia, de pílulas da felicidade como o Viagra e o Prozac, de literatura de auto-ajuda. Esse sujeito pode escolher entre três estratégias de participação: a narcísica e anônima, a compulsiva e imperativa e a participação interesseira-neoliberal (otimização do consumo, da produção e de recursos). (ibidem, 2001: 127-128)

Para sair desse esquema, a autora sugere: 1) lutar em todas as frentes e esferas da vida humana (individual, social, linguística, etc.); 2) compreender os nexos entre os sentimentos tais como o sofrimento e os motivos da participação; 3) atentar para a união de todas as necessidades humanas e seus desejos de satisfação; 4) planejar ações de diferentes temporalidades; 5) diversificar os espaços e locais de atuação; e 6) utilizar múltiplas estratégias de atuação (ibidem, 2001: 129-132).

Temos acima, esboçado pelas contribuições de Sawaia, um conjunto de considerações sobre o nível de envolvimento do militante dos movimentos sociais. Decorre daí, numa interpretação mais alargada, que, mesmo impossibilitado por falta de tempo ou de estrutura de atuação, o militante deveria estar disposto a considerar: 1) que, no mundo, as coisas estão ligadas no tempo, ou seja, que o mundo é um processo-relação; 2) que os problemas que o afligem enquanto corpo ou mente têm, portanto, raízes históricas multitemporais e possuem, por isso, nexos multidimensionais com as outras coisas que compõem o mundo; 3) que, por causa da ancoragem sócio-histórica de todas as pessoas, também os revoltados e seus modos de vida são parte do problema; 4) que a solução dos problemas devem ser buscadas de forma dinâmica e integrada, com ações adequadas ao momento histórico e ao local social, em correspondência com a ação de outros atores político-sociais que têm suas causas “específicas” e investindo sua pessoa inteira na reflexão, discussão, deliberação e ação, fazendo de cada momento-espço da vida uma atividade sócio-transformadora.

Quem não entende e não se comporta dessa maneira não seria, então, um “revolucionário”? Não se trata disso. Ocorre que palavras como “solidariedade”, “persistência” e “profundidade” envolvendo o trabalho político são freqüentes no meio político, e que se elas

não possuem referência real, caem num discurso vazio que tende ao isolamento dos militantes, à continuidade das práticas tradicionais e, no limite, à nulidade do movimento. Fala-se constantemente, como veremos também nas entrevistas realizadas para essa pesquisa, em “interesses específicos”, “segundas intenções” e em “objetivos escusos” dos militantes políticos. José de Souza Martins, por exemplo, afirma que «há ONGs e ONGs. Sou desconfiado em relação a elas. [...] há muitas outras que são apenas um meio de vida dos que as organizaram. Elas comprometem o trabalho das ONGs ativas e autênticas» (in Rossiaud e Ilse Scherer-Warren, 2000: 264).

Segue-se disto que o critério para a avaliação da integridade do militante, na opinião deste pesquisador, é a qualidade e quantidade de vínculos integrativos que ele consegue realizar e demonstrar. Evidentemente que em nem todos os movimentos podemos encontrar fundamentos teórico-metodológicos para essa forma de conceber a atividade política, mas ela ficará mais clara quando se tratar mais especificamente do caso do ambientalismo logo abaixo. Rossiaud e Scherer-Warren (ibidem, 2000: 35) dizem ainda que «o movimento social é um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e de práticas sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias e societárias», o que sugere que uma avaliação dos movimentos sociais deve se desprender de uma análise exclusiva do potencial de ação delas no campo dos embates institucionais ou da integridade negociativa.

Analisando o caso brasileiro, constata-se que o avanço no processo de democratização se deu a partir do fortalecimento da *unidade* em contraposição à *fragmentação*, da *continuidade* superando a *efemeridade* e do balanço articulatório entre *localismo* e *globalismo*, sobretudo no ambientalismo (ibidem: 30-33). Essas práticas institucionais não são fruto apenas de lucubrações teóricas, mas encontram referencial em elementos culturais (políticos, científicos, espirituais, etc.) e derivam em alguma medida da concepção pessoal de seus participantes.

Com esta exposição foi visto que a política na sociedade civil move aspectos relegados pela política de Estado. Isso ocorre pela sua inserção no cotidiano, pela política em primeira pessoa, pelo tratamento peculiar que dão – ou buscam dar – à relação entre local e global, pela defesa de valores mais sentimentais, entre outros. Os movimentos sociais não estão livres de conflitos, pelo contrário, protagonizam um tipo especial de conflito devido sua ancoragem no cotidiano e na subjetividade com uma visada para a história e a instituição social: potencialmente, tudo é passível de preocupação na vida dos militantes dos movimentos sociais. Eles também sofrem, por isso mesmo, exigências de coerência mais amplas que os atores sociais e demais agentes políticos, recebendo pressões de seus oponentes e mesmo daqueles que

defendem, já que muitos destes não pediram para serem representados.

Também foram recolhidos elementos para sustentar a posição de que um indicador importante para a avaliação dos movimentos sociais, por isso tudo, é a sua postura integradora – o que pressupõe ser essa a postura institucional e mesmo particular desejável daqueles seres humanos que lhes conduzem. Isto é dificultado, sem dúvida, pela tradição política estabelecida, pelas limitações práticas de toda ordem e pelo variado referencial teórico que compõe o conjunto dos movimentos. Entretanto, a grande estrutura social, ou o “sistema”, como é freqüentemente referido, que mantém as injustiças contra as quais o movimento combate, possui força suficiente para se manter inalterado, ou em adaptação constante, perante as pressões unilaterais desarticuladas, e uma integração entre os movimentos os fará avançar na compreensão da grandeza da tarefa a que se propõem.

De todos os movimentos sociais, o movimento ambientalista ou ecológico é aquele que possui as maiores condições de operar um fortalecimento dessa integração, e os motivos disso serão analisados na seqüência.

O movimento ambientalista é um movimento social que apresenta relações de continuidade com a história humana da contestação social. É correntemente apontado como aquele que mais profundamente alcançou a crítica dos paradigmas sociais, trazendo com isso propostas de uma revolução cultural de grande profundidade e largueza (Touraine¹³, *apud* Ferreira, 1999b: 43), mas sofre a crítica, entre outras, de ser politicamente inconsistente e socialmente insensível. O movimento ambientalista compartilha das características levantadas acima para o conjunto dos movimentos sociais – motivo pelo qual tal apresentação se estendeu bastante –, mas possui algumas especificidades. Apresenta também dilemas relativos à dificuldade de apreensão da coerência ideológica das instituições e dos militantes que lhe dão forma, porém, no movimento ambientalista encontramos mais elementos para se efetuar essa avaliação, dado a multiplicidade de objetos a que se dirige. Apresenta uma notável co-determinação entre os aspectos da individualidade (subjetividade, personalidade, etc.) cotidiana e da atividade militante formal dirigida para a história, possuindo um potencial de afetação emocional evidente. Enfim, é um tema vasto tanto para a ação política “interna” quanto para o estudo científico “externo”.

Inicialmente, se fará um levantamento de algumas das principais características e aspectos do ambientalismo com o objetivo de compor uma imagem geral desse fenômeno histórico-social.

3.1 – ORIGEM E DIVERSIDADE HISTÓRICO CULTURAL

A origem do ambientalismo é incerta e imprecisa. Desde a antiguidade são registradas preocupações com a degradação de aspectos do ambiente natural e com a conseqüente qualidade de vida humana¹⁴, embora por motivações exclusivamente antropocêntricas. Em 1273, na Inglaterra, uma lei proibia a queima do carvão mineral (McCormick, 1992: 131), e onde hoje é a Itália, Francisco de Assis, que viveu de 1182 a 1226, defendeu, a partir de uma inspiração cristã, a igualdade entre os seres vivos – ele é considerado

¹³ TOURAINE, Alain. *O que é democracia*. Petrópolis, Vozes, 1996.

¹⁴ Platão já havia advertido sobre os prejuízos do desmatamento na Grécia (Ponting, 1995: 139).

pelos católicos o padroeiro da ecologia (Dias, 1993: 43)¹⁵. Tivemos os poetas românticos, os devaneios de Rousseau¹⁶, os naturalistas que se deliciavam enquanto buscavam os detalhes da natureza, as sociedades de observadores dos animais, a geografia das plantas de Humboldt (Acot, 1990: 13 e ss), a primeira organização “ambientalista” na Inglaterra de 1865¹⁷, a fundação da ecologia por Haeckel em 1869, a polêmica inicial entre o conservacionismo de Pinchot e o preservacionismo de Muir, a experiência telúrica e ecológica-econômica de Thoreau, o primeiro acordo internacional sobre a caça na África em 1900, a criação da União Internacional para a Proteção da Natureza sob os auspícios da ONU em 1948, o movimento de contracultura na década de 60, a *Primavera silenciosa* de Rachel Carlson em 1962 e a Conferência de Estocolmo Sobre o Ambiente Humano em 1972 como fatos importantes, tantas vezes repetidos, sobre os quais se assenta hoje o moderno movimento ambientalista.

Essa descrição já demonstra que o ambientalismo não é um movimento social a mais, ao lado de outros enumerados no segundo capítulo. Apesar de alguns dos outros movimentos sociais também terem um passado remoto e complexo e também terem se espalhado em diversos setores da cultura (por exemplo, o movimento feminista e dos sem-terra), é o movimento ambientalista que alcançou o grau de movimento histórico ou histórico-cultural. Tanto como origem quanto como consequência, abrange todas as dimensões da cultura: estética, religiosa, ética, filosófica, política, científica, tecnológica, econômica – esta é a principal tese de *A modernidade insustentável* (Leis, 1999).

A problemática ambiental que este movimento busca solucionar também não teve origem na face natural do ambiente, mas na face cultural: o modo como os seres humanos têm se relacionado entre si e com a natureza levou a um grau de afetação natural de tal monta que um grande contingente de pessoas sensibilizadas, por várias maneiras, incumbiu-se de reverter esse processo. Os seres humanos relacionam-se por intermédio de uma cultura – conjunto dinâmico e relacional de representações e regras instituídas–, e a opressão interna e externa e o descaso com a natureza não são privilégio da cultura greco-ocidental: a que ponto teríamos chegado sob um eventual controle cultural dos conquistadores astecas, por exemplo? Entretanto, como a história

¹⁵ A proposta foi feita ao Papa pelo historiador americano Lynn White Jr. em 1980 (Dias, 1993: 43).

¹⁶ «As árvores, os arbustos, as plantas são o enfeite e a vestimenta da terra. Nada é tão triste quanto o aspecto de um campo nu e sem vegetação, que somente expõe diante dos olhos pedras, limo e areia. Mas, vivificada pela natureza e revestida com seu vestido de núpcias no meio do curso das águas e do canto dos pássaros, a terra oferece ao homem, na harmonia dos três reinos, um espetáculo cheio de vida, de interesse e de encanto, o único espetáculo no mundo de que seus olhos e seu coração não se cansam nunca» (Rousseau, 1986: 93)

¹⁷ *Commons, Foot-paths and Open Spaces Preservation Society* (*Sociedade para a Preservação de Áreas Comuns, Trilhas e Espaços Abertos*). John McCormick, que a menciona, fala que ela e outras foram resultado de um «movimento por interesses» (McCormick, 1992: 25).

demonstrou, a união dessa índole conquistadora com o poderio bélico e de contingente consumou a união da devastação natural com a aniquilação cultural. O caso da América Latina demonstra bem a continuidade desse processo por meio dos governos constituídos nos séculos seguintes (Mires, 1993: 22).

O movimento ambientalista apresenta uma enorme diversidade, seja qual for a categorização adotada, o que se constitui numa dificuldade adicional, pois as pessoas e ONGs freqüentemente possuem simultaneamente afinidades e diferenças sob os diversos pontos de vista adotados. A diversidade se apresenta no campo da orientação ideológica, dos setores sociais, dos objetivos, dos oponentes principais e da metodologia de atuação, entre outras. Como reflexo desse quadro, também se verifica um «pluralismo [...] temático» nos estudos e teses ambientalistas: «valores, atitudes, instituições, processos e macroestruturas [...], estudos de caso, análises de discurso, *surveys* de ativistas e de organizações ambientalistas, estudos longitudinais sobre conflitos ambientais, investigações históricas, análises comparadas» (Alonso e Costa, 2002: 39).

Na continuidade da caracterização do movimento ambientalista como histórico-cultural, vamos inicialmente demonstrar a diversidade do ambientalismo em relação aos setores sociais nos quais ele está disseminado. Os dois principais setores em que ele se manifestava eram o do poder público e da sociedade civil organizada, mas atualmente uma forma ambientalista de raciocinar e de proceder alcançou praticamente todas as formas sociais. Esse fenômeno varia nos países, mas analisando o caso brasileiro, Héctor Leis e Eduardo Viola, que denominam esse fenômeno de «ambientalismo multissetorial e complexo», dizem que a partir da segunda metade da década de 80 ele passa a se distribuir desse modo: ambientalismo *stricto sensu* (as ONGs); governamental (secretarias e ministério do meio ambiente); sócio-ambientalismo (outros movimentos sociais com alguma pauta ambientalista); científico (pesquisadores e instituições); empresarial (preocupação com a sustentabilidade no seu processo produtivo); dos políticos profissionais de diversos partidos; religioso e espiritual; dos educadores em todos os níveis escolares, jornalistas e artistas; indivíduos coletivos, mas não organizados, formadores de opinião; partidos verdes; grupos promotores do potencial humano (terapeutas naturais); e camponeses, com a constituição da agricultura ecológica (Viola e Leis, 1991: 24; 1995: 135)¹⁸. Nesta listagem gostaria ainda de fazer alguns acréscimos distintivos: o direito ambiental, tribunais e juristas; esportes na natureza e o ecoturismo; engenheiros, sanitaristas,

¹⁸ Quadro composto a partir dos textos *Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo* (p. 24) e *O ambientalismo multissetorial no Brasil: para além da Rio-92: o desafio*

arquitetos e planejadores urbanos; empresas exclusivamente voltadas para a questão ambiental (além das que tratam dos temas anteriores, por exemplo, as de auditoria e consultoria ambiental).

Muitas pessoas e instituições, reivindicando isso ou não, são identificadas como defensoras da causa ambiental, desenvolvendo ou apoiando programas e projetos, integral ou parcialmente, constante ou ocasionalmente, criando a impressão de que todos hoje são “a favor da ecologia”, como observaram dois dos entrevistados. Mas, apesar disso, ainda cabe ao movimento ambientalista *stricto sensu* o papel de protagonista em diversos aspectos: ainda é daí, apesar de tudo, que advêm as propostas mais inovadoras e a manutenção de uma discussão sobre os princípios orientadores e sobre os projetos de transformação social; o *stricto sensu* continua como uma espécie de “fiscal” contínuo perante os deslizos dos demais agentes e instituições identificados com o ambientalismo; e quando se fala em movimento ambientalista, ainda são os militantes das ONGs que são mais reconhecidos pela população de modo geral (quando faz parte de alguma ONG, a pessoa, nos meios de comunicação, é apresentada como “ambientalista”; quando faz parte de uma empresa ou de algum órgão governamental, é apresentada como coordenador de tal área ou técnico de tal assunto). Isso é reforçado pelo grau de confiança depositado pelos brasileiros nas ONGs ambientalistas, conforme informa a pesquisa *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável*¹⁹, realizada no ano 2000, onde estas obtiveram um saldo de avaliação de 42 pontos (que já foi maior na pesquisa anterior, o que auxilia na avaliação feita a seguir)²⁰, enquanto, por exemplo, os cientistas possuem 35 pontos, o governo federal 11 pontos e os empresários -25 pontos (Crespo, 2001).

Por outro lado, efetivamente, o poder de influência dos ambientalistas das ONGs parece estar se esgotando em relação aos demais setores. Vejamos porque: os demais setores que entraram em cena têm dividido tarefas, sendo que os empresários gostam da idéia de tomar a liderança, pelo menos no estabelecimento do desenvolvimento sustentável (Schmidheiny, 1992: 9), buscando conferir uma maior promoção pública, principalmente via mídia, ao mercado; a

de uma estratégia globalista viável (p. 135).

¹⁹ Uma questão feita aos 2.000 entrevistados (por questionário padrão), revelou que «A organização [ecológica] mais lembrada, tanto nas respostas espontâneas quanto estimuladas [mas apresenta uma única tabela de respostas] é o IBAMA, a principal agência de meio ambiente governamental», entretanto, a própria questão já misturava os setores e tratava de instituições, e não de atores políticos; nela os primeiros colocados estimulados são: IBAMA, 70%; Associação Mico-Leão-Dourado, 25%; SOS Mata Atlântica, 23% (Crespo, 2001).

²⁰ Na pesquisa de 1997 esse índice era maior, de 57 pontos; os militares e os três níveis de governo também aumentaram, meios de comunicação, cientistas e organizações internacionais diminuíram e os empresários permaneceram com o mesmo índice de avaliação. As pesquisas anteriores, todas coordenadas por Samyra Crespo, tiveram outros nomes: a de 1998 foi *O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade* (Crespo, 1998) e a de 1992 foi *O que o brasileiro pensa da ecologia* – a esta última esta

legislação hoje em vigor já é bastante avançada e tem um grande poder de autonomia de desdobramento devido à consolidação do direito ambiental e das suas instâncias e áreas; falta, à maioria dos militantes e entidades, um projeto social mais amplo que lhes permita construir uma alternativa às macro-estruturas econômicas, tecnológicas e burocráticas através das atividades que desenvolvem; e – em que medida este é responsável pelos demais? – a grande diversidade manteve o ambientalismo distante da criação de consensos mínimos a respeito das grandes áreas da problemática ambiental, pulverizando-o num localismo imediatista, espontaneísta e pragmático: diversos entrevistados de Crespo (1988: 31), tanto na pesquisa de 1992 quanto na de 1998, falam em ambientalismo «heterogêneo, fragmentado e desunido».

O movimento ambientalista *stricto sensu* tem um legado impressionante, e ele continua a vigorar: os ambientalistas são chamados a sentar em diversos órgãos deliberativos e consultivos que tratam das questões ambientais, órgãos estes que não teriam sido criados sem os esforços das ONGs. Entretanto, com o passar do tempo, existem cada vez menos diferenças entre as partes componentes das negociações, causando uma aproximação de mão dupla: um “esverdeamento” dos outros setores e um “amarelamento”²¹ das ONGs ambientalistas. Esse assunto será retomado adiante.

O ambientalismo não é só um movimento da sociedade civil institucionalizado em ONGs, sendo esse um dos tipos de diversidade do movimento. A questão fica mais complexa ao olharmos todo esse aparato como portador dos outros tipos de diversidade assinalados. Este estudo, por focar os militantes das ONGs, não se deterá numa descrição mais pormenorizada dessa questão, mas tem claro que ela compõe o cenário ambientalista mundial, apresentando conseqüências para as ONGs. Essa diversidade “interna” a cada setor ambientalista também não é enfocada pelos autores consultados, apesar de muitos deles apresentarem inicialmente o movimento ambientalista como histórico e definirem o setor com o qual irão trabalhar – no caso, os textos pesquisados tratam prioritariamente das ONGs –, mas não é incomum encontrarmos nos textos uma certa mistura: estarem tratando o ambientalismo *stricto sensu* e referirem-se,

pesquisa não teve acesso.

²¹ O termo amarelamento não pertence apenas ao jargão popular: no dicionário significa «5. Perder o viço; empalidecer. 6. Desistir, por medo, de enfrentar situação perigosa e/ou difícil; acovardar-se» (Ferreira, 1999a). Evidentemente que nenhum dos termos é adequado: amarelamento, porque o medo não deve ser o motivo principal para a perda da radicalidade no embate de forças, embora também faça parte – pelo histórico de ameaças de toda ordem e mesmo de assassinatos (deste modo talvez pudéssemos falar em “roseamento” dos ambientalistas, usando essa cor como o símbolo da sociedade harmoniosa e sem conflitos). O verde, por outro lado, mostra-se adequado apenas para simbolizar o ambientalismo mais superficial e imediatista, pois sugere apenas o protecionismo florestal; um símbolo de um ambientalismo profundo, ou no mínimo mais sério – que aborde a íntegra da problemática –, se tiver que ser apenas uma cor, deveria ser o azul, pois num olhar macro a Terra é azul.

inadvertidamente, ao ambientalismo enquanto movimento histórico cultural. Devido à complexidade do tema, é compreensível essa ocorrência, e neste texto se tomará cuidado para não fazer o mesmo; para tanto, referir-se-á ao movimento ambientalista histórico-cultural como “movimento ambientalista” e ao movimento ambientalista *stricto sensu* através desta mesma denominação ou como “ONG”; o termo “ambientalismo” ou “ambientalista”, contudo, serve para designar as orientações política e/ou epistemológica, estética, etc. pelas quais se orienta toda a constelação do movimento ambientalista.

3.2 – O VASTO DENTRO DO *STRICTO*

Passemos, então, a conhecer alguns aspectos da diversidade das ONGs. Para evitar delongas, essa diversidade será apresentada, na sua maior parte, através de um resumo das abordagens de autores que trataram do tema, sem grandes comentários adicionais.

Não é de hoje que essa diversidade é reconhecida. Há 32 anos,

Em 1970 a revista *New republic* foi influenciada a descrever o movimento ambientalista americano como “o maior sortimento de aliados mal entrosados desde as Cruzadas – jovens e velhos, radicais de esquerda e de direita, liberais e conservadores, humanistas e cientistas, ateus e teístas”. (McCormick, 1992: 17)

E dez anos depois, um livro escrito no Brasil por um francês afirma que

As diversas correntes que constituem o movimento ecológico são tão disparatadas que se pode falar em “nebulosa ecológica”. Encontram-se aí tanto os antigos combatentes de maio de 1968 quanto os defensores da natureza e do meio ambiente, fanáticos da agricultura biológica antivacinalistas ou feministas. (Dupuy, 1980: 23)

De certo modo não poderia deixar de ser assim, haja vista que não se pode conceituar nem a natureza nem a cultura sem declará-la *diversa* e *indeterminada*, sendo precisamente por isso que ocorre a transformação da sociedade (Castoriadis, 1992: 279). Dentro de qualquer instituição de qualquer setor encontraremos dissidências, e algumas convivem melhor com isso, como é o caso estudado – e é aí que, afirmam alguns, reside a sua força, evitando os erros das outras formações políticas (Giovannini, 1997: 104).

Embora a maioria dos militantes tenha orientação esquerdista (Dupuy, 1989: 26), a composição política varia entre os tipos de ONGs e, dentro de cada tipo, entre as ONGs – e certamente ainda, dentro de cada ONG, entre seus integrantes –, contribuindo para isso fatores que vão da classe social, numa terminologia marxista, à constituição do *id*, numa terminologia freudiana. Seja como for, a tendência é de que as ONGs se formem a partir de alguma afinidade

mínima de seus ativistas, e essa questão torna-se importante quando ocorre alguma cisão entre os membros que reflita na organização da instituição ou na sua capacidade de atuação sobre a causa que a formou.

Uma outra diferença também é a do tamanho da ONG, podendo variar de alguns poucos a vários milhões de associados em diversos países – as transnacionais –, com evidentes reflexos para o orçamento, disso dependendo fatores que vão desde as concepções de quem dirige a organização até a simpatia ou do reconhecimento da causa perseguida; mas isso também deriva em outras diversidades, como a administrativa-burocrática – com maior ou menor disputa pelo poder –, a financeira, a qualidade técnica, o poder de pressão, a relação com o(s) Estado(s), entre outras.

As reflexões sobre a relação entre humanos e natureza são centrais para todas as associações ambientalistas. Sérgio Tavolaro cita o trabalho de Martin Lewis²² onde as escolas do ambientalismo são divididas por essa concepção: para os «verdes extremistas» a separação se deu na revolução agrícola do neolítico, outros falam que isso se deu com o judaísmo cristão, outros com a Revolução Industrial e outros ainda com os produtos químicos organo-sintéticos. A reintegração estaria, para os membros do Earth First!, na absoluta reimersão humana no estrato natural através de medidas como a desurbanização, para os ambientalistas socialistas na destruição do capitalismo e para os liberais numa reconexão intelectual, estética ou espiritual com a natureza (Tavolaro, 2001: 175-176).

É recorrente, no ambientalismo, considerar as orientações da sociedade – políticas, econômicas, religiosas, etc. – como *antropocêntricas*, ou seja, que conferem prioridade ou exclusividade ao bem estar humano. Também as abordagens ambientalistas de diversos setores, inclusive o *stricto sensu*, podem ser consideradas dessa forma. Uma postura que releve ou priorize os demais seres vivos poderia então ser chamada de *biocêntrica*, mas dado que

a ecosfera é mais abrangente do que [...] apenas [...] seres vivos, [...] engloba a água, o solo, a atmosfera, [...] a própria expressão biosfera parece-me insuficiente. [...] Ecocentrismo possivelmente seja um conceito de maior funcionalidade, através do qual superaríamos a dicotomia humanismo-biocentrismo, [...] porque uma posição ecocêntrica seria uma extensão dos valores humanistas a outros seres vivos e não-vivos; é uma forma de relativizar a posição do ser humano na natureza, ou diante da natureza. (Soffiati²³, in Unger, 1992: 26)

Robin Eckersley preparou uma tipologia baseada nesses valores. Antropocêntrica é a posição que articula a «emancipação humana e sua realização numa sociedade ecologicamente

²² LEWIS, Martin. *On human connectedness with nature*. New Literary History, nº 24, 1993. pp. 797-809.

sustentável» e ecocêntrica enxerga um contexto mais amplo de «emancipação que também reconheça o lugar moral do mundo não-humano e almeje assegurar que ele também se realize nos seus vários caminhos (*apud* Tavolaro, 2001: 144²⁴). Da primeira corrente fazem parte as vertentes conservacionista, ecologia do bem-estar humano, o preservacionismo e o movimento de libertação animal; da segunda as vertentes ecocentrismo autopoietico, ecocentrismo transpessoal e ecofeminismo (Tavolaro, 2001: 145-152).

Luciano Florit e Alejandro Olivieri falam que a diversidade de discursos «expressa uma heterogeneidade de conteúdos fundados em valores radicalmente diferentes» (Florit e Olivieri, 1995: 87) com diagnósticos e problematizações igualmente diferentes, cada qual com suas implicações políticas. Eles arrolam um desenvolvimentismo ecológico, centrado na produção e no consumo; um ecologismo contestatório, com variantes de outros movimentos sociais; um conservacionista, aristocrático defensor das belezas naturais; e um de renovação cultural, com questionamentos mais profundos sobre o dever ser da sociedade (Florit e Olivieri, 1995: 87-88).

Héctor Leis e José Luis D'Amato (1996: 120) nos apresentam uma tipologia levando em conta as relações entre as dimensões histórico-social, ética e vivencial-psicológica. Para eles, a crise ambiental «não tem alternativas realistas fora de um ambientalismo sustentado em uma ética complexa e multidimensional que recupere o sentido da fraternidade, o sentido espiritual da vida social e natural», e para levar a isso mais preparados estarão aqueles que conseguirem superar as polaridades que construíram nossa cultura. Essas polaridades seriam: na relação humanos-sociedade, o comunitarismo como princípio de inclusão e o individualismo como princípio de exclusão; na relação humanos-natureza, o antropocentrismo como princípio de exclusão e o biocentrismo como princípio de inclusão. Em seguida, associando esse resultado com os tipos psicológicos de Carl Jung, chegam a quatro tipos derivados e um integrativo da *dimensão vivencial-psicológica* dos indivíduos envolvidos com o ambientalismo.

Para ser mais objetivo, integrei os dois quadros (*ibidem*: 124 e 136) em um só, onde os termos junguianos aparecem sublinhados.

²³ Aristides Soffiati, no debate *Humanismo e biocentrismo: o ecologismo como questão filosófica I*.

²⁴ ECKERSLEY, Robin. *Environmentalism and political theory: toward an ecocentric approach*. Albany, State University of New York Press, 1992. p. 26.

<div>Relação homem-natureza</div> <div>Relação homem-sociedade</div>	Princípio de exclusão: Antropocentrismo <u>Princípio masculino (yang)</u>	Princípio de inclusão: Biocentrismo <u>Princípio feminino (yin)</u>
Princípio de inclusão: Comunitarismo (ou Coletivismo)	“beta” <u>Pensamento</u>	“delta” <u>Intuição</u>
Princípio de exclusão: Individualismo	“alfa” <u>Percepção</u>	“gama” <u>Sentimento</u>

Sucintamente, este seria o resultado do cruzamento das categorias acima:

- Alfa: • vertente branda; adequada aos atores políticos e econômicos; pensamentos mais precisos e informados; seres humanos individuais como objetivo; cresceu a partir dos anos 80; privilegio ao momentâneo, aos objetos concretos e aos sentidos; hedonista e realista;
- Beta: vertente da ecologia social; ênfase na coletividade; crítica ao tecnicismo e ao patriarcalismo; ênfase ao conceito; pode ser indutivista ou dedutivista;
 - Gama: expressivo nos anos 60 e 70; apresenta certo desinteresse pela problemática social; tendência da ecologia profunda; protege o fraco; preocupa-se com as gerações futuras; apresenta racionalidade sensível;
 - Delta: vertente espiritualizada e utópica; próxima à cosmovisão pré-moderna; exige temperança e sacrifício; de pouca capacidade comunicativa, ensina mais por gestos; antepõe o dever-ser ao que é; usa muito a premonição;
 - Ômega: integrador e sinérgico, valoriza o equilíbrio, a complementação e a cooperação; aproxima-se de *Tao* e de Gaia; realiza a integração entre as características internas do indivíduo utilizando as contradições e oposições; deflaciona a personalidade para ter energia para esse equilíbrio.

A abordagem permite compreender que aqueles indivíduos que não possuem equilíbrio suficiente entre suas funções psicológicas – que têm seu *self* muito polarizado – terão maiores dificuldades de lidar com os tipos psicológicos muito diferentes. Esse ajuntamento, em uma mesma organização, sempre ocorrerá, na medida em que não existem critérios substancialistas ou essencialistas para ingresso.

Eduardo Viola, num texto que tem se tornado referência (1987), falando sobre o movimento ecológico no Brasil, afirma que sua evolução se deu quando entrou na sua fase de realista, mas ainda convivendo com outras posições minoritárias. As posições são a ecologista fundamentalista, de horizonte pessimista e bloqueando o diálogo com a sociedade; a ecologista realista, que aposta na pequena propriedade privada e cooperativada sendo construída paulatinamente; a posição eco-socialista, que pretende a ruptura com o mercado e o

planejamento participativo centralizado; e a ecocapitalista, que ainda crê no mercado como regulador das desordens sociais e ambientais.

A última tipologia selecionada é a realizada por Manuel Castells, que utiliza os critérios de Alain Touraine, o que resultou na composição de um quadro, reproduzido abaixo (Castells, 1999: 143). Segundo este último, a caracterização de um movimento social se dá pela identificação da sua identidade, dos adversários que combate e dos objetivos da ONG.

TIPO (EXEMPLO)	IDENTIDADE	ADVERSÁRIO	OBJETIVO
Preservação da natureza (Grupo dos Dez, EUA)	Amantes da natureza	Desenvolvimento não controlado	Vida selvagem
Defesa do próprio espaço (Não no meu quintal)	Comunidade local	Agentes poluidores	Qualidade de vida / saúde
Contracultura, ecologia profunda (<i>Earth first!</i>)	O ser “verde”	Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo	“Ecotopia”
<i>Save the planet (Greenpeace)</i>	Internacionalistas na luta pela causa ecológica	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
“Política Verde” (<i>Die Grünen</i>)	Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente	Estabelecimento político	Oposição ao poder

Várias outras menções sobre a diversidade do ambientalismo são encontradas em muitos textos, e em alguns deles são realizadas tipologias. Não são apresentadas aqui porque repetem alguns dos tipos acima, porque misturam as ONGs com o movimento ambientalista amplo e porque já há material suficiente para a continuidade do trabalho.

Para finalizar, uma palavra sobre a distinção entre ambientalismo e ecologismo. A grande maioria dos autores conhecidos não se preocupa com essa distinção, mas há quem a faça. Manuel Castells prefere dizer que «o ambientalismo é a ecologia na prática», sendo o primeiro uma forma de correção da sociedade em relação à «lógica estrutural e institucional atualmente predominante», e a ecologia o entendimento de que os humanos são parte da natureza, e que o equilíbrio desta tem que ser mantido (Castells, 1999: 143 e 144). Outros trabalhos (Caride e Meira, 2001: 68; Soffiati, 1995: 106; Leis, 1991: 11; Crespo, 1998: 10; Arruda, 1993: 258²⁵) preferem não ver essa continuidade, identificando o ecologismo como uma vertente mais ecocêntrica, profunda, integradora e revolucionária – cada um deles dá mais ênfase a um ou outro aspecto. Entretanto, diversos outros autores, que não serão recuperados aqui, sem fazer a distinção terminológica afirmam estas características para o ambientalismo. Neste texto preferi usar o termo “ambientalismo” e suas variantes e não entrar nessa polêmica, por vários motivos:

²⁵ Arruda se utiliza da distinção feita por Selene Herculano em *Movimentos ecológicos e estruturas públicas políticas: o fórum das ONGs e o contexto preparatório da sociedade civil* (Projeto de pesquisa para doutorado. IUPERJ, 1991).

porque essa distinção é feita através da interpretação teórica literária, não havendo relatos (este pesquisador não os conhece) de embates entre grupos auto-denominados ecologistas e grupos auto-denominados ambientalistas; porque não existe concordância entre os autores que serviram de suporte à pesquisa; porque a maior parte da literatura não faz essa distinção; porque no Brasil, seja na academia, na própria auto-identificação das ONGs ou no linguajar corriqueiro, tem prevalecido o uso do termo “ambientalismo”; porque, na minha interpretação, o termo “ambientalismo” faz uma ponte mais direta entre as dimensões natural e social da vida humana, como esclarecido anteriormente.

3.3 – OS PRINCÍPIOS DO AMBIENTALISMO

Mas afinal, o que fica do movimento ambientalista? Não há nada que os una? Nem mesmo as ONGs possuem algo em comum? Sim, há inúmeros pontos de contato, e são eles que serão explorados agora.

Todo o ambientalismo parte da valorização da vida e da natureza (Viola, 1987: 76; Tavolaro, 2001: 203) – «Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade» é o primeiro princípio da Carta da Terra da ONU (Carta da Terra, 2002b). No presente esse respeito ganhou dimensão com o reconhecimento de que as pressões causadas por algumas manifestações da sociedade humana sobre o estrato natural – ou seja, sobre tudo que foi criado independentemente da ação humana – estão produzindo a ameaça de colapso em diversos fatores naturais, entre eles o equilíbrio climático, a segurança contra a radiação solar nociva e a interação vital da biodiversidade, e que isso acarretará consequências para a qualidade de vida humana. As discordâncias referem-se à origem desse processo e à forma de solucioná-lo.

Sob a forma de tipologias, algumas pistas sobre essa discordância já foram dadas acima e são consideradas suficientes para o propósito deste trabalho. Seria preciso, agora, apresentar um debate sobre as convergências, tomando por base os escritos sobre o movimento ambientalista. Mesmo assim, deve-se advertir, não haverá grande chance de apresentar uma imagem definitiva, haja vista que falta referencial teórico, já que dentre os autores conhecidos não há quem tenha procurado fazer esse tipo de levantamento.

Quando um conjunto de atores políticos encontra consensos sobre a origem dos problemas que combatem e sobre a sua solução, direi que partem de *princípios comuns*, e para evitar mal entendidos é preciso esclarecer mais o uso desse termo. Princípio é aquilo que, quando se vai a fundo na explicação das próprias concepções ou crenças, forma algo como uma

base dessas concepções ou crenças, e deste modo os princípios tendem a ligar-se a princípios, assim como ligamos liberdade à igualdade. José Olímpio da Silva, militante ambientalista de Florianópolis, em sua entrevista esclareceu o que pensa ser um princípio:

Enquanto forma de movimento, digamos que todo o movimento exige uma identidade, e isso é uma perturbação da tua pesquisa, e toda identidade precisa de uma linguagem para manifestar uma certa identificação de limites que diferenciem, um do outro. Dentro desta lógica ética no sentido de corresponder a questões pré-dadas pela concepção filosófica de vida, se você chega a uma definição de verdade, mesmo que não seja absoluta, mas que sejam referências ou balizas que vão conciliar sua postura, é fundamental no movimento ambientalista, como em todos os movimentos, buscar uma referência de fidelidade àquilo que está pré-dado por uma linguagem ou *status* da discussão. Princípio, então, seria o primeiro elemento gerador da pergunta; princípio é o que está dado antes daquele momento em que se está refletindo; você identifica esse antes como certo ou como mais adaptativo para resolver um problema. É ter uma fidelidade com posturas que te permitam alcançar ou materializar esses objetivos.

Os princípios equivalem tanto aos fundamentos das concepções quanto aos objetivos ou finalidades deles derivados tais como historicamente concebidos, e não como entidades metafísicas ou sagradas, fixas e fixadoras. Os princípios trazidos de outras culturas ou criados dentro da nossa pelo ambientalismo contêm uma grande dosagem de sensibilidade, de afetividade e de inspiração moral, mas igualmente de reflexão de base racional, tendo em vista as possibilidades e limites de adequação tanto à natureza humana quanto à realidade natural:

As associações [ambientalistas] constroem tais *princípios*, é verdade, reinventam tradições em relação às quais normas podem ser justificadas, isto é, reinventam uma espécie de acervo de saber que exerce a função de referência para expectativas de comportamento e para a formação de identidades. No entanto, esses acervos não se pretendem semanticamente unitários e nem fechados à reflexividade, tais como operam os mitos, reutilizando sempre os mesmos materiais, ainda que com as combinações as mais variadas possíveis, como bem demonstrou Lévi-Strauss. (Tavolaro, 2001: 205)

Então, mesmo que os princípios sejam tomados como crenças, estão sob a vigília dos demais atores sociais com os quais dialogam ou se embatem, e quando atingem um nível de razoabilidade, podem inclusive virar normas explícitas, como por exemplo no caso das ONGs que trazem como primeiro item de seus estatutos uma Declaração de Princípios²⁶.

²⁶ Vejamos o caso do IEP – Instituto de Ecologia Política, ONG com sede nesta cidade: «Da Declaração de Princípios: Artigo 1º: O Instituto de Ecologia Política é uma organização não-governamental, composta por cidadãos interessados em discutir os graves problemas sócio-ambientais da contemporaneidade. Seu principal desafio consiste em pensar soluções criativas para se enfrentar esses problemas, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para a concepção de modelos de desenvolvimento baseados em experiências bem sucedidas de alcance simultâneo da justiça social, da eficiência econômica e da prudência ecológica».

Dos princípios derivam, então, pistas orientadoras para a reflexão e critérios para a ação, estando deste modo estritamente ligadas à moral. Sabemos que o ambientalismo formula uma ética, que, apesar de não ser unívoca, paira ao fundo como um modelo de auto-definição. Tavolaro estudou o movimento ambientalista do ponto de vista da sua moral e afirma que ela se constitui apenas no âmbito da «pós-convencionalidade», um termo formulado por Lawrence Kohlberg do qual Habermas se serve e que indica o nível de consciência moral moderno. O primeiro nível é o pré-convencional, ou de expectativa de comportamento; o segundo é o convencional, ou da norma, da expectativa generalizada; o terceiro é o pós-convencional, que se refere aos princípios, o nível normativo mais elevado, «uma forma mais abstrata e universal de assegurar o consenso, de coordenar ações em sociedades tão plurais como a moderna» (Tavolaro, 2001: 196)²⁷. É nesse nível que as próprias normas são julgadas (e não apenas as ações) e que a reflexão dos atores sociais é mais exigida, alçando a natureza à qualidade de sujeito portador de valores, ou seja, que a defesa da natureza pôde ser incorporada aos princípios morais da humanidade ocidental²⁸.

No texto *Princípios políticos*, Agnes Heller e Ferénc Feher (1998) confrontam o agir político que tem base em princípios com aquele que se baseia na responsabilidade, esta desenvolvida por Weber, para quem os atos políticos se medem pelas suas conseqüências sobre os comandados do agente político (ibidem: 94), já que para ele a atividade política pertence à esfera do Estado, que se funda na força de coação, e «todo homem que se entrega à política, aspira ao poder» (Weber, 1993: 55 e 57). Para Heller e Feher, contudo, é necessário ter em mente quais as conseqüências que são desejáveis para a sociedade, e estas só podem ser baseadas em princípios, que dão «coerência a todos os atos políticos», e sem eles não «se pode assumir nenhuma responsabilidade por uma ação política» (Heller e Feher, 1998: 94 e 97), o que ocorre toda vez que «alguém se apresenta voluntariamente para agir em nome de outros» (ibidem: 95). Princípios são invocados, portanto, para justificar as tomadas de decisão que afetarão a vida da comunidade ou da humanidade, e é a eles que se dirigem as críticas – seja a eles próprios, seja à forma de alcançá-los, quando há concordância sobre eles. A discussão sobre os rumos da sociedade, sejam eles empreendidos pelo poder estatal, sejam pelas atitudes cotidianas – a ordenação da cotidianidade é uma ação política (Heller, 1985: 41) –, permanecem sempre num patamar elevado e as decisões pragmáticas devem ser tomadas com muito mais cuidado.

²⁷ Tavolaro serve-se das seguintes publicações de Jürgen Habermas: *Teoria de la acción comunicativa* (Tomo 2. Buenos Aires, Taurus, 1990) e *Soberania popular como procedimento – um conceito normativo de espaço público* (Novos Estudos Cebrap, n^o 26, 1990. pp. 100-113).

²⁸ Eduardo Galeano observou que faltou um décimo primeiro mandamento ao cristianismo: «Amarás a natureza, da

Entre os textos do ambientalismo, diversos deles fazem referência à existência de *princípios ambientalistas* ou *princípios ecológicos*, mas nem todos os apresentam ou os relacionam com outros. Vejamos, então, os princípios elencados em algumas publicações.

Continuando com Tavolaro, vemos a lista dos seguintes princípios da moral ambiental, que correspondem a princípios de igualdade, seja no sentido de garantir o acesso de todos os humanos, seja no sentido de igualar todos os seres vivos como portadores de direitos:

A igualdade de acesso aos bens naturais e a uma qualidade de vida digna; que a vida não-humana, tanto quanto a humana, tem valores intrínsecos, independentemente dos usos e finalidades humanas; que a riqueza da coexistência de todas as formas de vida contribui para a realização desses valores intrínsecos; que ao “princípio de hostilidade”, próprio da sobrevivência natural, deve-se agregar o “princípio de respeito” intra e interespecies. (Tavolaro, 2001: 206)

Aproveitando a referência anterior, uma vez que o ambientalismo tem a marca da ecologia como ciência natural, cabe recordar alguns dos princípios que regem a vida na Terra e que colocam limites para as criações e produções culturais. Serão apresentados através das palavras de Magda Renner, militante da Ação Democrática Feminina Gaúcha²⁹, grupo que mudou de área de atuação ao ter contado com José Lutzemberger – a ponto de hoje ter se transformado no grupo Amigos da Terra - Brasil –, o que serve para demonstrar a força política e epistemológica desses princípios.

Lutzemberger apresentou os quatro princípios, que são coisas tão simples que são até banais. Mas uma coisa que se torna uma banalidade é uma realidade que todos os dias está aí. Então, por exemplo, o primeiro princípio era que em um espaço limitado não pode haver crescimento ilimitado. Não precisa nenhuma explicação. Outro: a natureza não produz lixo, porque os detritos e dejetos e os cadáveres de uns são o alimento e a matéria-prima de outros. Outro: todos os ecossistemas naturais são auto-sustentados – auto-sustentados e auto-regulados. Só se desregulam quando nós entramos com as nossas coisas. E, finalmente, a natureza não é um aglomerado aleatório de elementos e organismos vivos, e sim cada um tem o seu lugar e a sua função a cumprir. Então, eu digo: com esses quatro princípios, tu estarás absolutamente dentro da ecologia de ontem, de séculos atrás e de séculos à nossa frente. (Renner, *in* Urban, 2001: 60-61)

Henri Acselrad, por sua vez, tratando a crise ambiental como originária da invasão da

qual fazes parte» (Galeano, 1996: 62).

²⁹ Trata-se de um caso muito controverso: oriundo de senhoras de famílias tradicionais, ricas e influentes, o grupo foi criado com a finalidade de dar sustentação ao golpe militar de 1964, mas que, segundo Magda, logo se desvinculou desse movimento e aprofundou a finalidade de formação de cidadania participativa e responsável. Embora as declarações dela na entrevista demonstrem um grande senso crítico, esse caso valeria um bom estudo para se investigar a possibilidade e uma transformação profunda da sociedade partindo dessas bases (conforme Urban, 2001: 57-67).

esfera pública pela esfera privada, afirma que as lutas ambientalistas

têm por objetivo geral introduzir princípios democráticos nas relações sociais mediadas pela natureza: a igualdade no usufruto dos recursos naturais e na distribuição dos custos ambientais no desenvolvimento; a liberdade de acesso aos recursos naturais, respeitados os limites físicos e biológicos da capacidade de suporte da natureza; a solidariedade entre as populações que compartilham o meio ambiente comum; o respeito à diversidade da natureza e aos diferentes tipos de relação que as populações com ela estabeleçam; a participação da sociedade no controle das relações entre os homens e a natureza. (Acsehrad, 1992: 19)

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi fundamental para a criação de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental e para o fortalecimento do movimento ambientalista. Ela produziu, além de uma Declaração, também um Plano de Ação e uma Lista de Princípios, num total de 26, os quais foram sintetizados por McCormick:

1) Os recursos naturais deveriam ser resguardados e conservados, a capacidade da terra de produzir recursos renováveis deveria ser mantida e os recursos não renováveis compartilhados. 2) O desenvolvimento e a preocupação ambiental deveriam andar juntos e deveria ser dada toda a assistência e incentivo aos países menos desenvolvidos no sentido de promover uma administração ambiental racional [...]. 3) Cada país deveria estabelecer seus próprios padrões de administração ambiental e explorar recursos como desejasse, mas não deveria colocar em perigo outros países. Deveria existir cooperação internacional voltada para o melhoramento ambiental. 4) A poluição não deveria exceder a capacidade do meio ambiente de se recuperar e a poluição dos mares deveria ser evitada. 5) Ciência, tecnologia, educação e pesquisa deveriam ser utilizadas para promover a proteção ambiental. (McCormick, 1992: 110)

Resultado de um processo de consulta operado pelo UNEP, IUCN e WWF³⁰, *Cuidando do planeta terra: uma estratégia para o futuro da vida* é uma análise da situação global e um conjunto de recomendações do nível local ao global, que busca encorajar a tomada de atitudes em todos os níveis e setores para fazer frente às atuais condições de degradação. A primeira parte da publicação chama-se Princípios da Vida Sustentável, em número de nove, cada um deles compondo um capítulo, que são:

Construir uma sociedade sustentável, respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos, melhorar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra, permanecer nos limites da capacidade do Planeta Terra, modificar atitudes e hábitos pessoais, permitir que as comunidades cuidem do seu próprio meio ambiente, gerar uma estrutura nacional para integrar desenvolvimento e conservação, e construir uma aliança global. (UNEP, IUCN e WWF, 1991: III)

³⁰ Respectivamente, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, em português), União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, no Brasil) e Fundo Mundial para a Natureza.

É pertinente também ilustrar este levantamento com os princípios de uma corrente antiga e influente dentre as associações civis. A Ecologia Profunda, que embora influencie alguns militantes no país – como é o caso de quatro dos entrevistados desta pesquisa, segundo suas declarações –, possui organizações nos países centrais; possui um forte componente religioso de culto à vida e utiliza ações de grande impacto demonstrando uma crítica muito contundente ao estilo de vida ocidental. Os ecologistas profundos baseiam-se em 8 princípios:

O bem-estar da vida humana e da vida não-humana tem valores intrínsecos, separados dos usos e propósitos humanos; a diversidade, a riqueza de todas as formas de vida contribuem para a realização desses valores intrínsecos; os seres humanos não têm o direito de reduzir tal riqueza e diversidade exceto para satisfazer necessidades vitais; o florescimento da vida humana e da cultura é compatível com um substancial decréscimo das populações humanas; a intervenção humana no mundo não-humano é excessiva e tende a piorar; políticas devem ser mudadas a fim de que as estruturas econômicas, ideológicas e tecnológicas sejam transformadas em uma direção muito diferente da presente; os seres humanos devem valorizar uma qualidade de vida que não signifique altos padrões de consumo material; aqueles que subscrevem esses pontos têm uma obrigação, direta ou indireta, de tentar implementar as mudanças necessárias. (Tavolaro, 2001:187³¹)

As ONGs ambientalistas também têm um grande referencial de princípios construído conjuntamente no Fórum Global das ONGs durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, Fórum que influenciou bastante a elaboração da Carta da Terra pelas Nações Unidas, que está em vias de ser finalmente aprovada com o objetivo de servir de código de ética planetário pelo qual devem se conduzir os países membros. A Carta da Terra do Fórum Global das ONGs é um documento rico e inspirador, reunindo valores considerados indispensáveis para a conversão da humanidade a um caminho seguro e ao mesmo tempo belo. Começando por declarar que «Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar» (Carta da Terra, 2002c), elenca um conjunto de 10 princípios, abaixo sintetizados:

Respeitar, favorecer, proteger e restaurar os ecossistemas da Terra para assegurar a diversidade biológica e cultural; reconhecer a diversidade e afinidade comuns, com respeito a todas as culturas e aos seus direitos à satisfação das necessidades ambientais básicas; como a pobreza afeta a todos nós, deve-se alterar os estilos não sustentáveis de produção e consumo e acabar com a pobreza; enfatizar e aperfeiçoar nossa capacidade endógena para criação de tecnologia e para o desenvolvimento; reconhecer que as fronteiras nacionais não coincidem com a realidade ecológica da Terra e que

³¹ Tavolaro utilizou *The deep ecology – ecofeminism debate and its parallels*, de Fox Warwick (*Environmental Ethics*, vol. 11, p. 5-25, 1989). Também constante de *Deep ecology: living as if nature mattered*, de Bill Devall e George Sessions (Layton, Gibbs Smith, 1997), p. 70.

a soberania nacional não significa a exoneração da responsabilidade coletiva de preservar e restaurar os ecossistemas da Terra; rejeitar o militarismo e o uso de pressões econômicas como meio de resolução de conflitos e promover a justiça social e o bem estar econômico, espiritual, cultural e ecológico; garantir que os processos de decisão e seus critérios sejam claramente definidos, transparentes, explícitos, acessíveis e equitativos; fazer os Estados, institutos, corporações e povos, que degradam desigualmente o meio ambiente, causando impactos que são sentidos igualmente por toda a Terra, responderem pelos prejuízos desta degradação proporcionalmente; considerar as mulheres como uma força poderosa para a transformação e fazer os processos de decisão refletirem equitativamente sua contribuição; considerar negligência a inação perante o alto grau, velocidade, magnitude e escala de ameaça à biosfera (Carta da Terra, 2002c).

A Carta da Terra preparada pela ONU através de ampla consulta se baseia em uma grande variedade de fontes apoiadas pelos movimentos sociais, entre as quais «a ecologia e outras ciências contemporâneas, as tradições religiosas e as filosóficas do mundo», a «literatura sobre ética global, o meio ambiente e o desenvolvimento, a experiência prática dos povos que vivem de maneira sustentada, além das declarações e dos trabalhos intergovernamentais e não governamentais relevantes» (Carta da Terra, 2002a). A Carta da Terra da ONU também reúne diversos princípios – 74 ao todo (2002b)³² – que são reunidos em quatro grandes conjuntos: «respeitar e cuidar da comunidade da vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não violência e paz» (Carta da Terra, 2002b).

Para encerrar, é necessário fazer referência a algo que é tanto um setor ambientalista (reconhecido por Viola) quanto uma atividade explícita ocasional ou programática de muitas ONGs e de outros setores: a educação ambiental. Na realidade, ela é mais que isso, é uma forma de ação implícita de todo o movimento ambientalista e de todas as ações individuais e coletivas humanas (Soares, 1999: 103) –: um protesto público, uma reunião, os bens que se adquire, a construção de uma casa, a alimentação, etc., para além da ação local e momentânea, são ações que educam, servem de exemplo, carregam valores, comportam-se como modelos de reflexão e de atuação que atingem e podem ser absorvidos por outros indivíduos. O reconhecimento da importância da educação ambiental a nível governamental foi uma importante conquista – apesar de não ter logrado materialização em larga e profunda escala –, encontrando seu maior marco na 1ª Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, ocorrida em Tbilisi (URSS) em 1977³³. Sua recomendação nº 2 apresenta três pontos: as Finalidades, as Categorias de Objetivos

³² Na versão citada primeiro (Carta da Terra, 2002a), ela possui 16 princípios, apenas variando a forma de organização, menos didática.

³³ Houve mais duas grandes conferências, também organizadas pela ONU: em 1987, o Congresso Internacional em Educação e Formação Ambientais, em Moscou, na CEI (*apud* Dias, 1993); e em 1997 a Conferência Meio

e os Princípios Básicos da Educação Ambiental, estes reproduzidos a seguir:

a) Considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (tecnológico e social, econômico, político, histórico-cultural, moral e estético); b) Constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando através de todas as fases do ensino formal e não-formal; c) Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada; d) Examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional; e) Concentrar-se nas situações ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica; f) Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais; g) Considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento; h) Ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais; i) Destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas; j) Utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais. (*in* Dias, 1993: 66)

Como pode ser visto, muitos dos princípios são concordantes e provavelmente provocam a identificação da maioria dos ativistas das ONGs e mesmo de muitos participantes de outros setores. A validade deles, contudo, é mais semântica do que prática, a não ser nos casos em que elas estejam explicitamente formuladas como normas ou critérios de avaliação de conduta dos indivíduos participantes de organizações.

Princípios tais como esses, contudo, são passíveis de serem invocados todas as vezes que há embate de opiniões ou de práticas entre os ambientalistas, além de serem defendidos quando estes se confrontam com os opositores não orientados pelo ambientalismo. Assim sendo, a existência de algo como *princípios* orientadores paira ininterruptamente sobre a reflexão e questionamento dos ativistas do ambientalismo. Embora saibamos que as atitudes não são exclusivamente premeditadas e previamente consultadas a princípios, as justificações realizadas posteriormente à ação tendem a compor princípios (a resposta “fiz assim por que eu quis”, denota uma máxima do tipo “cada um faz o que quer”).

Por fim, para deixar mais claro, é conveniente uma síntese dos princípios ambientalistas elencados acima, compondo um quadro que aperfeiçoe aquele apresentado no Projeto de Qualificação desta pesquisa, que por sua vez foi elaborado a partir de um texto anterior (Soares, 2001a). Ele não se pretende exaustivo, tampouco normativo – a identificação

com ele ou não cabe aos leitores –, servindo apenas como demonstração e como ponto de partida para as reflexões feitas a seguir e para a análise das entrevistas mais abaixo – bem como para as dos leitores. Esses princípios possuem em comum a propriedade de serem inter-relacionais (interacionais, articulados, cambiáveis) e dinâmicos (processuais, em movimento e transformação), unindo em reciprocidade contínua, porém não de forma determinista, todas as dimensões/aspectos/esferas do mundo até agora conhecido e estimado. Assim sendo, o primeiro princípio apresentado abaixo serve como referencial e organizador dos demais:

- Ontologia ecossistêmica (ou processual-relacional) – o ser natural e cultural caracterizam-se por coisas, processos e relações; o mundo é diverso, dinâmico e apresenta inter-relações internas do micro ao macro; natureza e sociedade humana apresentam relações de co-determinação e interdependência, sociedade e indivíduo são indissociáveis e as ações humanas produzem efeitos previsíveis que devem ser considerados em todas as políticas.
- Respeito a todas as formas de vida – a espécie humana constituiu-se biologicamente no mesmo processo de evolução orgânica, e todas as formas vivas preenchem alguma função no seu nível de ação; os danos à biosfera devem ser recuperados e o uso da natureza como recurso deve permanecer dentro dos limites de suporte do planeta.
- Multiculturalismo – a humanidade é formada por um grande número de povos em inter-relação, com características étnicas e com valores, conhecimentos e crenças próprias, e deve ser resguardada a autonomia e a auto-determinação de gestão natural e de organização social; esses modos de vida têm o que ensinar e aprender de cada um dos demais, e têm o direito de sobreviver.
- Respeito às gerações futuras – nossos descendentes têm direito a um ambiente sadio e que não tenha sido alterado para atender aos imperativos do mercado e de estilos de vida que, além de segregadores, desperdiçam os recursos retirados da natureza e lhe impõem cargas abusivas de despejos; os estilos de desenvolvimento devem manter a sustentabilidade espacial e temporal da biosfera.
- Justiça social – todas as pessoas de todos os povos e comunidades têm direitos iguais, e devem ter assegurado o direito à satisfação das suas necessidades; o flagelo da pobreza deve ser eliminado através do combate à concentração econômica e de garantias legais; as desavenças locais ou transnacionais precisam ser resolvidas sem o uso da violência.
- Democracia participativa – todos os indivíduos sociais participando da escolha dos destinos da sociedade da qual fazem parte, sem distinção sexual, racial ou de outro tipo; os indivíduos não

apenas são portadores de direitos e encarregados de deveres, mas devem participar ativamente da reflexão, debate e deliberação desses direitos e deveres aos quais submeter-se-ão socialmente.

- **Compromisso de transformação** – os problemas sociais e destes sobre a natureza são graves e evidentes, e sua solução não pode mais ser postergada; exige-se medidas profundas e duradouras com o envolvimento de todos os atores e instituições através dos meios mais adequados e com proporcionalidade de responsabilidades.
- **Revisão do estilo de vida** – o modo de vida das sociedades tecnológicas não pode ser estendido a todos os humanos, e as necessidades criadas pelas culturas devem ser repensadas, caminhando para um estilo de vida baseado na simplicidade e na naturalidade.
- **Agir localmente e pensar globalmente, pensar localmente e agir globalmente** – os problemas ambientais são interligados de forma histórica e social; nosso modo de vida é resultado de um processo histórico que abarca quase todas as sociedades humanas da Terra; agressões ambientais de grande monta afetam cada recanto do planeta, e o somatório de pequenas agressões locais alcançam proporções globais; as políticas locais e mundiais devem considerar essa reciprocidade.
- **Responsabilidade individual** – cada ser humano senciante e consciente é capaz de compreender que suas ações individuais mantêm ou contestam a estrutura social na qual foi educado e contra a qual eventualmente se revolta; a transformação das estruturas sociais requer tanto ações coletivas quanto pessoais.
- **Interdisciplinaridade** – uma vez que a separação das coisas, processos e relações naturais e culturais é, no limite, meramente didática, a compreensão e a ação sobre o mundo deve ser feita de forma integrada, o que envolve o questionamento da forma disponível de organizar o conhecimento e a consideração dos saberes locais e tradicionais.

3.4 – EM BUSCA DO FIO CONDUTOR

3.4.1 – A interligação dinâmica do ambiente

O fio condutor que liga todos os princípios apresentados acima é a abordagem processual-relacional das coisas e fenômenos, ou seja, entender o mundo não como um sistema fechado e estático, mas como um todo composto de cadeias de interconexão dinâmica, exibindo determinidades (causa e consequência, repetição, tendências, etc.), mas com espaço para indeterminidades (acaso, criação, aleatoriedade, etc.) – o que também pode ser denominado de

ontologia ecossistêmica. Na área ambiental, tem sido usado o termo *sistemismo* – complicado, contudo, por sua carga determinista cartesiana – para designar a propriedade inter-relacional e trans-temporal do ser, o qual teria sido formulado na história da biologia organística, pela psicologia da Gestalt, pela ecologia e também pelos físicos da relatividade e da mecânica quântica, ganhando um grande reforço da Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy (Capra, 1999: 46), embora esta última tenha recebido críticas de ser demasiado reducionista (Leff, 2000a: 28).

Mas foi a ecologia, emergida como ciência a partir da década de 70 do século retrasado, que canalizou essas concepções para a constituição de um movimento social e que tem se mostrado com força suficiente para dar conta de sustentar uma proposta de transformação social com potencial neoparadigmático e de grande influência sobre todos os movimentos sociais – Huber vê esse potencial também no movimento feminista e por novos estilos de vida (Huber, 1985: 19). Embora não sustente a transposição das leis da ecologia natural para a organização cultural, o movimento ambientalista demonstra os limites e as possibilidades bastante claras colocadas pelo estrato natural às intenções humanas, trazendo daí evidentes implicações políticas. Thomashow chama a atenção para «a compreensão dos ciclos biogeoquímicos», um processo básico e fundamental da vida na Terra, que sustenta toda a cadeia da vida, e que «transmite a interligação e a interdependência, aspectos críticos da perspectiva ecológica global» (Thomashow: 54).

Em diversos escritos encontramos referências à abordagem processual relacional do ambientalismo, e creio que apenas um selecionado fraseário será suficiente para mostrar as formas com que essa idéia é defendida³⁴:

«*interdependência* entre todos e tudo no planeta» (Sorrentino, 2001: 219); «*íntima conexão* entre a psique do ser humano, a sociedade e a realidade em geral ou, em outras palavras, entre as leis que regulam a evolução da alma humana e a evolução da vida em geral» (Leis e D’Amato, 1996: 114); «o ambientalismo refere-se ao desenvolvimento evolutivo e activo da perspectiva ecológica do mundo que é simultaneamente dinâmica, diversa e radical» (Thomashow: 33); «o enfoque ecológico à vida, à economia e às instituições da sociedade enfatiza o carácter *holístico* de todas as formas de matéria, bem como de todo processamento de informações» (Castells, 1999: 166); «a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar *transversalmente* as *interações* entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referência sociais e individuais» (Guattari, 1997: 25); «tudo está *relacionado* e hoje isso começa a fiar mais claro – as pessoas estão percebendo» (Mantovani³⁵, in Urban, 2001: 149); «o dogma central do

³⁴ Os *grifos* são meus.

³⁵ Mário Mantovani foi entrevistado por Tereza Urban como Superintendente Executivo da SOS Mata Atlântica.

ambientalismo, isto é, que “*tudo está ligado a tudo o resto*”, pareceu difícil compreender em termos jornalísticos» (Hannigan: 85); «isto sabemos: a Terra não pertence ao homem, o homem pertence à Terra. Isto sabemos: todas as coisas estão *interligadas* como o sangue que une uma família. Há *ligação* em tudo. O que acontece com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não teceu o tecido da vida: ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo» (Cacique Seattle³⁶, *apud* Dias, 1993: 375); «Princípio I.2: Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos» (Carta da Terra, 2002b).

De acordo com a interpretação do pesquisador sobre o movimento ambientalista, o princípio primordial de defesa da natureza deve ao da compreensão processual-relacional. Este último é uma idéia força desencadeadora de uma ética e de uma política que encontrou uma definição no primeiro, ao mesmo tempo em que o primeiro tem levado a um avanço da compreensão cada vez maior e mais evidente da realidade do segundo.

Compreender o mundo como um movimento relacional, ou como uma interação dinâmica, implica em relevar tanto um quanto outro: natureza e cultura, cultura e indivíduo, história e cotidiano, micro e macro – a noção de ambiente congrega natureza e cultura, a segunda dependente da primeira e a primeira, agora, à mercê da segunda. Estão em estado de co-dependência a cultura e os indivíduos que nela vivem; o cotidiano não é apenas uma divisão da história; o acúmulo das manifestações locais alcança conseqüências globais e os eventos globais (oriundos da natureza ou da cultura) afetam cada localidade; o grande e o pequeno dependem do ponto de vista do observador.

A centralidade do enfoque processual-relacional do ambientalismo é revelada pela orientação interdisciplinar requisitada por muitos dos seus estudiosos. Tal enfoque volta-se contra o reducionismo marcado por teorias pragmáticas (Maimon, 1993: 48), o que nos afasta da compreensão da complexidade e mantém o ambientalismo sob o questionável domínio de especialistas: «se “*a diversidade é um princípio ecológico fundamental*”³⁷, é difícil circunscrever a problemática numa camisa de força disciplinar ou confinar a um curso de especialização ou delegar a um “*especialista em meio ambiente*”³⁸» (Mata: 5). A integração da sociedade aos limites estabelecidos pela natureza demanda na conexão dos conhecimentos em formação nas ciências naturais e sociais (Leff, 2000a: 20) de modo a adaptar as leis que elaboramos para a vida no ambiente – na sociedade moderna, submetida primordialmente à economia (*oikos-nomos*) –

³⁶ Atribui-se ao Cacique Seattle a autoria de uma carta endereçada ao governo norte americano que tentava comprar suas terras; a carta é largamente citada como exemplo de uma compreensão holística do mundo.

³⁷ MAX-NEEF, Manfred. *Ciência, tecnologia e ecologia*. in: BUARQUE, Cristóvam (org.). *Ciência, educação e ecologia*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1992. p. 43.

ao que já nos é possível conhecer dele – principalmente pela ecologia (*oikos-logos*). Essa é também a metodologia usada pelo campo denominado de ecologia humana, que reforça a idéia de uma relação entre ser humano e natureza mediada pela cultura com tudo que nela há (Morán, 1990: 30), ao mesmo tempo em que não dispensa da análise o fato de sermos um ser vivo evoluído como os demais. Entretanto, há um déficit acentuado de práticas interdisciplinares que consubstanciem a sua importância teórica (Vieira, 1995: 23; Arruda, 1998: 72), o que nos remete à substituição da ciência cartesiana como uma das grandes metas do ambientalismo (Brügger, 1994: 91).

Com base nessa discussão, é possível afirmar que a pauta do ambientalismo fica hiper-inflada em comparação com a dos demais movimentos sociais. Cada um dos temas ou áreas ambientalistas (água, lixo, biodiversidade, etc.) está em correlação com os demais, a ponto de cada uma dessas áreas dever seu sucesso de conservação ou recuperação ao sucesso da conservação ou recuperação das outras (por exemplo, a quantidade e qualidade da água depende da integridade das florestas, e estas dependem da pureza da atmosfera – do mesmo modo, as conquistas legislativas precisam do seu alcance ao nível de hábitos individuais dos atores sociais). Em um trabalho anterior, este pesquisador debateu melhor os diversos campos de atuação ou de preocupação com que está relacionado o ambientalismo: relações de gênero, saúde, consumo, animais domésticos, alimentação, meios de comunicação, estilo de vida, entretenimento e lazer, transporte e locomoção, saber popular x saber científico e participação comunitária (Soares, 1999: 88-91 e 93-102).

3.4.2 – O buraco é mais embaixo

Mas o problema ambiental não está sendo afrontado de modo interligado. As ONGs ambientalistas, segundo a referência da *Ecolista: cadastro nacional de instituições ambientalistas*, em grande parte dos casos formam-se em torno de uns poucos temas ou áreas restritas, através de projetos em comunidades locais e dentro de uma biorregião específica (Mater Natura, 1996: XX-XXII)³⁹; encontram-se pulverizadas sobre o território e atuando quase que isoladamente, e mesmo que 66% delas estejam associadas a algum órgão coletivo (como a Rede de ONGs da Mata Atlântica), o índice de participação nessas instituições é muito baixo (ibidem: XXV-XXVI). Essas restrições ocorrem, é verdade, por conta de que a maioria delas dispõe de escassos recursos financeiros e possui poucos associados, quase todos atuando de

³⁸ MORAES, Antônio C. R. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo, Hucitec, 1994. p. 32.

³⁹ Este é o caso do Brasil. Nos países do bloco central existem um maior número de ONGs com atuação

forma voluntária e usando o tempo livre (ibidem: XXVI-XXV). Entretanto, deve-se considerar a existência de outros motivos agindo em conjunto com – ou retro-alimentando os – demais, entre os quais o baixo índice de trabalho em conjunto com os outros movimentos sociais, o que na prática significa pouca solidariedade política efetiva, bem como as falhas administrativas e as políticas internas como o burocratismo, além da desarticulação entre os aspectos individuais e sociais por parte dos militantes – este último sendo objeto de investigação nesta pesquisa.

Em um recente texto acadêmico, realizei um levantamento de problemas ambientais sobre o qual o movimento ambientalista se debruça, tomando por base os escritos da área do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Soares, 2002)⁴⁰ – vejamos, de modo breve, alguns resultados dessa pesquisa para ilustrar as tarefas atribuídas ao ambientalismo. Os vários autores tratados recomendam aos ativistas do ambientalismo – eles não se referem explicitamente aos das ONGs, mas evidentemente que eles estão incluídos – um tratamento integrado da problemática, nos moldes como discutidos acima, mas enfatizando aspectos da degradação humana. Uma crítica ao modelo econômico capitalista tanto pelos seus efeitos sobre os povos quanto sobre a natureza, tornando-o insustentável em um prazo cada vez mais exíguo, e um elogio da abordagem interdisciplinar e sistêmica é feito por todos os autores trabalhados, e a partir daí surgem as seguintes sugestões: «gerar tecnologias apropriadas destinadas à sua transformação e para transferir estes conhecimentos às comunidades rurais, com o fim de conseguir a autogestão dos recursos produtivos» (Leff, 2000b: 43); é preciso que os cientistas, «mais do que “ciência para o povo”» façam «“ciência com o povo”» e «estejam dispostos a confessar sua ignorância [...] sobre esses grandes problemas futuros e incertos que o ecologismo apresenta» (Alier, 1998: 384); realizar «progressos nos três campos ao mesmo tempo econômico, social e ecológico» (Sachs, 1993: 45); convencer os degradadores de que a Terra é «“propriedade global”» e se utilizar da negociação com todos os setores envolvidos (Ollagnon, 1997: 184); aplicar indicadores de qualidade de vida em todas as reflexões e ações: habitação, educação, saúde, trabalho, comunicação social, transporte, urbanidade, natureza e democracia (Herculano, 1998).

Tem se aceitado que a crise ambiental é um dos aspectos da crise social – ou cultural, civilizacional (Unger, 1992: 11) –, ou seja, que as formas de convívio humano em suas diversas dimensões – econômico-produtiva, político-comunitária, ético-religiosa, étnica e de gênero – têm

internacional e em várias frentes.

⁴⁰ O texto *Princípios ambientalistas e conflitos militantes* foi preparado como trabalho final da disciplina Meio Ambiente e Desenvolvimento, ministrada pela professora Cécile Raud Mattedi neste curso de mestrado (Soares, 2002c). O trabalho recebeu recomendação de publicação, o que será encaminhado após a redação dessa

produzido desigualdades de tratamento resultando em diversas formas de sofrimento para mais da metade da população humana e em degradação das bases naturais – animadas e inanimadas – de sobrevivência planetária. Resulta daí que a reversão dos efeitos e a abolição das causas destrutivas da natureza necessitam de ações nestas diversas dimensões do convívio humano, cuja ênfase em uma ou outra não tem sido consensual.

Com isso requisita-se o reconhecimento da existência dessas outras formas de segregação e pelo menos a solidariedade com as causas dos demais movimentos sociais e suas reivindicações (Rousset, 2001) – «o mundo que exclui é o mesmo que destrói a base da Vida e da Natureza» (Fórum Preparatório Rio + 10, 2002); «a lógica autoritária que explora o trabalhador, semeia a miséria, rompe a solidariedade é a mesma que destrói o meio ambiente» (Vieira, 1990: 17) –, o que já acontece freqüentemente com as ONGs ambientalistas que integram os seus projetos de manutenção dos ecossistemas com o «bem estar das coletividades que vivem em seus domínios» (Ferreira, 1999b: 49). É importante também reconhecer que a degradação da natureza caminha *pari-passu* com a eliminação até mesmo física de diversas culturas tradicionais ou primitivas (Mires, 1993: 22); considerar as questões de gênero, umbilicalmente ligadas à constituição cultural e à nossa *representação da* e *forma de relação com a* natureza, as quais fazem parte da agenda feminista (Capra, 1999: 26); e relevar as lutas pela democracia fundiária, em nosso país ligadas fortemente ao movimento dos sem-terra, na medida em que o uso do solo é um dos grandes fatores de degradação natural (Leff, 2000b: 19 e ss). Nesse sentido, o ambientalismo carrega o potencial de ser um agente organizador dos movimentos sociais (Waldman, 1994: 34) ao compartilhar seus princípios – ontológicos, epistemológicos, políticos, éticos, etc. – com toda comunidade politicamente engajada, seja da sociedade civil ou da sociedade política (e mesmo da sociedade de mercado, embora alguns ambientalistas – principalmente do ecossocialismo – defendam a supressão desta), contribuindo para a coligação de todas as demandas e aumentando a compreensão da complexidade da questão natural-cultural como um processo-relação.

Mas não é só por esses aspectos que vemos uma hiper-inflação da agenda ambientalista. Além de *amplo*, ou seja, abordado em diversas frentes, no movimento ambientalista encontramos muitas manifestações de que o seu tratamento tem que ser *profundo*. Por ser de raízes antigas, por estar distribuído em todo o chão planetário, por envolver praticamente todas as dimensões do fazer e do representar humanos, pela gravidade alarmante de muitos dos problemas, a solução, defendem muitos, deverá ser profunda em todo o mundo

humano. Em *Ambientalismo e transformação social* (Soares, 1999) foi empreendido um levantamento mais detido dessas declarações e também de alguns documentos de conferências intergovernamentais internacionais, o que não se pretende repetir aqui, senão resumidamente, demonstrando os termos em que a transformação profunda é defendida⁴¹:

«a educação ambiental possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir a mudanças de atitudes. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do homem com seu meio e adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, refletirá na implantação de uma *nova ordem ambientalmente sustentável*» (Ministério da Educação e do Desporto, 1997: 15); «o ambientalismo radical exige mais do que conservar o meio ambiente; ele requer um redimensionamento do lugar do homem na natureza e isso implica uma *nova visão de mundo*» (Grün, 1994: 189); «o movimento social contra a degradação do meio ambiente vem se articulando crescentemente com as lutas democráticas pela implantação de um *novo modelo de cidadania*» (Acselrad, 1992: 19); «uma educação para o ambiente implica também, segundo vários autores, em uma *profunda mudança de valores*, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o universo meramente conservacionista» (Brügger, 1994: 36); «A *mudança de paradigma* que é necessária vai desde valores teóricos e do ego até os valores do coração e da consciência, se expandindo a partir da família nuclear até incluir a perspectiva global» (George, 1998: 190).

3.4.3 – O indivíduo como problema e como solução

Um outro aspecto do movimento ambientalista precisa ser discutido, o qual está implícito nos seus princípios e é derivado do seu tratamento profundo: trata-se do envolvimento na esfera individual e cotidiana da vida, e não apenas naquela da ação pública e histórica.

De forma mais ou menos banalizada, ele é apresentado por uma literatura bastante acessível, mas de alcance educativo duvidoso, em livros como *Terra – o coração ainda bate: guia de conservação ambiental (330 dicas de atitudes práticas para você contribuir com a saúde do nosso planeta*, executado pela SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental e a PROJESUL – Assistência Técnica e Projetos Rurais Ltda (s/d); *50 pequenas coisas que você pode fazer para salvar a Terra*, do The EarthWorks Group (s/d); e *Como defender a ecologia: tudo o que você pode fazer para salvar o meio ambiente*, da série Guias Práticos da Editora Nova Cultural (1991). Todos eles são dirigidos aos atores sociais “avulsos” e aplicam um muito pequeno grau de recomendação ao engajamento comunitário e em ONGs, todos eles partem da “lógica da formiguinha”, ou seja, da acumulação crescente de conquistas

⁴¹ Os *grifos* são meus.

através de ações em micro-escala – eu, aqui e agora.

Essa questão pode ser expressa em termos de relação entre a transformação social e a transformação de si, ou auto-transformação – ou seja, cada um transformando a si próprio, seus hábitos e valores. Em termos corriqueiros encontramos essa idéia expressa em frases como “primeiro mude a si próprio antes de querer mudar o mundo”, “se cada um mudar, o mundo mudará”, «seja você a mudança que espera ver no mundo» (Gandhi)⁴² ou ainda «antes de pensar em mudar o mundo, dê três voltas em redor da sua casa» (provérbio chinês citado pelo entrevistado Mauro). Esta lógica da formiguinha, contudo, se tomada isoladamente, apresenta muitas limitações. Primeiro, porque a mudança pode corresponder a uma melhoria da própria vida, com a aquisição de melhor bem estar emocional, de uma saúde mais firme ou mesmo mais sucesso profissional, mas não afasta as aflições decorrentes das políticas macrosociais, redundem elas em degradação natural ou desigualdade social; segundo, porque atuando de modo isolado, cada indivíduo pode mudar sua postura de um modo diferente da mudança do outro, o que não produz nenhum acúmulo de forças contestatórias.

Em que pesem as diferenças de concepções entre os teóricos, todos enfatizam a complexidade do sistema social, o assentamento arraigado das instituições, valores e normas sociais e o poder limitado do indivíduo frente a elas – seria o ambientalismo tão ingênuo a ponto de afirmar o contrário? Certamente que não. O ambientalismo civil mais combativo e crítico volta-se contra a burocracia e outras políticas antidemocráticas, contra o industrialismo capitalista ou socialista – ou seja, dirige-se tanto à infra-estrutura quanto às superestruturas, no linguajar do materialismo dialético – e suas ações envolvem medidas que vão do *lobby* parlamentar às sabotagens, mas chamam a atenção para o fato de que não faz sentido protestar em praça pública (por exemplo, contra a poluição atmosférica) e na vida pessoal e cotidiana reforçar a crise (consumindo esbanjadoramente). Reconheçamos, contudo, que mesmo entre os tipos de ambientalismo mais moderados também são encontradas referências à necessidade de mudança de hábitos.

Assim sendo, a posição auto-transformadora tende a manter-se ineficiente caso o indivíduo não contribua para que mais indivíduos se auto-transformem e se esse movimento não for coordenado – organizado em conjunto – e dirigido às estruturas de poder. Olhando de outro modo, as correntes estruturalistas críticas à transformação individual – que postergam a transformação dos indivíduos para após a ocupação das estruturas de poder – podem também

⁴² Frase recebida pela internet do boletim de notícias da WWI-UMA (World Watch Institute e Universidade da Mata

pensar desta maneira: o movimento de tomada do poder precisa de um número suficiente de indivíduos que transformem a si próprios em indivíduos insurrecionistas, ou seja, que se transformem de conformados em questionadores, de passivos em ativos.

O ambientalismo facilita a compreensão de que os indivíduos reproduzem o estilo de vida preconizado pelas estruturas econômicas, sociais e de formação simbólica. Não apenas as empresas são responsáveis pela poluição gerada, mas também os que consomem seus produtos de forma desmesurada, não bastando processos produtivos limpos, mas também a redução da produção a níveis de satisfação social equitativa e não extravagante (eliminação dos supérfluos e descartáveis, por exemplo). O ambientalismo requisita, portanto, não apenas ações dirigidas às estruturas de poder, mas também no campo de alcance individual, porque

o que precisa ser superado é essa tendência de estar sempre achando que a humanidade são os outros. A humanidade não são os outros, sou eu, é você. Ou essa humanidade é uma ficção ou ela começa em mim, começa em você, começa em cada um. Se ela não começa em mim, então não existe. Ou será que as coisas ruins que são feitas no mundo são obras dos outros e as coisas boas que acontecem no mundo são feitas por mim e por meus amigos? (Krenak⁴³, in Unger, 1992: 91)

O ambientalismo também não espera por uma mudança que está ao longe – característica dos novos movimentos sociais como um todo, conforme o segundo capítulo. Se o objetivo é uma atmosfera limpa, deve-se começar a limpá-la já, e não quando outras conquistas mais “centrais” tiverem sido alcançadas, o que significa que essa limpeza é tanto um meio para a transformação ambiental quanto uma consequência da transformação ambiental, o mesmo valendo para as outras tarefas. A mudança de valores também tem esse status: não somente a partir de uma sociedade transformada os indivíduos que a compõem serão educados com outros valores, mas para alcançar uma transformação importante da sociedade é necessário que os indivíduos mudem seus valores.

James George, numa perspectiva espiritualista, explica que esses valores têm sua extensão em forma de mudanças de atitudes: «não se trata apenas de uma idéia, é uma experiência; e experiências acontecem no momento, em corpos com sentimentos. É assim que os paradigmas mudam. Eles primeiro infiltram na sua mente, depois entram nas suas entranhas; só então você “entende” e age» (George, 1998: 195). O marxismo é uma corrente teórica francamente engajada na sócio-transformação e tem sido historicamente crítica ao ambientalismo

Atlântica).

⁴³ Ailton Krenak, então presidente da UNI – União das Nações Indígenas, no debate *Natureza e sagrado: a dimensão espiritual da consciência ecológica*.

– por sua origem na classe média (reconhecido por Ferreira, 1999b: 37; Fucks⁴⁴, *apud* Alonso e Costa, 2002: 44), pelo romantismo e por desviar a atenção do problema principal, etc. (Duarte, 1986: 97 e ss) –, mas Agnes Heller, cuja matriz filosófica deriva dessa corrente, chama a atenção daqueles militantes que não praticam a filosofia e que não aplicam na sua cotidianidade a ação moral e política (Heller, 1985: 121).

Para o ambientalismo, a mudança de valores não é um aspecto secundário e inerte no processo de transformação social, mas uma idéia-força através da qual se conectam o questionamento da tradição social e a educação individual: «é difícil hoje imaginar uma organização militante que desconsidere a importância da reformulação radical em códigos e valores individuais e privados para a constituição de uma nova sociedade» (Ferreira, 1999b: 48). Os valores só fazem sentido se alcançarem o fazer cotidiano dos indivíduos – num primeiro momento, no mínimo que seja, de exercer menor pressão sobre os recursos, mas principalmente como forma de contestação constante e de disseminação desses valores, já que «o movimento ecológico também educa e é produtor de valores» (Grün, 1994: 188), já que «as ONGs ambientalistas estão funcionando como agentes do aprendizado social» (Finger⁴⁵, *apud* Ferreira, 1999b: 46-47), ou, de outra maneira, como diz o militante Alésio: «a gente não está gritando só para fazer um trabalho, e tem outras pessoas que percebem isso aí; as conversinhas na venda... A verdade é que quando a gente está se educando, a gente está educando também as pessoas».

Além disso, as ONGs não educam apenas implicitamente: segundo a pesquisa da Ecolista, 86,5% das ONGs, de acordo com as respostas delas próprias, praticam explicitamente educação ambiental (Mater Natura, 1996: XXII) – é este o caso também de praticamente todas as ONGs ambientalistas das quais participam os entrevistados dessa pesquisa –; e de acordo com a pesquisa de Samyra Crespo (1998: 103), «a maioria dos formadores de opinião por nós ouvida, concorda com a opinião pública nacional⁴⁶, que considerou a educação ambiental como a grande chave para a transformação da mentalidade dos brasileiros em relação à problemática ambiental no país». E o objetivo da educação ambiental não é, senão secundariamente, difundir técnicas criadas por especialistas, o objetivo é a mudança de estilos de vida, e não do discurso (Thomashow: 257), deve «estar comprometida com a transformação social», segundo os entrevistados de Crespo (1998: 103); o objetivo da educação ambiental é criar a consciência do valor, estimular a substituição dos hábitos arraigados e instigar a mobilização social, conforme a

⁴⁴ Nas páginas 2 e 7. FUCKS, Mário. *Arenas de ação e debate público: conflitos ambientais e emergência do meio ambiente enquanto problema social*. Revista Dados, 41 (1), 1998.

⁴⁵ pp. 60-65. FINGER, M. *NGOs and transformation: beyond social movement theory*. in: PRINCER & FINGER. *Environment NGOs in world politics*. London, Reutledge, 1996.

Conferência de Tbilisi sobre educação ambiental, objetivos que podemos encontrar ainda em outros documentos oficiais do setor (ver Dias, 1993⁴⁷) e também defendidos por diversos autores (Reigota, 1994: 32; Sorrentino, 1997: 7; Gadotti, 1997: 20; Brügger, 1994). Por quê motivo, então, os militantes das ONGs (assim como os ambientalistas de outros setores) não deveriam, como os indivíduos-público de suas ações ambiental-educacionais tácitas ou declaradas, buscar essa mudança de hábitos em suas próprias vidas? Essa questão é tratada, mais ou menos detidamente, por alguns autores (Reigota, 1999b; Guattari, 1997; Thomashow; Krenak *in* Unger, 1992; George, 1998; Leis e Viola, 1995b: 93) e foi explicitada por quase todos os entrevistados dessa pesquisa e será retomado adiante.

Vimos acima que o fio condutor – ou seja, a questão que perpassa todo o ambientalismo –, é triplo: a concepção do mundo como relacional e processual, a busca das causas fundamentais com a conseqüente abordagem radical da problemática ambiental e o envolvimento pessoal e cotidiano como imperativo para as políticas sócio-transformadoras. Esse conjunto inter-relacionado não é um dogma expresso, senão um ponto de partida para o balizamento das reflexões e práticas do movimento ambientalista como movimento histórico, reconhecido desta maneira por este pesquisador. Esses temas são constantemente mencionados pela literatura especializada, pela publicidade mais ou menos sincera e pela declaração de militantes, como será mostrado abaixo na apresentação das entrevistas com os militantes ambientalistas de Florianópolis, entretanto de forma a-sistemática e ocasional.

É precisamente este modelo que constitui a força e ao mesmo tempo a fraqueza do movimento ambientalista; força, porque se coloca como um referencial amplo e consistente para a interpretação da crise e para o balizamento das políticas ambientalistas; fraqueza, porque produz uma hiper-pauta – «hoje já não existe nenhum problema social que ele não pretenda resolver» (Acot, 1990: 171) – cujos itens, se fossem possíveis de serem postos em prática, tomariam todos os espaços e todo o tempo de vida dos militantes, os quais conduzem suas vidas sociais num mundo que não oferece condições para a interiorização desses ideais – o que se constitui num problema de difícil solução.

⁴⁶ Referência à pesquisa de opinião feita com 2000 pessoas no Brasil.

⁴⁷ Além das duas outras conferências internacionais de educação ambiental, citadas mais acima, também documentos dos encontros latinos e brasileiros fazem essa menção (conforme Dias, 1993).

4 – O MILITANTE AMBIENTALISTA COMO INDIVÍDUO SÓCIO-POLÍTICO

As instituições, sejam elas um modo instituído de pensar – mesmo que compartilhado por alguns poucos – ou entidades formalizadas, como as ONGs, não são seres abstratos e descarnados, sua subsistência se dá por meio dos indivíduos que as representam⁴⁸, por mais autonomizadas que as instituições se tornem. Isto significa que elas não podem ser estudadas apenas do ponto de vista formal, das ações públicas em foros oficiais, e que a sua credibilidade ou descrédito dependem não somente de suas ações institucionais, mas também daquelas dos indivíduos que as constituem.

Fazer parte de uma instituição, que parte de valores constitutivos, possui normas a serem seguidas e tem objetivos a serem concretizados, redundando em conseqüências que extrapolam o envolvimento específico com ela, penetrando na vida pessoal do membro. Este já é o caso da profissão – ou, na falta desta, do trabalho específico que cada um realiza –, que costuma definir socialmente um indivíduo; assim, à pergunta “o que você é?”, espera-se como resposta, o que acontece quase invariavelmente, frases como “eu sou astronauta” ou “eu sou auxiliar de serviços gerais”⁴⁹, e a expectativa e a receptividade social para cada um deles é diferente em função disso. O mesmo, evidentemente, vale para os participantes de instituições políticas – sejam da sociedade política ou da sociedade civil –, alvos de vigília ainda mais constante, tanto alheia quanto própria.

O ambientalismo é um caso bastante peculiar dessa relação de identificação, devido à sua diversidade, ao tipo de transformação que pretende empreender e aos métodos de efetivação desse projeto. É sobre essa questão que se dará a discussão deste capítulo.

Embora todas as disciplinas das ciências humanas – filosofia política, história, epistemologia, psicologia, etc. – não possam negligenciar a relação entre o ser humano individual e a instituição social, é a sociologia que a tem como a questão fundamental. De qualquer modo, à medida que cada uma delas avançava, mais e mais informações foram sendo trazidas para o conjunto e condicionando em parte as afirmações que emanavam de cada uma das outras.

Cada um dos seres humanos individuais, tomados isoladamente, é também um

⁴⁸ Penso, por exemplo, na inconsistência de frases como “A Loja Modasul quer sua felicidade”, ou “A Associação Ecomar defende as ilhas costeiras”, ou ainda “O mercado esteve nervoso hoje”. Trata-se, em todos os casos, de posicionamentos assumidos pelas pessoas que criaram e/ou fazem parte dessas instituições.

⁴⁹ Isso é bastante comum, por exemplo, nos meios de comunicação, aparecendo sob o nome do entrevistado a sua profissão como identificadora do seu ser.

processo. Desde o nascimento até a morte, experimentam transformações mais ou menos acentuadas, dependendo da história individual. Tanto acontece de cada história favorecer mais ou menos o ingresso numa ONG ambientalista quanto de essa experiência ocasionar uma mudança no curso da história individual, também em graus variados (a questão das peculiaridades de cada indivíduo no tocante à constituição psicológica não será tematizada aqui).

Diversas peculiaridades de cada grupo dos movimentos sociais também contribuem para as diferentes afetações nos indivíduos, as quais podem ser separadas em três tipos: o número de componentes, o grau de afinidade interna e a história em comum; o tipo de atividade, a causa perseguida, os conseqüentes oponentes e os eventuais parceiros; os princípios gerais que orientam as reflexões e ações do grupo, principalmente no que diz respeito à composição dos inter-relacionamentos e à profundidade e amplitude com que os problemas são tratados, inclusive na atribuição do envolvimento individual no processo de mudança.

Na pesquisa, não foi encontrado algum estudo sobre a gênese e constituição das ONGs ambientalistas no tocante aos seus membros, e vou me referir aos casos que conheço: elas têm seu início a partir da união de pessoas conhecidas, não raro com relacionamento de amizade prévio; atuam profissional e intelectualmente em áreas próximas, com níveis sócio-econômicos também similares; iniciam com poucos membros, geralmente entre 6 e 12, e na maioria mantêm-se estáveis, experimentando períodos de incremento e decréscimo; o grau de afinidade experimenta duras provas, já que o convívio institucional constitui-se numa nova forma de relacionamento entre as pessoas, aparecendo questões como hierarquia, controle dos gastos, relacionamento inter-institucional, etc., o que gera freqüentes problemas.

A questão das concepções também gera suas conseqüências. No decorrer das atividades, novas experiências aparecem e as opiniões mudam, assim como a realidade sobre a qual a ONG se debruça; as diferentes causas provocam diferentes níveis de envolvimento emocional, e sabemos que poucas pessoas não os levam para casa; os oponentes também se diferenciam, podendo ser apenas hipócritas ou frontalmente perigosos; e os fatores como “consciência limpa” ou seu contrário “rabo preso” também dão a dimensão do potencial de ação individual e dos tipos de dissabores que enfrentam.

4.1 – OS ASPECTOS DO SER HUMANO AVULSO

É o terceiro tipo de peculiaridades que interessa mais aqui, em torno do qual se orientou a maioria das questões dirigidas aos entrevistados e para o qual se reservou a maior

parte das atenções bibliográficas. Ele será tratado pelo relacionamento com as diferentes formas de abordagem dessa entidade que é o ser humano particular, que recortam senão suas dimensões, pelo menos aspectos das suas manifestações – ou seja, o tratamento do ser humano particular – ou avulso – como indivíduo, pessoa, eu (ou *self*), personalidade, sujeito, subjetividade, identidade ou papel social, além de podermos falar ainda no seu temperamento, na sua intimidade ou privacidade. Abaixo será feita uma ligeira apresentação para em seguida se deter mais longamente na inter-relação com o problema da pesquisa.

Deve-se ter em mente, contudo, que não existe um ser humano avulso, destacado, particularizado, o que é defendido pelos autores da sociologia utilizados como referência neste texto – o indivíduo o é em relação com o corpo social do qual faz parte, o qual constitui-se num processo histórico em relacionamento constante que remonta à própria origem da humanidade; trata-se, aqui, de focar o mundo social através do prisma do indivíduo, o que implica em utilizar os discursos produzidos sobre ele.

Na literatura sociológica encontram-se geralmente estudos envolvendo um ou outro desses recortes, principalmente sobre o sujeito e sobre a identidade, mas a maioria dos autores não se preocupa em definir o uso que faz dos termos ou em discernir um do outro quando ocorre, o que não é incomum, de utilizarem mais de um deles ao referirem-se ao indivíduo, além de haver diferenças no uso desses termos entre os diversos autores – e tudo isso é verificável mais acentuadamente nos livros que tratam da questão ambiental.

Na apresentação de um desses recortes – digamos, a subjetividade – necessita-se recorrer aos outros aspectos, e deste modo conhecer a relação entre esses múltiplos aspectos de cada ser humano é uma tarefa que deveria estar a cargo de uma ação inter ou transdisciplinar. Nesta pesquisa não será privilegiado algum desses aspectos em especial, mas apenas se estará servindo-se deles para apresentar a problemática, tendo-se que aceitar as definições utilizadas pelos autores consultados, com maior ou menor grau interpretativo. Com isto, recorreu-se, inicialmente, aos dicionários, aproveitando o trabalho daqueles que compararam as diversas acepções e oferecem uma visão mais clara e distinta dos termos em questão⁵⁰.

Para todos os efeitos, o ser humano singular será referido como *indivíduo* ou como *pessoa* por serem termos mais comumente utilizáveis para expressar suas múltiplas facetas: indivíduo ou pessoa como sujeito, como *self*, com seu temperamento, etc. De modo geral,

⁵⁰ São eles o *Dicionário de filosofia*, de Gerard Legrand; o *Dicionário de filosofia*, de Gérard Durozoi e André Roussel; o *Dicionário de ciências sociais* coordenado por Benedicto Silva; e o *Dicionário do pensamento social do século XX*, editado por William Outhwaite e Tom Bottomore. Outros dicionários menos importantes também foram consultados inicialmente, mas foram desconsiderados aqui por motivo de redundância. Nenhum dos

“indivíduo” é usado para a forma indeterminada e “pessoa” para a forma específica: um indivíduo como um elemento indefinido, constituído por um corpo e dotado de uma unidade biológica e uma reflexiva (Legrand: 222-223 e 301); já a pessoa refere-se àquele ente específico com tal história, é o indivíduo com *status*, com vontade e moralidade, modelado na interação com os outros (Silva, 1986: 591 e 890; Durozoi e Roussel, 1993: 362-363).

O indivíduo ou pessoa como *eu* ou *self*, ou seja, como o âmagô, consciente de si mesmo, que permite a auto-afirmação diante dos demais (Silva, 1986: 439; Durozoi e Roussel, 1993: 173), tende a questionar a si próprio sobre a certeza e clareza de seus princípios, suas idéias, suas ações e os valores morais dos quais compartilha. Estar seguro de si é importante nos momentos de apresentar idéias e propostas bem como de defender-se de eventuais ataques. Os princípios ambientalistas atuam sobre a manutenção da coesão do eu, na medida em que estabelecem cercanias orientadoras para a falta de clareza de cada situação. Por outro lado, tentar manter-se fiel a princípios externos pode provocar tensões na manutenção do equilíbrio do eu, que é formado no intercurso de uma vida complexa e de papéis multifacetados variáveis na história pessoal.

O indivíduo como *identidade*, como o conjunto de caracteres próprios de uma pessoa, está relacionado com a assimilação de objetos, pessoas e imagens externas com as quais ele sente-se mais à vontade, mais identificado; vem daí a noção de *identidade de grupo*. É por meio da identidade que o indivíduo sente-se pertencente, feito e fazedor de um grupo ou comunidade (Outhwaite e Bottomore, 1996: 369-371). Os princípios, neste caso, servem como parâmetros de identificação *entre* os indivíduos: suas concepções, suas motivações, seus projetos em comum. Manter-se fiel a princípios fortalece a identidade, mas os múltiplos grupos com os quais o indivíduo convive estão sempre colocando em confronto princípios diferentes, o que pode gerar dúvida sobre a certeza dos que considera serem os seus próprios. A manutenção de princípios fortalece o sentimento de diferenciação em meio à sociedade de massa, com a qual o indivíduo torna-se confundido pelos outros desde que não apresente ações que a contestem.

O indivíduo como *personalidade* faz referência aos atributos psicológicos e biológicos singulares, não obstante as semelhanças com os outros; diz respeito ao modo de ser e à idiossincrasia, incluindo hábitos e sentimentos, o caráter e a inteligência; compõe-se de características inatas, aprendidas e escolhidas (Outhwaite e Bottomore, 1996: 566-568; Silva, 1986: 889-890; Durozoi e Roussel, 1993: 361). É um termo marcadamente psicológico, apesar de sua importância para os estudos do cotidiano e de papel social na sociologia. As

personalidades mais individualistas podem ter mais dificuldades em se adequar a princípios integradores. Como nos outros aspectos do indivíduo, também a personalidade tende a ser profundamente questionada quando passa a ter orientação ambientalista, tanto mais quanto mais tarde começar essa orientação. A fidelidade a princípios pode também fortalecer a personalidade, e a infidelidade pode provocar sensações tais como de inconstância de caráter. É aqui também que se fazem sentir com mais intensidade os conflitos emocionais, quando sentimentos de amizade são colocados no mesmo jogo com as concepções políticas e orientações ideológicas e quando os modos de encarar a agenda ambientalista têm a influência de sentimentos como compaixão, solidariedade, vingança ou indiferença.

O indivíduo como *sujeito* refere-se à tese da consciência de si como ser auto-determinado e agente histórico. Também é utilizado como coletivo, na medida em que uma instituição ou um conjunto de indivíduos com afinidades une forças para aplicar suas opiniões ou convicções (Silva, 1986: 1194) – Santos (2000: 242 e 243) fala, por exemplo, em «sujeito monumental» do Estado, do operariado e do partido operário. Na linguagem comum o termo *sujeito*, contudo, tem uma acepção contrária, de súdito, submisso, dócil, também sendo usado de modo indeterminado para referir-se a pessoa cujo nome se quer omitir (Ferreira, 1999a⁵¹) – estes dois sentidos não serão utilizados aqui. A consciência ou confiança de possuir poder de intervenção histórica está ligada à perseguição de objetivos os mais claros possíveis, os quais devem ser constantemente revistos no transcorrer histórico. No caso de sujeitos coletivos, como as ONGs, é necessária a existência de parâmetros que sirvam de base à ação comum para a intervenção social, e se eles não forem seguidos com algum grau de coerência grupal, há chances de ruptura.

A *subjetividade* aparece como intermediária entre *personalidade*, *eu* e *pessoa*. É a delimitação da singularidade ou da unidade de um indivíduo, o que diz respeito unicamente a tal indivíduo, referindo-se à vida consciente alcançável pela reflexão (Durozoi e Roussel, 1993: 452-453; Legrand, 356-357). A sua formação se dá na conjunção do seu aspecto histórico com seu aspecto psicológico, tendo, portanto grande plasticidade no decurso da vida. É a subjetividade que geralmente é invocada pelo indivíduo na justificação das escolhas que faz e do modelo de interpretação que impõe aos fenômenos (por exemplo, “escolha subjetiva”), o que vale para a identificação com os princípios ambientalistas. Estes, por sua vez, criam pontos de contato com outras subjetividades e produzem impactos na imagem que o indivíduo tem de si próprio.

Por último, o indivíduo como *papel*⁵². Os indivíduos são chamados de *atores sociais* ou *personagens* ao representar papéis, ou seqüências de representações públicas, intencionais ou não, com o intuito de manter ou ocupar dada posição social ou causar e reforçar impressão da sua personalidade. É considerada a interface entre o indivíduo e a instituição social ampla e constitui-se muitas vezes numa *máscara (persona)* para causar impressões não reais nos outros membros da interação social (Outhwaite e Bottomore, 1996: 551-553). É um termo que possibilita a abordagem de todos os elementos relacionados com o problema aqui exposto. Uma das questões importantes que envolvem os ambientalistas é sua imagem perante a sociedade; enquanto alguns lhes manifestam hostilidade por terem seus interesses ameaçados, fazendo deles uma imagem que pode ser de atrasados, desocupados ou impertinentes, outros lhes atribuem a função de evitar a depredação local ou mesmo o desastre global, entre outras concepções. Ambos estigmas – de algoz ou de redentor – podem ser prejudiciais para sua ação, fazendo os ambientalistas elaborarem *estratégias* para despirem-se dessas imagens que lhes são imputadas. Entretanto, algumas imagens – as citadas ou outras – podem estar de acordo com a *impressão* que o militante deseja transmitir à comunidade, o que o faz manter atitudes para a sua manutenção. Ou seja, os ambientalistas, como todos os agentes sociais ocidentais – é preferível não transpor para outras culturas, sobretudo às ditas não civilizadas, a nossa mesma formação espiritual sem proceder a uma comparação específica –, também representam papéis, os quais podem ou não ser fiéis à sua personalidade – ou ao seu *eu*, sua identidade, sua subjetividade. Com respeito aos princípios, quanto mais eles forem compartilhados pela sociedade, mais os membros delas esperarão que os ambientalistas lhes permaneçam fiéis, assim como se espera castidade dos padres e *glamour* dos artistas da TV. Os papéis seriam o ponto de divisão entre os “falsos” ambientalistas e os “verdadeiros”: sua região de *fachada* nem sempre encobre os *bastidores*, ou seja, algumas vezes, e para algumas *platéias*, sua vida não militante mostra-se contraditória com a impressão que pretende passar. Assim, às vezes, como já foi mencionado, porque sua vida ocorre em um ambiente que não oferece condições de agir conforme seus princípios (por exemplo, ter de adquirir um terreno em região de proteção ambiental por não ter meios de comprar em outro lugar), suas atitudes reais não se distinguem das daqueles que não possuem preocupações ambientais. É preciso ainda frisar que, apesar da importância sociológica desta ferramenta analítica, o seu uso deve ser feito com extremo tato e delicadeza, pois envolve boa parte de interpretação subjetiva por parte do pesquisador e o manuseio da intimidade dos

⁵¹ Trata-se do *Dicionário Aurélio eletrônico século XXI*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

⁵² Os termos em itálico neste parágrafo são usuais do interacionismo simbólico.

pesquisados.

Esses aspectos do indivíduo particular não são, evidentemente, discerníveis, como se fossem compartimentos, mesmo que interligados. Trata-se de um recurso metodológico desenvolvido pela ciência para avançar na compreensão humana. A formação individual se dá no espaço inteiro e durante o tempo total de vida, e a pessoa inteira está envolvida em todas as experiências dentro de todo esse tempo e espaço. Ocorre, contudo, que alguns envolvimento são mais importantes que outros para a formação individual, atuando com mais força sobre a moldagem do “espírito”, embora eventos efêmeros possam assumir grande vulto, como ocorre com os traumas. Quem dedica grande parte da sua vida à militância, auto-identificando-se politicamente – ou, de outro modo, quem assume explicitamente o papel de agente sócio-transformador e o coloca como central na sua vida, podendo chegar até a compor o *sentido* da sua vida – passará por experiências que influenciarão no seu auto-conceito e na constituição da sua singularidade, decorrendo daí sentimentos emocionais peculiares e moldando sua idiossincrasia a respeito de todos os acontecimentos ou processos da sua história de vida ou do transcorrer sócio-histórico.

Por mais que esteja direcionado para a compreensão e ação sócio-histórica, ou seja, para o macro, o tempo onde ocorrem as experiências do militante é o dia: «a vida cotidiana é a vida do homem inteiro» e o que ocorre ali é, «em grande medida, heterogêneo» (Heller, 1985: 17 e 18). Isto significa que as confrontações íntimas entre sua constituição individual – sempre inconstante, mas assumida quase sempre como coesa – e seus projetos de vida pessoal e para a sociedade – da comunidade à humanidade –, são vivenciadas diariamente em todos os papéis sociais que cumpre, e assim voltamos ao conflito entre os princípios do ambientalismo e a realidade prática da vida individual do militante. Para avançar mais nessa compreensão, serão apresentadas agora outras fontes de reflexão.

4.2 – EM BUSCA DE FUNDAMENTOS SOCIOLOGICOS

4.2.1 – A importância do micro

Estuda-se a humanidade por duas dimensões: a do espaço – instituições, criações, pessoas, lugares, etc. – e a do tempo – períodos, sucessões, tendências, etc. Elas são estudadas ainda por dois focos, um macro e outro micro.

Nos estudos macro, o objeto é tratado de forma ampliada, como se estivesse sendo visto “do alto”: são as nações, as dinastias, as celebridades, as revoluções, as datas importantes, a

história. Nos estudos micro, o foco volta-se para o particular: o local, a rua, a pessoa, aquela ONG, o dia-a-dia, o evento. Há uma metáfora para ilustrar a mudança de foco entre essas dimensões: diz-se que ao olharmos muito de longe uma floresta, perdemos de conhecer cada árvore singular; e se olharmos uma árvore de muito perto, ela nos cobre o campo de visão da floresta. Assim como uma árvore numa floresta, cada pessoa é um “nó da rede” complexa de *relações processuais* que é uma sociedade, dando firmeza ao conjunto assim formado; e a rede não é nada mais do que a conformação desses múltiplos nós. Os indivíduos, assim como as árvores, não se fazem instantaneamente nem existem desde e para sempre, e os critérios para a decisão de quais momentos, pessoas e fatos são os mais importantes para a conformação do ser sócio-histórico são em grande medida subjetivos.

Essa co-determinação das macro e das micro estruturas é cada vez mais reconhecida nas ciências sociais, tanto pelos nomes de vulto que predominam nesse cenário quanto pelos múltiplos e variados trabalhos acadêmicos (monografias, teses, artigos, etc.) que são feitos sob o amparo daqueles. Os sistemas de estudo macro estruturais representados prioritariamente por Marx, Durkheim e Comte apresentam dificuldades metodológicas por necessitarem de grande amplitude de dados; por outro lado, pesquisas das sociologias do cotidiano e do indivíduo correm o perigo de deixar seus objetos soltos em relação à macro-estrutura que ajudam a compor e pela qual são influenciados. João Carlos Tedesco, em *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social* (1999: 22), diz que, contudo, «ambas pretendem, sim, a diferenciação, a refutação de modelos, o transitório, o indivíduo como liberdade e criação».

O estudo do cotidiano não é, então, um estudo do tempo, mas do indivíduo em interação local no tempo social: «a vida cotidiana é um atributo do ator individual e ela se realiza sempre num quadro sócio-espacial» (ibidem, 1999: 24). Como o cotidiano é um produto sócio-histórico, conceber a vida dos indivíduos tal qual ela transcorre em meio aos seus afazeres e na realização dos seus projetos ensina-nos sobre o modo de ser da sociedade e da história que ela descreve. Do mesmo modo, permite avaliar – e auto-avaliar – a configuração futura da sociedade, quer ela seja objeto de um projeto sócio-transformador, quer ela seja resultado da reprodução dos valores e normas postos em prática mecanicamente, ou não reflexivamente.

Na sociologia do cotidiano, o indivíduo não é considerado um objeto opaco, mas um prisma a partir do qual tenta se estabelecer o feixe de relações que o ligam à instituição social ampla. Entre as problemáticas estudadas por esse campo estão a

aceleração do cotidiano (mercantilização do tempo, do espaço, das ações ...),
da fragmentação dos acontecimentos, da deslocalização (circulação rápida
dos processos, da imagem, da informação, do símbolo ...), ao mesmo tempo,

da institucionalização das decisões e dos atos rotineiros, da importância dos sistemas de objetos técnicos e da velocidade e funcionalidade que os mesmos dimensionam, etc. (Tedesco, 1999: 23-24)

Os estudos dos movimentos sociais contemporâneos não podem prescindir de uma abordagem das pessoas que lhes constituem e do transcorrer de suas práticas – ou seja, os militantes possuem um conjunto de princípios que só podem ser verificados no cotidiano de cada participante, e não por uma sobre-vista indistinta. Como os movimentos sociais são, em grande parte, realizados com trabalhos voluntários, o conhecimento da vida privada tal como se desenrola no dia-a-dia tem grande serviço a prestar ao entendimento dos movimentos sociais e de seus princípios. Os novos movimentos sociais não costumam apresentar a mesma homogeneidade ideológica dos tradicionais, mas também estão vinculados de alguma forma com a transformação das mega-estruturas sócio-históricas. Esse vínculo entre os novos movimentos e a mega-transformação não seria verificável, como entre os tradicionais, pelo objeto a que se dirige – a infra-estrutura econômica –, mas pela constância temporal e pela amplitude da ação nos espaços e tempos da vida.

O movimento ambientalista traz um importante vínculo adicional, colocando os agentes sociais também em relação à sua ancestralidade evolutiva e à sua sustentação natural. Cada pessoa vive a cada momento não somente o que imagina – ou racionaliza, valoriza, espera – sobre a sociedade, mas também sobre a natureza, e a realidade desta, que deve estar sempre sendo compreendida, condiciona os projetos políticos dirigidos à sociedade humana pelo movimento ambientalista – ou, pelo menos, deveria condicionar.

Isso é particularmente importante quando se considera que na modernidade a informação é utilizada como poder, e que, principalmente, o conhecimento – quer dizer, aquilo que já se sabe incontestavelmente sobre o mundo social e natural (no caso, a origem biológica humana, a sua igualdade interna, os impactos ambientais provocados pela humanidade) – sofre grosseiras manipulações pelos meios de comunicação. Nosso cotidiano é moldado em grande medida pela mídia (Tedesco, 1999: 207), e o estilo de vida por ela propalado – seus símbolos, seus ídolos, etc. –, ou seja, o ideal social e o sentido histórico defendido aberta ou subliminarmente é vivido cotidianamente por centenas de milhões de indivíduos que são transparentes às eventuais informações sobre essa realidade, e que seguem comportando-se de forma impactante.

São estes alguns dos elementos gerais do estudo do indivíduo em seu cotidiano. Pretendo agora tratar de outros mais específicos na obra de autores que têm se dedicado a este tipo de enfoque. Com exceção de Charles Taylor, os demais são tratados por João Carlos Tedesco como fazendo parte da sociologia do cotidiano, contudo em escolas distintas. Nem de

longe é minha intenção esgotar aqui a discussão das idéias apontadas por estes pensadores, e esse cuidado pode tê-la deixado demasiado limitada. Haverá, contudo, oportunidade ainda de fazê-la na análise das entrevistas realizada no capítulo seguinte.

4.2.2 – Norbert Elias: indivíduo indistinto da sociedade

O embate de Elias é tanto contra as teorias que conferem primazia ao indivíduo na determinação de sociedade quanto contra aquelas que conferem dominância da estrutura social sobre os indivíduos. Para Elias, são apenas ângulos diferentes de um mesmo objeto: é impossível pensar numa sociedade que não se realize por intermédio dos indivíduos, assim como não há indivíduo que não seja conduzido por sua sociedade; não é possível pensar numa sociedade que não construa seus indivíduos, assim como não há indivíduos que não construam sua sociedade. Evidentemente que há indivíduos com maior autonomia e menos determinados pelas emanções ideológicas e pelas normas efetivas das instituições sociais, mas mesmo os eremitas sempre levarão a marca do que aprenderam em convívio com seus semelhantes, assim como mesmo nas sociedades mais absurdamente totalitárias encontrar-se-á, por meio de uma inspeção cuidadosa, indivíduos dissidentes. Do mesmo modo, cada indivíduo sozinho tem uma restritíssima influência sobre o corpo social, entretanto algumas pessoas ocupam posições de maior influência ou fazem coisas que têm um alcance amplo.

É essa tensão que permite a mudança social contínua. N'A *sociedade dos indivíduos* encontramos diversas passagens que denotam a indeterminidade dos indivíduos, a sua liberdade última em relação a um pensamento central que sempre existirá, mas que também se transforma historicamente: «A vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões» (Elias, 1994: 20); «ao falarmos em “leis sociais” ou “regularidades sociais”, não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas» (ibidem: 23). Não existe modelo único de sociedade porque não existe condicionamento genético dos indivíduos.

Cada grupo social compõe sua forma própria de relação interindividual e a configuração social – normas, instituições, valores, etc. – que daí deriva. Elias utiliza o termo «reticular» (com a forma de rede) para referir-se à micro-constituição da sociedade: a sociedade é como um tecido, realizada pelo intercruzamento de seus indivíduos. Mais uma vez: como o tempo não pára, a interação continua sendo realizada e transformando a sociedade constantemente: «é justamente esse fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral» (ibidem: 29).

Isto faz com que cada agrupamento humano seja singular. Tanto em tipos quanto em exemplar: o tipo religioso é diferente do tipo empresarial, o tipo familiar diferente do tipo político. Mas as diversas religiões são diferentes, as muitas empresas são variadas, as infindáveis famílias são sortidas, as abundantes organizações políticas são dessemelhantes. Se atentarmos para o fato de que estes tipos projetam para a sociedade total o entendimento – não unânime, contudo – que deriva dessa relação, compreenderemos que um movimento social como o ambientalista liga-se a todos os tipos e exemplares de agrupamentos e à sociedade em geral.

Mas não é só isso, pois Elias não nos deixa pensar em independência. Se não existe «de modo algum um controle consciente pelas elites do processo como um todo» (Souza, 2000: 49), quem dera pelas organizações que se debatem para alcançar algum grau mínimo de influência sobre a instituição ampla. Aqui se faz presente a noção de *habitus* em Elias: o indivíduo é dependente do processo social de tal maneira que não depende de uma determinação externa, pois já internalizou as normas e valores da sociedade da qual faz parte: «nesse sentido, o processo civilizatório é sintetizado como uma *transformação da repressão externa em repressão interna*. [...] Em vez de temer a espada do inimigo, o homem moderno teme a si próprio» (Souza, 2000: 50).

Isso coloca para o entendimento dos movimentos sociais um elemento importante: lutar pela transformação da sociedade é lutar contra si próprio. Por mais fortes que sejam os princípios ambientalistas que cada um compõe – de maneira particular em uma constelação geral de princípios –, eles padecem de força formativa psicológica suficiente para se fazerem orientadores de uma nova postura pessoal de negação não apenas da sociedade total, mas também do processo reticular que compõe com seus semelhantes. O militante não compõe um tecido apenas com seus correligionários, mas também em diversas esferas com pessoas cujo procedimento ferem seu entendimento de mundo.

A estrutura social tem preponderância sobre os indivíduos e seus agrupamentos menores, mas esse controle não se realiza, como afirmado, necessariamente pelo uso da força – que sempre permanece, contudo, como garantia. Para Elias, «o que une as pessoas não é cimento», mas os «laços invisíveis» compostos «de acordos cumulativos» (Elias, 1994: 20 e 22) que vão sendo estabelecidos na interação em termos de funções: cada indivíduo cumpre uma função na sociedade, fazendo com que todos eles sejam complexamente interdependentes: «assim, cada pessoa singular está realmente presa; ela está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas» e esse conjunto é o que Elias entende por «estruturas sociais» (ibidem: 23). Essas funções compõem o mundo a ser desmontado – o que não significa, de antemão, descartado – pelo ambientalismo:

abordar o problema ambiental com profundidade e amplitude, como se requer amiúde, implica em questionar muitas funções sociais ou a sua forma de manifestação (profissões, militarismo, mercado financeiro, poder estatal, etc.).

Para Elias, os seres humanos têm, contudo a tendência de acreditarem que são entidades auto-suficientes e independentes da sociedade e uns dos outros, e que essa «identidade-eu» tem sido cada vez mais reforçada, suplantando a «identidade-nós» do período pré-moderno. Mas esse processo não é realizável plenamente, sob a pena de gerar a desintegração social. O que há é a possibilidade sempre maior de mobilidade individual de uma identidade-nós para outra, nem que seja para a identidade-nós dos que só se importam com a sua identidade-eu. Porque a integração prossegue entre os povos; na verdade está ocorrendo uma ampliação da identidade-nós para cenários globais, isto sendo demonstrado pelo fato de que «as probabilidades de sobrevivência dependem amplamente do que acontece no plano global» (ibidem: 184).

Com essa integração ocorre uma tendência à homogeneização dos costumes que se não será nunca plenamente alcançada a nível micro, contudo insere importantes mudanças a nível macro-sociológico: formas e finalidades da produção, mercantilização das relações sociais, modificação das estruturas internas de poder – considera-se desejável a democratização deste ou daquele Estado –, o padrão estético, entre outros. Como essa integração está sendo feita por meio do alargamento dos mercados, há uma preponderância de alguns Estados sobre os demais – com os costumes e valores que lhe são próprios, o que inclui a forma de relação entre sociedade e natureza.

Infer-se desses elementos conceituais de Norbert Elias que o desafio para o movimento ambientalista é, em primeiro lugar, tentar dissipar as confusões acerca dessa complexa relação entre indivíduo e sociedade, construindo modelos teóricos e de ação compatíveis com a natureza plástica dos seres humanos e da sociedade – ou do *habitus*, na terminologia do autor. Há ainda um estímulo para pensar nas consequências sociais das ações isoladas e imediatistas, que têm um alcance muito limitado e efêmero: elas devem estar encadeadas na direção de abarcar toda a instituição social, que está cada vez mais integrada. Isso pressupõe uma compreensão histórica da formação e mobilidade da civilização ao mesmo tempo em que do ser humano enquanto ser biológico com capacidades e limites.

No tocante ao projeto ora exposto, da relação entre os princípios orientadores do militante e a capacidade deste em aplica-los integralmente, a leitura de Elias coloca limites e estímulo ao mesmo tempo. Limites porque, no conjunto, sua teoria parece deixar pouco espaço para uma rotinização da vida em termos diferentes daquela direcionada pela estrutura social; estímulo porque revela que os princípios são fruto de construções igualmente sociais e históricas,

que ocorrem lentamente e que a rigor não há nenhum impedimento legal, racional ou teísta para sua ampliação e para a constituição de outro tecido social.

Isto é reforçado pela abertura indeterminista do mundo social. Para ele, nem sociedade nem indivíduos possuem objetivos intrínsecos previamente dados (ibidem: 18), sendo que o sentido da vida social é próprio a cada cultura e nunca de maneira fixa. Isto garante a possibilidade de que grupos políticos lutem na arena social pela criação de novos sentidos; no caso do ambientalismo, levando em consideração as possibilidades e limites impostos pela realidade natural, relegada pelas sociedades ocidentais. As sociedades «são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro» (ibidem: 20); para compreender isso, basta um olhar mais macro sobre as sociedades, donde se verá que a estagnação sentida no cotidiano é uma aparência derivada da reprodução a-crítica dos valores e normas que se julga estabelecidos.

Aliada a isso, no outro pólo também verificamos a inconstância: mesmo num mesmo grupo social, «as histórias individuais nunca são exatamente idênticas», o que é denominado de «individuação» (ibidem: 27), o que pode significar tanto um espaço para explorar o questionamento dos padrões sociais quanto, e aí está novamente a dificuldade, que a fabricação de consensos sobre os projetos políticos contestatórios pelos grupos seja uma tarefa vã. Entretanto, como ocorre das «pessoas mudarem umas em relação às outras e através de sua relação mútua» (ibidem: 29), Elias mostra que o caminho para a transformação das civilizações deve ocorrer na interação entre os indivíduos, já que elas não estariam “preparadas” para obedecer a uma nova hegemonia estabelecida de cima para baixo – as mudanças de personalidade são correlatas às mudanças de estrutura social (Tedesco, 1999: 43).

Elias advoga uma «sociologia dos processos», na qual o exame das sociedades não pode ser conduzido «apenas com respeito à situação atual» (ibidem: 142), sendo necessária uma revisão histórica para se compreender o estado atual de cada uma delas ao invés de tentar lhe aplicar «teorias e conceitos revestidos de caráter de leis» (ibidem: 145). É preciso, portanto, que os movimentos sociais tenham “senso de realidade” para com seus projetos, colocando seus princípios sempre em revisão para não esbarrar nas limitações impostas pelo momento histórico e dimensionando uma escala de tempo compatível para a ocorrência de mudanças. Novamente: a mudança social não acontece de supetão – «falar em socialização é atribuir à sociedade sua recorrência a processos de interação» (Tedesco, 1999: 42), nos quais vão se remodelando os costumes, os conhecimentos considerados válidos e as normas delas derivadas.

4.2.3 – Agnes Heller e o militante como um humano-genérico⁵³

À primeira vista pode parecer estranha a requisição de Agnes Heller para um trabalho de ambientalismo político. Entretanto, seu trabalho teórico tem auxiliado bastante a reflexão dos problemas do envolvimento individual no processo de transformação social a tal ponto de estar se questionando sobre os conceitos mais centrais do marxismo, o que a coloca em constante polêmica com esta tradição. Ela, contudo, não é a única, estando na esteira de Lukács, que propôs a insuprimibilidade da vida cotidiana, e de Lefebvre, que propôs fundamentos horizontais para estudar as estruturas sociais (Tedesco, 1999: 154 e 158).

Para Heller, «a história é a *substância* da sociedade» (Heller, 1985: 2) e «a substância da sociedade só pode ser a própria história» (ibidem: 3). Isto significa que não existe sociedade nem história em abstrato, que o conhecimento e o significado de uma tem de ser buscado necessariamente na outra. Mas quando uma vai buscar na outra a matéria do seu esclarecimento, não pode ater-se unicamente à totalidade dela, dado o ofuscamento epistemológico causado pela tentativa da sua contemplação, dado ainda que elas não são realidades fixas, estando em constante transformação.

Em essência, sociedade e história são um processo, um processo indivisível. Uma série de fatores, de pessoas, de acontecimentos e de idéias estão articuladas na produção dos fatos históricos, que se desenrolam por um período de tempo até que um acontecimento mais marcante lhe dá visibilidade: para Heller, «a vida cotidiana é heterogênea» (ibidem: 18). Questionando paradigmas positivistas, avança sobre a noção de *demarcação*: «em nenhuma esfera da atividade humana [...] é possível traçar uma linha divisória rigorosa e rígida entre o comportamento cotidiano e o não cotidiano» (ibidem: 26).

As intenções dos indivíduos são sempre heterogêneas, visando ora o «humano genérico» – a humanidade –, ora o «particular-individual», ora ambos. Assim como a história não é feita unicamente pelas celebridades – «o particular produz seu mundo (pequeno mundo) diretamente, e produz o conjunto da sociedade (grande mundo) indiretamente» (Monteiro, 1995: 55) –, os eventos importantes afetam não a história ou a sociedade conceituais, mas o dia-a-dia dos seres de carne e idéias. Mas também experiências formativas inicialmente despretensiosas muitas vezes desencadeiam processos de consciência que, daí então, atingem outras pessoas e instituições e, por assim dizer, extrapolam a cotidianidade.

Ademais, o sentido de uma experiência qualquer pode ser vivido pelo agente sem que

⁵³ Para a redação deste sub-capítulo foram aproveitadas partes do texto *Da autotransformação à transformação social: cotidiano e indivíduo em Agnes Heller*, entregue como avaliação final da disciplina Teoria Social

ela alcance diretamente a proporção de fato histórico: como todas as pessoas relacionam-se, a vida de alguém sempre assume importância para a de outras, podendo então certas experiências de história pessoal estarem na base constitutiva da personalidade das pessoas que com seus atos e idéias produziram os fatos significativamente marcantes. Conforme o trabalho de Thomashow, isto se revela no ambientalismo, de onde numerosas idéias e ações exemplares emanam e inspiram geralmente as pessoas mais próximas, inspiração esta que pode marcar a vida e a carreira (pessoal, profissional, política) de alguém que se projete com mais poder de influência social. Deste modo, Heller ajuda a nos sentirmos fazedores da sociedade da qual fazemos parte e mesmo dos desígnios maiores da humanidade – sujeitos históricos, como definido mais acima.

Comportamentos desse tipo rompem com a *massa*, «estruturação interna na qual não se podem desenvolver nem a individualidade nem a comunidade» (Heller, 1985: 70). No interior da massa não existe *indivíduo* pleno (*individualidade*), o ser humano com consciência do mundo (Monteiro, 1995: 60), mas fragmentado e ocasional. O que existe, predominantemente, é o *ser particular* ou *particularidade*, quando o ser humano está mais preocupado com a satisfação das «necessidades do “Eu”». Embora também o «genérico está “contido” em todo homem e, mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares» (ibidem: 21), a grande maioria das pessoas cuida da “reprodução”, utilizando agora a linguagem de Bourdieu.

Neste sentido, ser indivíduo, para Heller, pressupõe a consciência, ou seja, que cada um se saiba como portador dos valores, normas e representações da sua cultura sem reproduzi-los mecanicamente. Em outras palavras, esta é a esfera da liberdade, quando se é «capaz de escolher uma comunidade graças ao fato de já ser indivíduo» (ibidem: 68). Ao participar de uma comunidade, o indivíduo está “elevando-se” acima da esfera particular e cotidiana em direção ao «humano-genérico», conjunto de valores que ela toma do marxismo: «trabalho (objetivação, socialidade, universalidade, consciência)» (ibidem: *passim*).

Um movimento social, interpreta-se de Agnes Heller, constitui-se como uma comunidade. Os motivos para o engajamento são muitos em cada pessoa, mas uma quantidade considerável o faz por sentir-se “superior” ou “fora” da formação homogênea que setores da sociedade buscam promover. Nela há a possibilidade de escolher seus próprios projetos e de orientar-se por outros princípios, e de construir conjuntamente essas categorias.

Agnes Heller investe contra a idéia de que as atitudes cotidianas não contribuem com a construção da revolução. A transformação social constrói-se dia após dia, fortalecendo tanto a

própria motivação do agente quanto inflando o conjunto dos pretendentes, mantendo-se em constante vigília diária: «uma reorganização da sociedade capaz de humanizar a vida não depende de uma única ação revolucionária drástica e sim de uma revolução permanente» (ibidem: 116). Isto está bem próximo do entendimento ambientalista de metodologia de ação sócio-transformadora, o que leva certos militantes a estender sua ação também para a esfera do cotidiano.

A sociedade forma os indivíduos para reproduzi-la em todas as esferas e em todas as ocasiões, e a ideologia será enfraquecida se os indivíduos negarem-na a todo o momento, e não apenas em atividades explicitamente militantes (discursos, greves, protestos, reuniões, etc.):

aquele que recusa o papel [que nos é designado pelo capitalismo] por motivos revolucionários não apenas subtrai sua própria pessoa ao jogo dos papéis, mas também se opõe à base econômica e política de determinadas funções de papel e se propõe a abolir a sociedade que produz costumes e usos determinados que se cristalizam em papéis. (ibidem: 102)

É a questão do *etos*⁵⁴. Os hábitos e gostos aos quais o indivíduo vai acostumando-se no decorrer da vida vão referendando o *status quo*, até que, em alguns casos, se inicie um processo de formação de consciência crítica pela confrontação das ideologias nos nossos *drives*, «idéia de impulsos de natureza biológica e caráter instintivo que são progressivamente “domesticados” pelo processo de socialização» (Monteiro, 1995: 98). Para Heller está claro que é também a nível comportamental que se deve investir contra os oponentes ideológicos, demonstrando a eles que a negação é mental e corpórea, é integral:

O elemento ético, de fato, não existe apenas de maneira implícita: a consciência da nova exigência significa ao mesmo tempo a consciência dos valores e da orientação ética em que se há de basear a criação da nova realidade. Marx disse que, transformando o mundo, os homens se transformam a si mesmos. Não modificaremos substancialmente o seu pensamento se alterarmos a sua frase e afirmarmos que não podemos transformar o mundo se, ao mesmo tempo, não transformarmos nós mesmos. (Heller, 1985: 117)

Os indivíduos engajados em filosofias sócio-transformadoras estarão cumprindo efetivamente sua tarefa se, no decurso do processo, voltarem suas reflexões, discursos e ações a partir de si próprios, num movimento dialético que vai e volta do particular ao geral, do micro ao macro: promover a individualidade (no sentido helleriano de participante da humanidade-genérica) para construir a sociedade, promover a cotidianidade para construir a história.

Permanecendo ainda na questão da relação entre os valores e a cotidianidade.

⁵⁴ A palavra “etos” já se encontra com essa grafia no *Dicionário Aurélio eletrônico século XXI* (1999a).

Mesmo que a vida de alguém esteja empenhada na promoção dos valores humanos – o que significa, para o revolucionário, contestar e propor valores –, pelo fato da sua vida transcorrer na cotidianidade, «não é possível concentrar *todas* as energias em *cada* decisão» cotidiana: o “sistema” da vida social impõe limites pragmáticos aos indivíduos, e ele não pode se culpar por isso. Entretanto, dentro de um grupo, o indivíduo que consegue aplicar moralidade e busca de genericidade aos seus atos, inserindo «a marca da sua personalidade» (ibidem, 40) aos seus atos, exerce influência sobre os demais porque «o aparecimento de um indivíduo em dado meio “dá o tom” do sujeito em questão, produz uma atmosfera tonal específica em torno dele e que continua depois a envolvê-lo» (ibidem: 36); portanto – considerando os valores como princípios –, o indivíduo em dada organização que procura manter-se fiel aos princípios e que introduz nela essa discussão, eleva a sua qualidade política e o coloca em destaque no conjunto do movimento, sobretudo porque «nem todo grupo apresenta hierarquia fixa e específica de valores; no mais das vezes, a única coisa que se choca com as normas do grupo é a violação dos interesses do grupo; fora disso, existem no grupo “éticas” plenamente pluralistas e contraditórias» (ibidem: 67).

Heller também nos auxilia a pensar sobre a estigmatização dos militantes dos movimentos sociais com seu ensaio sobre os preconceitos. Os preconceitos, que são de diversos tipos, são «os juízos provisórios» que se mantêm mesmo quando «refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada» (ibidem: 47) – é fácil de se verificar que eles são a constante na sociedade, dado o pouco hábito (evidentemente que faltando condições para a maioria) dos indivíduos nesse procedimento. O preconceito não é «cômodo» apenas porque «nos protege dos conflitos, porque confirma nossas ações anteriores» (ibidem: 48) – afastando os indivíduos do processo de auto-conhecimento e de auto-transformação –, mas também porque encobre interesses não declarados, o que ocorre com aqueles que se sentem atingidos e questionados nas suas ações pelos movimentos sociais (por exemplo, com um empresário que gostaria de aterrar um mangue para construir um hotel, apesar das evidências do prejuízo ecológico). Quando isso acontece, o «homem predisposto ao preconceito rotula o que tem diante de si e o enquadra numa estereotipia de grupo» (ibidem: 57), ao mesmo tempo em que se insere no seu contrário, como ocorreu em Florianópolis quando empresários se auto-intitularam “Amigos de Florianópolis” e estigmatizaram os ambientalistas como “os contra” ou “ecochatos” por estes estarem supostamente contra o desenvolvimento da cidade e o bem estar da população.

Por último, mas não o menos importante, uma menção à contribuição de Agnes Heller à compreensão dos papéis sociais, o que se configura em outra vertente de análise dos militantes. Também aqui ela manifesta sua postura anti-estruturalista (Granjo, 1996: 12) e anti-essencialista, afirmando que «não há nenhuma fronteira rígida entre os comportamentos

destituídos de “papel” e aqueles que o possuem», apesar de ser «necessário, na convivência social, um determinado plano de reações mecânicas fornecidas pelo “papel”» (ibidem: 87 e 88). Os papéis têm a função de fazer o indivíduo ingressar na vida social dada, através dos quais assimila os códigos de conduta e ocupa seu lugar na cadeia de relações e funções. Entretanto, quando isso acontece de maneira irrefletida, quando deixa de buscar a sua própria personalidade, quando não se questiona sobre a justeza de suas ações executadas em forma de papel, se estará no terreno da alienação.

Isso é verificável quando, por exemplo, diante do público, o indivíduo «“dá seu espetáculo, expressa opiniões, estados de espírito, julgamentos, etc., que talvez nada tenham em comum com os que lhe são próprios», ocasiões em que «a personalidade do homem pode perder-se inteira nesses clichês» (ibidem: 91). Isto ocorre porque «a sociedade humana tem a propriedade essencial de que o caráter público das ações influi nas próprias ações», de que quando colocado em público, «o homem sente mais intensamente o dever de representar a humanidade e dar o exemplo» (ibidem: 90). Entretanto, isso tem como corolário o seu avesso: em determinado grupo, as ações contestatórias ao papel por parte de determinados componentes também servem de exemplo, forçando dessa maneira a assimilação de novos hábitos por parte dos outros componentes. O indivíduo que recusa o cumprimento do papel é aquele que recusa a alienação, é um rebelde, que tanto pode ficar restrito ao comportamento humano particular quanto dirigir-se ao humano genérico.

4.2.4 – A luta pelas aparências e o peso do rótulo: Erving Goffman

O auxílio de Goffman nos interessa aqui porque o interacionismo simbólico «parte do pressuposto que os significados sociais são produzidos nas *circunstâncias interatuantes dos atores*» (Tedesco, 1999: 70), seja na forma como aderem e representam seus papéis sociais, seja quando atribuem estereótipos aos membros sociais fora do padrão esperado. Mesmo que os significados sociais não emanem totalmente dessas interações – o que é o caso –, ainda assim elas assumem importância para as pessoas que vivem na sociedade, e as idéias dessas pessoas *sobre* a sociedade advêm em alguma medida dessas circunstâncias de interação. Goffman utiliza o conceito de *papel*, «um dos construtos mais centrais na ciência social moderna» (Bottomore e Outhwaite, 1996: 551), como uma forma de tratar mais minuciosamente o reconhecimento das ciências sociais sobre a pertinência da análise cotidiana e individual – as micro-estruturas. Por ser minucioso, requisita um tratamento mais extenso que não pode ser dado aqui – neste subcapítulo, dar-se-á prioridade ao ambientalismo como local de aplicação dos conceitos e noções goffmanianos.

Mesmo que Goffman tenha escrito sobre instituições totais, como em *Manicômios, prisões e conventos*, ou sobre locais de trabalho e domésticos, como em *A representação do eu na vida cotidiana*, não é possível que quem o leia não se reconheça nas suas páginas. É por isso que Goffman não depende de fontes teóricas ou de abstrações conceituais: situações tais como as por ele descritas já foram vivenciadas por todos os leitores – como expectador e como protagonista. Sem fazer especulações éticas, nos seus escritos revela-se uma forma comum de relação entre cada um de nós e os demais humanos em que se manifesta uma hipocrisia mutuamente consentida, implicitamente institucionalizada pela conjunta omissão de reconhecimento dessa realidade.

Para o autor, a expressividade do indivíduo é feita por aquilo que ele *transmite* – símbolos verbais e seus substitutos – e por aquilo que ele *emite* – que inclui uma ampla gama de ações (Goffman, 1975: 12). Essa comunicação é feita a partir do gestual, das afetações e mesmo das informações prévias que se têm do indivíduo ou dos do seu “tipo”. Goffman diz que essa comunicação pode ser feita de forma sincera ou falsa, consciente ou inconscientemente. Envolve atores opostos ou parceiros, pode ser constante ou ocasional.

Todo ator pretende passar uma imagem aos demais, ou controlar a impressão que os outros venham a ter de si. A isto Goffman chama *representação*, e não é difícil fazer um paralelo com a teoria das representações sociais, que trata da forma como os indivíduos imaginam como as coisas (pessoas, objetos, instituições, etc.) são, o que dirige seus comportamentos e manifestações. Ou seja, no processo de socialização ocorre a

tendência que os atores têm a oferecer a seus observadores uma impressão que é idealizada de várias maneiras diferentes. [...] assim, quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo. (ibidem: 41)

Isto é verificável principalmente em seu estado puro, o que ocorre quando a própria imagem é o produto – como ocorre com uma apresentadora de TV. O controle da impressão não se dá somente nos casos em que a intenção é ludibriar outras pessoas para tirar delas alguma vantagem, mas caracteriza todos os possíveis papéis sociais – de pai, de religioso, de defensor da pátria ou da natureza – quando se deseja demonstrar a coerência entre o discurso e a prática, e a constância das representações e os recursos que lhe auxiliam variam de situação para situação, dependendo também do público a que se dirige.

Para Goffman, isso ocorre pela tentativa de não revelar discrepância entre «nosso eu demasiado humano e nosso eu socializado» (ibidem: 58), o que se converte numa autêntica «epistemologia do engano» (Tedesco: 1999: 77). A sociedade, sendo construída sob o arrimo da

razão individual e da determinidade social, faz com que as virtudes e vícios sempre variáveis e imprevisíveis tenham de ser contidos: «Espera-se que haja uma certa burocratização do espírito, a fim de que possamos inspirar confiança de executar uma representação perfeitamente homogênea a todo tempo» (ibidem: 58). É um jogo de manutenção das aparências vivenciado tanto por aqueles que pretendem mantê-la quanto por aqueles que tentam desvelá-la nos outros.

As organizações políticas, como as demais, também são pautadas por essas convenções interacionais. Existem tanto as fortemente institucionalizadas – não se apresentar de bermuda no Palácio do Governo – quanto as apropriadamente escolhidas – um sorriso de cortesia quando dominado por sentimento contrário. Pode ser representado por uma equipe inteira – toda a ONG, por exemplo – ou por um membro em frente aos demais.

Um outro conceito importante é o de *bastidores*, um local e tempo onde se prepara a representação em público, o qual em algumas vezes contradiz a imagem que está na *fachada*. É conveniente que os membros das ONGs apresentem, quando em trabalho político, uma imagem que condiga com a causa defendida, mesmo que nas suas vidas pessoais não consigam cultivar os hábitos correspondentes. Isso pode ser trabalhoso, mas por outro lado, devido às constantes ameaças de que seus bastidores sejam invadidos, os próprios bastidores podem vir a moldar sincera e autenticamente a região de fachada. Além de tudo, como as condições sociais de vida dificultam a vida alternativa, há de se reservar o máximo possível para os bastidores essas discrepâncias – entretanto, dependendo dos princípios que se segue, mesmo a fachada apresentará alguma discrepância, o que pode levar alguns militantes políticos a des-radicalizarem seus princípios na evidência da impossibilidade de cumprimento dos mesmos.

Como cada pessoa vive mais de um papel na sociedade, e o faz com diferentes equipes e para diferentes platéias, os militantes têm de ser cuidadosos quanto à transposição dos princípios do seu papel de militante para os outros papéis, sob o risco de ser tomado por insolente ou desagradável. Por exemplo, há em curso uma campanha contra as atitudes radicais, associado-as com o extremismo intransigente e não com uma exigência da profundidade da reflexão em direção às causas fundamentais dos problemas. Muito facilmente uma crítica tem que deixar de ser feita por ser considerada radical, neste caso eticamente contestável. Deste modo, o ambientalista vê-se em frente à necessidade de representar vários papéis: em frente de pessoas queridas, em frente de opositores e entre seus pares.

Viver em sociedade, portanto, é um drama, também no outro sentido da palavra: a representação de papéis geralmente traz desconforto sentimental; assim, Goffman resume os «elementos dramáticos da situação humana: problemas de encenação em comum; preocupação pela maneira como as coisas são vistas; sentimentos de vergonha justificados e

injustificados; ambivalência com relação a si mesmo e ao seu público» (ibidem: 217). Talvez isso explique um pouco tanto a não aproximação quanto, após isso, o afastamento da militância: se a situação é sabidamente complicada, o melhor é afastar-se dela.

Goffman chama a atenção para as implicações políticas dessa forma de agir, na medida em que as intenções não são colocadas às claras, representando-se papéis tanto para passar uma impressão quanto para recolher informações dos interatuantes que lhe sejam úteis. Com efeito, isso condiz bastante com a corrente opinião pública acerca dos agentes do campo político. Os movimentos sociais, como agremiações políticas, participam do modo institucionalizado de fazer política; os membros das ONGs que participam mais diretamente do embate no campo político formal estão mais sujeitos a trazer para sua organização os modos convencionais de fazer política considerados indesejáveis para a sociedade que projetam, tornando-a de certo modo indistinta do ambiente que combatem.

Os valores – princípios – defendidos por certa ONG e por seus associados são colocados como que à frente de si para delimitar as expectativas que os demais atores sociais, individuais ou institucionais, alimentam dela. Goffman diz que

os valores culturais de uma instituição determinarão em detalhes o modo como os participantes se sentirão a respeito de muitos assuntos, e ao mesmo tempo estabelecerão um quadro e referência e de aparências, que devem ser mantidas, quer existam, ou não, sentimentos por trás delas. (ibidem: 221)

Por isso assume especial importância a discussão sobre princípios orientadores entre os membros do movimento ambientalista. Diante das dificuldades de dar encaminhamento às exigências ideais projetadas, a maneira de conciliar esse dilema seria a presença mais constante dessas discussões entre os membros das organizações.

Goffman ainda salienta que «o indivíduo pode envolver profundamente o seu eu em sua identificação com um determinado papel», e que numa eventual ruptura «verificamos que as concepções de si mesmo em torno das quais foi construída sua personalidade podem ficar desacreditadas» (ibidem: 231). Essas conseqüências alteram, portanto, não apenas aquele *eu* que é ambientalista, mas o *eu* todo do ator social. Ser ambientalista, sob esse ponto de vista, é penoso, pois o *eu* está envolvido com uma ampla gama de valores e concepções integradoras. Quanto mais ampla e mais profunda for essa orientação ideológica que lhe fornece o papel, mais suscetível está o militante a sofrer abalos no seu *eu* que afetem o restante da sua vida e também o agrupamento político que compõe. Isto porque «este eu não se origina do seu possuidor, mas da cena inteira de sua ação, [...] é um “produto” de uma cena que se verificou, e não uma “causa” dela. [...] não é uma coisa orgânica, [...] é um efeito dramático» (ibidem: 231). Assim sendo, usando o ponto de vista goffmaniano, um ambientalista não é uma entidade essencial, é um auto-

fazer constante.

O papel, portanto, não é um destino, não é uma essência. Deles os indivíduos podem se desfazer e assumir outros, por vontade própria, por pressão do ambiente social, por circunstâncias diversas e imprevisíveis. Do mesmo modo, as representações dissimuladas que constantemente realizam como modo de preservar seus interesses ou sua integridade não são regra geral, e a cena em andamento pode ser quebrada a qualquer tempo, por vários motivos. Um dos motivos que interessa destacar, e que foi manifestado pelos entrevistados, é a sua preservação moral, mesmo quando a situação “exige” um comportamento dissimulado: «há ocasiões em que os indivíduos, quer queiram, quer não, se sentem obrigados a destruir uma iteração, a fim de salvar sua honra e seu prestígio» (ibidem: 225); em outra parte designa essa postura como de «renegados», que «freqüentemente tomam uma atitude moral, dizendo que é melhor ser leal aos ideais de seu papel do que aos atores que falsamente o representam» (ibidem: 154).

No livro escrito depois por Goffman, esse entendimento das interações sociais e da forma de construção do indivíduo delas resultantes serve de base para a compreensão da estigmatização das diferenças. Novamente o que é central é a rede intrincada de significados que perpassa todas as circunstâncias em que se envolvem os indivíduos no transcorrer das suas vidas. Há uma certa “faixa de normalidade” dentro da qual se deve permanecer, tanto no modo de comportar quanto no modo de ser; o modo de ser inclui as características físicas e biopsicológicas, sendo que isso varia de um ambiente social para outro – certas posturas e características são toleradas em alguns ambientes e não em outros (Goffman, 1988: 11-12). As características que desejamos encontrar nos indivíduos de determinado grupo são então chamadas de «identidade social virtual», e aquelas que realmente encontramos são chamadas de «identidade social real», e nessa quebra de expectativa, nessa discrepância, encontra-se o estigma: «um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações, e não de atributos. [...] um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo (ibidem: 12-13).

Decorrem daí inúmeras especificidades tais como o grau de discrepância, a expectativa do estigmatizador, os tipos de encobrimento, a relação dos estigmatizados entre si, sua política de identidade e seu engajamento anti-estigmatização ou de conquista de direitos na sociedade, entre outras. O que interessa é admitir que essa atribuição existe e caracteriza as interações sociais tanto como a atribuição de papéis sociais e seu desempenho, e que o estigma influi na constituição do indivíduo enquanto identidade, *self*, subjetividade e personalidade – e não existem condições, nos limites desse trabalho, de percorrer todos esses sub-temas. É

importante destacar, contudo, alguns elementos mais importantes para o tema deste estudo, dada a sua manifestação pelos entrevistados e a sua menção pela literatura da área.

«O indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais [aqueles que atendem às expectativas desejadas] o identificarão e receberão» (ibidem: 23), o que o faz ter diferentes atitudes, dependendo da circunstância em que ocorre e mesmo da idiossincrasia daquele que é objeto de estigmatização. Entre os militantes, é mais comum a postura de assunção, pois o que se deseja é justamente encontrar espaço para manifestar seu ponto de vista; porém, o estigma pessoal contribui para negar sua própria causa, e neste sentido seu esforço é duplo: inserir a sua discussão, aumentando a plausibilidade do que defende ou condena, e apresentar-se como uma pessoa normal, já que normal no espaço democrático é o embate de idéias, deste modo colocando a postura «estigmatofóbica» em desconforto (ibidem: 40).

O que está em questão, portanto, é a estigmatização da concepção e do grupo que a defende. Nem todos nascem estigmatizados, e muitos optam por ingressar espontaneamente num grupo rotulado, e este é o caso dos agentes políticos com papel polêmico: «todas as vezes que um indivíduo entra numa organização ou numa comunidade, ocorre mudança marcada na estrutura do conhecimento sobre ele – sua distribuição e seu caráter – e, portanto, mudança nas contingências do controle de informação» (ibidem: 78). É no espaço do coletivo organizado que o indivíduo se sente à vontade, já que ali se sente mais livre para ser “ele mesmo”, ou seja, assumir abertamente seu papel (ibidem: 82).

Estas situações afetam o indivíduo, e no campo do movimento ambientalista constituem um problema ambiental como aqueles que são objetos de ação: por exemplo, se o aterro de um mangue é um problema ambiental, as dificuldades encontradas para resolver esse problema são parte do problema. Tentar encobrir o que se pensa realmente – assim como um defeito físico não imediatamente aparente – faz o engajado «necessariamente pagar um alto preço psicológico, um nível muito alto de ansiedade, por viver uma vida que pode entrar em colapso a qualquer momento» (ibidem: 98). Isto é válido também para as discrepâncias, ou seja, quando o “defeito” é não conduzir-se – onde exercem um grande peso as limitações impostas pela sociedade e que são incontornáveis a nível individual – de acordo com o conjunto de valores e princípios do grupo; essa incoerência pode ser levantada tanto pelo grupo de identificação quanto pelos indivíduos oponentes, que esperam ver aí a prova da inconsistência de suas teses ou a fragilidade do seu caráter.

Os agrupamentos sociais são mais do que local de encontros entre indivíduos com afinidades, mas neles estes se formam como indivíduos sociais, segundo Goffman, dado que a

identidade é uma dos componentes básicos da formação individual: «aqui, certamente encontramos um exemplo claro de um tema sociológico básico: a natureza de uma pessoa, tal como ela mesma e nós a imputamos, é gerada pela natureza de suas filiações grupais» (ibidem: 124). A visão de mundo e o projeto que o indivíduo estabelece para si, bem como o seu anseio de modelação social – seja a sua manutenção ou sua transformação –, são caracterizados pela troca de experiências e compartilhamento de valores ns grupos dos quais faz parte.

Quando o grupo é político, isto ganha contornos mais nítidos: «Quando o objetivo político último é retirar o estigma do atributo diferencial, o indivíduo pode descobrir que os seus esforços podem politizar toda a sua vida» (ibidem: 125), e entre os militantes políticos o eventual estigma e o esforço pelo reconhecimento de suas causas – e, portanto de seu comportamento em concretizá-las – só faz aumentar sua politização. Entretanto, isso pode se converter no seu contrário, ou seja, aceitar que se é minoria no conjunto social e que se pode estar errado, e não suportar esse problema adicional sobre sua vida – nos dois casos, pode ocorrer o afastamento e a re-inserção conformada no mundo social normal, ou, no conceito de Heller, o indivíduo pode tornar-se um «incógnito de oposição. [...] Já não é um conformista mas não chega a ser um revolucionário» (Heller, 1985: 100).

4.2.5 – Os movimentos sociais como vida moral: o auxílio de Charles Taylor

Charles Taylor não é um sociólogo nem seu livro *As fontes do self: a construção da identidade moderna* é um livro de sociologia. Entretanto tem sido estudado pela sociologia por causa do objeto que aí aborda e pelas conseqüências do quadro ali esboçado para a compreensão sociológica do ser humano. Nesta obra, ele passa um pente fino na tradição reflexiva ocidental, sobretudo filosófica e religiosa, com o intuito de apresentar elementos que caracterizam o modo como a sociedade forma o jeito de cada indivíduo ser para si e perante os demais.

Sua definição inicial de *self* como «um agente humano, uma pessoa» (Taylor, 1997: 15) é bastante comum, restando preenchê-la com conteúdo histórico e social. Isso ele começa a fazer demarcando o espaço moral em que qualquer pessoa age, mas que principalmente informa ou mesmo comanda suas ações. Para compreender isso é necessário, contudo, conhecer a história dos conjuntos humanos que estiveram ou estão envolvidos na constituição de sua cultura em particular – no caso, a cultura ocidental.

As idéias formadas sobre o mundo e sobre o ser humano foram forjadas ao longo dos séculos pelo cruzamento de diversas culturas, mas só a partir do período clássico grego obteve-se a interferência da reflexão explícita questionadora sobre tais temas. A partir da filosofia tanto as coisas físicas quanto as representações sobre elas passaram a ser refletidas de forma

desvinculada da mágica, mas o fato principal é que reflexão passou a influenciar tais representações. O mundo platônico, por exemplo, é tanto um extrato do pensamento grego quanto uma criação nova que se *insere* no pensamento grego. Deste modo o pensamento do povo ocidental precisa ser estudado também a partir dos pensadores da Grécia. É esse caminho que Taylor percorre, buscando em pessoas caracterizadas hoje como *espíritos proeminentes de uma época* a explicação para o modo como as pessoas de cada época pensam a si próprias para compor, com isso, o cenário moderno da identidade dos indivíduos.

Essa construção da identidade moderna tem, para ele, três facetas:

em primeiro lugar, a interioridade moderna, o sentido de nós mesmos como seres dotados de profundezas interiores, e a noção vinculada de que somos um *self*; em segundo, a afirmação da vida cotidiana que se desenvolve a partir do início do período moderno; e, por fim, a noção expressivista da natureza como fonte moral interior (ibidem: 10).

Para a construção da identidade, em qualquer época, há para Taylor um elemento constituinte que é a idéia de bem, a moralidade. Trata-se de avaliações morais fortes, que existem independentemente de nossos desejos e que podem julgar estes. As exigências morais mais fortes fazem referência ao «nosso sentido de respeito pelos outros e de obrigação perante eles [,] nossos modos de compreender o que é uma vida plena [e] também a gama de noções relacionadas com a dignidade» (ibidem: 29), que mudam historicamente, servindo de categorias de avaliação da topografia moral da época; desta topografia Taylor pretende extrair a auto-compreensão dos atores sociais, que reputa ser constituinte da identidade pessoal de cada época.

É sobre os sentimentos morais mais profundos que colocamos as demais distinções. Entretanto, nossas atitudes não são sempre conscientemente remetidas a uma avaliação por esses sentimentos, e mesmo assim não é fácil reconhecê-los pela reflexão. Segundo Jessé de Souza, para Taylor uma «identidade não articulada reflexivamente é uma identidade fragmentada» (Souza, 2000: 101).

Essa reflexão mudou historicamente com a forma dos indivíduos se pensarem como dotados ou não de interioridade, e se é dessa interioridade ou de outras fontes que provém sua moralidade. No movimento descrito por Taylor, a interioridade é colocada por Santo Agostinho, e as fontes morais que tiveram origem historicamente tendem a ser consideradas naturalizadas pelas gerações que não vivenciaram essas criações. Com isso, tem mudado também a identidade dos indivíduos, definida como «o horizonte dentro do qual sou capaz de tomar uma decisão» (ibidem: 44). As pessoas são tomadas como um *self* quando «elas são seres da profundidade e complexidade necessárias para ter (ou para estar empenhadas na descoberta de) uma identidade» (ibidem: 50).

Quando o *self* alcança, com a formulação de Locke, a capacidade de se pensar a si

próprio como fonte de justificativa moral, colocando-se como que acima da moralidade expressa socialmente, atinge-se o estágio denominado por Taylor de «*self* pontual». Isso foi de extrema importância para o pensamento ocidental por elevar a razão à categoria de juiz interno, e não apenas como uma “antena” captadora da moral social. Ao mesmo tempo, contudo, esse processo se coloca na base da elevação moral, na atribuição de valor ao individualismo.

Como este movimento foi encoberto da memória social, o

sentimento de “mal-estar na modernidade” analisado por Taylor tem a ver com essa constelação típica criada pelo naturalismo: 1) o individualismo vivido de tal modo que faz desaparecer o nexos da nossa relação com os outros; 2) a entronização da razão instrumental como padrão típico da eficiência e complexidade modernas; 3) e, finalmente, como “produto político específico” dos dois anteriores, a ameaça de “despotismo suave” anunciada por Tocqueville. (Souza, 2000: 110)

Ou seja, o que poderia constituir numa ruptura dos indivíduos em relação a uma moral homogeneizadora usada como poder converteu-se numa pulverização da reflexão, o que fez aumentar a eficiência de controle sobre eles.

Deste quadro oferecido por Taylor pode-se depreender alguns aportes para se pensar a organização dos movimentos sociais. Estes caminham na direção do questionamento dos valores morais individualistas criados com o sentimento individual de des-pertencimento a uma comunidade mais ampla. Parece que a autonomia e a liberdade individuais só são defendidas como forma de se preservar interesses particulares e imediatistas, e não para a constituição de uma esfera pública de discussão a partir da admissão das diferenças e da necessidade do seu equacionamento. Não há, assim, o reconhecimento de que «o conflito é um elemento constitutivo da vida social na medida em que possibilita a constituição de relações sociais cada vez mais desenvolvidas, refletindo o processo de aprendizagem moral da sociedade em cada estágio» (Souza, 2000: 98)

No caso do ambientalismo, isso se reveste de especial valor porque muitas pessoas que poderiam encontrar satisfação pessoal conquanto aumentassem seu grau de inserção na natureza trilham caminhos de compor coletividades organizadas para tentar convencer as demais desse valor e para defender, perante as instâncias reguladoras, esse direito a todos – inclusive às gerações futuras. O movimento ambientalista e o pacifista parecem ser os únicos que não se constituem em defesa de uma corporação que interceda diretamente em causa própria (Santos, 1995: 260; Viola, 1987: 70; entrevistado Mauro Figueiredo), como parece ocorrer com os movimentos de mulheres, de meninos e meninas de rua ou dos sem terra – o que não quer dizer que alguns militantes e ONGs atuem de acordo com interesses próprios. Os princípios criados na historicidade de suas ações vêm propor a construção de um sentido ético, um dos mais

profundos dessa parte do mundo denominada de ocidental. Para tanto reivindica-se a articulação de sentimentos morais ancestrais – os quais, tendo sido ultrapassados, permitiram a ascensão do individualismo –, daqueles de outras culturas com matrizes não alinhadas com o ocidente e de outros que devem ainda ser criados, como modo de possibilitar um ritmo de vida que se adeque às possibilidades e limites de uma dimensão não portadora de moral: a natureza.

Esses valores ainda estão tenuamente espalhados pela sociedade de forma bastante variada; além disso, tem havido – como de resto ocorre com as demais orientações ideológicas – uma discrepância entre tais valores e a vida efetivamente vivida – «muitas vezes há uma falta de adequação entre o que as pessoas acreditam, por assim dizer, oficial e conscientemente, e de que até se orgulham de acreditar, e aquilo de que precisam para dotar de sentido algumas de suas reações morais» (ibidem: 23). A revisão ética é uma das reivindicações do ambientalismo, mas conquanto permaneça sendo lapidada por um número restrito de indivíduos, não logrará mesmo possibilidade de efetivação nos próprios espíritos que lhe são afeitos – quanto mais como força de impulsionamento da sociedade.

O ambientalismo vive uma relação difícil com o modo moderno de se afirmar na vida; neste, «o superior deve ser encontrado não fora da vida, mas como *uma maneira de viver a vida cotidiana*» (ibidem: 40). O ambientalismo não nega a importância do cotidiano, haja vista sua compreensão da efemeridade de vida individual humana em comparação com a história cósmica. Entretanto, as crenças sociais que na modernidade capitalista dão suporte a ele – que entregam a vida individual à eficácia, ao hedonismo e ao imediatismo – são criticadas. Seria preciso, apesar das dificuldades, que «recuperássemos uma percepção do compromisso com nosso ambiente natural» que foram solapadas pelo «viés subjetivista» e pelo «instrumentalismo como as ideologias de realização pessoal» (ibidem: 654).

Taylor vê com negativismo as transformações por que passaram o *self*. Para ele,

o indivíduo foi tirado de uma rica vida comunitária e agora entra, em vez disso, numa série de associações volúveis, mutáveis, revogáveis, destinadas muitas vezes apenas a finalidades extremamente específicas. Acabamos nos relacionando uns com os outros por meio de uma série de papéis parciais. (ibidem: 641)

Trata-se de uma falta de compromisso público que, entre outras consequências, levou à «irresponsabilidade ecológica» (ibidem: 641). A reversão dessa situação não é, por certo, uma tarefa da ciência, mas a compreensão dessa realidade realizada por ela converte-se numa importante ferramenta para o movimento ambientalista.

4.3 – AMBIENTALISMO, INDIVÍDUO E SOCIEDADE

Os trabalhos escritos sobre os movimentos sociais, e especialmente sobre o movimento ambientalista *strictu sensu*, têm reservado pouco espaço para debater o ato de militar, e menos ainda sobre a conjugação da atividade política dentro do espaço e do tempo da vida total do militante. Entretanto, além das contribuições mais passageiras do capítulo 3, reservou-se um espaço maior para dois autores que trataram do assunto um pouco mais detidamente, Marcos Reigota e Mitchell Thomashow. Logo após, alguns elementos da contribuição de Felix Guattari para a compreensão da integração entre indivíduo, sociedade e natureza no plano da transformação social ambientalista.

4.3.1 – Reigota e a vida dos ambientalistas

Apesar de não ter conseguido seu intento de tratar das contrariedades vividas pelos ambientalistas, o livro *Ecologistas* de Marcos Reigota merece um destaque por sua originalidade e pelo tratamento dado ao assunto, numa tentativa de «explorar a fórmula guattariana esboçada em “As três ecologias”» (Reigota, 1999b: 15).

Para fazer jus à sua própria postura acadêmica, ele será tratado de modo um pouco distinto dos demais autores. Marcos é um militante ecologista, além de professor universitário. Dá grande importância às representações sociais, ao cotidiano e ao auto-conhecimento para a formação do conhecimento social. Seus amigos têm um peso especial na sua vida. No livro em questão, considera que «um dos principais momentos do meu aprendizado em Louvain-a-Neuve [onde fez seu doutorado] consistiu nos encontros que tive com meus colegas e amigos de outros países» (ibidem: 14).

Marcos parte de sua experiência educacional e principalmente militante para levantar as dificuldades para ele inerentes ao movimento ambientalista. Seu problema central é formulado nessas palavras:

a compreensão das relações sociais numa perspectiva ecológica, ou a “ecologia das relações”, onde se evidencie a busca de formas saudáveis de relacionamento entre diferentes é uma das possibilidades e desafios da práxis ecologista. Diante da amplitude que a noção de ecologia adquiriu nesse final de século, envolvendo aspectos políticos, sociais, culturais, filosóficos, estratégicos, etc., se torna necessário ao mesmo tempo um aprofundamento teórico e ampliação da ação política. Assim, nós, as e os ecologistas, estamos situados diante de situações de conflitos coletivos e individuais, públicos e privados. Mas ainda é muito comum encontrarmos caricaturas com humor e elegância questionáveis como se fôssemos: hippies saudosos, místicos da nova era, monges franciscanos (ou budistas), tecnocratas reciclados, cientistas

malucos, utópicos e ingênuos etc., e pouco se tem analisado os conflitos sociais, políticos e pessoais que as e os ecologistas têm vivenciado. (ibidem: 57)

Os conflitos que os ecologistas têm vivenciado *nas suas próprias vidas privadas e íntimas* – e não unicamente quando estão, por exemplo, trabalhando num projeto de educação ambiental – só são conhecidos – quando o são – pelas pessoas mais próximas em diálogos pessoais ou simplesmente por percepção. O mais comum é que esses temas não sejam postos “em pauta”, tal como os outros constitutivos da militância: debate de idéias e estratégias, atribuição de funções, acerto da agenda, etc. Marcos, entretanto, tem debatido esses temas com seus companheiros de causa e amigos e faz deles a força motriz para continuar seu envolvimento.

Esse costumeiro recobrimento dos problemas “não oficiais” pelos quais passam os militantes encontra explicação tanto na constituição do indivíduo moderno como um ente auto-suficiente e auto-centrado – um “*self* para si” – quanto na compartimentação e a disciplinarização do mundo e da vida – “amizade é uma coisa e trabalho é outra”, “razão e paixão não se misturam”, “ciência e política devem permanecer separadas”. A «ecologia das relações» é proposta por Reigota para ser ao mesmo tempo um meio para a transformação das relações quanto uma finalidade social, onde a interdisciplinaridade seja o paradigma científico.

Uma fonte de dificuldades advém do «engajamento cotidiano no estabelecimento de formas ecológicas de vida», onde inúmeros relacionamentos ocorrem: «pessoais, sociais, políticos, com a natureza, artes, cultura, conhecimento, ciência, religião, dinheiro profissão, família, amigos, filhos, colegas, instituições» – diversos destes citados pelos entrevistados. Para Reigota, esses conflitos denotam o «“existencialismo ecológico”, cujas conseqüências, resultados e influências nas suas vidas e nas das pessoas próximas ainda são pouco conhecidas» (ibidem: 64).

Marcos reclama uma integração metodológica de ação aos problemas que o ambientalismo ataca, e para o ambientalista quase tudo é problema, dado sua hiper-pauta. Se alguma dimensão da realidade permanecer sem ser abordada, a compreensão do(s) problema(s) específico(s) da sua organização política ficará debilitada. Todos os indivíduos, de um modo ou de outro, estão envolvidos nos conflitos sociais enquanto seres sociais, compreensão esta difícil de ser alcançada por um indivíduo não politizado, mas que não escapa daquele que aplica o ponto de vista ambientalista, o qual seja, de lidar com a diversidade intercomplementar (influência recíproca e mútua). A dificuldade é que, embora entendendo – ou encontrando elementos para entender – a realidade deste modo, o ambientalista se depara com a impossibilidade de abarcar a totalidade, quiçá trabalhar com um ou outro problema ocasionado

pelo impacto social sobre a natureza. O que fazem ou pensam as ONGs é bastante variado; olhando de cima, portanto, vemos que o movimento ambientalista *stricto sensu* se ocupa de praticamente todos os problemas e com variadas metodologias. Não há, entretanto, coordenação ou integração, mas ações pulverizadas e muitas vezes efêmeras – o que não impediu inúmeras conquistas.

Marcos não esquece que os ambientalistas são também um *problema social* para uma série de instituições, agentes políticos e atores sociais, e isso fica evidente na estigmatização dos ambientalistas por aqueles de quem os ambientalistas discordam – somada com as divergências políticas dentro da própria esquerda, como já tratado mais acima.

Estas são algumas das questões depreendidas do livro *Ecologistas*; entretanto, ele foi mais útil para demonstrar a existência destas questões do que para descrevê-las mais amplamente ou apresentar algumas saídas. Tentando evitar problemas éticos de expor a intimidade de seus pesquisados, e mesmo por ter feito a pesquisa sem compromissos «financeiros, institucionais e teóricos que caracterizam o trabalho de um pesquisador» (ibidem: 73), Marcos usou a alternativa das *narrativas ficcionais* para apresentar seus companheiros de militância, técnica que consiste em «“embaralhar” ao máximo os fragmentos e estilhaços e criar “colagens”, baseadas em fatos reais, mas que devem ser lidas/vistas como ficções» (ibidem: 74). O resultado ficou bonito, mas de pouco auxílio para quem pretende resolver os problemas com os quais se identificou no início do livro, pois nessas narrativas foram feitas pouquíssimas menções aos conflitos da militância. Faltou também uma conclusão, onde pudessem ser relacionadas as narrativas com as questões expostas inicialmente. Este pesquisador pensa que ele se constitui um ponto de partida para um trabalho ainda a ser feito, um estímulo a trabalhos como o presente.

4.3.2 – A identidade ecológica descrita por Thomashow

Um outro trabalho importante, embora pouco conhecido, é *A identidade ecológica: tornar-se um ambientalista reflexivo*, escrito pelo professor norte americano de educação ambiental Mitchell Thomashow. O livro foi baseado na disciplina Padrões do Ambientalismo que ele ministra há quinze anos na Antioch New England a um público sempre formado por diversos ambientalistas de vários setores e orientações, inclusive do *stricto sensu*.

Essa experiência permite-lhe afirmar que existe uma estreita conexão entre a atividade militante e a vida íntima dos ambientalistas. Isso devido às análises feitas de si próprio e, principalmente, dos seus alunos, através de atividades integrativas montadas com este propósito – são descritas 21 ao longo do livro. Tais atividades visam auxiliar os participantes a compreenderem melhor a problemática ambiental em suas dimensões social e individual, bem

como a si próprios como agentes ao mesmo tempo mantenedores e transformadores de tal realidade com todas as «tensões, contradições, incertezas e ambigüidades» (Thomashow: 22).

O objetivo do livro é levantar elementos para que cada um compreenda sua *identidade ecológica*, entendida como «todas as diferentes maneiras como as pessoas se interpretam a si próprias relativamente à Terra, tal como se manifesta na personalidade, nos valores, nas ações e no sentido do “eu”» (ibidem: 30). Com efeito, vemos que a vida em sociedade desviou a compreensão humana dos processos ecológicos básicos aos quais são ligados, e sem essa religação, diz Thomashow, será bastante difícil a humanidade restabelecer um modo de vida não destrutivo e não auto-destrutivo.

A reflexão, por parte dos ambientalistas, sobre sua identidade ecológica, traria mais clareza do problema em suas dimensões natural, social e pessoal. Ocorre que sem um certo equilíbrio na compreensão das possibilidades e limites de cada uma destas dimensões – e, obviamente, das inter-relações – ou seja, com a identidade ecológica confusa –, abre-se oportunidade para sentimentos não vitalizadores e para a perda de energia com o próprio trabalho. Thomashow oferece, a certa altura, o exemplo da pesquisa de James Thornton, que «entrevistou 50 ambientalistas, na tentativa de determinar, entre outras coisas, o papel da raiva e do cinismo no trabalho do ativista» (ibidem: 220), o que constatou ser muito freqüente, cogitando que este é um dos fatores pelos quais «“o movimento ambientalista tende a pregar em tons estridentes e negativos”» e sugerindo uma «“formação sábia”⁵⁵», que reúne as experiências íntimas com o mundo natural e a reflexão profunda» (ibidem: 221)⁵⁶.

Thomashow sugere começar pela revisão das motivações iniciais que cada um teve para aproximar-se do ambientalismo. Raramente esse contato se dá sem nenhuma vinculação com alguma vivência, experiência ou mesmo carência do passado – o que foi confirmado pelas entrevistas desta dissertação. Em seguida, aborda um alargamento da identidade ecológica para os círculos de afinidades e de influências históricas ou contemporâneas: os naturalistas, as teorias, os livros influentes, etc. Também assume importância para esta reflexão a formação

⁵⁵ As citações internas são do livro de Thornton. *The state of the environmentalists*. Um relatório para a Fundação Nathan Cummings e para o Conselho de Proteção de Recursos Naturais, 1993.

⁵⁶ Esta citação é do artigo *Radical confidence: what is missing from eco-ativism*». *Tricycle*, vol. 3, nº 2, inverno de 1993. Diz ele, no livro mencionado na nota anterior, que «muitos ambientalistas acreditam que a base do seu trabalho é a raiva. Afirmou-se várias vezes nas entrevistas que o ativista precisava da raiva para ser eficiente. Embora muitas pessoas entendessem que havia uma ligação entre a utilização da raiva como base da ação e do cansaço excessivo, muitas vezes verificava-se relutância assumida em abdicar da raiva. Esta relutância devia-se a um receio: o ativista não conhecia qualquer outra base de ação eficaz sem ser a raiva e receava que sem ela não pudesse haver ação... Contudo, existia uma curiosidade generalizada e um interesse por uma certa forma de trabalho pessoal. Sentiu-se largamente que alguma formação poderia oferecer a possibilidade de lidar mais eficientemente com o *stress* e de atingir a compreensão mais profunda das questões fundamentais».

familiar, na qual pode-se distinguir indivíduos que nos orientaram por afinidade ou por repulsa, em diversas dimensões da vida, interessando mais o posicionamento político e o comportamento ambiental. Outro fator de destaque é tentar levantar os aspectos da vida pessoal que contrariem ou corroborem a posição assumida em relação ao ambientalismo.

Thomashow avança sobre a questão mais cara à “imagem” do ambientalista, que é a de que ele, como todos os seres sociais, também impacta sobre o mundo natural. Esse impacto é, mais freqüentemente, indireto, mas mesmo assim há uma boa margem de controle individual para diminuí-lo. Os bens oriundos da produção material da sociedade que passam a ser possuídos pelo indivíduo podem se constituir em um modo dele se avaliar a si mesmo – assim como de ser avaliado também pelos outros.

Para o autor, essa avaliação deve ser feita em termos de «usos comuns». Todas as propriedades particulares do indivíduo envolvem algum grau de uso comum dos recursos: o ar, o solo, as águas, as florestas, o petróleo, na perspectiva da evolução terrestre, não são propriedade exclusiva de ninguém. Do ponto de vista humano, a compreensão dos usos comuns envolvidos com a propriedade compreende «o reconhecimento do fator ecológico (o ecossistema são os usos comuns), político (está sujeito a decisões coletivas e às ações pessoais), psicológico (deve apreender-se pelos sentidos e compreender-se a sua existência) e ético (cada um deve assumir a responsabilidade correspondente)» (ibidem: 115). Deste modo, estima o autor, avançar-se-á na compreensão da «lacuna conceitual entre o limite do ego e o ecossistema» (Thomashow: 123).

A propriedade de qualquer coisa auxilia cada indivíduo a delimitar seu ego, ou seja, a mostrar, com os objetos que possui e com o que faz deles, como é “por dentro”, projetando a identidade pessoal, mas também demonstrando aspectos da auto-estima e de manifestação de poder. Os caminhos para superar tais contradições não são encontrados em nenhum modelo prévio; o que Thomashow faz é apontar alguns elementos e sugerir relações entre eles para que cada interessado faça o uso possível dentro da sua vontade. Elabora uma «rede de ação» que «deriva do pensamento ecológico e da teoria de informação» com o intuito de constituir «a base de uma consciência política que liga as delimitações do ego aos ecossistemas, faculta a autonomia individual e a responsabilidade coletiva, associa a ação pessoal ao processo ecológico e permite que a propriedade seja, simultaneamente, sagrada e profana» (ibidem: 133).

A questão da propriedade é uma entre outras – a linguagem, o cotidiano, a controvérsia, a saúde, o medo etc. – levantadas pelo livro que permitem avaliar o equilíbrio entre a ação política, a concepção ambiental e a psico-espiritualidade, o que não significa que este estado possa ser alcançado plena e definitivamente. A ambigüidade e a incerteza sempre se farão presentes, e a isso ele responde que

o meu objetivo enquanto ser humano é buscar o sentido. Tenho de aceitar a inevitabilidade desse desafio, tal como devo enfrentar a inevitabilidade da minha morte. Todavia, depois de me aperceber do caráter provisório do sentido, posso aceitar a ambigüidade da busca. (ibidem: 290-291)

Trata-se de conjugar o eterno movimento e alteridade do mundo com o eterno movimento e a alteridade da sociedade e de cada ser humano: uma tarefa profundamente ambientalista e que parece ser sentida pelos militantes de Florianópolis ouvidos pela pesquisa.

As posições dos ambientalistas tendem a se chocar com aquelas consideradas normais na sociedade, acostumadas com o tratamento estático, unilateral e superficial. Ocorre que, mesmo sem tornar-se um militante, o simples estudo da ecologia conduz a «modificações na identidade e na perspectiva psicológica e [...] à reformulação da perspectiva de uma pessoa, em que se assiste à reestruturação dos valores, à reorganização das percepções e à alterações das ações auto, social e ambientalmente dirigidas do indivíduo» (Borden⁵⁷, *apud* Thomashow: 31). Deste modo, desde que sinceramente orientadas, mesmo que sem entrar em conflito político, as pessoas que iniciam uma orientação ambientalista passam por profundas experiências na sua individualidade.

O desenvolvimento da identidade ecológica vem então em socorro desses embaraços, fazendo aumentar sua «capacidade de enfrentar as contradições e incoerências da vida vulgar [de] compreensão dos impedimentos culturais e [dos] hábitos pessoais que constroem os círculos de identificação». O modo privilegiado desse desenvolvimento é aquele mesmo onde o indivíduo se forma, que é a vida comunitária; da vida em sociedade provém nossos usos e costumes impactantes sobre a natureza, e nela deve-se buscar a superação da crise através do fortalecimento da democracia e do incremento da sua auto-compreensão (Thomashow: 148). Nesse processo, revela-se a importância do uso da linguagem, sobretudo no «diálogo da vida cotidiana [que] reflete uma forma fundamental da vida política» (ibidem: 194), não apenas para o convencimento dos demais atores – questionando paradigmas e compartilhando pontos de vista e valores –, mas também para a formação da identidade ecológica dos ambientalistas: «a prática do trabalho de identidade inicia-se aprendendo como ter uma boa conversa» (ibidem: 196).

O trabalho de identidade ecológica entre os ambientalistas é fundamental porque eles precisam preservar sua saúde física e espiritual, ameaçadas por tensões, expectativas frustradas, excesso de atividades, problemas financeiros, entre outros (ibidem: 238-239), bem como da sua posição ambígua de serem «transmissores do encantamento e anunciadores do destino lúgubre»

⁵⁷ BORDEN, Richard. *Ecologia e identidade*. in: *Comunicações do primeiro colóquio internacional de ecossistemas*. Munique: Man and Space, 1986. p. 1.

(ibidem: 213), já que, muitas vezes, no empenho político, «abdicam da responsabilidade pela própria saúde e bem-estar» (ibidem: 237). O seu fortalecimento não deve ser buscado apenas com a finalidade de poderem continuar seu trabalho, mas porque são «modelos para a vida sustentável» (ibidem: 238); a identidade ecológica então, não é apenas um meio para o trabalho político ambientalista, mas uma finalidade desta, pois é desejável que todos os atores sociais sintam-se, enquanto comunidade humana, como parte do ser natural – e sintam-são bem.

4.3.3 – As três ecologias e a revolução molecular de Guattari

Félix Guattari não se preocupa centralmente com o ambientalismo, mas não se pôde deixar de falar dele ante a convergência de suas teses sobre ser humano com a trajetória do movimento ambientalista. Neste sentido, o seu livro de maior interesse para nós é o pequeno *As três ecologias*.

Ali ele começa descrevendo a homogeneização praticada pela modernidade, a qual tende a aplainar as subjetividades ente si e cada uma com a formação social ampla, cuja maior consequência é o risco de destruição da biosfera. Para ele, as teorias e práticas políticas têm subdimensionado a importância das instâncias psíquicas como a atual fraqueza e como a possível força política do movimento de transformação social. Mas a solução não estaria numa contrapolarização, e sim na integração relacional: «só uma articulação ético-política – a qual chamo de *ecosofia* – entre três registros ecológicos (o do meio ambiente [a natureza], o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer tais questões» (Guattari, 1997: 8).

Guattari faz, assim, da criação de mentalidades consumistas e reprodutoras dos valores da produção (crescimento, trabalho, acumulação e ostentação) também um impacto ambiental da política e da economia: o “sistema” não produz apenas fumaça e miséria, mas também psiques que mantêm esses efeitos. Mais uma vez aparece recomposta a relação entre fins e meios: o objetivo de uma sociedade onde a mentalidade não seja produzida em série deve ser alcançada também pela “quebra” dessa produção de mentalidades. Pressupõe, portanto, uma ação pela tangente das instituições de poder, a ser feita «em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto à vida cotidiana quanto à reinvenção da democracia», contestando não apenas o conteúdo quanto a forma da produção das consciências através da rejeição da «usinação pela mídia, sinônimo de desolação e desespero» (ibidem: 15).

Apesar de sua principal ocupação ser a psicanálise, ele sai de cima do sujeito e advoga um enlaçamento das instâncias políticas com as macroestruturas capitalistas, às quais chama de capitalismo mundial integrado, ou CMI, fabricante de três tipos de subjetividade: a serial aos trabalhadores, a de massa aos não-garantidos e a elitista às camadas dirigentes (ibidem:

46-47) com a função de manter nos indivíduos a resignação com a ordem das coisas, o que inclui a relação com o a natureza. Esse processo se dá pela composição de semióticas que são vendidas – ou seja, que alimentam o mercado – e carregam elementos de formação das nossas representações.

Apesar do aparente conspiracionismo, o CMI não é centrado, o que dificulta muito uma ação contra hegemônica, segundo um dos textos de *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo* (Guattari, 1987: 215). Possui suas instâncias de poder, conglomerados e acordos, mas a idéia capitalista se sustenta na micro-escala, em todos os pontos da pirâmide social e em todos os lugares do mundo, a nível molecular, e o rompimento será feito desagregando-a nesse nível molecular: «lutas relativas à liberdade, novos questionamentos da vida cotidiana, do ambiente do desejo, etc., que agruparei no registro “revolução molecular”» (ibidem: 219).

Mas o sujeito não é uma máquina programada, pois sempre infringe normas e subverte valores, tanto continuando dentro da “ordem”, ou seja, sem questionar explícita e frontalmente as instituições formais ou imaginárias, quanto, evidentemente, quando o senso crítico se torna aguçado ao ponto dele auto-definir-se como um militante ou revolucionário. Este último, entretanto, ao compor um conjunto de indivíduos com motivações sócio-transformadoras, além de não escapar totalmente da formação social que diz negar (ibidem: 12), também infringe, como podemos ver ocorrer vez ou outra, as normas e princípios próprios desse grupo contestador.

É por isso que se propõe não um aprofundamento teórico, que leva à confiança em alguma pretensa lei inexorável, mas um investimento no desejo – nos termos dele, a «transformação de uma energia biológica – a libido – em objetivos de luta social» (ibidem: 15). Isto é aproximar o problema da realidade de cada vivente, fazer compreender os mecanismos de convencimento aplicados para que executemos as tarefas mais vazias do dia-a-dia, ao invés de empurrá-lo para um distante, abstrato e incompreensível mundo conceitual, o qual, além de tudo – por tratar-se disso mesmo: *teorias* – sujeito a diversas incorreções e inadequações. Portanto, os militantes teriam que efetuar um trabalho analítico consigo próprios, ao invés de apenas da realidade “objetiva” e “externa”, o que pressupõe «acabar com o respeito pela vida privada [, o militante] está ao mesmo tempo voltado para dentro e para fora, para a contingência, sua finitude e para seus objetivos de luta» (ibidem: 17).

Aparece aí, então, a realidade da diversidade humana, da multiplicidade de desejos para si e para o outro, da complexidade das relações cotidianas inter-pessoais, da variedade dos processos criativos, da abundância das contradições. Não é possível, na visão guattariana, «este

ideal de *uma* coluna vertebral, de *uma* subjetividade englobante» (ibidem: 71), o que pressupõe mecanismos burocráticos, instâncias reguladoras, aparelhos centralizantes, sumidades especialistas. Vemos, assim, com a contribuição da psicologia, um reforço do princípio democrático, que pode ser usado pelo liberalismo, mas que também pertence ao ambientalismo; essa visão também se aproxima bastante do ambientalismo por fazer do ser humano um animal de carne e instinto, um ser biológico cuja identidade só estará completa ao se religar, ao menos pela psique, ao estrato da mãe Terra.

É por isso que, voltando agora a *As três ecologias*, a ecologia ambiental, «tal como existe hoje, não fez senão iniciar e prefigurar a ecologia generalizada que aqui preconizo e que terá por finalidade descentrar radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique» (Guattari, 1997: 36). Ou seja, Félix não reconhece no ambientalismo por si só a reunião das instâncias individual, social e natural numa única abordagem e campo de ação política, mas a essa totalidade integrada ele dá o nome de *ecosofia*. Isso se configura, no fundo, apenas como uma questão de terminologia, uma vez que o movimento ambientalista carrega essa compreensão da interligação, como foi visto atrás; como, contudo, isso talvez não apareça com toda a sua força em todos os indivíduos e ONGs do movimento, sobretudo dos setores extra-*stricto sensu*, essa discussão terminológica auxilia na re-significação das idéias e práticas desse campo.

No militante é colocada a responsabilidade de assumir a complexidade, a integralidade e a integração do ser, cuja configuração para nós, ou seja, cuja representação que dele temos, é formada no embate das subjetividades entre si e destas com as instâncias produtoras de significação. Escapar destas sem se deixar enredar por outras pretensamente revolucionárias, mas igualmente massificantes ou fúteis, e sem cair no conformismo, é, portanto uma tarefa imputada ao participante do movimento ambientalista.

5 – ESTUDO DE CASO: OS MILITANTES AMBIENTALISTAS DE FLORIANÓPOLIS

Realizada essa discussão, será apresentado agora o campo prático da pesquisa. Até o momento foram reunidas as características principais do movimento ambientalista e algumas bases de análise de tipo sociológica. Esta pesquisa teve como parte prática a realização de entrevistas com militantes do movimento ambientalista *stricto sensu* sobre suas experiências, suas dificuldades e suas motivações para compor uma imagem sobre o impacto da militância na vida pessoal e sobre as consequências disso sobre o movimento ambientalista no tocante à sua capacidade de atuação e de implementação do seu ponto de vista sobre a sociedade. O prisma principal para avaliar essa relação é a questão dos princípios ambientalistas, tal como captados dos próprios militantes ambientalistas e da literatura da área, esta percorrida nos capítulos precedentes.

Primeiramente, para uma contextualização local, reunimos algumas informações sobre o movimento ambientalista de Florianópolis para, em seguida, serem apresentados os entrevistados.

5.1 – NOTÍCIA SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA DE FLORIANÓPOLIS

A cidade de Florianópolis tem uma população de 342.315 habitantes, segundo o senso demográfico do IBGE⁵⁸ de 2000, 77% deles na Ilha de Santa Catarina, com seus aproximados 423 km²; permaneceu pouco ocupada até 1748, a partir de quando chegaram aqui cerca de 6.000 imigrantes das Ilhas de Açores e Madeira (CECCA, 1997: 15 e 45), quando também se intensificou o processo de devastação biológica ainda em curso. Nesse quesito, 76% de todas os tipos de formação vegetal foram destruídos, o que não é tão visível dada a recomposição secundária que cobre novamente a maioria dos morros da ilha; essas florestas, contudo, no seu aspecto vegetal, levarão muito mais de um século para se recompor a partir do momento e que foram deixadas quietas, por causa da exaustão do solo (Caruso, 1990: 114 e 117) e da separação entre os diversos fragmentos restantes – e, uma vez que uma floresta é um ecossistema, faltará sempre a interação entre os tipos florestais e com a fauna definitivamente

⁵⁸ Dados conseguidos junto ao sítio do IBGE na internet: <http://www.ibge.gov.br/>.

extinta.

Mas, acrescentando-se o assoreamento e a poluição dos mananciais, a drenagem das terras úmidas, o aterro de faixas litorâneas, a contaminação dos lençóis freáticos, a expansão imobiliária descontrolada sobre todos os ecossistemas, a implantação de uma frota de 143.000 veículos (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2002)⁵⁹ e a rede viária que lhe tenta lhe dar vazão, o afluxo turístico que chegou a registrar 3 milhões de pernites num veraneio (CECCA, 1997: 214)⁶⁰ e a introdução de várias espécies biológicas exóticas, entre outros indicadores, temos o quadro de uma realidade dramática, o que se constitui num campo profícuo para a germinação e desenvolvimento do movimento ambientalista.

E isto ocorreu. Como em todo o Brasil, os primeiros movimentos sociais florianopolitanos eram ligados à Igreja Católica (Landim, 2001: 5) – os CEBs, Conselhos Eclesiais de Base – em defesa da melhoria das condições de vida da população pobre. As associações de bairro começaram a surgir com o desgaste da figura do intendente – representante da Prefeitura em cada um dos dez distritos da cidade –, principalmente frente aos novos moradores que migravam para a cidade e que não se coadunavam com a forma tradicional de reivindicação, a bem dizer por apadrinhamento (CECCA, 1997: 172 e ss). A forma de Centros Sociais Urbanos, instituída em 1972, e seu desdobramento em Conselhos Comunitários, são de caráter assistencialista e com forte vínculo com o Estado (Scherer-Warren, 1996: 17), não permitindo a veiculação de demandas mais políticas. De acordo com o levantamento feito em 1996 pelo Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da UFSC, que neste momento está sendo atualizado, havia então 96 organizações, sendo 12 Grupos de Mútua-Ajuda, 32 Organizações Não-Governamentais (5 delas classificadas como «Ecologista») e 52 Associações de Bairro (4 delas tendo como um dos objetivos a proteção do meio ambiente) (ibidem: 23).

A primeira organização ambientalista da Ilha de Santa Catarina foi o MEL – Movimento Ecológico Livre, com sede na Lagoa da Conceição, que reunia principalmente estudantes e professores universitários, intelectuais e técnicos das administrações públicas, perfil que tem permanecido como mais dominante, apesar de uma maior diversificação. No momento, os dados sobre o estado atual das ONGs, ambientalistas ou não, são imprecisos e a comunicação com elas ainda permanece difícil, fato constatado pela pesquisa acima citada (Scherer-Warren, 1996: 23). O Fórum da Cidade, órgão informal que congrega pessoas e representantes de ONGs

⁵⁹ Dos quais 112.000 são automóveis.

⁶⁰ No verão de 1989-1990.

e associações de bairro em torno da implementação do Estatuto da Cidade⁶¹ tem sentido dificuldades nesse contato e integração.

No ano 2001 foi iniciada, por este pesquisador, a confecção de um *Cadastro de ONGs Ambientalistas de Florianópolis* (Soares, 2001b), projeto posteriormente apresentado ao Grupo Pau-Campeche, ONG ambientalista fundada em 1995, do qual o mesmo é integrante. O seu objetivo é fazer o setor se conhecer, manter atualizadas informações sobre os modos de contato e sobre os trabalhos realizados por cada uma delas e instigar, a partir daí, a integração das atividades em torno de objetivos comuns. A pesquisa em questão não contou com a cooperação e adesão de todas as ONGs, e os números disponíveis até o momento⁶² são os seguintes: são conhecidos 38 grupos ambientalistas, sendo que 18 deles aderiram ao projeto – enviando informações ao banco de dados⁶³ –, 15 não aderiram ao projeto – mas foram contatados⁶⁴ – e com 5 não foi conseguido contato; além destes, 11 outros grupos encontram-se inativos, não são constituídos como ONGs ou não são *stricto sensu*, apesar de terem objetivos de defesa ambiental⁶⁵. O Cadastro pode ser consultado na íntegra no sítio eletrônico www.paucampeche.pop.com.br.

Mesmo tendo poucas informações disponíveis, é possível afirmar que a maioria atua localmente (bairro ou ecossistema) em projetos de educação ambiental e em ações de pressão

⁶¹ A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da Política Urbana e dá outras providências. É um instrumento que aprofunda a gestão democrática municipal com avanços na conservação ambiental.

⁶² Observação: os dados aqui apresentados foram atualizados em abril de 2004, ocasião em que o autor fez a revisão dessa dissertação. Os dados constantes da dissertação defendida em março de 2003 eram diferentes e de menor qualidade.

⁶³ Aliança Nativa, APRENDER - Ações para Preservação dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Econômico Racional, Associação Amigos do Parque da Luz, Associação Caeté: Cultura e Natureza, Associação de Amigos Pró-Conservação da Estação Ecológica de Carijós, Coalizão Internacional da Vida Silvestre - IWC/Brasil, Cooperativa Ecológica da Ilha de Santa Catarina - ECOOPERAR, Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses - FEEC, Fundação Água Viva – FAVI, Grupo Pau-Campeche, Instituto Ambiental Ratones, Instituto Ambiente Sul, Instituto de Ecologia Política, Instituto para o Desenvolvimento da Mentalidade Marítima, Instituto Sea Shepherd Brasil – ISSB, Instituto Socioambiental Campeche, Klimata Centro de Estudos Ambientais, Vento Sul ONG Ambiental.

⁶⁴ Associação Amigos da Galheta, Associação Costa Leste, Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche, Fundação Lagoa, Instituto Autopoiesis Brasilis, Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina - IDESC, Instituto de Estudos Avançados, Instituto Larus, Instituto Mãe Terra, Instituto Synthesis, Onda - Organização Natural de Diversos Amigos, SOS Praia Mole, União dos Moradores e Amigos da Quadra 6 - UMAQ 6, Verde Futuro Praia Mole, Verde Mar Vida - Movimento pela Preservação Ambiental e Qualidade de Vida do Sul da Ilha.

⁶⁵ ACADAM - Associação Carijós de Defesa do Meio Ambiente, Amigos da Floresta, Associação dos Agricultores Orgânicos de Florianópolis, Grupo de Ecologia da Terceira Idade, Ilhativa - Ingleses-Santinho Alerta!, Movimento Ecológico Live – MEL – Movimento Ecológico Livre, ORBITA, Rede Ecoforum/SC, Rede Latino-Americana para o Desenvolvimento Ambiental com Justiça Social, SPEA - Sociedade para a Pesquisa e Educação Ambiental, VidAgrônômica - Grupo Defensor da Qualidade de Vida no Bairro Agrônômica.

institucional visando a sustentabilidade da ocupação humana; é provável que quase todas tenham surgido na década de 90, mantenham-se com um número não superior a 15 associados que atuam de forma voluntária e com poucos recursos. Ou seja, sem fugir aos resultados da pesquisa nacional da Ecolista (1986).

Apesar da constituição de redes ser uma «uma alternativa prática de organização, possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social» (Olivieri, 2003), sabe-se que poucos movimentos operam dessa forma. Na capital catarinense, a situação é a mesma, não ocorrendo senão uniões ocasionais e efêmeras de um pequeno número delas em torno de problemas ditados pelos acontecimentos, ou seja, “correndo atrás do prejuízo”: não existe alguma entidade que congregue as ONGs ambientalistas da cidade – as associações comunitárias tem sua entidade congregadora, a UFECO – União Florianopolitana das Entidades Comunitárias e tanto algumas destas quanto outras ONGs discutem a cidade e intervém politicamente propondo melhoria em torno do Fórum da Cidade. Em relação às redes extramunicipais⁶⁶, 9 ONGs municipais são associadas à FEEC – Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses (Medeiros, 2003)⁶⁷, que na atual gestão está com sede em Florianópolis, apenas 4 fazem parte da Rede de ONGs da Mata Atlântica⁶⁸ (RMA, 2002), nenhuma é filiada na ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais⁶⁹ (ABONG, 2002) e somente 6 estão cadastradas no CNEA – Cadastro Nacional de Entidades Ambientais do Ministério do Meio Ambiente⁷⁰ (CNEA, 2002 e Goss, 2003).

5.2 – A SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Decidiu-se fazer nove entrevistas individuais e uma entrevista coletiva⁷¹, reunindo o maior número possível de associados de uma ONG. O grupo para a entrevista coletiva foi escolhido pelo pesquisador por motivos esclarecidos logo abaixo na apresentação do mesmo.

⁶⁶ As informações a seguir não foram atualizadas na revisão da dissertação realizada em abril de 2004.

⁶⁷ A FEEC possui um total de 55 ONGs filiadas. Seu presidente estima que no estado existam entre 100 e 150 ONGs ambientalistas em Santa Catarina.

⁶⁸ Na Rede de ONGs da Mata Atlântica estão associadas um total de 228 ONGs, sendo 17 catarinenses (RMA, 2002).

⁶⁹ Da ABONG fazem parte, ao todo, 255 ONGs, sendo que 40 delas na categoria “ambientalista”, apenas uma destas catarinense.

⁷⁰ No CNEA estão cadastradas 393 ONGs ambientalistas, sendo 25 delas catarinenses.

⁷¹ A sugestão foi dada pela professora Wivian Weller na banca do Projeto de Qualificação.

Também foi realizada uma entrevista piloto, para “testar” as questões, para moldar uma forma de expô-las e para conhecer a duração da entrevista, entre outras finalidades; o motivo da escolha da entrevistada e do uso da entrevista na pesquisa é explicado abaixo.

Para a seleção dos entrevistados individuais, recorreu-se ao auxílio de pessoas que conheçam o cenário do movimento ambientalista florianopolitano. Uma vez que não havia a possibilidade de conversar com muitos militantes – por exemplo, com um militante de cada uma das ONGs da cidade –, o cuidado recaiu sobre a imparcialidade da escolha. Era importante também contar com pontos de vista de setores diferentes, já que os ambientalistas circulam em todos os meios, provocando reações e expectativas várias em diversos atores sociais e políticos.

Foi solicitado a três pessoas, ligadas a três setores, que indicassem, segundo a avaliação delas, quais são os dez militantes do movimento ambientalista mais importantes da cidade. Os “informantes” ou “indicadores”⁷² são os seguintes:

Pelas ONGs, ou o movimento ambientalista *stricto sensu*: Alésio dos Passos, 52 anos, membro da Fundação Lagoa e da Associação dos Moradores da Lagoa, Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição; é Licenciado em Estudos Sociais e trabalha como Funcionário Público Estadual. É difícil contar a história da briga ambiental na cidade sem reportar-se a Alésio do Passos; membro fundador do MEL – Movimento Ecológico Livre, começou cedo no movimento comunitário da Lagoa da Conceição, cuja principal causa tem sido a manutenção da integridade natural daquele ecossistema lacustre. Foi protagonista de diversas querelas e litígios, conquistou o respeito de seus adversários e é figura conhecida por todo o movimento – e que, evidentemente, também conhece o movimento como poucos. Numa conversa que cuidei para não ser longa, Alésio atendeu com prestimiosidade à solicitação.

Pelo poder público, as indicações foram feitas por Nelson Luiz Fidelis Filho, 45 anos, Gerente de Fiscalização da FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina; é Geógrafo e Licenciado em Estudos Sociais e Geografia, Especialista em Administração Pública e Mestre em Engenharia Ambiental. Atualmente estuda Direito na UFSC; também é Diretor de Meio Ambiente da ACE – Associação Catarinense de Engenharia e Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Inspetoria do CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Região de Florianópolis. As atividades profissionais de Nelson Fidelis o

⁷² “Informante” significa, como substantivo «1. Pessoa que informa; informador»; “informar” é um verbo que significa, por sua vez, «1. Dar informe ou parecer sobre». O termo “indicador” não é bom, pois é um adjetivo que significa «1. Que indica»; enquanto substantivo, é a «2. Designação comum a vários aparelhos que indicam a tensão dos vapores nas máquinas, o trabalho efetuado, etc.» (Ferreira, 1999a).

credenciam para opinar em relação às questões ambientais, inclusive no ambientalismo *stricto sensu*, onde tem bom trâmite por atender freqüentemente às queixas deste, mas também por participar de ações comunitárias de defesa ambiental, apesar de não ser associado a nenhuma ONG. Em seu escritório, na sede da FATMA, interessou-se bastante pela pesquisa, refletiu bastante sobre as indicações e ainda forneceu uma boa lista contatos da área ambiental municipal.

O terceiro informante veio da academia. Luiz Fernando Scheibe tem 60 anos, é Geólogo e doutor em Ciências, trabalha como Professor Titular do Departamento de Geociências da UFSC e também coordena o Laboratório de Análise Ambiental (LAAm) desta universidade; é Sócio da APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí e coordena o Projeto de Extensão *Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis*. Scheibe, além de assumir uma clara postura política de defesa ambiental, também não é desconhecido dos movimentos sociais em geral e do movimento ambientalista, em virtude da abertura institucional que tem concedido a esses segmentos nos cargos em que ocupou na universidade e das diversas formas de apoio que prestou a eles, o que o habilita a opinar sobre os militantes importantes da cidade. Meu contato com Scheibe foi através de mensagem eletrônica, à qual ele respondeu com presteza e cordialidade.

As três listas renderam 25 nomes diferentes, sendo que 6 receberam indicação em duas listas. Nem todas as pessoas indicadas são ligadas a ONGs ambientalistas; apesar de desempenharem mais ou menos ocasionalmente atividades nessa área, têm maior notoriedade em outros setores, e não foram procuradas pela pesquisa. Para as entrevistas, foram selecionados apenas os que pertencem ao setor *stricto sensu*, iniciando pelos indicados duplamente. Problemas de saúde na família de um deles, dificuldades de contato com outros, foi selecionado um ativista de uma associação do tipo corporativista (Associação de Pescadores), mas com extensa agenda ambiental. Foram realizadas 11 entrevistas com 13 militantes, deste modo: 9 entrevistas individuais com militantes indicados pelos informantes, uma entrevista coletiva com 3 militantes de uma ONG selecionada pelo pesquisador e uma entrevista piloto individual realizada com uma militante escolhida pelo pesquisador. Neste texto, para efeitos de análise estatística (apenas para indicar maioria ou minoria), serão consideradas as 13 pessoas entrevistadas, e não as 11 entrevistas realizadas.

Junto com a indicação, foi solicitado o motivo dela, ou seja, interessava saber o seguinte: o militante indicado é importante sob quê aspecto. Não foi fornecido nenhum critério desse tipo aos informantes (por exemplo: bom trâmite no poder público, capacidade de

mobilização popular ou detentor de grande conhecimento), o que poderia direcionar as respostas. Na apresentação de cada entrevistado realizada abaixo, indica-se os motivos fornecidos pelos informantes.

5.3 – SOBRE A CONDUÇÃO DAS ENTREVISTAS

A metodologia da pesquisa foi suficientemente apresentada no projeto de qualificação, e não deve ser retomada aqui. Entretanto, alguns esclarecimentos serão úteis, utilizando a referência da literatura da área.

Foi visto que a interdisciplinaridade é um dos princípios do ambientalismo, e um estudo sobre ele não pode se furtar de tentar empreendê-la. Contudo, em face da precariedade desse tratamento, esta pesquisa não fez senão lançar mão de elementos de algumas disciplinas, o que se constitui quicá em uma multidisciplinaridade.

Entre as metodologias de pesquisas qualitativas, ou seja, que se preocupam com as especificidades da forma de ser de cada indivíduo estudado (Haguette, 1999: 63), colocando-as em relação com o pano de fundo da sociedade e da problemática estudada, optou-se pela *entrevista*, já que as demais – observação participante, história de vida e história oral (ibidem) – exigiriam mais tempo e preparo do pesquisador, sendo, além disso, requisitado um maior grau de subjetividade na interpretação. Esta pesquisa não pretende trabalhar com as representações sociais – ferramenta importante e poderosa para a análise das relações sociais – nem com a reconstituição de fatos passados, mas com a *opinião* dos entrevistados, tal como expostas por eles mesmos, sobre suas experiências enquanto militantes de ONGs.

Isto porque o tema é controvertido e pode se prestar a maus entendimentos, pois pode dar a impressão de se estar realizando avaliações morais sobre a coerência ou não do militante; não se pretende questionar detalhes da vida pessoal e cotidiana dos militantes, tampouco compará-las com suas declaradas concepções político-ideológicas; é mais fácil avaliar os dados recolhidos se estes forem concepções e sentimentos declarados, ao invés de comportamentos e hábitos. Pretende-se também escapar da *imposição de problemática* sobre os entrevistados, que consiste «no fato de colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua e no fato de estimular a produção de respostas que chamamos de reativas» (Thiollent, 1980: 48); por este motivo, a proposta aqui formulada é a de construir, junto com os entrevistados, ou seja, junto com os ativistas do movimento ambientalista *strictu sensu* de Florianópolis, a problemática em questão. A intenção é verificar se esta problemática existe de fato – a hipótese da pesquisa é que sim –, se eles a sentem como importante, se, com quem e quando essa

problemática é debatida, ou se ela permanece sempre encoberta, emergindo ocasionalmente de forma incontrolada e irrefletida. Somente uma tal investigação prévia poderia encaminhar para um estudo no qual sejam averiguados se as práticas deste ou daquele ambientalista, deste ou daquele setor, condizem com os princípios que lhes orientam.

Por estes motivos, a «entrevista semi-estruturada, aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas» (ibidem: 35) serve bem ao propósito, pois ao mesmo tempo em que mantém o fio da problemática, permite aos interagentes dispor do seu modo próprio de exposição. Esta forma permite alcançar o objetivo de uma «entrevista de opinião: coleta de informação sobre as opiniões de um sujeito» (ibidem: 36). Quanto ao tipo de perguntas formuladas, elas tiveram «o conteúdo dirigido principalmente a razões conscientes de crenças, sentimentos, orientações e comportamentos» (Selltiz *et alii*, 1975: 283).

Enfim, uma pesquisa que, próxima à realizada por Scherer-Warren e Roussiaud⁷³ (1999), se pretende prudente, feita com questionamentos diretos, sem pleitear-se exaustiva, mas que permita a composição de um quadro suficientemente claro sobre o tema.

5.4 – OS PROTAGONISTAS

O trato com os entrevistados foi uma das melhores experiências acadêmicas vivenciadas por este pesquisador. Apesar de fazerem parte de um conjunto que conta com relativamente poucos componentes no mundo, trata-se de pessoas, no sentido apresentado acima: cada qual com suas peculiaridades, expectativas e concepções. Totalizaram 11 conversas com 13 pessoas, as quais passarão a ser descritas. Todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2002.

Eloisa Neves Mendonça foi escolhida para a entrevista piloto. A conheci há cerca de cinco anos, quando ingressei no Grupo Pau-Campeche, e logo descobrimos ter diversos amigos em comum; temos mantido desde então uma relação de estima e confiança, apesar dos contatos não muito freqüentes. Dedicada, prestativa e atenciosa no trabalho, na militância e com os amigos, atendeu de pronto à solicitação da entrevista, apesar de duvidar inicialmente da contribuição que poderia me trazer. O motivo da sua escolha foi pela confiança mútua e para não entrevistar alguém que porventura fosse indicado pelos informantes; também era importante que a entrevistada não tivesse maiores conhecimentos sobre minha pesquisa de mestrado, o que é

o caso de outros integrantes do referido grupo. A sua entrevista foi utilizada para a pesquisa por ter trazido boas contribuições e porque as questões formuladas foram praticamente as mesmas das entrevistas “oficiais”. Eloisa tem 37 anos, é bióloga e trabalha autonomamente no ramo, além de fazer mestrado em Biologia Vegetal pela UFSC; atualmente é Presidenta do Grupo Pau-Campeche, ONG fundada em 1995 com o principal objetivo de proteger e recuperar os ecossistemas naturais, sobretudo florestais. A entrevista foi realizada em 15 de maio e teve a duração de 1h05min, com início às 8h40min no Laboratório de Conservação Florestal do Centro de Ciências Biológicas da UFSC, no qual ela realiza uma pesquisa. A entrevista transcorreu normalmente e ao final Eloisa teceu alguns comentários e sugestões demonstrando preocupação com a relação entre os aspectos institucionais das ONGs e a sua rotatividade de militantes.

A APRENDER, sigla de Ações para Preservação dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Econômico Racional, foi a ONG que elegi para realizar a entrevista coletiva. Isto porque trata-se de uma ONG que, apesar de recente, já é bem conhecida na cidade e desenvolve importantes trabalhos, é composta por membros jovens, alguns há pouco chegados a Florianópolis do Rio Grande do Sul, e que ingressaram há pouco tempo no ambientalismo, fatos estes que possivelmente contrastariam com os militantes indicados. Tornaram-se conhecidos deste pesquisador através do Cadastro descrito acima e, posteriormente, de ações conjuntas no ambientalismo municipal; demonstraram ser inovadores e entusiastas da causa ambiental, o que lhes fez atuar em projetos diversos e, no caso precisamente dos membros entrevistados, diferentes dos da sua formação profissional. Os membros entrevistados foram: Mauro Figueredo de Figueiredo, 30 anos, advogado, faz especialização em Meio Ambiente e Legislação Ambiental na UDESC; Diogo Ribeiro Daiello, 31 anos, advogado, faz especialização em Meio Ambiente e Legislação Ambiental na UDESC; e Rafael Goidanich Costa, 29 anos, advogado, mestrando em Gestão Ambiental na Engenharia de Produção da UFSC. A entrevista foi realizada em 21 de agosto na simpática sede da Aprender, uma casinha alugada na Praia do Santinho de onde se descortina a bela vista do mar; foi a maior de todas as entrevistas, com duração de 2h00min, a contar das 14h45min. Fui muito bem recepcionado, entabulamos inicialmente uma conversa informal sobre o ambientalismo para em seguida nos sentarmos em volta de uma mesa com o gravador ligado e com uma cuia de chimarrão sempre correndo. Divertidos mas profundos, chamando o auxílio de diversos autores para referendar suas idéias, todos eles responderam a todas as perguntas, geralmente com cada resposta instigando o retorno ao assunto por parte dos demais. Ao final da entrevista, deixei-os atendendo uma bióloga

⁷³ *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais.*

candidata a um trabalho de educação ambiental com início previsto para esse verão – caso contrário, nossa conversa certamente prosseguiria ainda por mais tempo.

Alésio dos Passos, conhecido pela sua fisionomia de longa barba, foi indicado pela sua força de luta comunitária e pela importante atuação como liderança na Lagoa da Conceição. Foi um dos informantes dos entrevistados, e suas referências já foram expostas acima. Já nos conhecíamos de algumas aulas que freqüentamos juntos e de eventos na cidade e recebeu com agrado meu convite, concedendo a entrevista novamente no seu local de trabalho, às 8h55min do dia 26 de agosto, a qual durou 55 minutos. Esse inconveniente não limitou o conteúdo da conversa, que o empolgou e fez tecer inúmeras descrições, como era de se esperar de alguém que é uma memória viva do movimento ambientalista e comunitário municipal. Sempre disposto no que se refere ao fortalecimento do ambientalismo, demonstrou responder às colocações do pesquisador com esse intuito. Ao fim da entrevista, após mostrar o jardim medicinal que cultivava ali mesmo na Assembléia Legislativa, voltou a seus afazeres de servidor público.

Jeffrey Hoff também se tornou uma referência no movimento, onde passou a atuar logo após sua chegada ao Brasil, há 11 anos. Devido a sua nacionalidade norte-americana, enfrentou problemas maiores do que os demais entrevistados, cuja superação o consolidou como um importante interlocutor das questões ambientais da cidade, principalmente da Lagoa da Conceição, onde tem forte atuação, sendo este o motivo da sua indicação. Ele tem 44 anos, é graduado em História no seu país e mestre em Sociologia Política pela UFSC, trabalhou como jornalista e atualmente trabalha como tradutor; foi presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente, é membro da Fundação Lagoa e da Associação dos Moradores do Canto dos Araçás e Secretário Executivo do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição. Espremido entre um compromisso e mais uma reunião – único espaço onde já havíamos nos encontrado antes –, gentilmente encontrou um tempo para nossa conversa num restaurante na noite de 26 de agosto, a partir das 19h40min, que durou 1:10 min. Mais uma vez demonstrando que se desdobra quando o assunto diz respeito às causas que defende, mostrou-se ponderado e reflexivo, dispondo-se a auxiliar mais do que pôde até ali; a leitura que fez da transcrição o motivou a fazer alguns poucos esclarecimentos, encaminhados semanas mais tarde. Ao fim da entrevista conversamos sobre as caminhadas florestais, e saiu literalmente correndo para mais uma reunião.

O Professor João de Deus Medeiros é reconhecido tanto pela sua atuação no ambientalismo, desde o nível local até o nacional, como na sua ciência, a Botânica. Não poupa esforços em defesa dos ambientes naturais, especialmente do bioma da Mata Atlântica, o que o faz trabalhar em parceria e ter bom trâmite em outros setores do ambientalismo. Foi indicado

por ser coordenador da FEEC, pela sua atuação em defesa da Mata Atlântica e pela capacidade de pressão institucional. João de Deus tem 41 anos, é biólogo e doutor em botânica, atuando como professor e diretor do Centro de Ciências Biológicas da UFSC; é membro do Grupo Pau-Campeche e do SOS Mata Atlântica e Presidente da FEEC – Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses; atualmente representa como suplente as ONGs ambientalistas da região sul do Brasil no CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Nossa conversa teve local e data no Laboratório de Conservação Florestal do Centro de Ciências Biológicas da UFSC, o qual ele coordena, em 27 de agosto e durou 1h25min, com início às 8h45min. Foi muito gentil em atender à minha solicitação, e com seu estilo de exposição envolvente fez alguns dos seus orientandos pararem para ouvir a entrevista; grande conhecedor do movimento ambientalista brasileiro, respondeu as questões com a habitual prudência na forma, sem deixar de ser incisivo no conteúdo. Com uma rápida despedida de todos, pegou sua pasta e dirigiu-se a outro de seus constantes compromissos.

O nome de Orlando Domingos da Silva para mim era desconhecido, mas em poucos minutos, na conversa que tivemos em direção ao local da entrevista – sobre plantas, água, educação ambiental –, me senti bastante à vontade como se há muito o conhecesse. Com hábitos simples e palavras certas, se tornou uma importante liderança na comunidade do Ratonos e da Vargem Pequena, onde reside, o que não o impediu de arrumar alguns desafetos. É reconhecido como ambientalista e foi indicado pelo seu «poder de fogo», ou seja, pela persistência e envolvimento firme na defesa ambiental. Orlando conta 40 anos de vida, cursou o primário, trabalha como autônomo e preside a Associação dos Pescadores do Rio Ratonos. A entrevista teve a duração de 1h00min e foi gravada em 27 de agosto, às 15h10min. Ele já me aguardava no ponto de ônibus, mostrou-se desde o início muito delicado e nos encaminhamos para o local da conversa, um casebre no alto de um morro, em meio à floresta em recomposição onde, com um parceiro da família, está instalando um programa de educação ambiental dirigido principalmente às crianças, sua grande preocupação. Entre um assobio de pássaro e outro, ouviu atentamente as questões e as respondeu com calma, recheando-as de “causos” locais. Ao final da entrevista me levou ao mirante, de onde se descortina toda a bacia do rio Ratonos, comemos ticum e descemos, eu voltando ao ponto de ônibus e ele às suas lides do campo.

Conheci meu estimado amigo José Olímpio da Silva, o Zé Olímpio ou apenas Zé, quando do meu ingresso no movimento estudantil da UFSC, há onze anos. De uma calma lacustre, é um bom mediador, costumeiramente introduzindo elementos de sua cultivada espiritualidade. Apaixonado pela Ilha de Santa Catarina, ainda estudante secundarista atuou no MEL – Movimento Ecológico Livre, sendo reconhecido também por suas pesquisas no ramo da

zoologia, sobretudo dos mamíferos. Os motivos da sua dupla indicação foram o forte envolvimento na defesa dos ecossistemas e «você conhece bem». Zé Olímpio tem 34 anos, é Biólogo e mestre em Geografia na área de utilização e conservação dos recursos naturais; atualmente trabalha como Consultor de planejamento ambiental da Socioambiental Consultores Associados; preside o Instituto Synthesys, é membro da Ecooperar – Cooperativa Ecológica da Ilha de Santa Catarina, da Amigos de Carijós – Associação Pró Conservação da Estação Ecológica de Carijós, do CECCA – Centro de Estudo Cultura e Cidadania e do Grupo Pau-Campeche. No dia 28 de agosto fui ao encontro dele no seu trabalho, no centro da cidade, de onde nos dirigimos para a sua casa, na praia do Santinho. Após o jantar, quando botamos parte do assunto em dia – fazia tempo que não nos víamos –, a entrevista foi iniciada na sua biblioteca, às 22h30min e durou 2h15min, devido sua forma bastante desprendida. Com uma vela acesa e um vinho comprado para a ocasião, o assunto fluíu no mesmo tom da conversa preliminar; com sua voz mansa, deu asas às idéias, que percorreram o passado, subiram ao mistério, firmaram-se na ciência e se lançaram como projeto de futuro. Nem toda sua voz, cuidadosa do sono das filhas, foi captada pelo gravador, mas foi possível reunir argumentos profundos e instigantes para pensar sobre a atuação ambientalista. Ao final da entrevista, uma conversa informal ainda se prolongou durante os preparativos da hospedagem e, no dia seguinte, família toda de pé, café e pão, a nova viagem ao centro, cada um retomou seu trabalho.

Tereza Cristina Pereira Barbosa ficou conhecida da comunidade citadina – pessoas, poder público, empresariado – a partir da sua atuação no Campeche, onde encabeçou a luta contra a implantação do Plano Diretor da Prefeitura para a região onde se situa aquele bairro. Sua voz incansável convida a comunidade para envolver-se mais ativamente, declama no parlamento, embate-se com os técnicos de planejamento municipal e vai até a Alemanha denunciar a prefeita de Florianópolis. Teve seu nome indicado pela importância do seu trabalho no Campeche e por ser muito ativa no movimento. Tereza Barbosa tem 50 anos de idade, é bióloga, especialista em recursos hídricos e doutora em oceanografia, trabalhando como professora do Centro de Ciências Biológicas da UFSC; é coordenadora-geral do Instituto Socioambiental Campeche, atua no Movimento Campeche Qualidade de Vida e é membro da Amocam – Associação de Moradores do Campeche. Recebeu-me na sua sala-laboratório na UFSC no dia 3 de setembro, nosso primeiro contato pessoal, para uma entrevista de 1h20min, iniciada às 15h30min, onde respondeu entusiasmadamente às indagações, mesmo que relatando os problemas ambientais e ambientalistas. Trocamos mais algumas informações, visitamos a imagem dos amigos em comum, tomamos um cafezinho na vizinha sede da Associação dos Professores da UFSC e ela retornou à “limpeza” de sua caixa de mensagens eletrônicas.

Também José Alberto Queiroz tornou-se meu conhecido através da sua indicação, feita por motivo da sua incansável atuação em defesa da preservação ambiental, sobretudo dos ambientes marinhos e costeiros. Tem sido um entrave nos planos dos extrativistas e dos empreendedores irresponsáveis, enfrentados sempre cara a cara, o que o fez requisitado por muitos grupos associativistas da região. Queiroz, como é conhecido, tem 51 anos e formou-se como técnico em eletricidade pela Escola Técnica Federal de Santa Catarina; trabalha como pescador e maricultor; é membro da Associação de Maricultores do Norte da Ilha e da ACADAM – Associação Carijós de Defesa do Meio Ambiente, Vice-Presidente da Associação de Maricultores do Norte da Ilha, Coordenador de Pesca da Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa e Tesoureiro do Conselho de Segurança de Santo Antônio de Lisboa. Quando cheguei para o encontro, no dia 11 de setembro, os três velhinhos que olhavam o mar enquanto conversavam me apontaram o Queiroz que, a curta distância da praia, sobre uma balsa inventada por ele mesmo – cujo modelo foi logo copiado pelos demais maricultores –, lavava mariscos recém colhidos de sua marisqueira. Quando desligou a máquina de hidro-jato, ouviu seu nome sendo chamado e dirigiu-se à praia, mostrando curiosidade para com aquele que queria gravar as suas opiniões. Seu rancho de pesca coberto de redes e apetrechos, onde entram biguás e gaivotas para comer peixe da sua mão, foi o palco da conversa rápida mas cheia de descrições, na qual demonstrou convicção pela luta e uma indignação inconformada com a sordidez de empresários e governantes. A entrevista teve início às 9h30min e durou 45 minutos, e ao seu fim retomou ao barco.

Christian Guy Caubet é outro estrangeiro importante na defesa do ambiente brasileiro. Nascido na França, onde iniciou sua prática política, é profundo conhecedor das leis ambientais; teve seu nome indicado principalmente por fazer delas a sua principal arma de luta. Em sua conversa franca, mostrou gostar de questionar os sentidos estabelecidos socialmente, o que faz inclusive entre seus pares. Caubet soma 54 anos de existência, é advogado e doutor em direito, trabalha como professor do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC; foi assessor do Tribunal Internacional da Água em Amsterdan, é presidente da Fundação Água Viva, assessor jurídico da FEEC – Federação das Entidades Ambientistas Catarinenses e representante titular das ONGs ambientalistas da Região Sul no CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. A segunda conversa pessoal que tive com ele foi a entrevista, realizada no seu apartamento, no bairro da Trindade, a partir das 14h20min de 19 de setembro. Apesar de estar envolvido com a escrita de mais um livro, foi muito amável durante os 50 minutos de gravação e da conversa coloquial feita antes e depois dela.

O médico Pedro Luiz Schmidt, chamado de Pedrão, também é bem conhecido da

cidade. No Centro de Saúde da Lagoa da Conceição, onde trabalha, destaca-se por oferecer um atendimento alternativo, ressaltadas as condições adversas, que o diferencia das demais práticas médicas. Estudioso da espiritualidade indígena, carrega valores e conhecimentos decorrentes daí para a sua concepção ambientalista e atividades militantes. Foi indicado pelo seu carisma, coragem e envolvimento comunitário. Pedrão tem 50 anos, é médico e especialista em Saúde Pública e em Acupuntura; trabalha no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição e é tutor da 10ª fase de medicina da UFSC pelo Hospital Universitário; foi fundador da Fundação Lagoa, ocupa a vice-presidência da AMOLA – Associação de Moradores da Lagoa da Conceição e é membro da Associação Verde Futuro Praia Mole. A entrevista foi o meu primeiro encontro pessoal com este militante, que também me atendeu em seu local de trabalho, ao final do expediente; foi no dia 3 de outubro – a última entrevista –, e a gravação durou 1 hora, a contar das 19:20. Tanto na entrevista “formal” quanto na conversa anterior e posterior ficou confirmada a expectativa da força de personalidade, da sua alegria em trabalhar pela comunidade e da aceitação dos inconvenientes de ter se tornado uma liderança, o que inclui certamente ser constantemente entrevistado. Alegre e sorridente, descarregou experiência e conhecimento, reafirmando sua esperança na transformação ambiental.

São pertinentes também algumas informações sobre as ONGs em que militam os entrevistados. Como não possuo informações detalhadas de todas elas, evitarei informações conclusivas. Os entrevistados fazem parte, no total, de 18 entidades de associativismo civil, sendo que 12 podem ser consideradas ambientalistas – talvez duas destas, a rigor, não possam ser consideradas *stricto sensu* – e as demais de caráter comunitário, sendo que provavelmente algumas delas possuem algum objetivo ambientalista registrado nos seus estatutos. Das ONGs consideradas ambientalistas, 8 delas possuem objetivos principais de preservação local, com ênfase em questões denominadas de socioambientalistas; 3 ONGs envolvidas têm um alcance regional e estadual, chegando ao âmbito nacional através da participação em redes como a RMA – Rede de ONGs da Mata Atlântica, e uma delas tem atuação nacional com sede em outro estado brasileiro. A proteção da biodiversidade, da água e da riqueza florestal é tratada por todas elas, com algumas nuances, e de modo geral elas buscam compatibilizar desenvolvimento social com proteção natural fazendo uso de educação ambiental e de pressão institucional.

5.5 – O CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas seguiram um roteiro padrão para que houvesse a possibilidade de se

fazer comparações entre elas, para captar possíveis regularidades, no sentido de modos parecidos de concepção e de ação, e para explorar a possibilidade de compor um “perfil médio” dos militantes no tocante à problemática explorada. As perguntas não foram todas feitas do mesmo modo a todos os entrevistados; além disso, elas foram algumas vezes complementadas para explorar algum ponto mais importante e alguns comentários foram feitos para estimular a continuidade do tema em curso. Houve casos em que certas respostas fizeram desnecessárias algumas perguntas.

As entrevistas foram iniciadas com duas perguntas de temas mais gerais, com o objetivo de criar um “ambiente de memória” e de colocar um “pano de fundo relacional” sobre a vida pessoal cotidiana e a atividade política militante.

- Gostaria que você me falasse, inicialmente, sobre o que lhe fez participar do movimento ambientalista. Quais as influências e motivos?
- Gostaria agora que você me falasse se o fato de você ser ambientalista traz alguma consequência para os demais envolvimento de sua vida. Como isso afeta as suas relações familiares e de amizade, seu trabalho, seu dia-a-dia, sua vida pessoal?

Em seguida, um conjunto de questionamentos que parece ser muito longo, mas de caráter direto e específico, não encontrando dificuldades de compreensão por parte dos entrevistados, o que é demonstrado pelo tempo médio das entrevistas não ter sido alto: 70 minutos por entrevista e 60 minutos por militante entrevistado (totalizando 12h55min de gravação). Algumas questões são bastante inter-relacionadas, tentando explorar por diversos ângulos as várias facetas da segunda questão geral, da qual podem ser consideradas um desdobramento. As questões também abordaram os temas levantados pelos autores trabalhados nos capítulos anteriores. Muitas indagações adicionais e comentários foram feitos especificamente a cada um dos entrevistados.

- Existe alguma corrente com a qual você mais se identifique? Por quê?
- Qual a grande missão, desafio ou objetivo do movimento ambientalista na sociedade?
- Quais são, para você, os princípios orientadores do ambientalismo? Quais são os valores, as normas, os métodos que caracterizam o ambientalismo?
- Na sua opinião, qual a influência, qual o alcance desses princípios sobre a vida pessoal do militante?
- Você acha que há militantes cuja atuação seja feita por algum motivo particular, além daqueles que fazem por fidelidade ao movimento?
- O militante tem que se mostrar diferente em alguma situação ou em frente a

algumas pessoas em especial para não ser confundido com o que não deseja, para que não tenham uma idéia que ele considera errada a seu respeito?

- Fale um pouco sobre a relação entre o ânimo e o desânimo de ser militante ambientalista.
- O ambientalista consegue agir de forma diferente daquela que a sociedade ensina seus indivíduos a viverem?
- Como você vê o trabalho dos militantes? Existe pouca ou muita divergência de concepções e de práticas políticas entre os militantes?
- Na sua opinião, é mais fácil ou mais difícil ser militante ambientalista do que ser militante de outra causa ou outro movimento social?
- No seu ponto de vista, existe muita rotatividade de militantes no movimento ambientalista? Se sim, a que se deve esse “entra-e-sai” de pessoas no movimento?
- Alguma colocação adicional a respeito do assunto que tratamos aqui?

A análise das entrevistas foi feita seguindo os temas propostos aos entrevistados, buscando conhecer as diferenças e semelhanças de pontos de vista dos entrevistados em relação a cada uma deles. Os temas foram avaliados através da predominância dos posicionamentos, do confronto das opiniões divergentes e do diálogo com a bibliografia utilizada. Algumas respostas foram tiradas da ordem quando elas colaboravam com outros temas.

No texto que segue foram utilizadas muitas e longas citações dos entrevistados, compondo um texto deveras extenso. Manteve-se esse estilo por tratar-se de contribuições valiosas e elucidativas, que exemplificam bem cada um dos temas, oferecem suporte às hipóteses da pesquisa e ilustram os referenciais teóricos utilizados. Além disso, interessa essa reunião extensa na medida em que essa dissertação constitui-se num documento – cuja importância deve ser avaliada por cada leitor – e que a íntegra das entrevistas (totalizando 131 páginas de transcrição no mesmo formato gráfico deste texto), em que pese sua serventia, não estará disponível para consulta.

5.5.1 – Como vim parar aqui?

Não é possível recuperar totalmente, na vida de um indivíduo, os fatos e suas relações em processo que o conduzem a um maior envolvimento político. Os eventos históricos marcantes, como no Brasil o período da ditadura militar contrastado com seus movimentos democratizadores e revolucionários, tendem a exercer influência; os entrevistados dos livros de Rossiaud e Scherer-Warren (1999 e 2000), militantes de Florianópolis e nacionais, mencionaram

esses grupos (o Partido dos Trabalhadores e, antes, os socialistas disfarçados dentro de outros partidos), além dos grupos de jovens ligados à igreja e ao movimento estudantil. Isto, sem dúvida, criou uma «cultura da emancipação» (Manfroi, 1997: 266) que, embora tênue, percorre todo o cenário social e pode, eventualmente, atrair pessoas tanto pela legitimidade das suas causas quanto pelo “charme” que exerce. Mesmo assim, a maioria dos indivíduos não se envolveu politicamente nesse período, cenário que ainda não mudou, o que faz buscarmos mais elementos para entender essa aproximação.

Essa recomposição, acima de tudo, não pode ser feita sem o olhar auto-interpretativo do próprio indivíduo, o que é típico da metodologia do interacionismo simbólico e de outras fontes teóricas que tematizam o cotidiano e o indivíduo⁷⁴ (Tedesco, 1999). No caso dos militantes ambientalistas, mais um fator importante se agrega à formação política do indivíduo, que é a sua percepção e experiências positivas ou negativas (observação da deterioração) com a natureza (Thomashow), o que foi reconhecido por todos os militantes entrevistados. A maioria deles remeteu suas primeiras motivações à infância, descrevendo curiosidade e experiências agradáveis com a natureza, e nesse sentido o resultado se aproxima bastante das pesquisas realizadas por Ângela Arruda com 20 militantes ecologistas cariocas (Arruda, 1998: 80)⁷⁵ e por Samyra Crespo com ambientalistas de diversos setores (1998: 58).

A influência dos hábitos e concepções familiares apareceu nos relatos de João de Deus, Alésio, Jeffrey e Diogo. O primeiro destaca a forma de relacionamento de seu pai com os animais de criação – «acho que isso pesou muito, ele criava os bichos de forma afetiva, e não de forma convencional» – e o segundo principalmente pelo fato do pai ser «uma pessoa praticamente comunitária», que exercia múltiplas funções na comunidade e se envolvia nos seus problemas; Jeffrey fala da influência exercida por seus tios, envolvidos no movimento da contracultura da década de 60 norte americana; Diogo tem boas recordações dos livros de animais mostrados por seu pai.

As experiências em contato com elementos da natureza foram lembradas por quase todos os entrevistados. Alésio recorda que «era muito observador, ia para a roça e ficava observando a vegetação, os animais, parava e descansava, comia uma folha para ver o gosto que ela tinha»; João fala da praia de Coqueiros, onde entrava no mato, «olhávamos os passarinhos – esse vínculo sempre foi muito forte»; Jeffrey recorda das caminhadas na floresta, buscando se

⁷⁴ A fenomenologia, a etnometodologia, a escola marxista de Budapeste e a sociologia compreensiva de Weber ajudam a compreender a auto-interpretação.

⁷⁵ Ela não afirma que todos pensam assim, dizendo apenas «os entrevistados» (ibidem). Já as sete mulheres do seu outro grupo de pesquisa, de ecofeministas, apresentaram motivações oriundas de experiências políticas familiares

distanciar da cidade; Zé Olímpio relembra dos seus acampamentos, prática que o auxiliou nas suas pesquisas com mamíferos na universidade; Tereza afirma que «sou ambientalista desde garotinha, porque sempre gostei muito de plantas e de jardins», o que cultua até hoje; Pedro diz que lhe «chamou a atenção como destruíram o Bom Abrigo tão rápido», onde cresceu e costumava brincar; Mauro, que foi escoteiro, sempre gostou de «andar num meio natural, de ter essa conexão com o meio natural», o mesmo acontecendo com Rafael, que «não gostava de ficar brincando dentro de casa, queria sair pra rua», andava pelo «matagal, [...] catar frutas, tomar água da bica»; Diogo diz que «tinha três anos e delirava quando assistia ao Jacques Cousteau».

No caso de Eloisa, Christian e Queiroz, foram relatadas apenas vivências mais recentes, como a formação profissional em biologia, a contracultura dos anos 60 na França e a percepção da aviltante predação local (principalmente pesqueira), respectivamente. Os outros militantes, que relataram experiências mais prematuras, também agregam experiências mais próximas cronologicamente. Alésio, que havia herdado do pai o interesse comunitário, refere-se ao «choque cultural» representado pela grande ocupação da Ilha por migrantes, os quais «começaram a se organizar e a falar em nome da comunidade», o que o fez reconhecer tanto os problemas por eles levantados quanto a necessidade de mobilizar a comunidade nativa. João de Deus e Tereza falam da sua área de formação, a biologia; Tereza, que é professora de ecologia na UFSC, ainda refere-se aos embates que teve junto aos órgãos planejadores da cidade. Jeffrey fala de sua experiência como jornalista retratando «direitos humanos, desenvolvimento, a miséria»; Orlando confessa que ficou de mal consigo mesmo após experiências negativas com a caça que praticava, além de ver a destruição contínua de sua região; Pedro fala do seu respeito pela vida – «o que me levou ao movimento ambiental foi isso, uma identidade com a vida em si, não a minha vida, mas de qualquer ser» –, aprendido em grande medida das culturas indígenas que passou a estudar. Zé, que também é biólogo e ingressou no MEL – Movimento Ecológico Livre ainda quando estudava no segundo grau, cita o meio universitário e os livros que leu como sendo seus formadores; mas, para ele, o mais importante é a dúvida radical: «de onde venho, para onde vou?», o que faz com a «paixão» levantada por «toques na [...] consciência, seja num plano mais físico ou mais filosófico, mais espiritual ou sentimental, sensitivo». Mauro fala do hiato entre a legislação ambiental e os processos decisórios na Ilha; Rafael diz que «comecei a me revoltar com o que estava ocorrendo com os lugares que eu gostava»; Diogo, por sua vez, refere-se a uma «avalanche de encontros, pessoas e acontecimentos» ocorridos após sua revolta com a «ciência cartesiana», o que inclui o direito.

(ibidem).

Sobre a determinação desses fatos todos sobre o rumo de suas vidas como sujeitos militantes, além de João, que disse apenas ver «uma consequência muito direta [...] natural e bastante inevitável em função dessa relação prévia que eu tinha», os jovens militantes da Aprender parecem acreditar numa predestinação, aparecendo diversas vezes a palavra “essência” nos relatos de todos eles. Diogo expressou isso com força e convicção: «Tu vais poder ver que todos têm alguma coisa no passado que liga com o momento atual. [...] Eu também, parece que estou agora, na Aprender, realizando um sonho. [...] sabia que era alguma coisa ligada ao meio ambiente, como se fosse um chamado do tipo "vem pra cá"». O mesmo se deu com Rafael: «desde a minha infância eu já vinha com essa essência; em casa eu já tinha uma missão, e minha missão era trabalhar com isso – missão pessoal, espiritual, profissional».

Os membros da Aprender foram muito coesos nas suas colocações, com uma intercomplementaridade nas respostas e poucas divergências, nenhuma de importância. Mas vale a pena atentarmos para a co-incidência também dos fatos: apaixonados pela natureza desde a infância, são todos jovens com uma diferença de apenas três anos entre si (os demais participantes do grupo, não presentes na entrevista, também são, na maioria, jovens), advogados, vindos da região da grande Porto Alegre mais ou menos na mesma época (sem combinação conjunta, mas dois deles já se conheciam na capital gaúcha), entusiastas do surf, fazendo pós-graduação e dedicando a maior parte do tempo à ONG.

Vemos, assim, uma variedade sociológica bastante grande: diversas experiências traçando trajetórias de vidas distintas, compondo um variado mosaico de auto-interpretações e posturas ambientalistas. Em comum, o fato de militarem aqui e agora, de terem atribuído-se a tarefa de buscar remediar os problemas que identificam e de aceitar os ônus dessa empreitada, conforme veremos na sequência.

5.5.2 – Os ônus e os bônus da luta – uma primeira aproximação

O movimento ambientalista provoca um impacto sobre a sociedade. Sem ele, a situação do planeta estaria pior, e com isso as condições de vida humana. O ambientalismo move ciência, pesquisando para comprovar e instigando pesquisas que contestam; reflete sobre a legislação, da local aos tratados internacionais; interfere no mercado, levantando restrições a produtos e alavancando novos; influencia na política, demanda tecnologias, questiona mitos religiosos, etc. Isso tudo, inevitavelmente, também conduz a transformações nos indivíduos: essas estruturas, minimamente alteradas que sejam, educam de outra forma, restringem ações, instigam mudanças de hábitos, mexem com as representações. Isso também se dá pela outra via: indivíduos sensibilizados pelos valores e conhecimentos ambientalistas pressionam aquelas

estruturas para a incorporação de variáveis ambientais, mas também incutem isso nas pessoas mais imediatamente à sua volta.

Estas são vitórias dos indivíduos defensores do ambientalismo, tanto por elas mesmas quanto pela sensação agradável de êxito ou dever cumprido – se isso vai se alastrar a ponto de efetivar as transformações sociais profundas desejadas ou se permanecerão meramente “decorativas”, é outra questão. Entretanto, não se trata de um jogo com regras definidas: o ambientalismo vive forçando a sociedade, confrontando interesses, afetando pessoas, e as vitórias querem dizer também, inevitavelmente, dissabores. Novamente, nas duas dimensões: com as instituições de estrutura social e com os indivíduos.

A pesquisa quis saber dos militantes se essa descrição, apresentada como hipótese, encontra confirmação entre os militantes ambientalistas da cidade de Florianópolis. Dado que os indivíduos executam múltiplos papéis na sociedade (Goffman, 1975; Taylor, 1997; Heller, 1985), é de se prever que haja conseqüências para as “partes” da vida não-militante geradas por sua atividade militante. As experiências dos militantes ambientalistas não se reservam apenas às tarefas que desempenham nos momentos em que representam explicitamente suas ONGs ou alguma causa definida pelo nome de “ambientalista”, dado que também são pais, funcionários, vizinhos, etc.

Todos os entrevistados admitem influências sobre a sua vida pessoal (ou seja, para a sua pessoa inteira, em todos os papéis sociais que cumprem), embora não haja unanimidade quanto à qualidade dessa experiência. A maioria descreve experiências “negativas”, mas também foram relatados aspectos “positivos” advindos da vida que escolheram.

Reigota, deveras otimista, descreve os ambientalistas como uma espécie de “cidadãos do mundo” e que teriam sido os primeiros a «evidenciar o aspecto básico da globalização que é a compreensão de um mundo sem fronteiras, no qual as interdependências são inevitáveis» (Reigota, 1999b: 63) e se pode expor «idéias, sentimentos, e experiências originadas em vários lugares do planeta» (ibidem: 45). Isto pode ocorrer, desde que permaneçam no nível acadêmico ou literário, mas se interesses financeiros e de poder são confrontados diretamente, como o foram pela atividade de Jeffrey, a regra tem sido considerar isso uma intromissão e aplicar uma recepção pouco calorosa. Alésio e Jeffrey foram os principais alvos de uma campanha publicitária movida pelos autodenominados “amigos de Florianópolis”, membros da ACIF – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis contra “os contra Florianópolis” ou “ecochatos”. A Propague foi a principal realizadora das peças publicitárias, mas a campanha também foi encampada pela imprensa local: na manifestação mais clara, feita por um conhecido colunista social de Florianópolis, chegou a recomendar que em Jeffrey – não citado

explicitamente –, que vem com suas idéias de fora, fossem dadas «umas boas porradas» (*in* Martins, 2001: 5⁷⁶). Jeffrey chegou a sentir-se ameaçado de deportação, além de outras intimidações mais sutis: «meus amigos e vizinhos também diziam, às vezes, que teve alguém lá no bar procurando por um americano». Sua situação, em comparação com os demais militantes, era nitidamente pior, já que, num país estranho, com poucas relações além das familiares e daquelas recém feitas no movimento ambientalista e comunitário, ficou bastante desprotegido.

Sobre o núcleo de vivência mais íntimo também ocorrem impactos de fontes externas como aquele. Alésio, que também lembrou a contenda acima, afirma que «paga um preço muito alto» pelas posições que defende, as quais já renderam agressões verbais às suas filhas. As ameaças que Queiroz recebeu são mais graves, pois «os caras ligavam para mim dizendo que iam me matar, que iam me bater, que iam matar minha neta, era um absurdo», afirmando que «a gente é combatido, sim», tanto por vizinhos quanto por colegas da sua categoria de pescador, por empresários e administradores públicos.

Mas os problemas para a família também são trazidos pelos próprios protagonistas. É comum os militantes serem incompreendidos pelos seus familiares, tanto pelas consequências das suas atividades quanto pelas idéias que carregam e hábitos que querem fazer ser absorvidos. Também são comuns cobranças de adequação ao “mundo normal”, originadas do convívio da família com as pessoas de mentalidade não “ambientalizada” e do grande apelo promovido por diversos meios sociais. Isso significa que o mundo “exterior” à família compete constantemente com os valores da família nos quais as crianças são educadas, o que traz a peleja pela transformação cultural para dentro da própria casa.

Vejamos os relatos. Alésio se disse hostilizado no início pelos seus parentes, mas que agora isso já passou. Jeffrey exemplifica com a pergunta feita pelo seu enteado à sua mãe: «porque o pai faz tantas coisas sem ganhar dinheiro?»; para ele, é trabalhoso lidar com algumas situações com os filhos, pois «os adolescentes querem bastante coisas», referindo-se ainda à dificuldade enfrentada para banir o uso de produtos dedetizadores do seu lar. A família e os amigos de Tereza dizem que ela parece se preocupar mais com o movimento do que com eles, cobrando dela mais convívio familiar e mais cuidado para não se esgotar física ou psicologicamente. Caubet está seguro de que «ser militante ambientalista é uma característica que dificulta muito as coisas em relação ao resto das relações sociais, inclusive a família», sem entrar em mais detalhes. Eloisa mencionou apenas que enfrenta dificuldades de introduzir na família o hábito de lavar os produtos destinados à reciclagem. E, falando por si e pelos colegas

⁷⁶ Ver a coluna de Cacau Menezes publicada em 06 de novembro de 1991 no jornal Diário Catarinense.

em volta da mesa, Diogo disse que, no início, seus familiares, que moram em outra cidade, relutaram bastante em aceitar a opção de vida dos filhos em abandonar as carreiras de advogados para se dedicarem à ONG, mas que agora recebem todo apoio.

A rede de relações amicais também é atingida pelo modo de vida dos militantes ambientalistas. No contexto da modernidade, «um amigo não é alguém que sempre fala a verdade, mas alguém que protege o bem estar emocional do outro» (Guiddens, 1991: 123), independentemente dos laços de co-pertencimento à comunidade, cuja proteção conjunta definia as relações não parentais no período pré-moderno. Desde que haja «*autenticidade*: a exigência de que o outro seja aberto e bem intencionado» (ibidem: 121), pessoas com pensamentos distintos podem se unir pelo afeto recíproco. Entretanto, os indivíduos com orientação ideológica do tipo ambientalista frequentemente encontram pontos de vista discordantes em vários campos da reflexão e da ação, seja na condução cotidiana da vida pessoal – que reflete sobre a organização social e, evidentemente, sobre o estrato natural –, seja no modo de encarar e participar dos assuntos comunitários – idem. Ou seja, não há um núcleo central de crítica ambientalista, assim como ocorre geralmente com os militantes de outras orientações – por exemplo, as relações de produção material ou o domínio patriarcal. Muitas coisas, portanto, podem tornar difícil a convivência, por maior que seja a confiança ou estima.

Os rapazes da Aprender ilustram bem esse caso. Diogo diz que, pelo «fato de a gente fazer alguma coisa que a gente gosta, a gente passa 24 horas falando do mesmo assunto», ou seja, sobre a luta ambientalista e sobre «ecologia profunda», e isso incomoda seus amigos. Rafael também se sente pouco à vontade, a ponto de evitar aglomerações e encontros com pessoas com as quais possua diferenças de opinião e de hábitos – costuma “pegar no pé” dos amigos por causa disso, o que não é bem recebido. Mauro também pensa o mesmo: «então, tem certos lugares que o troço não vibra da maneira que tu vais te encaixar ali, então tu evitas aquilo, evita os lugares que estão te sugando, e isso acaba gerando conflitos até com antigos amigos». Como consequência, as amizades formadas por eles tendem a ser em torno da identificação com o ambientalismo; poderíamos falar, nestes termos, num *território identitário* próprio do ambientalismo, caracterizado por inúmeros pontos de apoio, e a quantidade e constância destes define, ou pelo menos anima, o tipo de relação que se estabelece com os demais atores sociais – Manfroi (1997:270), estudando o sujeito militante, fala que ele «cria um território existencial através dos grupos aos quais pertence, formando discursos e signos».

Por outro lado, a amizade também pode ser o meio para atingir os propósitos. Orlando conta que, por não conseguir mais modificar os hábitos de seus amigos, vizinhos e parentes, investe na amizade com os filhos deles «e deixo que os pais deles falem, tento me

afastar para não criar atrito; eu tento criar afeto e me aproximar mais dos filhos deles, informar e convidar para vir na trilha» que mantém como projeto de educação ambiental.

Já foram descritas acima (Thomashow e Reigota, 1999b) influências da militância sobre a vida pessoal dos militantes. Manfroi também levanta algumas dessas questões, percorrendo fatores como ânsia de justiça, necessidade de adequação dos seus gestos à linha política, crítica à modernidade da qual fazem parte e conflitos entre seus desejos, concluindo que «o que se percebe através da leitura dos depoimentos é uma certa amargura dos militantes no que concerne às questões subjetivas» (Manfroi, 1997: 284). Esse traço foi encontrado nos militantes ambientalistas de Florianópolis, entretanto também foram recolhidos – em menor número, mas significantes – depoimentos de que a militância fornece condições de melhor relacionamento com os demais atores sociais, o que se constitui, pelo contrário, em entusiasmo e satisfação.

Diogo, Rafael e Mauro reclamam que, para muitas pessoas, o seu trabalho «não é importante, é superficial, de quem não tem nada pra fazer», mesmo que a atuação deles seja dirigida a melhorar o mundo de todos. Mauro, referindo-se ao que foi chamado acima de princípio processual-relacional diz que «o conflito que rola é o seguinte, a gente acredita também no pensamento sistêmico, na ciência e quanto mais se lê e se aprende, mais a gente fica regulando os atos»; com isso é «inevitável, ao sair andando na rua, ficar achando problemas, questionando tudo», mesmo sabendo do seu limitado poder. Tereza sente que «eu não sei equilibrar a minha vida pessoal com a minha vida militante». Declara-se uma «*workaholic*» (viciada em trabalho) do movimento, e que quando resolve relaxar e cuidar mais da sua vida pessoal, «fico me condenando porque enquanto estava parada, estavam destruindo um morro tal ou fazendo não sei o quê». Em resposta posterior, confessou que «às vezes eu choro, choro e depois me acalmo pensando em fazer o que puder – e lá pelas tantas eu já estou envolvida em trinta assuntos e desanimada em três ou quatro». Além disso, assim como os militantes da Aprender, reclama de ser mal compreendida e mesmo agredida verbalmente por aqueles que visa beneficiar com todo o seu esforço, evidenciando o problema enfrentado pelos militantes com a resistência ou mesmo oposição dos demais atores sociais. Na busca de proteger ou recuperar a natureza, os interesses de pessoas de todas as categorias – credos, condições econômicas, etc. – são mais ou menos diretamente atingidos, e elas não querem ou mesmo não podem relegá-los.

Orlando também sente isso, quando lembra a posição dos moradores da localidade de sua atuação contra a instalação de empreendimentos turísticos que desfigurariam as características naturais do vale do rio Ratones: «a gente passa para eles o nosso ponto de vista, e o ponto de vista deles é que isso é bom para criar emprego e para valorizar os terrenos da comunidade. [...] Do que adianta ter dinheiro e não ter qualidade de vida; qualidade de vida é

paz, saúde, sem contaminação e sem poluição». Mas seus principais «inimigos» têm vindo de sua luta contra os caçadores, que continuam a fazer vítimas na região, ao contrário dele, que abandonou a prática há muitos anos com o aumento de sua conscientização adquirida com as informações cada vez mais presentes na sociedade.

Pedrao é outro que trouxe para cima de si as consequências de sua escolha política: «Eu já arrumei muitas encrencas. O que eu já denunciei de pessoas, vizinhos, prefeitos, todos...». Essas encrencas arrumadas pelos ambientalistas, evidentemente, não são depositadas unicamente sobre o militante, mas sobre a pessoa (*self*, sujeito, indivíduo) inteira, tendo com isso sua personalidade identificada com os problemas que causa. Ele se declara «militante em casa, na família, e como eu estou preocupado com o ambiente, estou preocupado comigo também», portando-se, como Tereza, como um «militante 24 horas» (Sobrinho⁷⁷, *apud* Manfroi, 1997: 283) que «se entregam, de corpo e alma, à luta» (Rolnik⁷⁸, *apud* Manfroi, 282).

José Olímpio adianta espontaneamente a questão sobre os princípios: «há uma incomodação pelo fato de você sentir, por mais que esteja cansado, a necessidade de manter uma postura por uma questão de princípio seu [...]. Não dá para relaxar», e que isso «acaba gerando uma discussão com o íntimo, reflete na essência da pergunta "de onde eu vim, para onde vou?". Isso reflete muito sobre o individual». Para Caubet, as pessoas «não toleram facilmente que você se engaje desta maneira»; e mesmo quando não agindo “oficialmente” em nome do ambientalismo, o problema persiste: por exemplo, «se você vai para a universidade de bicicleta [...] é evidente que você é a mosca no copo de leite, as pessoas te acham um nojento». Como consequência, acredita que esse tipo de crítica pode «incentivar a minha psoríase e qualquer doença psicossomática, porque a pressão é violenta». João de Deus afirma ser «óbvio que na relação mais ampla do convívio social, a gente acaba criando algumas [...] não diria inimizades – são resistências em função de posturas totalmente antagônicas» que dificultam a convivência na sociedade.

Mas João também diz que vivencia experiências bastante positivas no relacionamento com a família e amigos na construção conjunta de uma mentalidade e de hábitos ambientalistas. Da entrevista grupal também foram recolhidas declarações que servem como incentivo para o ativismo ambientalista; Rafael conta que eles já vivenciaram casos em que pessoas ligadas a eles «já estão tendo uma mudança de consciência e algumas até mesmo de conduta», o que traz uma boa «sensação que enche a gente: "eu estou fazendo uma coisa que é

⁷⁷ SOBRINHO, João Rocha. *Militância: prazer ou sacrifício*. Revista *Teoria e debate*, nº 24, 1994. p. 53.

⁷⁸ ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo, Estação

importante"», definindo essa sensação como de «orgulho» e de fortalecimento da «auto-estima» que o ajuda a «perseverar no trabalho».

Já Eloisa não relatou dificuldades na sua vida pessoal para além daquelas que enfrenta nos conflitos gerados pela militância, dizendo que não se importa muito com isso: «Eu entendo a minha militância mais como um modo de vida, e enquanto um modo de vida eu exerço ela em qualquer de minhas outras atividades».

Nessa primeira aproximação do tema central da pesquisa foram recolhidas diversas evidências de que as fronteiras entre o que se faz dentro de uma ONG e o resto da vida de uma pessoa não são demarcadas, sendo mais frequentes e constantes a invasão dos dissabores gerados naquela atividade sobre a família, sobre suas horas de descanso, sobre seu trabalho do que as experiências elevadoras.

«É inevitável, se você defende a causa ambiental sempre entra em conflito com alguém», diz Iara Chaves⁷⁹ (*in* Scherer-Warren e Rossiaud: 240). Esse conflito pode chegar às ameaças à integridade física e outras formas mais sutis de intimidação, que foram levantadas por dois entrevistados, e não são questões secundárias: fazem parte do horizonte real de preocupações dos militantes, e mesmo que sejam pouco frequentes, a sua gravidade as eleva à condição de constitutivas do movimento. Reigota cita o caso de dois militantes brasileiros assassinados por suas atuações, além de condenações criminais de três militantes de outros países, incluindo Ignácio Agudo, «o primeiro exilado ecológico do planeta» (Reigota, 1999b: 57) e que vive em situação incerta e desconfortável em Florianópolis; a Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento relata um caso de ameaça de morte e um assassinato (SMAD, 2002); Tereza Urban noticia as ameaças de morte recebidas por dois dos militantes ambientalistas mais importantes de Santa Catarina, Miriam Prochnow e Wigold Schaeffer, diretores da APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Vale do Itajaí (Urban, 2002); o sítio eletrônico Ambiente Brasil (2002) informa sobre um assassinato de militante e os problemas de violência na região norte; e o Jornal do Meio Ambiente relata três assassinatos de militantes na região sudeste (Berna, 2002a).

5.5.3 – A composição de uma tipologia

O ambientalismo *stricto sensu* é bastante variado. Os problemas ambientais são muitos e em torno de cada um deles formaram-se muitos grupos, que ainda são diversificados

Liberdade, 1989. p. 151).

⁷⁹ Militante ambientalista e comunitária de Florianópolis, fez parte do MEL – Movimento Ecológico Livre. Foi

entre si, mas muitos grupos dedicam-se a diversos problemas. Muitos fatores levam os indivíduos a ingressarem nesse ou naquele grupo, podendo ser a identificação com a causa defendida ou até mesmo com o próprio grupo, seja por causa dos princípios, da forma de atuação ou ainda dos membros que compõem o grupo. Assim como nem todos os grupos identificam-se com uma tipologia específica, nem todos os militantes prestam atenção a esse fator.

A pesquisa mostrou que os militantes ambientalistas de Florianópolis têm pouca ou nenhuma preocupação com a sua identificação político-ecológica, e mesmo pouco conhecimento de alguns conceitos utilizados comumente para designar os tipos de ONGs ou de postura ambientalista. Embora quase todos tenham formação escolar superior, seus conhecimentos ambientalistas parecem dar primazia ao suporte ou à metodologia da ação, deixando a composição do cenário sociológico ou filosófico para a reflexão acadêmica.

Jeffrey, que prefere dizer-se «militante comunitário» ao invés de ambientalista, exprimiu-se de uma maneira que ajuda a explicar esse posicionamento: «Eu mal tenho contato com qualquer movimento ambiental fora da ilha, porque para mim a luta política se concentra aqui, e também não tenho tempo»; ele citou diversos dos seus envolvimento de defesa comunitária que fazem a questão tipológica ser secundária, dando a entender que ela é desnecessária para resolver esses problemas. João afirma isso explicitamente: «isso é indiferente, porque a gente tem clareza, do ponto de vista ideológico, da necessidade de uma mudança do padrão de relacionamento com a natureza». Ele elencou os problemas enfrentados para o cumprimento dessa tarefa, defendendo uma posição contundente por parte do movimento ambientalista na tentativa de inserir esses valores na sociedade; contudo, é possível identificar seu posicionamento como aproximado do ecocentrismo devido às críticas que faz da mentalidade antropocêntrica que domina até mesmo os setores de esquerda da política.

Alésio, Eloisa, Tereza e José Olímpio também não se preocupam em encontrar algum tipo ambientalista com o qual se identificam, e elegem a questão da prática como essencial. Alésio diz que «não há nenhuma linha que eu possa defender» e que «essa é uma pergunta muito difícil, porque às vezes o meu discurso pode parecer de direita, eu não tenho uma linha radical de esquerda [...], sou misto». Para balizar suas ações, busca não o aprofundamento teórico, mas a «autocrítica», revelando-se na entrevista muito preocupado com a sua própria coerência. Tereza afirma que «não tem» e que «a questão principal é de planejamento, verificar a pactuação com as leis», e para isso a saída é a participação comunitária, a reivindicação de direitos e a exigência do cumprimento dos deveres ambientais já prescritos. Eloisa afirma

apenas que atua «em defesa do meio ambiente», reafirma a importância da prática, declara-se como pessoa não combativa e pensa que é importante que cada militante use da melhor forma as suas melhores capacidades. José Olímpio diz que têm incorporadas «coisas em comum com diversos ambientalistas, mas não gosto da taxação», e assim com Jeffrey rejeita o adjetivo de ambientalista: «Eu não sei se sou ambientalista, mas almejo ter uma prática de vida que se você quiser pode chamar de ambientalista».

Rafael, Mauro e Christian foram os únicos que citaram uma vertente ambientalista, sendo ela amplamente conhecida e com referencial teórico bastante discutido no movimento: a ecologia profunda ou *deep ecology*. Rafael diz que, apesar de não ter «uma concepção pronta», procura seguir a «ecologia profunda, e isto fundamenta a paz, relações de interdependência, de cadeia, a relação espiritual como o todo, a questão universal-espiritual, a questão de integração homem-natureza», e que persegue «aquela velha questão que eu acho que todo mundo deve ter: "quem eu sou, de onde eu vim, para onde eu vou?"». Critica, neste sentido, todos os que «têm um baita conhecimento, mas que em termos de ações e de utilização desses conhecimentos estão muito superficializados». Mais abaixo define-se como «preservacionista», estendendo essa identificação à ONG, que carrega o termo “preservação” no nome; para ele, «com o *slogan* da conservação está cheio de gente dizendo que está fazendo conservação mas está detonando tudo e utilizando esses conhecimentos de uma maneira errada. [...]: quanto menos acesso o ser humano tiver a determinadas áreas, melhor». Mauro está convencido de que «quando a gente começa a sacar que a gente não está sozinho neste planeta, conseqüentemente tu vais ser partidário da ecologia profunda», demonstrando assim uma crítica ao antropocentrismo. Christian acredita que «talvez pelo tipo de críticas, poderia dizer que estou na área da ecologia profunda, a dita *deep ecology*, mas não é um artigo de fé», mostrando-se independente para agir sem trelas com nenhuma doutrina.

Por falha da entrevista, a questão não foi dirigida a Pedro Schmidt, mas seu discurso aponta claramente para um ecocentrismo e para a ecologia profunda, devido à valorização concedida ao pensamento das culturas primitivas e ao seu modo de relacionar-se com a natureza, definido várias vezes como «conexão». Queiroz e Orlando também não tiveram que responder à questão da tipologia devido às suas posturas eminentemente práticas e locais com as quais estão envolvidos no trato com as populações tradicionais da Ilha de Santa Catarina. São ativistas que aprenderam na prática direta com os problemas e no embate interpessoal e interinstitucional, com pouca experiência em discussões abstratas e em estudo formal.

É sabido que os indivíduos não são monólitos – estáticos e unidimensionais –, muito pelo contrário (Thomashow; Taylor, 1997; Goffman, 1975; Elias, 1994; e Heller, 1985: *passim*;

Berry, 1983: 81 e 105; Manfroi, 1997: 268; Tedesco, 1999: 29). Não é possível, portanto, tentar enquadrar um militante numa camisa de força tipológica, o que já é um bom motivo para fugir de compor uma tipologia, agravado pelo fato de que quase todos os entrevistados mostraram-se reticentes à questão. Além disso, é um cuidado dessa pesquisa evitar interpretações sobre o que não foi expresso pelos entrevistados, permanecendo no terreno das suas próprias opiniões. Entretanto, para efeitos de exercício comparativo, e para dar uma utilidade adicional às tipologias apresentadas no capítulo 3, tendo ciência do risco de inadequação ou má interpretação, cabe fazer um rápido arremate.

Tomando por base Castells (1999), percebe-se a manifestação de todos os tipos apresentados, com maior ênfase em «Defesa do próprio espaço (Não no meu quintal)», pelo seu objetivo de alcançar a «qualidade de vida/saúde» e em «“Política verde” (*Die Grünen*)»⁸⁰, pela sua identidade como «cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente», o que é bem genérico e não desagrada a ninguém. A tipologia de Viola é bastante inadequada para o cenário atual local, pois senão muito tangencialmente algumas características de fundamentalismo, ecossocialismo e ecocapitalismo foram percebidas, mesmo assim sem declarações explícitas (a menção anticapitalista por parte de Jeffrey, preocupado centralmente com a comunidade local, não faz dele um ecossocialista): portanto, deve-se abandonar aqui essa forma de classificação.

A tipologia de Lewis citada por Tavolaro (2001) nos faz perceber uma simpatia de alguns entrevistados pela «Reimersão na natureza», mas ninguém se mostrou simpático aos métodos pouco convencionais do grupo protótipo desse tipo, o Earth First! (Castells diz que esse grupo é um exemplo do tipo «Contracultura, ecologia profunda». A tipologia de Florit e Olivieri (1995), tendo por base os valores ecológicos dos ambientalistas, sugere um misto de «desenvolvimentismo ecológico» com «renovação cultural [questionamento da sociedade]». As entrevistas sugeriram ainda, em várias declarações, que há uma tendência de identificação maior com o ecocentrismo e uma crítica ao antropocentrismo, classificação esta tematizada por Eckersley.

Por fim, de acordo com a contribuição de Leis e D’Amato (1996), verificou-se uma tendência para um tipo «comunitário biocêntrico/intuição», dadas as defesas da democracia e da nossa dependência/inserção natural e que essa corrente «pode encontrar um terreno propício para

⁸⁰ Apesar de ser identificado com o setor da sociedade política – um partido –, portanto não referindo-se ao *stricto sensu*, Castells afirma que «“os verdes” não se enquadravam no modelo político tradicional», tendo nascido a partir das «chamadas Iniciativas do Cidadão do final dos anos 70» preocupadas com várias questões tendo por centro temas ambientais e pacifistas (Castells, 1999: 151). Nesse sentido, os Verdes foram a possibilidade de uma representação ecologista direta e internamente nos parlamentos. É possível, além disso, ajustar as características de identidade, adversários e objetivos dos Verdes ao movimento ambientalista *stricto sensu*.

seu desenvolvimento no terceiro mundo», o que ocorre pela religiosidade, pelo vínculo entre crise social e crise natural e pela demanda de justiça social (Leis e D’Amato, 1996: 130); entretanto, o tipo psicológico que lhe está associado, tomado de Jung, não condiz com o que foi levantado, pois os militantes não padecem de «incapacidade comunicativa [que] ensina mais com a sua vida do que com as palavras». A maioria dos militantes entrevistados têm grande atividade negociativa e, apesar de buscarem uma vida mais harmoniosa com seus princípios, reconhecem seus déficits nesse intento. Sugere-se então o «*self/ômega*» como tipo mais apropriado, «integrador e sinérgico» (ibidem: 130) e com «capacidade para construir as pontes que comunicam e permitem interagir positivamente ao conjunto de elementos que compõem o ambientalismo, potencializando assim a sua *práxis*», já que a pesquisa revelou, na maioria, indivíduos que reconhecem as dificuldades do objeto e de si próprios como sujeitos (agentes de si e de interferência no mundo).

5.5.4 – A agenda ambientalista

Foi visto acima que a pauta ambientalista é bastante extensa, e importa fazer um inventário das tarefas do ambientalismo no entender dos militantes entrevistados. A interrogação não foi feita sobre quais as ações pontuais ou alvos de atuação, mas sobre o que eles consideram ser a *grande missão, objetivo ou desafio* do movimento ambientalista na sociedade. Já é possível compor uma imagem aproximada a partir das ONGs nas quais eles militam e das atividades desenvolvidas predominantemente por elas, conforme levantado acima. As respostas, como poderá ser verificado, também permanecem, em geral, no terreno das suas identificações tipológicas demonstradas acima. Apesar do caráter predominantemente local de atuação dos militantes entrevistados, apareceram muitas referências ao problema ambiental global, demonstrando uma compreensão do “espírito” processual-relacional do ambientalismo. O termo “paradigma” apareceu diversas vezes na entrevista da Aprender e em três outros entrevistados, mas várias outras declarações aludem a uma transformação que se entranhe profundamente na consciência populacional e que alcance as estruturas sociais.

Ficou claro, além disso, que para o conjunto de entrevistados – embora sem uma menção textual – o ambientalismo tem a cumprir um papel organizador da inserção da variável ambiental nas reflexões, discussões e práticas sociais, o que pressupõe a atuação de outras vertentes políticas (Waldman, 1994). Entre o capitalismo como regime econômico – concomitantemente ao liberalismo como princípio político – e o socialismo ainda eminentemente desenvolvimentista e baseado no industrialismo – embora seja, ainda, a maior força política contrária ao *status quo* –, parece haver poucas diferenças no tocante ao agravamento da crise

ambiental. Um outro enfoque se faz necessário, a menos que a comunidade humana deseje continuar mantendo a mesma «atitude desafiadora convencional» ao mundo natural (McKibeen, 1990: 169) e aceitar que «a característica marcante dessa nova natureza» alterada pelos saques e dejetos «é a imprevisibilidade» (ibidem: 98) – e aí não importam quais as conseqüências, sobre as quais não há consenso, pois «a própria incerteza é o primeiro cataclismo e talvez o mais profundo» (ibidem: 102). O estilo de desenvolvimento, portanto, precisa ser alterado, «no qual o crescimento econômico global ficaria definido pelos limites físico, termodinâmico e ecológico da biosfera», o que demanda em uma «“nova ordem internacional” [...] sendo os ecologistas o eixo organizador dessa coalizão» (Viola e Leis, 1991: 38).

A partir desse ponto da entrevista, a questão da prática vivencial das concepções ambientalistas é inserida com força nas opiniões dos entrevistados, nas quais aparece uma crítica às teorias, leis e discursos que não encontram execução no próprio agente proponente; nesse tópico da entrevista, as respostas com esse cunho foram dadas por Alésio, João, Diogo, Orlando e Jeffrey (este parcialmente), mas nos seguintes todos os militantes fizeram referência ao tema.

Alésio afirma isso na sua primeira frase: «Eu acho que são mudanças individuais. Eu acho que a gente é totalmente artificial na hora que começamos a falar em meio ambiente» e que os ativistas precisam ser «bem vistos na comunidade», para isso dando «um exemplo pessoal para não artificializar a história depois de perder o meio ambiente»; deste modo, no entendimento de Alésio, o movimento ganharia legitimidade para agir sobre a sociedade. Jeffrey, coerente com suas demais colocações, também assevera que o movimento «começa pelo bairro: a sua casa e o seu bairro», chegando o nosso «pouco poder» até o nível «máximo municipal». João de Deus também reclama da distância que separa o discurso do exercício verdadeiro, restando «dar o salto seguinte, fazer com que isto se transforme de discurso em prática efetiva», pois as medidas empreendidas comumente «respondem muito mais aos anseios de melhorar a imagem»; isto é válido para todos os setores ambientalistas, inclusive o *stricto sensu*, envolvendo «nós», os ambientalistas, «também enquanto atores sociais», reconhecendo francamente «muita dificuldade de conseguir fazer com que a minha vida seja pautada por uma coerência maior com esse discurso». Diogo reconhece seus próprios esforços, mas «a gente vê aí grandes doutores em Santa Catarina que são taxados como ambientalistas famosos e que não separam o lixo em casa e que até hoje não têm nada de concreto». Para Orlando «tem que praticar o trabalho, fazer um trabalho em conjunto; porque a teoria é interessante, mas a prática não está acontecendo [...] porque as leis só proíbem, não informam».

As contribuições mais diretas sobre o papel organizador do ambientalismo vieram de Eloisa, Christian, Zé e João. Este se diz «muito pessimista» no enfrentamento do «grande

desafio do movimento ambientalista no plano global» que «é conseguir inserir a variável ambiental nas políticas públicas de forma consistente e conseqüente [...] e de uma forma menos demagógica», já que muitos atores e instituições se aproveitam do discurso para obterem outras conquistas. Na linha de seu companheiro de ONG, Eloisa apregoa que «o grande desafio, acho que é a inserção enquanto entidades atuantes e participativas dentro do processo de desenvolvimento da sociedade»; para ela o movimento ambientalista tem o potencial de criar as alternativas para o impasse social e é preciso «a reflexão, fazer a sociedade refletir sobre pra onde ela está caminhando, seguindo simplesmente modelos econômicos» materialistas que no fundo não trazem a felicidade. Christian se aproxima bastante de Eloisa, dizendo que a missão do movimento ambientalista é «tentar mostrar que estamos acabando com uma condição da vida, não humana, mas da vida em si», e tanto como meio quanto como fim resolver o problema da falta de água e da «demografia galopante incontrolada». E de Zé Olímpio é válido fazer uma citação mais longa: «na dimensão política, seria fornecer elementos consistentes para a discussão em alto nível sem verdades absolutas prévias, dando condições a um amplo debate sobre os problemas comuns ou agudos em contextos localizados. [...] Um objetivo seria dar condições, através da promoção do debate, trazer diferentes saberes para a discussão de um problema comum; existe possibilidade de juntar num debate único, planetário, e eu tenho certeza que quanto mais qualificado for esse debate, mais vai ser evitável mentir ou ser hipócrita, como se faz nos meios de comunicação. E isso vai ser muito curativo na sociedade, vai gerar uma grande revolução de consciência; [...] A missão, então, é potencializar esse debate; eu não sei qual é a solução para o problema do petróleo, mas se todo mundo parasse para pensar juntos... Se todas as pessoas que gastam massa crítica e energia para desenvolver a moda, as que inventam armas e todas as outras porcarias que não servem para nada dirigissem sua atenção para a solução de problemas comuns, ficaria mais fácil».

Orlando, Tereza e Queiroz põem em evidência a importância da educação ambiental para a solução da crise ambiental. Para Orlando, «o grande papel do ambientalismo hoje é entrar nas escolas e passar educação ambiental em todas as escolas, conscientização», complementando que não tem «um pingão de dúvida» de que o trabalho prioritário deve ser feito «com as crianças» pois «esses adultos encruaram», ou seja, dificilmente mudarão seu modo de pensar e agir em vida. Tereza afirma que «o movimento ambientalista tem que se dirigir para a educação, principalmente sobre a questão populacional» e sobre o «consumismo muito grande»; para ela, é uma grande responsabilidade para os indivíduos a de «colocar filhos no mundo», pois essa decisão afeta o ambiente global, sobretudo no contexto de uma cultura consumista e antropocêntrica. Queiroz é palestrante sobre questões ambientais, nas quais fala «sobre a

importância de nós termos um meio ambiente limpo, sadio» e que hoje o extrativismo irresponsável deve ser substituído pela idéia de «usar o meio ambiente para sobreviver, sem depredar».

Também pode ser reconhecido um conjunto de preocupações que faz uma ligação entre princípios ambientalistas e a sua aplicação comunitária. Rafael indica, como «a nossa principal missão [...] a mudança de paradigma», que significa «a transformação de consciência, de conhecimento, semear consciência, incentivar as pessoas a se informarem das questões». Mauro o complementa insistindo que devemos «tentar pelo menos diminuir essa crise de percepção e ajudar as pessoas a sentirem a história», indicando a ação local como início do processo: «se a gente conseguir fazer isso a uma etapa x da população, acho que isso vai ser bem recebido em outros lugares». Em consonância, Diogo aponta que o objetivo é «basicamente, pegar todos esses princípios, essa doutrina, essa lei, esse discurso, pegar tudo isso que está nos livros e jogar lá dentro da comunidade e fazer isso virar realidade». Já Jeffrey, falando «sobre o mundo, acho que o problema maior é o mundo capitalista», mas temos que «tentar interagir com nossos filhos, vizinhos e com a comunidade da maneira mais democrática e sincera possível. Acho que a riqueza do movimento ambiental é seu caráter democrático».

Pedrão, seguindo a linha da sua entrevista, fala que o desafio é «fazer o homem voltar a ser conectado [...] Porque daí ele entra na ressonância do que é correto, [...] daí ele está na frequência, não é preciso dizer nada, porque isso vai ser intrínseco»; com ele temos a terceira referência ao caso da ocupação demográfica, demonstrando que essa é uma questão ainda presente na agenda ambientalista: «se tu pedisses algo para se fazer agora, uma lei universal válida a partir de amanhã, era o controle da natalidade».

O conjunto de respostas nos permite ver um amplo espectro de ações próprias do movimento ambientalista. Se considerássemos os entrevistados como um único sujeito coletivo, veríamos que ele se dirige tanto ao individual quanto ao político-social, baseia-se em princípios, valores e conhecimentos – que, se não são específicos do ambientalismo, são levantados principalmente por ele –, é orientado principalmente pela prática, reivindica a aplicação comunitária fazendo uso da educação ambiental e procura intervir na forma de concepção de mundo dos demais atores, instituições e setores sociais orientando suas reflexões, discussões e deliberações.

Isto compõe, na interpretação do pesquisador, uma hiper-pauta do movimento, à qual está vinculado cada ativista, não obstante seu horizonte de interferência seja limitado. Os militantes, contudo, são sujeitos individuais, e os papéis que cumprem são derivados de suas concepções sempre específicas – mas influenciados pela rede de relações que estabelecem com

os militantes com os quais se identificam –, o que torna difícil transformar isso num “perfil médio”; mesmo assim, eles demonstram que parecem compreender a complexidade do problema e do seu enfrentamento.

5.5.5 – Os princípios ambientalistas e suas consequências

O questionamento sobre os princípios orientadores do ambientalismo teve uma dificuldade de ser compreendido por alguns dos entrevistados, o que pode demonstrar ou uma «imposição de problemática» do pesquisador, conforme apresentação acima (Thiollent, 1980: 48), ou então a pouca reflexão, estudos e discussão dos entrevistados sobre a história do ambientalismo e sua dimensão epistemológica, axiológica e política – ou ainda ambas as possibilidades. Seis militantes, contudo, utilizaram o termo “princípio” e sete utilizaram o termo “valor” espontaneamente nas questões anteriores para indicar características do ambientalismo. Algumas respostas falaram em objetivos e metas e não da forma de compreensão do mundo e dos valores pelos quais o ambientalismo se pauta; outras ainda referiram-se a princípios políticos e éticos que independem do ambientalismo, o que revela uma perspectiva social bastante forte nos respondentes. De qualquer maneira, as respostas obtidas formam um quadro aproximado ao levantamento bibliográfico realizado anteriormente.

O questionamento sobre os princípios do ambientalismo possui um desdobramento: na sequência, inquireu-se sobre quais as influências ou as consequências dos princípios apresentados sobre as outras esferas da vida do entrevistado (família, vizinhos, trabalho, etc.) – trata-se de uma nova abordagem da segunda questão, desta vez contando com a reflexão já feita sobre os desafios e sobre os princípios orientadores do ambientalismo. Por tratar-se de um nível de consciência elevado, é de se esperar que os princípios atuem como critério para a reflexão e a ação daqueles que os reconhecem, trazendo com isto tanto auxílios quanto dificuldades para a condução da vida na sociedade; no primeiro caso, estima-se, pela orientação caso a caso, no segundo porque muitas escolhas cotidianas próprias da atividade militante – bem como aquelas da sua vida pessoal – ainda afrontam, por falta do suprimento de outras condições, os princípios.

Devido ao caráter inusitado do problema levantado pelo pesquisador, os questionamentos não foram idênticos para todos os entrevistados. A análise a seguir buscará relacionar as duas variantes do questionamento, o que exige uma abordagem individualizada para ao final compor uma interpretação geral e oferecer uma visão de conjunto. Pela importância da questão para a pesquisa, reforçada pela qualidade das respostas, o relato aqui será mais longo.

«O princípio básico e original é o seguinte», diz Pedro, apresentando uma

perspectiva de defesa da vida que orienta para uma troca das prioridades sociais de satisfação do bem estar: «quando tu saíres desse mundo, depois de passares por aqui, deverás deixar o mundo melhor do que quando chegaste – é isso em que temos que nos basear, esta é a linha mestra», e exemplifica com o caso da iluminação da Rua Vereador Avenida Osni Ortiga, na Lagoa da Conceição: «será que eles não entendem que isto vai iluminar o mato todo? Os passarinhos estão dormindo». Mais uma vez reivindica as culturas pré-colombianas para sustentar sua posição de re-ligação humana com a natureza, dizendo que «os índios dizem que nós sofremos por que não conseguimos nos desapegar; nós pensamos: "o meu pai é o fulano de tal e a minha mãe é a fulana de tal", mas os índios não pensam assim, eles pensam que o pai é Wankantanka, Tupã, ou o Sol, e a mãe é a Patchamama, é a Terra». Em outro ponto da entrevista, também se referindo à mitologia indígena, reafirma seu entendimento do mundo como um processo relacional dizendo que «a gente tem que aprender com as aranhas», pois é o «que mostra as teias, que está tudo emaranhado [...], se baterem aqui, bate no Japão». Ao falar sobre as consequências desses princípios para a sua vida, justifica que «eu procurei o xamanismo não por acaso, mas para ele ir me tirando dessas roubadas», que são as cobranças que sofre para “encaixar-se” no padrão social: «a gente ganha muito mal, tem que se justificar muito – as pessoas cobram, elas não acreditam, pensam: "com todos esses anos ele deveria ter mais dinheiro". Elas esperam que a gente viva de acordo com o modelo vendido pelo sistema. Então, ser coerente é estressante, porque a gente é cobrado». Buscar a coerência com os próprios princípios esbarra, então, na expectativa alheia, já que os atores sociais buscam referendar seus valores e seus hábitos nos valores e hábitos dos demais; atitudes contrárias a essa expectativa podem gerar dúvida quanto à certeza das próprias crenças, mas como são poucas as pessoas que destoam do conjunto, estas tendem a ser estigmatizadas. A saída, para Pedro é buscar a re-conexão com a Terra: «quando tu estás muito mal, mas estás conectado, tendes a ir bem, tendes a dar certo».

Tereza também se referiu ao pensamento indígena para definir os princípios do ambientalismo: «vejamos então a carta do índio Seattle, ali entra tudo isso; esses são os valores ambientalistas. [...] Ali diz que os rios são nossos irmãos, que tudo é uma rede». Em sendo uma rede, não resta outra possibilidade a não ser colocar o ser humano como um dos seus pontos, sem distinção axiológica: «eu penso que eu não sou a única aqui e que o ser humano não é o mais importante, não existe uma escala de valores entre o humano e o cachorro ou o gato». Ela reconhece que o movimento ambientalista como um todo se pauta por esse princípio, «todos eles lutam por essa mesma coisa – essa interação do homem com a natureza, saber que ele faz parte de uma rede», mas adverte, querendo destacar os oportunistas do movimento, que «nem todos são ambientalistas», ou seja, que os ambientalistas que não se pautam por essa compreensão não

são autenticamente ambientalistas – esse caso levantado por ela será tratado mais detidamente a seguir. As conseqüências disso, para a vida de Tereza, como tudo está interligado, é que «isso faz com que eu esteja envolvida com todos os movimentos – você pode ver que eu estou no Campeche, na Lagoa da Conceição, na Sociedade Animal, tudo». E a continuidade de seu relato ilustra o problema da hiper-pauta ambientalista: «isso faz com que eu me envolva com tudo, porque eu não consigo ver essa separação», transformando-a na confessada *workaholic* do movimento.

Christian também se manifesta pela vida – «a primeira referência é o respeito à vida. Você tem que intervir em relação a tudo que está vivo com a máxima cautela possível, um respeito que pode ser considerado às vezes como quase religioso» – e pelo ecocentrismo: «isso significa o respeito às condições em que o mundo vivo pode se perpetuar; isso vale para todo mundo, o homem não é o dono da criação». Indica o pensamento oriental como fonte de valores válidos para reverter a crise ambiental: «isso é uma concepção orientada por uma religião, que faz do homem o centro do mundo, diferente de outras religiões como o budismo e o hinduísmo, que têm uma visão global da coisa – e não há nada que diga que a religião católica é mais importante que as outras». «Um terceiro fator», continua ele, que podemos entender como derivado dos demais, «é consumir e com a devida parcimônia, e isso leva imediatamente a diversos aspectos políticos e sociais», ou seja, a outros princípios derivados: «mais solidariedade, mais transparência com o que se faz com os recursos, como são distribuídos, mais controle, mais participação». Sua visão processual-relacional apareceu em uma resposta anterior, dizendo que «tudo é uma simbiose, tudo está junto», e nesta indagação ela aparece ao afirmar que as pessoas «têm que chegar a uma decisão e dizer que as decisões têm que contemplar uma série de parâmetros que atualmente não são contemplados». Também ele sente o peso da responsabilidade pelos princípios que orientam sua visão de mundo: «eu me sinto obrigado a agir [...]». Para ser coerente, e eu tenho que intervir». Como, segundo ele, no ambientalismo não existe representação, mas coordenação – o povo não pede para ser representado pelas ONGs, nem escolhe seus membros –, diz que «eu tenho que prestar contas» aos membros do movimento em relação a esses princípios. Entretanto, isso é difícil, porque «vivo numa sociedade que dificilmente me deixa viver de acordo com meus ideais, uma sociedade que não me coloca à disposição um sistema de transporte coletivo eficiente, e muitas vezes isso me pressiona para que eu tenha um carro individual para me deslocar e ir a todos os lugares que me pedem que eu vá – isso não é compatível com um modo de vida ambientalmente correto, mas você tem que ver, têm algumas dimensões que você consegue praticar, e outras não». Isso pode ser resolvido entre os próprios ambientalistas, que compartilham do sentimento desse problema, mas complica a defesa

dos ideais perante os demais atores sociais que cobram a coerência do militante sem refletir sobre o impasse vivenciado por eles.

Os rapazes da Aprender identificam o princípio processual-relacional como um dos centrais para o ambientalismo. Diogo abre o debate arriscando que «seria uma nova ética, uma nova forma de se relacionar entre as pessoas e com o meio ambiente. Meio ambiente e pessoas, não tem como separar», e indica a saída para esse paradigma dominante: «tem que usar a interdisciplinaridade». Mas paradigma não se troca da noite para o dia, e este princípio implica que «a principal dificuldade é quebrar esse paradigma do isolamento, porque ao longo da história é uma questão de essência das pessoas, questão de ética, de egoísmo, essa é a base da coisa; daí começa a virar corporativismo, vaidades pessoais, disputa de poder, jogo de interesse». Talvez ele não tenha se dado conta de que atribuir isso a uma «essência», que pressupõe a imutabilidade, se opõe à sua esperança de mudar o *status quo* com seu trabalho político mediado pela ONG: «vamos criar os instrumentos». O trabalho realmente não é fácil, pois «as pessoas [que] trabalham com a questão ambiental – uma questão comum e social – [...] não trabalham de forma integrada».

Mauro já havia dito na segunda questão da entrevista que «a gente acredita também no pensamento sistêmico, na ciência», e aqui cita a Carta da Terra (comentada acima) como contendo as orientações básicas para o ambientalismo, reforçando o argumento com os escritos de Fritjof Capra, que fala, nas palavras de Mauro em «interdependência, ética», que «a sociedade tem que se espelhar na forma de funcionamento dos ecossistemas, observando bem os princípios do ecossistema natural». Um outro fundamento seu vem da Conferência de Estocolmo Sobre o Ambiente Humano em 1972 (citada acima), de onde Mauro, que também é professor de Direito Ambiental na Univali, entende que surgiram os «princípios do direito ambiental». Mauro não comentou as consequências dos princípios ambientalistas, mas concentrou-se no comentário do entrevistador de que Diogo afirmou que o movimento ambientalista é integrador mas não opera de forma integrada; Diogo disse apenas que é «porque não há um interesse», e Mauro o complementou dizendo que – cito longamente pela clareza – «vou definir em uma palavra: ignorância. Essa é a principal dificuldade do nosso trabalho; as pessoas ignorarem a condição do ser humano dentro de um planeta, que ele é um ser vivo e que precisa estar em harmonia para poder evoluir, as pessoas ignoraram que ajudando as outras pessoas elas vão crescer juntas, as pessoas ignoram que 100 milhões de dólares não vão adiantar se os recursos naturais forem destruídos, as pessoas ignorarem essas coisas básicas da vida, e isso tudo por causa da crise de percepção. É essa ignorância que é a grande dificuldade do nosso trabalho hoje em dia, e isso vale para todos os setores, há muita ignorância no poder público, no setor privado, dentro do

próprio terceiro setor, dentro da família», donde o trabalho da ONG Aprender seja basicamente de educação ambiental.

Rafael elenca a «cooperação, parcerias, interação, integração... Eu escrevo nos meus modestos artigos: "perseverança, amor e fé"». Mas é difícil defender esses valores, já que «muitos dizem que é papo de viado, coisa de religioso», o que parece exigir perseverança, amor e fé diante dos críticos. Com efeito, os valores sociais atuais se opõem à máxima de Charles Chaplin de que «não precisamos de máquinas, mas de afeição e doçura», afirmando, ao contrário, o *bad boy*, a competição e a ostentação, e fazer disso uma bandeira de luta junto com a defesa de bichos e dunas transforma a causa em pouco simpática. Em seguida, lembra que «uma coisa que eu acho importante, e que já entra numa segunda categoria, é a fundamentação legal». A legislação atual, embora todos reconheçamos possuir déficits, já serve para modificar muitos aspectos da agressão ambiental, mas «o que falta é fazer isso aí ser colocado em prática. Não adianta ficar falando que tem e na hora não se cumpre».

José Olímpio inicialmente esclareceu o que pensa ser um princípio (citado no capítulo 2.3): algo que orienta a composição dos objetivos, permitindo estabelecer a sua viabilidade de alcance, mas contendo imperativos éticos e epistemológicos inalienáveis, apesar das condições para sua satisfação levarem a exceções e a escolhas pragmáticas. Olímpio diz que «várias áreas do pensamento humano têm buscado fazer relações, e essa é uma característica forte do ambientalismo», partindo da cunhagem da «própria palavra “ecologia”», que define uma ciência que «foi uma das primeiras que começou a quebrar as fronteiras entre as disciplinas, a interagir com os conhecimentos da geologia, da geografia, da climatologia, para entender a composição de um organismo maior». Decorre daí, pelo raciocínio de Olímpio, compartilhado com muitos teóricos e com alguns dos outros entrevistados, que «pensar de forma ambientalista é buscar entender as conexões entre as partes para compor uma escala de problemas. Em muitas situações, se não for compreendido o problema global, não é possível entender os problemas locais; portanto, não basta compreender globalmente e agir localmente, é preciso os dois: agir globalmente também. Da mesma forma, quando você age localmente e afirma uma postura, você consegue refletir sobre o problema global». Os argumentos relacionais dos ambientalistas são plausíveis, entretanto as medidas que derivam deles não têm encontrado força suficiente de incorporação no fazer cotidiano dos atores ou nas instituições sociais, fazendo desse entendimento motivo de luta constante para que os ativistas tenham uma dupla satisfação: verem a reversão dos problemas ambientais e poderem viver de acordo com os princípios que defendem.

A presidenta do Grupo Pau-Campeche vê que «a primeira coisa que aparece como

prerrogativa, seria o respeito ao meio ambiente. O meio ambiente como o entorno em que o homem está inserido. Acho que num primeiro momento é respeitar e observar essas características naturais, e tentar conciliar a nossa convivência respeitando essas características» tanto no trabalho político do movimento quanto na incorporação dos hábitos individuais que concorrem para essa prerrogativa. Não se diz afetada negativamente pelos princípios que escolheu para orientar sua vida, pois «para mim não tem diferença os meus princípios enquanto militante e os meus princípios enquanto pessoa. Então, acho que estou o tempo todo, em qualquer uma das relações da minha vida, exercendo isso que eu tenho como princípio».

Os demais entrevistados concentraram sua argumentação em torno de princípios políticos e éticos que não são exclusivos do ambientalismo, mas que neste encontraram outras motivações. Alésio, que mais abaixo irá afirmar que «tudo é interligado, nada é separado», diz nesse tópico que seus princípios são «viver a comunidade, é ser solidário com a sociedade, com os animais, com um tudo», caminhando gradativamente para «implantar um modelo de comunidade do estilo ambientalista», deixando implícito que o ambientalismo não se preocupa apenas com a natureza e que mesmo a defesa desta requer uma forma democrática de vida social. E a vida social, para ele, para se aperfeiçoar, deveria buscar elementos de outras culturas, já que o modelo de sociedade mundial, principalmente da sociedade ocidental [...] é muito complicado», principalmente pela sua raiz do catolicismo, que «é autor-predador, é autoritário»; então «uma das coisas que a universidade, que as comunidades deveriam aprender», para ele, «é também ter informações do mundo oriental», elogiando o budismo – assim como Caubet –, religião «para mim que sou ecologista [...] seria mais fácil», já que esta «não mata animais, [...] cuida, fala em meio ambiente, [...] tem uma convivência boa com o meio ambiente, é solidária». É preciso, para Alésio, fazer uma «crítica ao modelo de sociedade» que se aprofunde, pois «se a gente não resgatar o radicalismo...», na busca de satisfação individual dentro desse modelo, «com tudo isso o meio ambiente vai». O ambientalismo se preocupa com as interações, das quais «a gente conhece tão pouco [...], a gente é tão simplista quando fala de meio ambiente, não conhecemos praticamente nada, a gente só fala do mundo visível, e o mundo invisível que existe no meio ambiente não tem importância nenhuma», aludindo à relação entre o micro e o macro no ser natural. Um modo de vida mais integrado com a natureza se compõe com hábitos mais simples, já que «a gente é simplista, [...] é ganancioso, não sente o meio ambiente, não vive; na sociedade moderna a gente não tem tempo de olhar uma borboleta voando e ver como ela faz, não tem tempo de sentir o cheiro de uma planta, a gente não tem tempo de ver a vida do solo, a gente não tem tempo de andar descalço e descarregar a energia isolada pelo sapato, uma série de coisas». As influências, para sua vida, a partir desse entendimento, «são influências enormes de

negativas, e parece que a cabeça da gente é feita para entrar nesse mesmo ritmo sem fugir disso aí», já que desde os equipamentos materiais até os valores sociais forçam a contradições constantes; pergunta-se «por que eu preciso ter uma casa assim, por que eu não tenho uma vida mais simples», respondendo que «a gente vai constituindo uma família, e ela está ligada a esse modo de vida moderna, e a gente não consegue romper com isso, com essa influência da sociedade». Enquanto o movimento ambientalista não consegue promover as mudanças que preconiza, os militantes precisam viver administrando esses conflitos, pois não é possível constituir um mundo à parte.

O militante Jeffrey reafirma seu comunitarismo, pois «primeiro, é no nosso bairro o âmbito onde podemos ter influência»; como segundo princípio, estabelece que «tem que ser coerente e honesto e cuidar dos próprios dejetos. Temos que ter uma ação educativa com nossos descendentes; assim como os orientamos a cuidar do quarto, devemos orientar a cuidar da casa e do bairro», o que diz conseguir fazer ao «provocar pouco impacto, só uso detergente de coco e tenho um bom sistema de fossa, consegui convencer meus filhos a não usar veneno ou fazer dedetização», prática socialmente comum que afeta o sistema hídrico do bairro onde vive. Isso não é fácil, dadas as influências sofridas pelo ambiente social, mas «é preciso ensinar os filhos a tratarem os outros como eles querem ser tratados, isso é uma questão de democracia»; diz que é difícil seguir esses princípios, citando como exemplo o uso do «carro mais do que gostaria», pois «é difícil ser ambientalista, a gente compra produtos que são nocivos, mas no mundo capitalista os problemas ambientais estão presentes em todos», amarrando com a afirmação anterior do problema central da sociedade que é este regime de produção.

João de Deus parte de sua grande experiência como alguém que está constantemente pressionando as instituições e mediando os conflitos, por isso enumera o que «não posso dizer que são valores como regras, mas eu posso falar que são elementos que têm norteado o meu posicionamento enquanto ambientalista. Eu vejo que a solidariedade é um valor extremamente forte que tem que estar presente, e a humildade também»; continua dizendo que «tem que ser absorvido como um valor fundamental conduzir-se com coerência» e «um outro referencial que, na minha avaliação, está relacionado, é a isenção», na falta da qual se «compromete o movimento», o que já viu acontecer inúmeras vezes. Na mesma linha da questão apresentada no sub-capítulo anterior, João não vê que esses princípios tragam dissabores, pelo contrário, «cultivar esses valores e esses princípios, na minha opinião, tem me ajudado muito na minha vida pessoal, até porque tu consegues, procurando essa coerência, ter uma relação mais amigável com as pessoas, ter mais tolerância, e isso acho que reflete positivamente. Nesse sentido, a minha avaliação é que a própria busca do aprimoramento desses valores, que no movimento

passa a ser um exercício interessante, acaba facilitando muito a vida pessoal». Conduzir-se no movimento ambientalista por esses princípios tem a vantagem adicional de fazer «transportar isso para conflitos bem mais amigáveis que temos com os amigos e com a família, é muito mais fácil; adicionar elementos que ajudam a administrar a vida pessoal faz com que ela melhore. De modo geral também presencio isto, a maioria dos nossos colegas ambientalistas têm uma vida pessoal mais amorosa, mais amigável, mais tranquila». Em suma, compreender os problemas ambientais, aceitar as dificuldades inerentes ao trabalho contra-hegemônico com todos os interesses envolvidos traz mais serenidade e compreensão nos relacionamentos interpessoais até mesmo fora do movimento.

Orlando e Queiroz responderam baseados nas suas experiências práticas no movimento, através das quais recolheram ensinamentos para conduzir também suas vidas pessoais. Orlando diz que «eu não tive a oportunidade de estudar eu não tive informações, e estou pegando elas aqui na prática» e, um pouco antes, que «a maior parte da minha conscientização ambiental eu adquiri na Estação Ecológica de Carijós; é por isso que eu falo em informação, porque às vezes nós erramos por falta de informação». O conhecimento é fundamental para este pescador politizado, pois, por exemplo, «se naquela época» em que «eu derrubei e pus fogo para plantar capim para o gado tivesse um ambientalista que falasse para mim que com isso eu estava afetando o lençol freático e causando outros danos, com certeza eu não teria feito». Como consequência desses conhecimentos adquiridos, faz referência, assim como outros militantes, à sua responsabilidade: «dos ambientalistas eu acho que nasce uma esperança, nasce a sabedoria e a informação, porque se não fosse a informação ambiental, acho que estaria tudo destruído hoje»; isso tem trazido problemas, principalmente em relação ao maior dano ambiental da sua região, que é a caça: «eu sou um dos caras que hoje denuncia a caça», e portanto ele não é bem visto por muitos membros da comunidade.

O maricultor multi-envolvido Queiroz fala da importância da recuperação das áreas degradadas e que essa deveria ser uma preocupação de quem tem que extrair algo da natureza, mas «as pessoas não têm um pinga de consciência. É por isso que a gente se torna um pouco chato. As pessoas têm que ver que o mundo não é só delas, são muito ambiciosas, só pensam em si e não nas outras». Acha que muito já se perdeu e que «se nós quisermos viver um mundo melhor, temos que partir para essas batalhas, cuidar do meio ambiente, senão não vamos ter mais oxigênio para respirar». Por defender isso na comunidade ou perante os órgãos públicos, reclama de traição e de perseguição, mas não se deixa afetar por isso e toma dessas reações a força para perseguir seus objetivos com mais afinco.

Os dados recolhidos são extremamente esclarecedores do tema, e dispensam maiores

comentários. Encontramos nas entrevistas muitos indicadores explícitos e implícitos de que o entendimento processual-relacional do mundo orienta as reflexões, debates e deliberações dos militantes ambientalistas através de termos recorrentes como rede, interação, simbiose e outros. Essa compreensão tem base primordial na verificação ecológica do funcionamento do ser natural e do pertencimento humano a essa cadeia, donde deriva uma ética alargada que inclui o direito das demais criaturas vivas. Os militantes estão, deste modo, em consonância com o que tem sido escrito sobre as características do ambientalismo e ao mesmo tempo com as orientações gerais advindas dos encontros temáticos e dos documentos deles derivados. As respostas tendem a uma postura notadamente mais ecocêntrica que antropocêntrica, reivindicando uma transformação profunda nas representações, valores e normas da vida social, o que inclui o modo de se fazer política com esses fins. Neste sentido, fica clara a relação estabelecida entre a macro-política, a micro-política e auto-política, uma vez que os militantes manifestaram-se sobre a descontinuidade entre o discurso (legislação, teses, conhecimento, pronunciamentos, campanhas) e a sua efetivação praxiológica. Esse quadro geral permite concluir, o que foi mencionado, que a base de atuação é local tendo em vista a acumulação de projetos bens sucedidos até a escala global.

Tendo por base as declarações, confirma-se a expectativa de que uma compreensão inter-relacional do mundo e da política demanda em responsabilidades e auto-controle. A imagem pública do ambientalista talvez não seja de que ele possui uma cosmovisão ampliada, mas que defende pontos de vista próprios e muitas vezes interesseiros, dado o baixo grau de compreensão sistêmica do mundo entre a população, mesmo entre os mais instruídos. Soma-se, então, sobre sua pessoa, uma cobrança de seus pares com a de seus oponentes ou mesmo dos indiferentes. A coerência de seus atos, contudo, é buscada em relação às representações da comunidade que integram, mas as condições para sua manutenção esbarram nas possibilidades e limites impostos pela sociedade onde vivem, capitalista, católica, individualista: «o modo de vida militante adota uma crítica “à concepção de modernidade e de subjetivação nela dominante, segundo a qual o militante constitui uma visão extremada dessa subjetividade; nesta medida, a militância figura como sintoma de toda uma época e de todo sofrimento que lhe é inerente” » (Figueiredo⁸¹, *apud* Manfro, 1997: 280).

De qualquer modo, o militante é um “diferente” na sociedade, seja pela atribuição alheia, por estar fora da média, preocupando-se com questões consideradas ou secundárias ou

⁸¹ FIGUEIREDO, Luís Cláudio. *A militância como modo de vida: um capítulo dos (maus) costumes contemporâneos*. Revista *Cadernos da subjetividade*, São Paulo, PUC, 1993. p. 297.

incompreensíveis, seja pelo seu auto-conceito. Resiste ser dominado pela homogeneização cultural – que constrói ou investe em diferentes tipos representacionais e consumidores, mas ainda assim sendo grupos homogeneizados –, mas não tem outro mundo para viver, outro local para trabalhar e outros familiares com quem sentar à mesa. Compreende que o mundo precisa ser, no mínimo, reformado, e não em poucos aspectos, setores, etos e instituições, mas mesmo sentindo-se «obrigado a agir» tem que aceitar a falta de condições físicas, intelectuais, financeiras ou temporais de se envolver em toda essa montanha de trabalho político, por mais que seja um *workaholic*. São freqüentes, no movimento, as menções sobre a necessidade de integração dos movimentos, a «importância das redes» (Olivieri, 2003), a «necessidade de complementaridade nos trabalhos (Bava⁸², in Rossiaud e Scherer-Warren: 245), a união das forças para escapar da cooptação (Mantovani, in Urban: 146), a «articulação com uma qualidade a mais: sinergia»⁸³ (Crespo, 1998: 13), o trabalho em conjunto, etc., mas essa compreensão e essa intenção colidem com as limitações colocadas pelo imperativo da ação local e pelas condições sociais e materiais dadas.

5.5.6 – Ambientalistas e ambientalistas

As 13 pessoas entrevistadas são, por certo, um recorte bastante limitado do universo do movimento ambientalista, porém a forma de seleção dos mesmos – que reuniu diversos militantes antigos, experientes nas suas funções, razoavelmente articulados entre si e, na sua maioria, detentores de conhecimentos acadêmicos e históricos básicos – nos deixa à vontade para utilizá-los como avaliadores do movimento, seja das instituições, seja dos militantes que o compõem. Cinco entrevistados avançaram críticas espontâneas – antes de ser formulada a pergunta – a militantes que não estariam portando-se apenas em favor das causas ambientalistas ou mesmo contribuindo de alguma forma para o enfraquecimento do movimento; apenas um dos entrevistados disse desconhecer esse tipo de postura entre os militantes depois de questionado.

Foi dirigido um questionamento explícito sobre a existência ou não de militantes que agiriam movidos por interesses que destoam dos objetivos do movimento ambientalista. A intenção da questão é, em primeiro lugar, verificar a relação entre as dimensões individuais e sociais dos seres humanos, possibilitando uma reflexão auxiliada pelos escritos de Agnes Heller (1985) sobre o humano-genérico e o individual-particular; além disso, desmistificar a figura do ambientalista como um herói salvador, impressão esta que pode ter sido reforçada pelo tema

⁸² Sílvia Caccia Bava foi entrevistado pelos autores como dirigente da ONG Polis e como presidente da ABONG.

⁸³ Trata-se do título do subcapítulo que apresenta o termo “articulação” como recorrente entre os seus entrevistados.

deste estudo; e, em terceiro lugar, apresentar esta como uma dificuldade adicional do fazer militante, tentando encontrar no interior do próprio movimento elementos dificultadores do trabalho político dos ativistas.

Tereza acha, «sem sombra de dúvida», que os interesses pessoais estão presentes no ambientalismo, seja por coisas «do tipo assim: "eu quero privatizar essa área, quero que ela fique preservada"», distanciando-se dos «interesses globais», seja «só pelo poder» ou ainda «pelo falar, é uma guerra de egos»; sobre esse último caso, reconhece «que cada um quer falar, e mesmo que chova no molhado parece que só querem aparecer ou mostrar conhecimento, ou podem querer um cargo político ou outra coisa», já tendo ouvido uma pessoa que «me disse que quer ser vereadora». Mas um outro motivo, que não é novidade na política, também aparece: «eu acho que tem muito a ver com o ego e com grana».

Pedro acha que «têm muitas pessoas que usam isso como marketing, que não são do ramo», e extrapolando as ONGs acusa seu próprio partido político: «isso é possível de ver pela campanha do PV, assim não dá, tem que haver alguma coerência!». Reconhece ainda que alguns estratagemas já foram institucionalizados no ambientalismo, referindo-se ao «ambientalismo de fachada, de marketing» e citando como maior exemplo «os padrões do tipo ISO». Isto o incomoda profundamente, afirmando que «isso me dá mais nojo do que o poluidor safado», o que é fácil de se entender, uma vez que cria a falsa impressão de que qualquer pronunciamento ou medida apresentada como ambientalista concorre para a transformação e afasta ainda mais as pessoas da mobilização. Sobre os militantes, observou que «se pegar 10 ambientalistas, nove moram em área irregular ou de preservação»; nesse particular, sem revelar nome, citou o caso de um militante que «é ambientalista apenas na Praia Mole», onde participa de uma ONG de defesa local (SOS Praia Mole), «mas não é ali onde mora».

Na entrevista coletiva, apenas Rafael se pronunciou, mas sem ser retrucado pelos companheiros, mesmo porque todos já haviam se referido anteriormente ao tema, principalmente os mais conceituados teoricamente. Disse que «está cheio de oportunistas» e que isso se deve à «ignorância [e aos] paradigmas vigentes do individualismo, dos benefícios pessoais, institucionais ou grupais», reclamando que «tem que haver uma compreensão de que as questões ambientais estão relacionadas com as questões sociais e econômicas», em mais uma afirmação do inter-relacionamento promovido pelo ambientalismo. Na continuidade, argúi que «tem muita gente que está procurando por causa do mercado, por causa das oportunidades de trabalho, buscam especialização ambiental, só porque trabalham com a questão se dizem ambientalistas, mas não tem nenhum outro interesse, não têm princípios, não tem ética, só buscam o trabalho porque ganham dinheiro».

Alésio falou, mais no início da conversa, que «a gente vê que as pessoas que defendem o meio ambiente hoje são autoritárias, não têm uma postura de solidariedade com o próximo, com os animais, são pessoas super consumistas», e nesta discussão diz não ter «dúvida que têm» ambientalistas que buscam auto-promoção e outros interesses, «muitos se aproveitam de uma situação, de uma liderança para se sobressair como dono de toda a história e até de fazer história». Arrisca até uma estatística: «é meio por meio» o índice de «gente se aproveitando», mas para ele «a maioria dos ambientalistas que eu conheço, principalmente esses mais antigos, são pessoas sérias, pessoas que pagaram um preço alto, pessoas que não têm um interesse político e que vivem o ambientalismo tentando ser um pouco éticos», adiantando uma das conclusões dessa pesquisa.

Jeffrey estima que «para se promover, são poucos», porém existem outros motivos, principalmente «para proteger interesses como a casa, a qualidade de vida... Por exemplo, do [condomínio] Village, onde moram pessoas de melhor poder aquisitivo» e que está enfrentando a instalação de um empreendimento hoteleiro altamente impactante e que irá afetar a rotina do condomínio, têm muitas pessoas que «nunca participaram antes, e agora estão pressionando bastante o poder público». Reconhece que «é difícil avaliar» essa questão, mas indica que «várias pessoas que participaram do movimento acabaram sendo contratadas pelos empreiteiros», fato bem distribuído e comum na cultura: «isso é um problema humano de ser vulnerável à traição e ao dinheiro». Também se manifesta descontente com aquelas pessoas que poderiam ajudar mais devido seu conhecimento e não o fazem, e indica um bom “problema de pesquisa”: «é interessante saber por que não têm mais profissionais na área, mais biólogos e arquitetos, mais engenheiros sanitaristas participando; temos dezenas de professores de todos os departamentos morando aqui – eles têm conhecimento na área, mas pouquíssima atividade na comunidade».

Não foi indagado a João sobre os interesses não declarados dos militantes, já que ao falar dos princípios ele já havia reclamado suficientemente da «falta de humildade» de muitos militantes, que é em grande medida «uma questão mais de ego, de querer impor a tua visão, o teu posicionamento», o que força os militantes mais atentos a procurar «dirimir isso de tal maneira que o impacto e o prejuízo para o movimento sejam amenizados». João fala a partir «da minha experiência prática: muitas pessoas entram no movimento por interesses outros, não com a isenção da defesa ideológica do movimento ambientalista. Isso é mais comum do que tu imaginas. Tem um termo, com os quais os indivíduos brincam, dizendo que têm as tais das INGs», termo usado no movimento para definir os “Indivíduos Não-Governamentais”, ou seja, aqueles que concentram em torno de si próprios, sob a forma de personalismo, os trabalhos do

movimento ambientalista e suas causas – Vilmar Berna, por outro lado, usa esse termo quando apenas um ou dois militantes compõem uma ONG, apesar de todas as dificuldades, mantendo vivo o movimento (Berna, 2002a). Nesses casos, de acordo com João, o “militante” «quer se valer do movimento para uma projeção que muitas vezes não tem nada a ver com o movimento ambientalista e muito menos com esses valores que devem estar no movimento».

Christian também acredita, como outros entrevistados, que esses casos não são exclusivos do movimento ambientalista: «o fato de você estar no movimento ambientalista não te faz um outro homem, um homem novo, uma mulher nova: os seres humanos se comportam da mesma maneira em qualquer tipo de lugar», e enumera a variedade de personalidades e subjetividades encontradas no movimento ambientalista: «você encontra arrivistas, entreguistas, idealistas incuráveis, militantes sérios, pessoas que se sacrificam, que têm noção de solidariedade – você encontra gente. Gente quase analfabeta, gente muito sabida – mas gente muito lida, com mestrado e doutorado não é necessariamente uma pessoa que entende das coisas –, você tem de tudo, como em qualquer outro lugar da vida política, social e econômica. Mas os safados também existem, se você quiser saber». Entretanto, adverte para o cuidado necessário com o julgamento, pois «eu posso [ou seja, qualquer um pode] estar equivocado, e isso não faz de mim uma pessoa que compactuou com os inimigos ou adversários, com pessoas que tenham objetivos incompatíveis – você vive socialmente essa encruzilhada dez vezes por dia», o que não exclui o fato de que «existem oportunistas no movimento ambientalista, mas eu não cito os nomes».

Para José Olímpio existem aqueles «que usam do discurso ambientalista para mascarar outros interesses», apesar de que «tem quem faça de um modo mais consciente e quem faça de modo menos consciente. O nível de maquiavelismo é diferenciado, não está nos setores, está nas pessoas». Como o movimento não é feito sozinho, argumenta que «algumas características se potencializam mais no grupo, outras menos»; mesmo nos casos em que prevalece a “boa intenção”, é preciso admitir que «muitas pessoas que agem assim fizeram muitas porcarias», o que não as exime de responsabilidade, e para escapar disso o recurso deve ser o de «estar aberto à interação» com o movimento, já que «têm duas formas básicas de solução do problema planetário: ou o autoritarismo, ou uma expansão da consciência e um investimento na compreensão de contextos mínimos e de situações de controle fundamental».

Queiroz não se conteve e citou três nomes – que não serão reproduzidos aqui – de pessoas que «são ambientalistas de araque, para tirar proveito», uma do setor das ONGs, outra do setor governamental e outra de partido político. Para ele, uma pessoa como essas «não é uma pessoa fiel, não está ali porque gosta do meio ambiente», mas «por causa do poder ou do dinheiro».

Orlando acha «que têm pessoas [...] com interesse próprio» ao invés de «trabalhar e arregaçar as mangas, ir à luta mesmo», como diz estar fazendo na área de terra em que transcorreu a entrevista, sobre a qual diz que «tenho certeza que aqui vamos conseguir conscientizar algumas crianças para que no futuro não façam o que eu fiz e o que muitos ainda fazem». Quanto às ONGs, afirma que «existem muitas pessoas trabalhando sério nisso daí. Existem pessoas de grande interesse pela preservação», apesar de que muitas buscam apenas «aparecer» e o fazem especialmente em ocasiões em que têm «um interesse de alguma coisa, como no Fundo Nacional do Meio Ambiente – esse fundo sempre destina algumas verbas para executar projetos –, quando se fala em dinheiro, a gente vê que se aconchegam pessoas». Já do setor governamental ele só tem péssimas impressões: «falando em Ibama, em Fatma e em Floram, mais de 50% só têm interesse pelo salário, o que aumenta seu asco: «esses órgãos enojam! [...] Esses órgãos ambientais estão podres!».

Eloisa parte inicialmente de uma posição diferente: «eu, particularmente não conheço ninguém dentro do movimento ambientalista que busque uma forma de se projetar, porque acho que é uma dificuldade tão grande, é uma coisa que geralmente têm mais empecilhos do que vantagens. [...] Se elas se projetarem é uma consequência, não que elas busquem isso». Mesmo assim admite que «pode ter, com certeza, pessoas que vejam nisso uma forma de se promover. [...] Porque é lógico que deve ter dentro do universo de pessoas, aquelas que estão inseridas e se dizem ambientalistas mas não são». Entretanto, isso seria o caso de criar até mesmo uma nova denominação, pois «eu não os considero como militantes».

Dinheiro, poder, prestígio, promoção pessoal, fortalecimento do ego, colocação profissional, qualidade de vida pessoal e ambição política são enumerados como motivos daqueles inseridos no movimento que estariam em dissonância com os objetivos ou princípios deste, o que se constitui em um problema adicional para os ambientalistas. O caso, entretanto, é mais grave nas «ONGs de cartório» (Berna, 2002a), que disputam poder de voto nos organismos em que elas têm assento ou, quando «entretidas em suas lutas internas, as ONGs acabam deixando espaço para a penetração de eco-oportunistas, que aproveitam-se da falta de definição e de um Código de Ética Ambientalista» – que é defendido por ele e também por Miguel Abellá⁸⁴ (in Unger, 2001: 54) – «para se capitalizarem vendendo projetos». E ele continua.

Muitas dessas falsas ONGs são, na verdade, empresas de consultorias e execução de projetos que, ao tentar se confundirem com as ONGs, oferecem aos poluidores a falsa ilusão de que, ao contratar seus serviços e projetos, estarão limpando sua imagem ambiental ou pacificando suas relações com as

⁸⁴ Militante ambientalista paulista, entrevistado pela autora.

ONGs. Logo os poluidores descobrirão que desperdiçaram dinheiro, mas aí o eco-oportunista já terá criado outra ONG, como uma cobra que troca de pele. Saber a diferença, separar o joio do trigo, ainda será um longo caminho. (Berna, 2002a).

Diversas variações deste tema nebuloso compõem o campo dos movimentos sociais. Um dos casos mais polêmicos foi trazido à tona pelo Lorde Peter Melchet, conselheiro do Greenpeace do Reino Unido, que deixou a organização com «apoio» daquela regional para ingressar na Burson-Marsteller, empresa de relações públicas «à qual governos notórios por seu desrespeito aos direitos humanos e empresas com problemas com ecologistas», inclusive a Monsanto, principal implantadora dos transgênicos, «têm recorrido em situações de crise» (O Estado de S. Paulo, 2002: A10); a questão provocou intensos debates e reações no movimento ambientalista. Na literatura sobre o ambientalismo encontramos ainda diversas referências que corroboram a opinião dos militantes locais: desejo de poder (Soffiati, 1995: 104), cooptação tanto dos ambientalistas (Waldman, 1994: 28; Mantovani, *in* Urban, 149) quanto dos militantes dos demais movimentos sociais (Crespo, 1998: 86), busca de interesses financeiros (Mantovani, *in* Urban, 2001: 143; Abellá, *in* ibidem: 54), interesses pessoais (Florit e Olivieri, 95: 86), influência das práticas de busca de poder e riqueza (Leis e D'Amato, 1996: 118). Entretanto, esse não é um fenômeno exclusivo dos movimentos ambientalistas, como foi levantado no segundo capítulo desse texto, mas também dos movimentos sociais em geral.

Quando se fala em cooptação ou interesses financeiros revela-se o problema da distinção, sempre problemática, entre os setores sociais. Se, como observa Guiddens, os movimentos democráticos, que incluem os movimentos sociais, «têm suas origens na arena de operações de vigilância do estado moderno» (Guiddens, 1991: 159), a aproximação de militantes a este setor tende a enfraquecer a capacidade de atuação dos movimentos sociais e a embaraçar a compreensão dos seus expectadores. Isto já é sentido pelo fato de muitas ONGs dependerem de recursos públicos – os quais aumentaram de 3,2% para 18,4% na sua receita, de acordo com pesquisa da ABONG (*Aumenta participação...*, 2002) –, o que rendeu o apelido depreciativo das ONGs como Associações *Neo-Governamentais*; Crespo (1998: 62) cita o termo «ONGOV» para essa designação. Para Luiz Dietrich⁸⁵, essa dependência é complicada, pois os projetos têm que atender às prioridades dos financiadores, criando uma situação em que «as organizações da sociedade civil sempre caminham numa corda bamba, entre a autonomia e a cooptação» (*in* Scherer-Warren e Rossiaud, 1999: 162). Um outro dado que ajuda a explicar uma aproximação

⁸⁵ Teólogo, Assessor de movimentos sócias e pastorais, membro do CECCA, entrevistado por Scherer-Warren e Rossiaud.

cada vez maior entre Estado e movimento ambientalista é que 68% dos militantes desta já estiveram em algum momento a serviço daquele, o que explica uma transferência das demandas para onde ocorre a tomada de decisões (Alonso e Costa, 2002: 44)⁸⁶.

O mesmo acontece em relação à iniciativa privada. Os financiamentos oriundos do mercado indubitavelmente têm como critério a manutenção do desenvolvimento econômico e da produção, levando as entidades que atuam do campo da assistência social «a adotar critérios, metodologias e formas organizacionais na quais predominam um padrão ou estilo empresarial de ação» (Landim, 2001: 11)⁸⁷. Mesmo mantendo-se uma separação entre Estado, mercado e sociedade civil, o critério distintivo fornecido pelo termo “terceiro setor”, crescentemente usado para definir a sociedade civil e suas organizações e que definiu um marco legal no âmbito da sociedade brasileira, já põe os movimentos sociais em uma nova postura, «diluindo a idéia de conflito e contradição e tendendo a esvaziar as dinâmicas politizadas que marcam, pela força das circunstâncias, a tradição associativista das últimas décadas (e talvez da história) do Brasil» (Landim, 2001: 15).

Esse cenário traz conseqüências para os indivíduos militantes. A idéia que se faz do movimento ambientalista, assim como dos movimentos sociais em geral, influi no perfil dos militantes que ingressam nesse campo e se embatem com as concepções e práticas daqueles participantes mais antigos, o que quer dizer que os militantes que “escorregam” em favor ou do governo ou do capital não são necessariamente desonestos. No termo usual aqui, o papel social que representam os militantes varia historicamente de acordo com as transformações institucionais ocorridas nesse contexto interativo – que é, como vimos, marcado por interesses de cada parte. Trata-se de uma dupla representação, a de “salvar” a imagem e o caráter do grupo onde os conflitos aparecem, e portanto também o movimento, e de tentar se distinguir dos atores que “contaminam” o grupo e o movimento.

A diferenciação feita por Heller (1985) entre humano genérico e individual particular também se aplica para a análise das respostas. Os militantes ambientalistas dirigem-se, claramente, pelas suas declarações, aos interesses genéricos, entendendo que este deve incorporar a manutenção da saúde do ambiente natural – a orientação antropocêntrica ou ecocêntrica aqui é indiferente. Para Heller (1985: 20), «as necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sob a forma de necessidades do *Eu*», ou seja, de auto-conservação, o que significa que estas tendem a orientar prioritariamente as escolhas individuais, fazendo de

⁸⁶ A estatística é de HERCULANO, Selene. *Entre o heroísmo e a cidadania*. Tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1994.

cada indivíduo um particular que tem a promoção do gênero humano como objetivo secundário, e a busca da realização deste e da sua «essência [:] trabalho, sociabilidade, universalidade, consciência e liberdade» (ibidem: 4) – à qual acrescentaríamos, do entendimento ambientalista (e mesmo da moderna ciência ecológica), a ancoragem natural e a co-dependência – ocorre em casos muito singulares, mesmo que reúna 100.000 pessoas num Fórum Social Mundial como os realizados em Porto Alegre.

Não se trata de entrar em defesa dos «safados, oportunistas, arrivistas, interesseiros, ególatras ou dinheiristas» (definições utilizadas pelos entrevistados), mas de atentar para o cuidado sugerido por Caubet; além disso, colocar a responsabilidade em indivíduos é reproduzir a lógica individualista que dá origem ou reforça essas posturas. Tem-se que considerar, então, que «a alienação, a divisão do trabalho e a fragmentação de papéis vão cada vez mais dificultando a ligação da particularidade com a genericidade no sentido de produzir uma individualidade genérica» (Tedesco, 1999: 165). Sabemos que não existe fronteira rígida entre a genericidade e a particularidade, e que como seres sociais os próprios militantes mais afeitos às causas comunitárias são sujeitos a contradições no decorrer da sua vida.

Embora não se refiram ao setor *stricto sensu*, merecem ser consideradas as menções feitas por alguns entrevistados aos oportunistas ou desonestos do setor econômico, já que compõem o cenário das dificuldades ambientalistas. Alécio falou dos empresários que usam o discurso ecológico, Pedrão reclamou do engano das certificações ISO, João referiu-se à impressão de que todos falam da mesma coisa nos debates entre as partes. Na bibliografia, vemos Berna (2002b) reclamar das empresas que fazem «marketing ecológico para “inglês ver”», Washington Novaes⁸⁷ (in Victor, 2003) afirmar que «uma grande parte» das iniciativas ambientalistas empresariais «é cosmética, maquiagem», Renner dizer que «os nossos adversários [...] hoje se escondem através de um vocabulário que é o nosso vocabulário» (in Urban, 2001: 66), o Greenpeace compor um relatório sobre a «*maquiagem verde* em que as empresas transnacionais procuram preservar e expandir seus mercados, posando como amigas do meio ambiente e líderes da luta pela erradicação da pobreza» (Bruno: 1). É preciso ainda atentar para as empresas que lançam produtos apenas para conquistar um “segmento do mercado”: «os comerciantes que puderem satisfazer suas necessidades [dos consumidores verdes] têm uma oportunidade de ouro de garantir a lealdade não só dos verdes mais empenhados, como também

⁸⁷ Vide também a questão levantada por Denis Chartier no subcapítulo 2.1.

⁸⁸ Jornalista especializado em temas ambientais entrevistado pela autora.

da infinidade de consumidores verdes passivos que os verdes empenhados influenciam»⁸⁹ (Ottman: 18).

É uma meta do ambientalismo que a sociedade incorpore os valores ambientais nas suas reflexões e práticas, e isso já está acontecendo, porém muito timidamente e com muitas dessas iniciativas trazendo o efeito contrário, pois nem todas são submetidas – intencionalmente ou não – à abordagem profunda que o ambientalismo requisita. O ambientalismo nunca foi exclusivamente *stricto sensu*, mas o valor deste se verifica principalmente por manter viva uma discussão sobre a transformação social para além das medidas compensatórias de resultado duvidoso. Os produtos ou as empresas que se apresentam como ecológicas criam a sensação, para o público, de que isto é suficiente para a superação da crise, o que dispensaria o envolvimento de todos; com isto, nem a situação ambiental melhora efetivamente, nem a participação política aumenta – para quê se preocupar com a crise ambiental se o governo tem departamentos ambientais, se as ONGs representam a população e se até mesmo o setor econômico está se sensibilizando. Nesse meio, as ONGs perdem força de argumentação, têm suas teses disputadas com a propaganda comercial e ainda se rendem, muitas vezes, àquele discurso.

5.5.7 – Controle da imagem e estigmatização

Foi visto, pela discussão no capítulo 4, que na atuação social todos os atores se utilizam, mais ou menos conscientemente, de estratégias de controle da própria imagem perante os demais atores e instituições. Casos extremados são constantes na política, havendo até mesmo profissionais destacados por atores políticos para trabalhar em favor da sua boa reputação, principalmente em tempos de pleito eleitoral, que vive um acirramento da disputa *marquetológica* (vide também a empresa Burson-Marsteller e o “caso Melchet”). Vimos ainda entrevistados afirmarem que os ambientalistas são seres humanos sujeitos aos mesmos desvios que os demais atores sociais, que eles não estão isentos eticamente apenas pelo fato de pertencerem ao quadro do movimento ambientalista como movimento histórico ou como setor *stricto sensu*.

Quem conduz sua vida no embate político, contudo, sempre tem motivos para querer ser bem visto pelas demais pessoas, principalmente os mais íntegros, que cuidam para não serem

⁸⁹ O livro é dirigido a empresas que querem ingressar nesse mercado. Vejamos ainda o título do capítulo 2 e de alguns de seus subcapítulos: Consumerismo ambiental: tendência duradoura, grande oportunidade; Nova ética de compra emergente; O consumidor verde é seu melhor consumidor; Os inúmeros tons de verde; Psicologia do consumidor verde; Estratégias de compra.

mal interpretados e passam por dificuldades tanto para realizar seu trabalho quanto na sua vida pessoal. Buscou-se conhecer a opinião dos militantes ambientalistas da cidade basicamente por esse motivo, embora seja evidente que elas também ajudem a compor o cenário dos “ambientalistas que não são ambientalistas” da discussão anterior. Não se buscou saber se cada entrevistado em questão controla sua imagem, mas se ele percebe que isso ocorre no movimento – contudo, muitos se referiram a si próprios como exemplo. Outra motivação da indagação para a pesquisa é verificar o estigma do ambientalista na sociedade, o que se constitui num parâmetro avaliador das dificuldades da militância; em alguns casos, foi dirigida uma pergunta exclusivamente para o estigma.

Apenas três entrevistados disseram que não têm que se controlar perante os outros atores sociais sobre seu modo de pensar, mas todos admitiram que isso ocorre com frequência no movimento ambientalista.

Começaremos verificando os militantes que afirmam a importância do cuidado com a imagem. Tereza afirma que «às vezes a gente não consegue se fazer entender, então tem que fazer de alguma maneira que consiga alcançar o pensamento dos outros», relatando que num embate decide primeiro «não falar nada, ficar só percebendo como são as pessoas e como elas agem», pois «posso encontrar pessoas que digam que eu sou uma ecoxiita e eu não posso chegar e me meter numa conversa, [...] então antes de fazer de qualquer maneira, vou não mascarar, mas naquele momento omitir – não é mentir». Este estratagema tem um motivo: «existe uma necessidade disso para chegar depois a atingir as pessoas com aquilo que a gente chama de coração. Porque as pessoas só podem mudar as atitudes a partir do momento em que se atingir o coração delas, então não posso chegar e falar tudo aquilo que a gente acredita sobre o ambientalismo», ou seja, é até mesmo arriscado para a causa em questão defender todos os princípios pelos quais se pauta. Para ela é «uma questão de educação, de conjunto», pois é comum dizerem: «"olha só, chegou agora e já está querendo se sobressair"». Diz que os principais estigmatizadores são «os empresários e arquitetos que fazem grandes obras [e] o poder público», este que «não tem interesses públicos, têm interesses privados»: todos eles acham «que nós somos ecoxiitas, um bando», mas mesmo a população acha que o ambientalista é um «bicho grilo».

Os jovens militantes da Aprender concordam com Tereza. Rafael acha «fundamental, é uma questão estratégica. Às vezes, em determinadas reuniões, conversas, situações, a gente tem que se camuflar, não pode falar realmente o que quer falar [...] para o cara não te reconhecer como um cara inimigo, para ele não bloquear as tuas ações e te tirar fora do jogo. Então, tem que ser “malandro”», complementando que «com cada pessoa, cada setor, cada

instituição com a qual tu te relacionas, tens que ter uma postura», entretanto «sem perder a essência ou a autenticidade» porque «hipocrisia também não, né!», mas na verdade «tem que dar uma de camaleão». Mauro também cuidou para que o entrevistador não formasse uma imagem negativa do grupo ao interferir dizendo que «tu também não vais se vestir de uma imagem que não gostas»; acha ainda, em relação aos demais militantes ambientalistas, que isso «depende, se eles se identificam, se falam a mesma língua», o que não acontece sempre, pois alguns «apresentam a mesma imagem convencional», citando militantes de «uma ONG de renome mundial», que se mostram «ainda fumando cigarro, revelando que eles não têm um modo de vida que o movimento ambientalista prega». Não precisava ser assim, mas «a gente tem que ser um camaleão, infelizmente», diz Diogo, complementando que esse foi um dos aprendizados no movimento. Os problemas são muitos e as resistências muito duras, por isso «a gente luta contra o sistema para implementar uma mudança de paradigma, mas a gente não pode romper totalmente [...] até porque o sistema se utiliza de uma estratégia muito maquiavélica, que é de te estigmatizar, então os comunistas de outra época eram barbudos comedores de criancinhas, e os ambientalistas há um tempo atrás eram os muito loucos tomadores de chá de cogumelo. Então, se eu chego com um discurso ambientalista e com a camisa do time do cara, eu já vou ser recebido de uma outra maneira; agora, se eu chego lá cabeludo, ele já vai dizer: "ali vem ele com aquelas idéias"»; esse estigma aplicado aos militantes ambientalistas os força a cuidar «da questão da linguagem, de posturas, de apresentação pessoal, de posicionamento».

Jeffrey também diz não ter «dúvida, senão seríamos ingênuos, estamos envolvidos num mundo de imagens, na mídia» referindo-se novamente à campanha movida contra os ambientalistas pelos auto-denominados Amigos de Florianópolis, evento que «demonstrou a importância das aparências». Com sua experiência em diversos foros, pode dizer que «sei quando outros militantes estão sendo teatrais e eu também faço isso bastante. [...] Às vezes tem-se que fazer um *show*; em alguns lugares têm que cuidar para não ser muito crítico, em outros têm que ser bastante crítico, essa é a realidade, moramos num mundo de televisão». Para ele, disso depende o sucesso das suas reivindicações: «é preciso saber como falar na frente de algumas pessoas», embora não goste muito de representar essa encenação, pois «eu quero ser sincero». Mas ela tem que ser cumprida, mesmo com os entrevistadores: «não sei se você sabe, mas estou fazendo um teatro, como o professor faz... Não que eu esteja dizendo que esteja sendo falso. [...] Isso não quer dizer que somos desonestos, eu tenho certeza que somos bastante honestos».

Também na mesma linha, Alésio reconhece que «a sociedade fica observando a gente, todos os passos que a gente dá, principalmente quem está fazendo algum tipo de coisa, e

cada pessoa faz uma avaliação diferente, e a gente [...] tem que cuidar da imagem». Também toma o cuidado de demonstrar que se trata apenas de algo como um “mal necessário”, já que «tem que cuidar para não artificializar a história, mostrar que a gente é natural [...]; porque se não fica parecendo que a gente quer se promover e aparecer no jornal», recomendando uma postura «de convivência boa com a sociedade», mesmo porque «ninguém consegue enganar ninguém, e a sociedade fica cuidando da gente [...] avaliando a gente [...], porque ela percebe quando uma intenção é boa ou má». Mostra-se ainda magoado porque no seu trabalho, com 28 anos de carreira, permanece ainda no mesmo cargo, e porque «a esquerda e a direita me odeiam».

«Sim, tem que haver um compromisso com a postura», afirma Zé Olímpio, argumentando que como todas as pessoas são «muitas coisas ao mesmo tempo» e que não é possível portar-se plenamente na sociedade da maneira como gostaríamos e ninguém «é obrigado a se deixar descobrir totalmente», disse «dependendo [a] postura de abertura do outro». É, portanto, uma medida de auto-defesa, o que, também para ele, «não significa estar mentindo sobre a própria imagem, mas auxiliando na compreensão das nossas idéias pelos outros: dependendo da minha postura, posso ser tomado por boboca ou um mal educado. Como eu disse, o certo e o errado, quem vai definir é o contexto». Diz ser estigmatizado, «mas com coisas que não ofendem, ou com coisas ligadas ao meu passado», dizendo que escapa disso tentando agir «sem excluir o outro, o que é [próprio do] fundamentalismo [...]; tem que criar limites de convivência e não querer ser dono da verdade».

Christian reconhece que «têm uns que fazem isso, outros não», e referiu-se, na sua entrevista, ao processo de comunicação, mas «não a ponto de eu descaracterizar muitas coisas que eu penso, as minhas convicções». Para ele, mesmo que «o movimento em si seja obrigado a apresentar coisas do tipo paz e amor [...] em outras circunstâncias tu tens que se mostrar extremamente firme e dizer sem rodeios», mas com cuidado, porque «se tu excomungares todo mundo o tempo todo», nem chega «a ser ouvido». Podemos dizer que, para ele, existe muita falsidade na apreensão das idéias dos ambientalistas, já que «hoje todo mundo vai dizer que eles são necessários, que estão fazendo as outras pessoas tomarem consciência... O empresário, o deputado, o prefeito, o vereador, o professor, o encanador, a enfermeira ou a bióloga acham – achologia – que o ambientalista é positivo. Mas quando o ambientalista diz que nós vivemos de uma maneira absurda, que estamos privilegiando alguns valores, que temos comportamentos que são incompatíveis com a nossa própria sobrevivência, que nós deveríamos refletir bem e com consciência tomar outros rumos, daí o ambientalista é considerado um chato pelos outros, e às vezes como uma pessoa contraproducente». O empresário, por exemplo, «considera positivo o

ambientalista quieto: se você está quieto, é um bom ambientalista». Sobre a sua própria pessoa, demonstra não se importar com a imagem que lhe é imputada: «como as pessoas me vêem, é um problema delas, e não meu», apesar de que «é cansativo os outros ararem o teu couro o tempo todo para dizer que és tu que estás fora do padrão».

João assume uma posição intermediária, avaliando que «a minha atuação acabou gerando uma certa credibilidade para a minha pessoa, que é basicamente a tentativa de manter essa coerência». Para ele, deve-se ser ou «contundente» ou «não [...] tão radical» quando se está de acordo com a situação vivida e «procurar manter a transparência desses posicionamentos é a melhor alternativa». Mas diz que «sou obrigado a concordar contigo que de um modo geral, no movimento, é relativamente comum isso», o controle da imagem, admitindo que «ter uma certa maleabilidade para poder avançar [...] é uma estratégia», porém «em determinados momentos, eu particularmente não consigo me conter», mas sempre tendo «o cuidado de não entornar o caldo».

Outros entrevistados – é o caso de Pedro, Queiroz e Eloisa – pensam diferente, dizendo que o controle da imagem não é primordial e se deve ser autêntico. Pedro apresenta a questão de outro modo: «vivendo num aglomerado urbano, se não souber trabalhar adequadamente, se não tiver um equilíbrio, não vai conseguir nada, porque a média da população vai dizer que tu és maluco». Afirma-se como uma pessoa autêntica, e mesmo que «as pessoas acham estranho quando me vêem andando descalço», sente-se imune ao estigma, já que «pratico esporte, não bebo, não fumo, não cheiro; é complicado alguém dizer: "aquele é maconheiro"», referindo-se a um rótulo comum aplicado aos ambientalistas, que encontra comprovação em alguns que não fazem questão de esconder o hábito, referindo-se a um caricatural candidato a vereador municipal nas eleições de 1994⁹⁰.

A resposta de Queiroz era esperada, tendo em vista as declarações anteriores sobre a forma como ele se manifesta nos embates políticos: «eu não escolho lugar, pode ser com o presidente da república, com o governador... Eu não tenho medo, não fico medindo palavras, não sou filho de pai assustado»; para ilustrar, vale a pena conhecer a sua resposta ao Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina ao ser acusado de apenas criticar e não apresentar alternativas: «“a solução é a seguinte: pega esses quatro câncer que estão aí perto do senhor [um assessor, o advogado da secretaria, o chefe da fiscalização e um inspetor de pesca] e manda eles para casa, não bota pra rua, porque são os filhos deles que vão sofrer, e se for possível manda o dinheiro na porta da casa deles para eles não precisarem vir na secretaria nunca mais, até que

⁹⁰ Beaco, pelo PV, dizia nas propagandas eleitorais, fazendo um conhecido gesto manual que identifica a maconha: «Beaco: esse é bom, esse é da massa!».

eles se aposentem. Porque vai ser uma grande coisa, eles trabalham contra a secretaria, tiraram um fiscal, afundaram uma embarcação, e esse advogado nunca ganhou uma questão a favor da fiscalização da secretaria, porque ele se troca por dez quilos de camarão" – eu digo na cara das pessoas». Em outra ocasião, relata que «eu fui numa reunião com os deputados na assembléia e alguém falou: "falta alguém te pegar e te dar umas porradas", e eu disse: "então vem tu, eu estou aqui!">». Mas demonstra que sua posição é bastante incomum, pois «eu sou muito questionado pela sinceridade que eu tenho».

Eloisa diz que «eu não me controlo enquanto personagem social», mas «às vezes eu me omito, no sentido de ver que algumas pessoas que estão fazendo coisas que não são ecologicamente corretas, e pra não levantar toda uma discussão eu deixo ela fazer do jeito que está fazendo», citando como exemplo o seu insucesso em incutir novos hábitos na sua família em relação ao lixo. Quanto ao estigma que atinge os militantes ambientalistas, ela diz que «seria um dos desafios do movimento ambientalista tirar esse estigma que a sociedade e os órgãos públicos criaram para as pessoas que [estão] defendendo o meio ambiente», bem representado pela «expressão de “ecochato”», sugerindo para esse enfrentamento que «dentro do nosso planejamento estratégico a gente teria que ter levantado em algum momento». Esta situação é tanto pior porque os ambientalistas estão «ali pra defender o que é pra eles também e não como pessoas que estão impedindo o desenvolvimento do país ou coisas desse tipo», mesmo assim eles sempre são vistos como alguém que «vai querer encrencar [...] botar areia ou que vai tentar impedir alguma coisa», estigma reforçado por «toda a mídia, que também contribui para a formação de opinião dos ambientalistas serem pessoas chatas, que estão travando o processo de desenvolvimento».

Orlando, por sua vez, acha difícil falar sobre isso, e só fala «sobre a minha pessoa, eu sou mais de fazer do que aparecer, e sobre esses órgãos ambientalistas [governamentais], eu acho que existe uma possibilidade de mais aparecer e se promover», portanto saindo do campo *stricto sensu*.

Os entrevistados demonstraram estar atentos às “regras do jogo” performático que caracteriza as interações humanas, mas ao mesmo tempo descontentes com elas, só as utilizando por necessidade ocasional. Os militantes, cientes das condições sociais de enfrentamento político que os colocam sempre como parte vulnerável, mesmo defendendo uma nova forma de relacionamento humano – baseadas na solidariedade, honestidade, humildade, participação –, têm tudo a perder se a negociação política não for bem feita. Se concederem demais, não valeu a mobilização, se endurecerem totalmente, o rompimento da negociação deixa tudo no mesmo estado.

Impressiona como os depoimentos corroboram as descrições de papel social e de estigma ou preconceito feitas por Goffman e Heller. Como muitos elementos já foram tratados nos capítulos correspondentes a esses autores, será o caso de chamar a atenção apenas para alguns aspectos adicionais.

Foi levantado, pelo conjunto de respostas, que primeiro se sonda o ambiente social no qual se vai adentrar para evitar ações e manifestações impróprias (Goffman, 1975: 228), que existem tipos de segredo diferentes a serem mantidos (ibidem: 133), que as revelações de si são cautelosas (ibidem: 178), que há cuidados com a linguagem e seus significados (ibidem: 67), que há um jogo de encobrimentos e revelações (ibidem: 17) e que o controle das ações individuais influenciam nas respostas que se deseja obter (ibidem: 15). Com isso, há um reflexo para a constituição do *eu* do agente, pois o que ele diz pensar não é um elemento totalmente separável do que ele realmente pensa ou é, pois «o “eu” é um produto de todos esses arranjos e em todas as suas partes traz as marcas dessa gênese» (ibidem: 323), o que significa que não existe um “eu” essencial – ele se transforma nas suas experiências interacionais. Ficaria difícil, então, captar um núcleo a partir do qual fala o indivíduo se não considerarmos as forças que brigam dentro de si; no caso do ambientalista, ele conta, como referencial para suas ações, de onde justifica inclusive medidas pragmáticas, com os princípios orientadores que compartilha com seu grupo de afinidades, e é daí que ele encontra forças para quebrar as representações que lhe incomodam – aliado, certamente, com outros princípios morais correntes na sociedade como honestidade ou honra.

Entretanto, sempre existem os «bastidores», dos quais os militantes também se revelaram conscientes ao declararem que reconhecem agir, mesmo que contra a vontade, de forma incompatível com a concepção de mundo que tentam implementar, e que pelo menos no cotidiano aproximam-se do modo de vida dos oponentes – uma comparação entre ambos estilos por certo irá revelar diferenças reais bastante grandes, mas o fato é que os militantes se sentem discrepantes, e precisam tomar cuidado para que isso (tanto o que representam quanto o que efetivamente praticam) não seja utilizado contra eles. A impressão que os militantes ambientalistas tentam passar, então, é dupla: que não são tão radicais quanto eles próprios acreditam ser, para poderem manter a interação com seus oponentes ou seus “educandos”, e que, na verdade, não podem mesmo ser tão radicais assim como a princípio se pensa deles. Trata-se de um constante controle dentro de todos os papéis que têm que representar, cada qual com suas regras mais ou menos explícitas ou rígidas: como político negociador, como educador, como pai, como defensor da natureza, como trabalhador, etc.

Como o caráter público das ações influi nas próprias ações e diante de outras pessoas

«é possível reconhecer os próprios erros, os quais, em outras situações, passariam despercebidos» (Heller, 1985: 90 e 91); quanto mais rica e variada a interação social, mais os princípios que adota como reguladores do seu papel social “total” são reafirmados para a sua própria orientação e para a alheia.

O outro lado do papel diz respeito à estigmatização. As queixas dos entrevistados, corroborada pela literatura analisada, são de serem rotulados como inimigos da sociedade, ou como insensíveis com a vida humana na defesa da natureza, ou como ingênuos, românticos ou loucos, entre outras. Positivamente, os militantes são “anormais”, destoam do padrão representacional e comportamental – em que pese suas inconstâncias, suas discrepâncias e a influência sobre sua imagem causada por aqueles que passam a impressão de serem ambientalistas sem se importarem muito com o ambiente – e sabem que sua maneira de pensar e de agir não é bem aceita por diversos atores em diversos momentos da sua vida: «assim», por exemplo, «os habitantes das cidades com preocupações ecológicas que permitem que à frente de suas casas se torne um jardim selvagem desfigurado, acabam por chocar com os vizinhos que preferem uma relva limpa e temem uma desvalorização imobiliária» (Hannigan, 241).

A anormalidade é tanto mais tolerada quanto menos afronta interesses (portanto tem que ser relativizada a credibilidade das ONGs mencionada nos subcapítulos 2.1 e 3.1), e muitas estigmatizações são derivadas disso, o que cria uma atmosfera negativa em torno do militante e de suas causas, um preconceito que enfraquece a ambos – o próprio estigmatizado sempre se sente em exibição (Goffman, 1988: 24). Modos de pensar diferente são mais suportados como curiosidades ou excentricidades desde que não ganhem dimensões a ponto de competirem com as normas estabelecidas, e quanto mais pessoas descobrem quem ele (o militante) é, mais incerta é sua posição (ibidem: 89).

Os militantes, contudo, acham sua anormalidade preferível à normalidade, mas defender a causa nesses termos não ganha muita simpatia. O que fazem constantemente é apresentarem como normal que existam posições diferentes, reivindicarem seu espaço na esfera das discussões e deliberações e irem, por ali, desfazendo o estigma. Às vezes, o estigmatizado prefere se retirar quando o lugar não lhe é agradável (ibidem: 132), como disseram Rafael e Mauro, ou quando pode ser desagradável às outras pessoas, contudo não pode fazer isso indefinidamente, pois a transformação pela qual trabalha deve ser feita ali onde ele é alvo de estereotipia. Pode ocorrer ainda dele não suportar o peso das ofensas, das fofocas, das incompreensões e abrir mão de manter sua posição para se livrar, enfim, delas – mas ali onde não há estigma haverá um outro indivíduo, sua identidade dissolve-se e passa a buscar outras com outros grupos.

Parece não haver saída para se livrar do estigma. Apesar da penetração contínua dos valores e conhecimentos ambientalistas – que vem, certamente, acompanhada da sua banalização (Reigota, 1999a: 19; Lima, 2002: 142) –, o movimento histórico da completa transformação social por este viés é lento como todo movimento histórico. Resta aos militantes aprenderem a conviver com isso, e mesmo daí retirar força. Como todo indivíduo, o militante ambientalista também está sujeito a aplicar ou reproduzir estigmas, rótulos, preconceitos, clichês ou estereótipos, o que seria desejável que evitasse. Heller diz que o rótulo advém dos preconceitos, e estes das ultrageneralizações e da resistência à ciência (Heller, 1985: 57, 44 e 47); os princípios ambientalistas que têm sido tratados neste texto, levantados pela literatura ou pelos próprios militantes, configuram-se numa importante fonte de argumentos contra essa prática social, o que os inclui.

5.5.8 – Ânimo, desânimo e psicossomática

Todas as experiências dos indivíduos na sociedade provocam reações no seu ser, em diversos níveis, podendo elas ser estimulantes ao prosseguimento nessas experiências ou, ao contrário, levando-os a afastarem-se delas. Essas reações são peculiares a cada indivíduo, dependendo de diversos fatores como a própria educação e o papel que se atribui no contexto social. Por tratar-se de militantes experientes, mesmo os casos de desânimo relatados – o que ocorreu com dez deles – não foram suficientes para os desviar da auto-incumbência, mas os três militantes que afirmaram estar sempre dispostos reconhecem que o contrário é bastante comum no meio do movimento ambientalista.

A alguns dos entrevistados perguntou-se ainda sobre a possível reação psicossomática por causa das incomodações sofridas no transcurso de suas experiências políticas, o que se verificou ocorrer. As reações psicossomáticas já são amplamente aceitas pela medicina, e o termo “estresse” já está incorporado pelo seu jargão, apesar da predominância do tratamento sintomático localizado e de forma mecanicista. Segundo o modelo homeopático de saúde, as relações entre os níveis corporal, mental e emocional são, mais que estreitas, indissociáveis e unidas ao fator ambiental, cada um desses aspectos agindo sobre os demais através de uma ressonância ou «energia sutil» derivada de suas atividades (Vithoukas, 1986: *passim*). Diversos outros sistemas têm se pautado por uma compreensão holística da vida e demonstrado a importância dos fatores ambientais (sociais e naturais) e comportamentais, a começar pelo modelo hipocrático, cujas contribuições mais importantes foram relegadas pela medicina que ergueu-se sobre ele; rituais xamânicos de diversos povos, a medicina chinesa, a terapia reichiana e a ecologia clínica também se somam como importantes contribuições (Capra, 1987: 116 e ss,

«“Cronicamente inviável” adverte: as pessoas que analisam a realidade adoecem mais de depressão e raiva», diz um cartaz do filme com o nome entre aspas (filme de Sérgio Bianchi). Mesmo que não cheguem a essas raízes, os indivíduos que passam grande parte do tempo pensando em problemas e tentando resolvê-los sob maior ou menor oposição, sofrem as consequências dessas atividades sobre a psique, e estas devem ser consideradas; sobretudo quando envolvidos com a saúde do mundo, os militantes esquecem ou não tem tempo de cuidar da sua própria, como advertiu Thomashow – Guiddens (1991), falando sobre riscos e insegurança ontológica, diz que pessoas que se preocupam muito com a guerra nuclear «tendem a ser mentalmente perturbadas» e consideradas histéricas.

Assim começa Queiroz: «eu perco noites sem dormir, passei semanas e semanas sem dormir. Tem horas que a gente pensa em se jogar numa cama, desistir de tudo e deixar por conta de Deus». Mas apesar das suas «decepções grandes na vida», mantém sua persistência porque «eu sou de libra, sou teimoso», mas também graças ao seu temperamento destemido: «graças a Deus, eu não tenho medo, tenho enfrentado algumas coisas na vida».

Reafirmando sua posição destacada anteriormente, Tereza foi a que mais elementos colocou neste tema, e começa expondo a inconstância das situações para ilustrar seu sentimento: «tem dias que eu acordo legal e digo assim: "hoje dá para fazer tal documento, mandar para lá e ver dar tudo certo!", e daí vem uma bomba! [...] Isso desanima». Reconhece que não está sozinha nesta situação: «os movimentos estão muito desanimados, eu vejo pelo menos nos do Campeche e do sul da ilha, pela falta de retorno em todos os níveis», e reclama de diversas dificuldades: que os movimentos sociais são chamados pela comunidade a prestar serviços «e outras tarefas que são atribuições do poder público» – o mesmo foi citado por Mário Mantovani (*in* Urban, 2001: 143) –; que «não vemos retorno político, retorno social, não vem retorno da própria comunidade, por que não temos como atingi-la a nível de educação»; de falta de condições, como uma sede para a ONG que preside; do fato de que «nada acontece no poder público, é uma ignorância tão grande»; da «cobrança de um para outro, o excesso de coisas para fazer, falta de retorno, cansaço físico, emocional, moral»; e ainda da «falta de apoio, a falta de participação das pessoas, o acúmulo em cima de duas ou três pessoas». Não se conforma pelo fato de que «eu não sou inimiga, será que as pessoas não percebem que ninguém nasce inimigo; elas têm que entender que a comunidade também tem com o que contribuir, que eles não são donos do saber». Mas, apesar de tudo, ela diz que não desiste por causa «dessas sementes, agora é o campo de aviação», extensa área verde na comunidade do Campeche pertencente à Aeronáutica que está sendo vendida para o setor privado; ou seja, como os problemas continuam,

não vê tempo para refazer suas forças: «às vezes eu chego em casa e penso em não fazer nada, mas até o momento em que alguém me telefona contando sobre algum problema, e eu respondo: "eu vou lá dar uma brigadinha, mas eu não tenho esperança"»; além disso, também diz que «às vezes é uma nova pessoa que surge com disposição de ajudar» que lhe traz estímulo. Isso tudo acaba influenciando em seu temperamento: «chega um momento em que ficamos agressivos, e as pessoas dizem: "ela tem pavio curto", mas na verdade é a cansaça e a falta de retorno».

Pedro diz que lhe anima «ver que a participação popular, ativa, da militância e dos movimentos, traz um resultado concreto» e lhe desanima «quando se trabalha com um dirigente totalmente obtuso que não tem nenhuma conexão, centralizador e discordante total». Consciente dos impactos negativos dos dissabores que preenchem a vida de militante, sua posição pessoal é de auto-preservação, contrabalançando com sua entrega integral descrita anteriormente: «estou com 50 anos, não vou ficar militando e querendo entregar a minha vida para o movimento até os 100 [...]. Então, a gente tem que se flagrar; eu estou preocupado com tudo, mas não vou ser levado por essa enxurrada, querendo cuidar dos outros e não cuidar de mim». Altamente espiritualizado e profissional da saúde, sua posição sobre as influências psicossomáticas é de que «é muito estressante quando existe um excesso de atividades [...] e ver que as coisas não dão certo, ou dão certo só parcialmente – isso abala profundamente. Eu estou tentando trabalhar para não me abalar, senão vou à loucura», e sua experiência o faz afirmar «com certeza [...] que o militante tem algum problema em casa, com a mulher ou com os filhos – ele pode não dizer isso, mas tem».

Mesmo sendo mais novos no movimento que os demais entrevistados, os militantes da Aprender já sentiram bem os efeitos pesados do ativismo ambientalista. Rafael diz já ter sentido desânimo, «e não é uma sensação boa, por que além dessas dificuldades todas que a gente tem, às vezes aparece o desânimo. Às vezes aparecem umas dificuldades que extraem todo o entusiasmo», entretanto encontra no próprio grupo as motivações para superar esse estado: «o que importa é a força que a gente busca no grupo; se todo mundo tá unido e tá a fim de enfrentar, então cada um se sente mais fortalecido e com vontade de tocar o trabalho». Diogo, o que mais encara a militância como uma missão própria, diz que esses transtornos são «também um momento de aprendizado, a gente sempre sai renovado quando isso acontece, e se é algo em que a gente acredita, sempre arranja um meio de se levantar e continuar o trabalho»; também entende que «a união do grupo é importante pra isso», grupo este que «não está preocupado em vencer na vida, a gente escolheu esse caminho e tem mais é que fazer de tudo pra dar certo nele». Mauro apresenta outras afinidades do grupo como fatores de auto-fortalecimento: o «nosso estilo de vida, porque a gente procura ter uma alimentação saudável, praticar esporte, então acho que isso

reduz o estresse, acho que isso aumenta o poder do nosso sistema imunológico, então a gente é menos suscetível a ter essas doenças frutos do trabalho», referindo-se às consequências psicossomáticas, apesar de dizer que não vê «nenhum nexo causal». Diogo lembra que «passamos muito mais dificuldades, muito mais estresse, muito mais angústias com o escritório de advocacia do que com as dificuldades do terceiro setor. [...] Tinha dias que eu e o Mauro tínhamos angústias que não dava nem para engolir a saliva, de saber que estávamos mal e tínhamos que fechar o escritório e dar uma volta na praia. Coisa que aqui dentro nós não sentimos, apesar de todas as dificuldades a nossa perspectiva nos deixa tranquilos». Rafael, retomando a palavra, recorda que passou «por uma situação aqui dentro que já me influenciou na minha saúde física e mental, acumulação de trabalho, estresse, pressões, um pouco de desânimo», mas que agora «aprendi também é a ser mais relaxado, [...] as coisas fluem mais naturalmente se a gente está mais consciente, se não se envolver tanto»; além disso, como «a gente não está preocupado em vencer na vida», as decepções tendem a ser menores.

Eloisa diz sentir algum desestímulo quando «a gente não tem uma solução para aquele problema, ou alternativa, e tem que aceitar a continuar do jeito que estava porque não tem outra alternativa». Isso «dificulta a militância, na medida em que algumas pessoas vão questionar com relação àquele fato e esperam que tu tenhas uma resposta para aquilo, mas [...] na medida em que tu consegues alternativas de postura, isso é uma forma de estímulo e que faz com que tu tenhas vontade de compartilhar isso com as outras pessoas».

Orlando fala que sente uma sensação desagradável por causa dos «órgãos ambientais», dos quais já havia se queixado, «tem horas que dá vontade de desistir; tem horas que dá vontade de cuidar só do teu, preservar e recuperar o que te pertence ali e desistir do resto», mas «em hipótese nenhuma eu parei alguma vez. Eu sou persistente». Pelo seu posicionamento diferente da grande maioria dos demais moradores nativos da sua região, sabemos que tem sido atacado, mas «às vezes as críticas fazem com que a gente se fortaleça, algumas críticas – e eu sou muito criticado – são como alimento e empurram para fazer mais». Valoriza muito, como também já foi visto, a consciência que adquiriu, e «a gente nunca consegue fugir de uma realidade, e quando tu estás consciente daquilo que está fazendo e do que tu queres, aí está a força para não desistir», principalmente da sua vontade de «mostrar para os meus irmãos [e para] mim mesmo que eu sou capaz de fazer e amanhã eu quero um monte de crianças com a minha mentalidade: isso é o que me importa, e isso é o que me fortalece». Exibe orgulho das mudanças que experimentou em si próprio, as quais «estão sendo para melhor [...]». Porque cada dia que passa eu aprendo mais, adquirindo mais experiência e sabedoria».

Christian, que já havia se referido à possível influência dos dissabores militantes na

sua saúde, diz não ter dúvida: «é claro que chega a provocar desânimo. Tem gente que age com todo o peso da política tradicional querendo te eliminar. Observo pessoas que repetem coisas falsas, que são difamatórias», dizendo que entrou com quatro processos na justiça porque foi difamado, desabafando que «é duro ver essas coisas acontecendo». Para prosseguir na sua atividade, parte de «uma motivação importante [...] de que o nosso caminho atual está levando para um desastre; eu tenho a convicção disso», e como «eu gosto desse planeta, da vida, eu quero defender isso, eu quero que isso possa se perpetuar»; assim como Tereza, também atribui sua perseverança ao fato de que «tem outras pessoas com valores novos na sociedade».

Zé revelou que já passou por «uma pré-depressão, um momento angustiante existencial forte, nos meus 23 anos, não acreditava mais nos movimentos nos quais eu tinha me envolvido», relatando que teve que cuidar muito para «não passar isso tudo de uma forma odiosa» para as pessoas à sua volta, especialmente a seus alunos universitários, e com este objetivo firmado recolheu as forças e «superei o desânimo agudo». Concorde também que «se você deixar isto chegar a um nível sem encontrar a homeostase [...], se você deixar essa perturbação do cotidiano ficar muito grande, o emocional pode refletir numa debilidade orgânica». Para ele «ser ambientalista coloca-nos num contexto político que gera desgaste, por que é uma postura muito revolucionária», sobretudo que esta postura é, como a dele, «de não ter respostas prontas –, no contexto político de poder atual: de não apresentar uma proposta com começo, meio e fim, mas propor o estabelecimento de um processo de construção – isso é extremamente revolucionário e acaba gerando conflitos».

Já Alésio, Jeffrey e João dizem que não sentiram vontade de interromper suas atividades por causa da militância. O primeiro deles reconhece a responsabilidade que tem perante o movimento, já que «eu acho que sou a própria história do movimento ambientalista da cidade, sem querer dizer que sou mais do que os outros», ou seja, de sua postura depende o estímulo dos demais militantes, nos quais nota frequentemente a falta de ânimo: «eu vejo em todos». Atribui sua persistência a «um ritmo [próprio] que as coisas se tornam prazerosas sem me cansar, o que eu faço, faço com prazer», e por isso «em nenhum momento eu pensei em parar ou em sair do movimento». Sobre as influências sobre a saúde, diz não vê-las, mas que «o problema é a sociedade como um todo, a sociedade é estressante, a gente vive praticamente no meio de uma guerra. Além disso, nós somos super frágeis».

Jeffrey diz que «talvez» sinta desânimo, mas que tem bem clara a dificuldade da atividade, porque «se você tem uma análise de possibilidades da realidade, não se frustra [...], por entender os limites, não fico desanimado», reconhecendo que «não existe uma boa reunião, porque se o mundo fosse legal não era preciso tantas reuniões». Mas reconhece que o

movimento «interfere» na sua vida, pois «eu abro mão do tempo com a família, de ganhar dinheiro, de lazer ou de criações artísticas», entretanto «é uma opção que eu tomei, e por enquanto eu estou feliz». Sobre os outros militantes, contudo, «muitas pessoas ficam frustradas, por isso acho que tem poucas pessoas perfeitas».

João também diz que «essa questão está muito ligada com a absorção, à pessoa estar no movimento por convicção», e «às vezes as pessoas entram no movimento com expectativas um pouco fantasiosas, [...] e isso gera algum desestímulo e as pessoas normalmente caem fora». É necessário, portanto, para continuar com alguma perseverança, reconhecer que «o movimento ambientalista é um movimento de poucos resultados, temos que ter clareza, porque estamos remando contra a corrente». Sobre a relação entre militância e bem estar emocional e físico, discorda dos outros entrevistados, afirmando que «o problema é que às vezes algumas pessoas desequilibradas entram no movimento com suas neuroses [...], mas o movimento não gera desequilíbrio não. As pessoas que têm uma convicção ambientalista mais legítima e mais genuína normalmente são pessoas que acabam tendo um equilíbrio maior; eu falo isto observando pessoas que estão aí com 70 ou 80 anos e que são ícones do movimento».

Fazendo uma generalização, observa-se que a maioria dos militantes experimenta sensações que causam abatimento psíquico, e motivos para isso não faltam. Aos relatados nesse tópico, podemos acrescentar, dos anteriores, ainda a estigmatização freqüente, as ameaças e intimidações, os oportunistas que se confundem com o movimento e atrapalham suas ações, a necessidade de representar papéis com os quais não se identificam, a hiper-pauta derivada da compreensão processual-relacional do mundo – que demanda posturas profundas e críticas – e a dificuldade de viver de acordo com esses princípios, este último aspecto sendo tratado mais detidamente no tópico seguinte – adiantando os temas, as divergências existentes entre os ambientalistas, tais como despreparo político, também compõem o cenário das preocupações dos militantes.

Não surpreende, portanto, que sejam tão poucos os militantes do ambientalismo. Apesar do agravamento da crise, contestada freqüentemente por melhoras nas estatísticas – cujo maior expoente é o livro do dinamarquês Bjorn Lomborg afirmando que as condições do mundo melhoraram e que os ambientalistas se afirmam no catastrofismo em busca de poder e prestígio (Veja, 2002)⁹¹ –, e da relativa facilidade de ação política, pelo menos em comparação com a

⁹¹ Trata-se do livro *O ambientalista cético: revelando a real situação do mundo*. (Rio de Janeiro, Campus, 2002). O tema tem suscitado inúmeros debates, com manifestações favoráveis, como a de José Ely da Veiga (Veiga, 2002) e contrárias, como a do WWF (WWF, 2002) e de diversos cientistas e ambientalistas. Neste ano, o Comitê Dinamarquês de Desonestidade Científica, após fazer uma avaliação, acusou Lomborg de «ter agido

história recente, os militantes reclamam – ou acabam se conformando, como Jeffrey –, com razão, da baixa participação.

Os motivos que os militantes levantam para, apesar do cenário desfavorável, continuar atuando, demonstram claramente a firmeza de propósitos derivados da forte identidade que mantém com o grupo que perdura – um se sustentando no outro – e com indivíduos que ingressam, da auto-atribuição de sujeitos políticos e da importância do papel que cumprem no processo histórico, além do vigor de suas personalidades e do centramento de seus *selves*. Ou seja, as dimensões constitutivas do indivíduo encontram-se relacionadas e atuantes no embate com a realidade vivida. Entretanto, a realidade vivida, difícil e contraditória, tenderia constantemente a desviar o indivíduo para outros objetos que não o trabalho político se não fosse uma inspiração ética e/ou epistemológica dotada de ânimo elevado, e aí aparecem, mesmo sem ter sido declarado explicitamente neste tópico – apenas ausência de ambição, estilo de vida, aquilo que acredita, consciência, amor pelo planeta –, os princípios do ambientalismo como um elã normativo que completa a humanidade, ou a sua genericidade, no dizer helleriano.

5.5.9 – Vivendo em dois mundos, ou os obstáculos da vivência

Quanto mais tempo de envolvimento com as causas ambientalistas, mais preparados os militantes ficam para enfrentar as dificuldades inerentes ao seu trabalho político. O amadurecimento é a capacidade de viver bem o cotidiano (Heller, 1985: 19), e o cotidiano dos militantes inclui as reuniões, os protestos, as audiências, mas também a vivência nas suas demais ocupações e interações das idéias que defendem naqueles espaços: trata-se de um cotidiano politizado em todos os sentidos, tanto mais quanto maiores as limitações colocadas pelas estruturas sociais presentes, com suas instituições e equipamentos, seus sentidos de viver bem e as expectativas por eles gerados. Manifestações espontâneas anteriores já demonstraram que a articulação dessa dupla dimensão – o global, histórico e coletivo com o local, cotidiano e individual – está presente nas reflexões dos militantes. E para penetrar ainda mais nesse tema, um questionamento específico sobre a eventual dificuldade de se viver de forma ambientalista numa sociedade que não se pauta por esses valores foi efetuado a alguns militantes.

Tereza diz que é difícil porque «tem toda a sociedade fazendo coisas diferentes», exemplificando com a dificuldade de encontrar alguém que realizasse serviços de manutenção e jardinagem na sua casa sem «limpar, desmatar tudo», pois estes e mesmo seus conhecidos

deliberadamente de forma enganadora ou com grande negligência» e «claramente contrário aos padrões da boa prática científica» (WWI-UMA, 2003).

alegam «que tinha muito mato, presença de cobras; e eu falava dos passarinhos, mas eles não entendiam». Entretanto, enfrentando sozinha as críticas, se diz compensada porque «depois do resultado pronto, muitas vezes eles reconhecem». Outro exemplo levantado por ela é a dificuldade de dar uma destinação correta ao lixo.

Orlando também diz que é difícil, porque «a gente vive dentro do seu território, dentro da sua família, respeitando a natureza, mas olhando ao redor é tudo ao contrário: e isso angustia. A gente passa a informação que não se pode jogar lixo, não se pode derrubar e a gente não tem uma resposta dos órgãos ambientais [...] é muito difícil para o ambientalista conviver olhando ao redor tudo ao contrário».

Os membros da Aprender mais uma vez defendem «que é a partir do exemplo que tu dás», procurando «dentro da tua casa» economizar energia, «separar o lixo», usar mais a «bicicleta e não o carro, coisas pequenas que dão o diferencial na história», segundo as palavras de Rafael. Diogo novamente se refere aos ambientalistas que «querem mudar o mundo, mas não pensaram em arrumar a própria casa» e Mauro cita um provérbio chinês «que diz: "antes de pensar em mudar o mundo, dê três voltas em redor da sua casa"». Diz também que «a gente tenta, é uma evolução pessoal [e] a gente está evoluindo nisso, aos poucos vamos dando passos à frente». Para Rafael, a principal dificuldade é que «a gente está dentro do sistema, está dentro das relações pessoais» e «por que a gente não tem muita infra-estrutura, não tem muito respaldo, então tem determinadas lutas que são só para se quebrar», reconhecendo que «ninguém aqui é ecologicamente correto 100%».

João afirma que «no nosso contexto é quase que impossível, é uma utopia. E o movimento tem clareza disso, nós não estamos preconizando uma negação completa da cultura; o grande problema da comunidade é que nós tivemos uma herança cultural que começou a se sobrepor à herança biológica, e viver de maneira ambientalmente correta é inverter isto, estabelecendo a sobreposição das bases biológicas sobre as culturais». Refere-se novamente aos ambientalistas que «saem do movimento achando que todo mundo está errado, às vezes começam a se isolar querendo levar essa vida e encontram uma série de contradições». A solução é «buscar uma via de conciliação do ambiente natural com a estrutura sócio-cultural».

Eloisa diz que o ambientalista «consegue, mas não consegue plenamente, acho que é um processo que vai continuar com ele o resto da vida, e ele não vai conseguir plenamente, porque isso é parte de um processo de auto-conhecimento e de entendimento também do próprio meio ambiente», atribuindo isso à «própria natureza humana, e principalmente por todo nosso aspecto cultural de civilização». Acha necessário que o militante preocupe-se com sua postura no mundo não apenas dentro do movimento: «sempre passa por um processo primeiro meu,

primeiro eu tenho que mudar pra depois eu querer que os outros mudem [...], eu acho que daí eu posso caminhar para outras questões».

Zé Olímpio reflete que o ambientalista «está participando da construção de um paradigma novo, vivendo uma vida e pensando em outra, e ele sofre com isso. É uma questão inerente ao ambientalista, por ser uma postura revolucionária: se você é mesmo um ambientalista, é um cara que não se cala, sempre vai ter a oportunidade de questionar alguma coisa profundamente e com visão crítica, porque compreende a vida como a manifestação de algo muito maior e mais envolvente do que simplesmente carbono e nitrogênio». As condições sociais de vida o fazem ponderar que «não quer dizer que você tenha que estar imediatamente habilitado para assumi-la integralmente em termos de postura, porque essa postura vai estar contextualizada numa situação que não depende somente de você para que ela se transforme». Levando em conta o necessário enfrentamento das questões estruturais, afirma que «às vezes é muito melhor um cara que fuma, consome carne e não separa o lixo em casa, mas que tem uma postura social que tem um reflexo que vai muito além dele».

Jeffrey afirma novamente que «não sei se sou, na primeira instância, um ambientalista – na primeira instância, sou um militante comunitário. Nossas reivindicações são para direitos de cidadania, de participação, estamos batalhando uma sociedade mais democrática».

De Christian interessou saber se é mais difícil ser ambientalista no Brasil que na França, ao que ele respondeu que «eu penso que sim. Tem muito mais gente entrosada na França, com uma cultura política diferente; eu diria que é mais eficiente, porque aqui a degradação continua de uma maneira acentuada e lá parece – parece – que está sob controle. A militância é realmente diferente».

Queiroz diz que «na situação que nós vivemos hoje, é», mas salienta que «quem tiver educação, é ambientalista, cuide do meio ambiente e vai ter idéia para tudo».

Os demais militantes não receberam o questionamento, já que já haviam se pronunciado suficientemente sobre isso anteriormente. Alésio havia citado a perseguição feita sobre ele e sua família e que os equipamentos sociais são inadequados, além da cobrança que recebe de outras pessoas para se adequar ao modo de vida comum; disse ainda que «mesmo fazendo uma crítica, eu entro junto com todas as pessoas comuns, não fujo desse modelo, até porque não consigo isoladamente fugir; eu tento espernear um pouco para fugir, mas amarrado numa série de situações que fazem com que eu fique – a família, o trabalho, a sociedade – igual às outras pessoas também: muito pouco eu faço».

E Pedro disse que «és tu que tens que ser "o cara", e se tu fores o cara, já podes

começar com os outros. A tua vivência tem que ter um ritmo, não podes ter muitos filhos, já que eu acho que existem muitos humanos» e que a principal dificuldade é a de que suas atitudes não são entendidas pelos demais atores sociais, sentindo-se, na interpretação do pesquisador, como “um peixe fora do aquário”.

A contradição é constitutiva do real, e não apenas numa perspectiva materialista da dialética. As idéias se confundem, as representações se negam umas às outras, os desejos colidem com as possibilidades de realização, fazemos o que não queremos e queremos o que nunca chegaremos a fazer. Há ainda a indeterminidade e a desordem, que alteram os elementos do mundo imprevisivelmente, os abismos entre os sentidos das coisas, os repentes imaginativos, as contingências históricas – «os ecologistas partem do princípio de que as coisas não estão determinadas, não existe propriamente uma teleologia dirigindo a história, a história está em nossas mãos, cabe-nos traçar o futuro, elaborar uma utopia» (Soffiati⁹² in Unger, 1992: 48). Tudo isso transcorrendo no tempo, abertura absoluta ao novo, movimento perpétuo de alteração, dimensão impalpável do devir.

A incoerência está em toda parte. Tal padre abusa de crianças, certo juiz é mais bandido que o bandido, aquela piscadela sedutora que quebra o juramento de fidelidade feito no sacro altar, dada feminista que reproduz o mundo masculino, a produção industrial de alimentos que consome mais energia que fornece, as armas que são levantadas para a conquista da paz, o remédio que faz adoecer, o espeto de pau da casa do ferreiro, os dois pesos e as duas medidas.

Por quê haveria o ambientalista de se preocupar com suas incoerências, como o fizeram os entrevistados em grande esforço auto-crítico? Esta preocupação é imputada pela sociedade, já que o mundo humano, em qualquer cultura que seja, é articulado por valores morais (Heller, 1985; Taylor, 1997), e as faltas cometidas pelos indivíduos são, no mais das vezes, conscientes da discrepância dessas ações em relação à moralidade que caracteriza sua sociedade – o que muda é a importância que cada um dá para isso. Existem morais, nem sempre expressas, mais específicas dentro das culturas, como a dos carcerários, dos revolucionários ou das comunidades alternativas, variando ainda de grupo para grupo dentro de cada tipo. Mas algumas morais, de fontes diversas, alcançam força suficiente para influenciar sobre toda a sociedade, como é o caso do catolicismo no Brasil ou do islamismo no Iraque, bem como dessa idéia força que tem sido chamada de ambientalismo ou ecologismo.

O ambientalismo faz um apelo moral pela consideração dos direitos de vida a todos os seres, pelo ambiente sadio como herança aos nossos descendentes, pela autonomia dos povos,

pela compreensão da interação entre o local e o global e atribui a sua realização tanto às instâncias estruturais quanto às individuais num sentido de revolução molecular. Entretanto, a leitura da realidade permite os seus defensores entender a limitação das suas capacidades de interferência sobre as estruturas e a falta de condições de uma vivência plenamente satisfatória de um estilo de vida ambientalista. A coerência, então, tem que ser relativizada, e medidas autoprotetoras têm que ser tomadas: não se desesperar, cuidar da própria saúde, buscar apoio no grupo de afinidades e... não se afastar do movimento.

5.5.10 – As divergências entre os ambientalistas

O levantamento bibliográfico dos primeiros capítulos já havia demonstrado a variedade de ambientalistas, tanto setorialmente quanto de tipologias e de concepções, o que foi confirmado em diversas respostas dos entrevistados. Esse é um tema importante para o movimento e para a sociologia porque através dele podemos avaliar sua força política e a capacidade de responder aos desafios a que o ambientalismo historicamente vem se propondo.

Orlando fala que «existe até uma falta de respeito», pois apesar de ser da comunidade e lutar por ela, «tem ocasiões em que a gente é o último a ser ouvido», elogiando esta pesquisa pelo «bom senso de entrar nas comunidades para buscar informações» e queixando-se de ambientalistas oriundos da universidade que «estudaram e [...] adquiriram um bom salário, mas não estão preocupados com o que ocorre lá fora». Neste sentido, insiste na necessidade de se praticar o que se estuda e se defende. Precisaria haver, segundo ele, «uma política ambiental forte [e] uma movimentação em massa». A atuação dos órgãos ambientais é mais uma vez criticada, pois eles poderiam ser aliados da comunidade e do movimento.

Para Diogo, da Aprender, a divergência «começa pelos vários objetivos. Umas são só de assistencialismo, outras são filantrópicas, umas trabalham com crianças», além do fato de se «misturar o interesse privado, o lucro com a atividade» das ONGs. Rafael, complementando, afirma que «as pessoas já são naturalmente diferentes, pela personalidade, pela essência [...] aliado com [...] uma crise de percepção, uma falta de comunicação e de integração entre as pessoas e, acima de tudo, de respeito», já que falta «sentar-se à mesa e ouvir os argumentos, compreender, não concordar contigo e continuar amigos e se respeitando». Mauro lembra que «apesar da gente ter a AGAPAN e outros movimentos que começaram na década de 50 [...] hoje em dia é que as pessoas estão aprendendo a caminhar mesmo e a pisar forte», incluindo sua ONG neste processo: «nós estamos, aqui na Aprender, aprendendo».

⁹² Aristides Soffiati Netto, no debate de *Ecologia e ética: o ecologismo como questão filosófica II*.

Alésio diz que apenas «parece existir muito pouca divergência, parece que todo mundo pensa igual», pois «numa assembléia pública todo mundo bate palmas quando alguém diz alguma coisa, há pouca contestação». Mas, «embora não exista profissionalismo, é uma coisa bem amadora, nem se conhece direito o que está sendo discutido, mas se apóia no discurso crítico e de esquerda, embora haja diferenças de linhas».

Queiroz também foi breve, dizendo que «aquele que está com a consciência tranqüila, sem nenhum interesse particular, quase todo ele é igual. Mas têm pessoas interesseiras, falam uma coisa agora e outra depois».

«Existem muito poucos pontos consensuais», pensa Jeffrey. Ele, que já havia afirmado anteriormente que «seria muito útil termos outros sociólogos no movimento», complementa agora dizendo que «no nosso trabalho comunitário há pouco nível de abstração e conscientização», acreditando que isso auxiliaria no processo de auto-conhecimento do movimento e de aprofundamento das discussões, já que o movimento é muito «espontaneísta, não temos estratégia».

Eloisa, apesar de atuar pouco em relacionamento com outras ONGs, diz que «acho que existem muitas divergências» e «diferenças enquanto postura». Como consequência, «na medida em que acontece que uma ONG contesta a atitude de outra ONG, acho que isso enfraquece o movimento» e contribui para «desestruturar, para inviabilizar o processo». Na sua opinião, isso se deve às «posturas de vida» dos ambientalistas, além das «características pessoais» e de concepções «de ordem filosófica». Entretanto, ela pondera que quando uma situação de discordância ocorre dentro da ONG, «enquanto cada pessoa tem suas características, acho que isso enriquece».

Pedro também acha que «existe muita» discórdia, creditando isso à falta de discussão: «a gente não discute muito porque o básico ainda não foi realizado». Também lamenta que os partidos políticos de esquerda, que deveriam pelo menos «ficar juntos até um certo tempo» explorando as afinidades existentes e possíveis, assumem posturas mais esperadas dos partidos de direita.

Para Tereza «existe muita divergência, exatamente por causa dessa questão de ego», reclamando ainda que há muito interesse de preservação apenas no local de moradia do militante sem envolvimento com as questões da cidade: «a ilha é uma só, eu luto pela ilha inteira». Citando uma pessoa do movimento, diz que se não for por causa do ego, sua postura «a favor do projeto do Porto da Barra seria talvez pelo dinheiro, não sei o que está ocorrendo por trás».

Christian diz que «existe muita diferença de opinião no movimento ambientalista. O fato de você conversar o tempo todo, dialogar o tempo todo e que não deve nunca ser opor ou

reivindicar é uma divergência muito grande», referindo-se à «negação do conflito [como] um elemento da cultura brasileira», o que não acontece na «cultura francesa [que] exige que a lei seja cumprida». Já no Brasil «não, aqui você não tem esse tipo de atitude, e se alguém tem esse tipo de atitude aqui, é muito criticado».

Zé reconhece que «essa é uma característica presente no movimento», mas sobre a identificação de uma pessoa com o ambientalismo, isso independe da forma ou quantidade do seu envolvimento explícito com a área, pois o que importa é «continuar na essência, na interação, promovendo coisas importantes de transformação do social», acreditando que muitas pessoas afastam-se dessa matriz política «por falta de consistência [e de] coerência interna», de onde parecem advir, segundo ele, as diferenças entre os militantes quando em atuação, «sem falar daqueles que não tem consistência nenhuma porque entraram na carona do *marketing*, porque é bonito e rende votos». Mesmo sendo «muito delicado julgar», deve-se considerar que «também tem uma questão de foro íntimo que é muito importante: se a pessoa não está bem, não consegue se colocar bem».

João avalia que «as divergências dentro do movimento até que não são tão grandes, até porque nós temos um norte que até poderia ser bastante afunilado», mas quando ocorrem, são pelo fato da «inconsistência da projeção desses valores». Tudo depende, segundo ele, da «habilidade de administrar isso, [de] quem está na liderança dos grupos, porque também seria ingênuo achar que dá para criar um grupo monolítico em que não existam conflitos e divergências; o importante é que o movimento tenha instrumentos para permitir que essas divergências se externalizem e sejam conduzidas de forma construtiva, e nesse aspecto o movimento na maioria das vezes tem conseguido».

Como pôde ser visto, a falta de consistência política de muitos militantes apareceu como maior fator de divergências através das variantes de fraca análise de realidade, mistura de interesses diversos – incluindo o oportunismo e suas variantes –, posturas pessoais questionáveis, pouca reflexão e diálogo, desrespeito entre os envolvidos, o que é constatado por Ferreira (1999b: 47): «do lado das ONGs encontram-se muitos grupos sociais oriundos das classes médias urbanas intelectualizadas, muitas vezes sem uma experiência prévia importante na vida política». Entretanto, as divergências de concepção – ou seja, sobre o modo de ser do mundo e sobre a forma de sua transformação –, que foram aludidas rapidamente por quatro entrevistados, parecem permitir essa inconsistência. A forma superficial de tratar das questões ambientais, sem penetrar nas suas raízes históricas e sem considerar a complexidade das relações sociais que mantém a crise, dá vazão a posturas igualmente superficiais, espontaneístas e fragmentadas.

5.5.11 – O ambientalismo no cenário dos movimentos sociais

O movimento ambientalista não tem o direito adquirido de promover a transformação social, assim como nenhum outro movimento social. Os movimentos sociais compõem um complexo mosaico em que se inter cruzam ou convergem uma vasta gama de sustentações teóricas, metodologias de atuação e demandas políticas. Prosseguem avançando as tentativas de integração dos movimentos sociais, cujo maior fórum a nível mundial é realizado até agora em Porto Alegre, mas a operacionalização continua sendo basicamente fragmentada, com cada um deles se dirigindo a um aspecto ou setor ou segmento da cultura. O mesmo acontece com o movimento ambientalista, que por não conseguir se constituir como um único ator social, têm por resultado «inúmeros projetos, pulverizados muitas vezes em soluções de contingência, inúmeras estratégias, na maioria das vezes inconciliáveis e adversários exageradamente genéricos» (Ferreira, 1999b: 41)⁹³.

Cada movimento social possui suas dificuldades específicas, além de compartilharem muitas das oposições estruturais. Cinco dos entrevistados estão envolvidos também com o movimento comunitário não ambientalista *stricto sensu*, e um destes ainda com entidade de categoria profissional, mas todos eles têm condições de avaliar o trabalho dos demais movimentos. Como se está aqui procurando conhecer as dificuldades inerentes à militância ambientalista, interessa saber se, na visão dos entrevistados, é mais fácil ou mais difícil ser militante do movimento ambientalista ou de outro movimento social. Esse é um tema que mereceria um estudo à parte, consultando também os militantes de outros movimentos sociais, mas a impossibilidade de fazê-lo não tira a validade dessa abordagem unilateral, pois a intenção da pesquisa é compor um quadro geral da impressão das pessoas envolvidas com o movimento ambientalista.

Os três entrevistados da Aprender concordam que é mais complicado militar no ambientalismo. Rafael acha «que a abrangência do trabalho do ambientalismo é bem maior. O ambientalismo tem uma visão de missão, de ações e causas muito mais amplas do que uma coisa mais setorializada e mais local», incluindo todas «essas questões sociais, econômicas [...], essa questão interdisciplinar». Mauro parte da divisão entre «direitos coletivos e difusos, o movimento sem-terra luta por um direito coletivo [mais específico], e o direito ambiental é uma coisa difusa, é de toda a coletividade, e não de um setor específico», fazendo com que a atuação dos ambientalistas reflita sobre a vida das pessoas de todas as categorias sociais mais

⁹³ Acot (1990: 163 e 165) afirma que o movimento ambientalista dirige-se muitas vezes de forma abstrata ao «homem» ou à «civilização».

diretamente. Entretanto, admite que os «outros movimentos têm mais dificuldade de trabalhar do que o movimento ambiental», provavelmente por que possuem menos condições práticas de realizar esse trabalho. Diogo lembra que, no tocante à resistência social à pauta ambientalista, ela tende a diminuir porque «as pessoas estão percebendo que a questão ambiental está afetando e até há pouco tempo isso não afetava elas, afetava o vizinho que era pobre, afetava o outro país».

Pedro afirma que «ser ambientalista é pior, é mais difícil. Porque o movimento ambientalista requer modificações mais profundas na sociedade, porque são modificações nas pessoas e não apenas nas instituições, têm muito mais coisas para fazer, muito mais serviço, isso mexe com as estruturas, mexe com as indústrias, mexe com tudo». E na medida em que a crise ambiental se agrava, prevê que «vai chegar um dia que todo mundo vai ter que ser ambientalista», demonstrando sua convicção de que as agressões ambientais são as que mais risco trazem à vida humana.

Para Orlando também «é muito mais difícil estar no movimento ambientalista», apontando como principal razão, reincidindo na sua bronca, o fato de que «o governo dá mais importância aos outros movimentos do que a este, que é o mais importante».

João também acha «que é mais difícil no sentido de que esse objeto que o movimento ambientalista percebe, hoje dentro da realidade sócio-cultural ele é um objeto mais subjetivo, por ter uma dimensão mais global; os demais movimentos [...] como o MST [...] atuam na direção de objetivos que são mais palpáveis, mais diretos, e isso diminui um pouco mais as possibilidades de frustração [...] ao passo que o movimento ambientalista [...] persegue uma utopia».

Queiroz confessa ter dúvida, já que «eu não me dediquei a entrar nessas outras atividades, porque eu comecei a pensar que nós não vivemos sem o meio ambiente», ou seja, que a resolução da crise ambiental é central para a sociedade.

Jeffrey parece concordar com os entrevistados acima ao dizer que «o movimento ambiental obviamente é bem diferente», já que nos demais movimentos, e cita o sindicalista, se «está defendendo [...] seus próprios interesses» enquanto o «movimento ambientalista [...] você está defendendo idéias». Entretanto admite que em muitos casos, como na Lagoa da Conceição, «o movimento ambiental [...] também é um movimento por interesses pessoais» no sentido de garantir a qualidade de vida na sua região específica sem se preocupar muito com as questões globais.

Christian e Zé Olímpio relativizam mais essa questão. Para Christian, «se você tem uma reivindicação radicalmente diferente da maioria, é difícil em qualquer lugar [...], você sempre vai ter problemas enormes», não importa se é no «movimento dos sem terra, [...] de

mulheres [ou] das minorias raciais». Zé diz que isso «depende dos contextos, desta ou daquela sociedade. Ser um militante *gay* ainda é bastante complicado, e ser um militante negro em alguns países ainda é bastante complicado, ser militante feminista num país islâmico ortodoxo é bastante complicado. Eu não colocaria o militante ambientalista como um coitado, porque todo movimento de transformação tem suas oposições».

E Alésio e Tereza têm uma posição contrária. Alésio diz que «eu acho que o ambientalismo é uma das causas mais fáceis de se trabalhar», já que «uma pessoa pode de hoje para amanhã ser um militante ambientalista, até dizer que é ecologista, sai do discurso dele», enquanto que «ser um militante dos sem-terra é muito difícil, faltam condições, comida», o não é o seu caso, colocando-se em análise. Entretanto, dadas os seus posicionamentos anteriores, a militância ambientalista sincera traz muitas dificuldades; um ambientalista «crítico», como preconizou acima, «precisaria ver até o lucro e a mais-valia das empresas, [...] é preciso crítica, desde o prézinho», por isso «é muito difícil ser ambientalista na sociedade». Mas para aqueles «de modinha, que andam de camiseta estampada», é fácil porque «hoje tem informações ambientalistas no gibi, no *outdoor*, no livro do colégio, na internet, nos jornais diários», o que não acontece a com os outros movimentos sociais como o «dos sem-terra, [...] das prostitutas, dos negros, que tem todos uma vida mais difícil».

Tereza, apesar de ter descrito inúmeras dificuldades e conseqüências para sua vida pessoal, inicia dizendo que «eu não vejo muita diferença entre a questão ambiental e as outras. [...] a questão da luta e da militância, todas elas são desgastantes», mas logo afirma que «a luta deles», citando o movimento comunitário de periferia do Padre Wilson Groh, «é mais árdua, porque é por onde passaria a questão da educação que chegaria a questão ambiental», ou seja, porque «uma pessoa que não tem nada, que joga o lixo na rua, que não tem como tomar banho e tem que ir atrás de comida, ela não se preocupa com o ambiente».

Entre aqueles que pensam que é mais difícil militar no movimento ambientalista, aparece claramente a atribuição disso à compreensão processual-relacional do ambientalismo, o que conduz a uma abordagem necessariamente mais profunda e simultânea com demanda de serviço para todos os setores e dimensões da vida. Isto também provoca uma dificuldade de compreensão pelos demais atores sociais e instituições, por ser uma idéia ainda nova na formação cultural: como convencer sobre os riscos ambientais se eles não são perceptíveis dentro da escala de tempo da sua vida? É por isso que também parece fazer pouco sentido que pessoas gastem tempo e recursos para a recuperação de áreas degradadas ou para a proteção de espécies animais enquanto se assiste a penúria econômica de milhões de pessoas.

Isso reforça o objetivo da educação ambiental de alargar a compreensão entre a

articulação dos desarranjos sociais com aqueles de que a natureza se ressent. O quadro de embate entre os militantes – incluindo inclusive os de outros setores, o que às vezes é problemático também – e seus opositores e indiferentes, contando apenas com o apoio dos simpatizantes, ainda é muito desvantajoso para aqueles. As duas coisas caminham juntas: a melhora das condições de atuação com a superação da crise.

O aspecto da integração entre os movimentos sociais, na perspectiva da união dos esforços contra o modelo sócio-político-econômico não apareceu neste tópico, mas o reconhecimento por parte de alguns entrevistados das suas dificuldades sugere a necessidade de avançar nesse sentido. E o papel do ambientalismo como organizador dos movimentos sociais parece estar implícito no reconhecimento da profundidade e largueza da abordagem daquele. De qualquer forma, uma certeza: ser militante é trabalhoso, complexo e traz pouco reconhecimento. Deve-se considerar, porém a perspectiva levantada por João de Deus de que o aprendizado no movimento é transposto para as demais relações pessoais é alentadora e digna de consideração, o que revela uma falha da pesquisa em não tentar buscar as influências positivas da militância sobre a vida do militante.

5.5.12 – A interação interna

Foram ouvidos alguns militantes sobre a ocorrência ou não de diálogos sobre os problemas enfrentados pela militância ambientalista. Numa enumeração tão grande de dificuldades internas e externas para a atividade em uma ONG, deveria ser pensado em um espaço e tempo destacados especialmente para esse fim?

Tereza afirma que os militantes dialogam sobre os impactos da militância sobre a vida pessoal deles próprios, e que «daí um desanima outro. Por exemplo, no caso do jornal, dizem: "é uma batalha grande!". Nós nos comunicamos, sim».

Orlando diz que «nem todos, mas têm pessoas que conversam. Até no futebol, ali no campinho de casa, depois do jogo, [...] a conversa não foi sobre futebol, foi sobre a questão ambiental. Eu acho que existe uma boa relação entre os ambientalistas, existe uma responsabilidade de muitas pessoas, existe uma troca de idéias e de experiências».

«Isso eu acho que é uma vantagem da nossa organização», fala Rafael. «Nós três conversamos até muito sobre isso. A gente dedica um tempão bem considerável [...], eu acho que fortalece»; mas isso não é regra: «não vejo muito isso no movimento ambientalista como um todo, acho que deveria ter mais interesse sobre isso aí [...], sobre a essência do movimento, sobre os propósitos, sobre a essência de cada uma das pessoas, de trocar informações sobre o que eu penso e o que o outro pensa». O problema, diz Diogo, é que «para discutir o trabalho, tem que

ser profissional, e para discutir sobre questões pessoais tem que ser amigo», e por este motivo «a gente procura também atrair pessoas aqui que tenham o mesmo perfil que a gente, para que a gente se sinta bem», complementa Mauro. Em alguns momentos, segundo Rafael «fazemos terapia conjunta», pois, segundo Mauro, «está todo mundo no mesmo barco», mas com alguns associados «não se afinaram, houve desgastes pessoais», volta Rafael, frisando que «os obstáculos, são as relações interpessoais». É importante investir nesse relacionamento porque, de acordo com Diogo, «o maior patrimônio que a gente tem, são as pessoas, é o conhecimento».

Jeffrey diz que existe discussão porque «somos amigos e realmente não têm tantas pessoas [...], a gente conversa bastante e temos bastante respeito pelas questões pessoais um do outro, não precisamos pedir desculpas». Para ele isso é importante porque «senão não podemos sobreviver, o nosso movimento é completamente diferente do que um sindicato ou um partido, não temos uma estrutura formal, [...] muitas propostas vêm da intensidade e honestidade orgânica».

Alésio fala que se discute «muito pouco. A não ser que a gente chegue num nível de amizade mais profunda, e a gente deveria fazer isso também», apesar de que «hoje há um amadurecimento maior das pessoas, elas colocam a própria experiência na hora de discutir em grupo [...]; os problemas particulares surgem a todo momento até nas assembléias públicas, as pessoas têm mais coragem, demonstram que tem problemas na família, mais do que antigamente», ocorrendo também um aumento na discussão sobre «um modelo de sociedade [...] uma postura mais crítica». A importância de maiores discussões, diz ele, é porque «está tudo interligado, acho que as angústias que eu boto para fora estão ajudando as outras pessoas».

João verifica que a discussão ocorre «quando isso significa algum problema para o movimento, quando começa a interferir; têm situações em que isso se aflora e se abre a discussão até para permitir que esse tipo de situação oriunda da vida pessoal não venha a comprometer os objetivos maiores do movimento», acreditando que «é muito difícil fazer qualquer tipo de planejamento [sobre essas discussões], porque isso é muito pontual e muito circunstancial». A situação é mais fácil de resolver por aqueles que, por «já estar há mais tempo, tendo vivido muitas situações desse tipo [...] já tem a habilidade, o próprio grau de envolvimento já é [...] íntimo». Exalta, por causa disso, a «própria confiança mútua, isso é fundamental, em que as pessoas discutem sem o risco de extrapolar de um plano ideológico para um pessoal».

Eloisa diz que «não. Pelo menos na nossa ONG a gente não discute», e isso ocorre porque estão sempre com o «tempo limitado e sempre com objetivos de resolver os problemas pendentes e novas questões pra serem discutidas». Releva, neste sentido, «o processo de planejamento que a gente passou» recentemente, no qual as pessoas que participaram ficaram

muito fortes nesse sentido», mas as mesmas dificuldades fazem com que seja «difícil até da gente terminar» esse planejamento. É importante, para ela que essas discussões sejam feitas «porque a gente é usada como referência, e se a gente discute e melhora a nossa postura e até mesmo o nosso conhecimento [...], a gente deveria fazer isso até mesmo pra fortalecer a nossa posição dentro da sociedade, pra ficar melhor caracterizado».

“Abrir o jogo” é algo que é feito plenamente, ou o mais perto disso, dentro do grupo de afinidades, e isto costuma ser feito entre os militantes ambientalistas, segundo a maioria dos entrevistados. O grupo confirma-se como o “porto seguro”, negando as conclusões de Sobrinho, para quem existe «um baixo grau de solidariedade entre os militantes» e as questões subjetivas ficam «seriamente comprometidas» (*apud* Manfroí, 1997: 283), se bem que seus estudos se concentraram mais no sindicalismo. Nos novos movimentos sociais os aspectos da individualidade estão mais presentes porque a libertação que se busca é de uma dominação que ultrapassa as relações de produção (vide capítulo 2), apesar da burocratização também atingir as entidades que as constituem. Já no ambientalismo, a interação comunicativa constrói a identidade ecológica através da troca de significados, fortalecendo o senso de pertencimento, mais do que à comunidade humana, à comunidade da vida biológica (Thomashow).

O aspecto da amizade também caracteriza o movimento ambientalista. A aproximação do movimento é feita basicamente a partir de uma identidade com ele, e ali esta identidade se fortalece no envolvimento com o objeto e na interação grupal em torno dele, ou se desfaz quando os estímulos revelam-se incompatíveis com o que se esperava, e o indivíduo se afasta. No primeiro caso, o convívio leva à criação de laços de estima – gostar das mesmas coisas induz o gostar recíproco –, desde que também se reconheçam mutuamente pelas qualidades da personalidade, e a amizade se constitui em base para o compartilhamento das aflições ou das satisfações comuns («fazemos terapia conjunta»); no segundo caso, a amizade fica calcada então ou sobre a personalidade ou sobre a descoberta de outras afinidades identificadoras, e a ela se recorre menos frequentemente por já não estar mais tão próxima fisicamente.

5.5.13 – Com licença – Até logo

A SOS Mata Atlântica é uma entidade ambientalista que possui cerca de 40.000 associados (Mantovani, *in* Urban, 2001: 133), mas não é possível considerá-los todos militantes – se entre militantes já são reconhecidos posicionamentos superficiais, interesseiros e incoerentes... Além disso, a maior parte das entidades possui poucos sócios (Urban, 2001: 142; Berna, 2002a), o que é o caso do movimento local, fato admitido por alguns entrevistados.

Mantovani diz que «o grupo que não tem pelo menos vinte, trinta pessoas em volta não existe» (*in* Urban, 142), mas Vilmar Berna pensa que «longe de serem motivos de chacotas ou conceitos depreciativos, os chamados “INGs”⁹⁴ são na verdade cidadãos persistentes e conscientes, capazes de se manter numa luta pelo direito difuso de toda a sociedade, mesmo quando a própria sociedade não se dispõe a participar» (2002a).

Além disso, «todos os setores concordam com a idéia de que o movimento ambiental brasileiro vive um momento de refluxo» (Crespo, 1998: 29), «a situação no Brasil está muito morna» (Lutzemberger⁹⁵, *in* Urban, 2001: 76), o que significa que o número de ONGs vem diminuindo (Urban, 2001: 143), ou seja, deixam de existir, e provavelmente isso vai ocorrendo com a diminuição da participação de seus membros. A pergunta, então, é: por quê os associados afastam-se do movimento? Para Mantovani, isso se dá pela fragmentação, pela fraqueza institucional e pela falta de tradição associativa (*in* Urban, 2001: 143), mas mesmo a SOS Mata Atlântica tem que «buscar essas pessoas», inclusive as que já pegaram o «cartão de crédito» e «que vão começar a receber camiseta, jornal», precisa fazê-las «pensar que é legal continuar como sócio da SOS» (*ibidem*: 144). Ou seja, porque se dá a fraqueza institucional, por quê não se cria uma tradição associativa?

A pesquisa buscou saber dos experientes militantes se existe muita rotatividade de membros no movimento ambientalista, ou seja, se é comum o ingresso de pessoas que logo se distanciam da ONG, num constante “entra-e-sai, e por quê isso acontece. Os movimentos sociais são dinâmicos, a maioria de seus participantes não se afasta apenas quando falece, e o motivo desse afastamento também é indicador da qualidade do movimento – uma avaliação mais profunda desse ponto poderia auxiliar na compreensão sociológica do movimento e, por parte do próprio movimento, no seu fortalecimento. A intenção é conhecer as carências internas ao movimento que possam servir de motivo tanto para o afastamento dos seus integrantes quanto para o ingresso limitado. A entrevista, que iniciou querendo entender por quê os militantes entrevistados ingressaram no movimento, foi encerrada querendo entender por quê muitos militantes se afastam do movimento (depois dessa questão ainda foi aberto um espaço para alguma manifestação final aberta).

Para Jeffrey ocorre «muito mais sai do que entra, porque as pessoas que hoje estão no nosso grupo, sempre foram», justificando que esse fato ocorre «porque é cansativo, é difícil para as pessoas sentirem retorno e satisfação, progresso». Ele, porém, diz que «tem que aceitar a

⁹⁴ Indivíduos Não-governamentais, apelido para os militantes que estão sozinhos ou praticamente sozinhos em uma entidade ambientalista.

realidade dos seres humanos» e continuar trabalhando.

João quis «ressaltar o problema da frustração das expectativas». E vale a pena conhecer sua longa argumentação: «as pessoas entram com expectativas muito divergentes, diferentes da expectativa do movimento, que enquanto movimento político tem um norte; mas quem está entrando muitas vezes fantasia para um leque muito mais amplo e quando começa a afunilar sem atender a essas expectativas, ou a pessoa vai se enquadrando e adquirindo essa formação política, ou ela se frustra e sai fora. Por isso o recrutamento de militantes é complicado, tem muita gente nova entrando, é muito forte a vinculação com a juventude, e muitos entram com a expectativa de que como ambientalistas vão mudar o mundo, vão participar de festas belíssimas, vão visitar baleias e olhar para as cachoeiras, aquela coisa poética quase totalmente centrada no lúdico do movimento – que até tem em alguns momentos, mas não é a essência do movimento». Sua resposta estimulou a formulação de uma nova questão: «será que existe alguma parcela dessas pessoas que se sintam desestimuladas na medida em que vejam que é difícil viver de forma ambientalmente correta? Muitos, depois de entrar e conhecerem melhor a profundidade do movimento, se confrontam com os próprios hábitos, ou não? Existe esse conflito, e ele chega a causar o afastamento?», e ela recebeu a seguinte refutação: «Eu não descarto, mas acho que é um fator menor. Eu acho que quando acontece isto são pessoas que têm outros problemas, que até pela própria personalidade... Nas poucas experiências observei que se trata de pessoas muito personalistas, que no fundo são até autoritárias e que tem essa frustração por achar que o movimento está todo errado e isolam-se. Talvez esteja sendo um pouco rude, mas na maioria dos casos eu vejo como positivo o afastamento dessas pessoas; o mundo não pode ser conduzido por esta linha, por pessoas que acham que têm a resposta e a certeza absoluta de que o direcionamento que estão dando é o mais correto, o que é a negação do princípio da discussão democrática, da abertura da discussão de idéias».

Tereza afirma que é «porque se cansam, essa coisa do ânimo e desânimo. O nosso movimento ali no Campeche tinha aproximadamente 500 pessoas [que] se organizavam em grupos». Para ela, «uma coisa que atrapalha muito são aquelas reuniões intermináveis em que se discute tudo e não se chega a quase nada» além do «problema entre a militância intelectual e a militância um pouco mais simples: o intelectual vai lá e fala o que o mais simples não entende, e esse não volta – ele não chegou a ser um grande militante, mas tinha uma participação». Também desaparecem, às vezes, por falta de objetivos e definição dentro de um trabalho» que tem que ser «organizado», pois «como não existem papéis e funções, chega um momento... Daí

⁹⁵ José Lutzemberger, em entrevista.

as pessoas se comprometem com ações muito pequenas, que logo são abandonadas». Assim, «ficam os de sempre, ali no Campeche somos [um pouco mais de] quatro». Como se não bastasse, e contrariamente à defesa feita no próprio ambientalismo, subsiste ainda, segundo sua avaliação, posicionamentos de origem machista, pois muitas intrigas surgem pelo fato de «quem estava na frente éramos eu e a Janice, ambas mulheres. Tem esse problema, a mulher não é escutada como homem. [...] Existe também a discriminação sexual, sem sombra de dúvida».

Para Orlando «tem bastante» pessoas que não aparecem mais no movimento, mencionando a experiência na sua região. Para ele, «existe um entra e sai, é como eu te falei antes: existem grandes interesses nisso aí, alguns têm interesses ambientais, que são os que têm dom mesmo, e outros têm interesses próprios».

Mauro, Rafael e Diogo falaram muito também sobre esse tema. Mauro responde que é «principalmente por causa dessa história de eu ter de cuidar da minha vida [...]; por não se saber como trabalhar, às vezes as pessoas acham que aquilo ali é uma coisa [...] Então, chega um momento em que aparece uma oportunidade e muitos largam para ir ganhar dinheiro». Para ele, «formar uma organização consistente, com princípios e organizada mesmo, é uma coisa muito difícil», e a maioria das pessoas «vê aquilo como um *hobby*». Frente à amplitude e profundidade a que pode levar a crítica ambientalista, muitos pensam «"vou ficar de olhos fechados, vou viver minha vidinha que é muito mais tranquilo do que eu ficar sabendo de tudo isso que está acontecendo". É difícil segurar essa onda, nem todo mundo quer segurar essa onda». E mais, «tem uma outra variável que é a disputa de vaidades dentro das organizações, quando tem um querendo aparecer mais do que o outro». Rafael destaca a «questão do comprometimento [...] seja por se acharem incapazes, seja por valores pessoais». Diogo confessa que «é mais fácil tentar mudar a vida do outro do que a própria, na verdade. Por quê tem que mudar tudo, mudar até as normas da casa? Aí não dá! E para quê mudar? É tanta cobrança que as pessoas não aguentam, fora o lado financeiro que é um desafio». Diogo complementa: «as relações interpessoais são uma coisa muito complicada, e pra modificar tem que passar por administração de conflitos, por desgastes, por soluções, por busca de confiança, e a maioria das pessoas não está a fim de se dedicar a isso, ficam nessa visão individual, mais parcial, posso até dizer mais egoísta, de ficar só pensando em si e no seu grupo e o resto não tem importância».

«Num primeiro momento eu vejo como a inviabilidade de conciliar essa atividade com o resto da vida da pessoa. No segundo momento eu vejo como uma falta de identidade», afirma Eloísa. Destaca ainda que muitas pessoas «esperam que em curto prazo isso dê um retorno pra elas, que elas consigam se projetar no mercado, alguma coisa assim, e isso não é satisfeito – porque acho que o principal entrave, a principal barreira está na questão financeira,

da auto-sustentabilidade –, então acho que elas se desestimulam».

Zé diz que «essa é uma característica presente no movimento» e que «tem muita gente que não permanece por falta de consistência [porque], falta coerência [ou] porque entraram na carona do *marketing*, porque é bonito e rende votos». Ponderou, entretanto, que «existe uma cobrança sobre aqueles que se afastam» e que «com essa cobrança, alguns daqui a um tempo nem conseguem se entender dentro do ambientalismo». Entretanto, acredita que «quando a pessoa age de alguma outra forma, mas continua sendo ambientalista na essência, na interação, promovendo coisas importantes de transformação do social que têm tudo a ver com a proposta ambientalista, ele continua sendo ambientalista».

Alésio, que já havia se referido aos ambientalistas «de modinha», entende que é «por causa da vida particular. Elas misturam a militância com a vida comunitária. Às vezes tem que parar para estudar, ou por causa de um emprego, uma série de coisas; eu ouço às vezes: "eu agora vou fazer o mestrado, arrumei um emprego...". Mas as pessoas que entram no movimento são pessoas que realmente não tem tempo».

Os demais entrevistados parecem, agora que melhor analisados, referirem-se aos militantes mais destacados. Christian diz que «eu não tenho a estatística» e que «os militantes que eu conheço há anos continuam militantes» mas que «têm alguns que se encaminharam, por exemplo, para a carreira política em si, que se distanciaram dos ideais». Entretanto, adverte que mesmo atuando em outro lugar pode-se permanecer com o «norte [...] do político [e] do ambientalismo» e que a postura de achar que «“eu enxergo mais do que os outros, porque a minha área é que geral, global, holística”» pode conduzir a um «messianismo».

Pedro diz que «eu acho que são sempre os mesmos, e pega que nem uma doença». Brinca com a situação, dizendo que «é até perigoso que o Alésio, o Jeffrey e outros entrem numa condução só, porque se haver um acidente o movimento se acaba». Concorde, entretanto, que «muito pouca gente» ingressa no movimento «porque envolve mudanças de atitude, de jeito de encarar a vida» e que a maioria prefere as amenidades como «a novela das sete» ou o «Figueirense⁹⁶ no quadrangular do retorno».

«Não, eu acho que ele cresce. Quem é mesmo, não sai», discorda Queiroz, mas como ele diz que as pessoas que ingressam no movimento e logo se afastam «não vão com vontade de se dedicar a trabalhar», parece admitir que existe o entra-e-sai percebido pela maioria.

A maioria dos militantes afirma que existe uma rotatividade de pessoas no

movimento: muitas se afastam após algum tempo, enquanto algumas permanecem. Alguns motivos levantados para explicar o afastamento são bem próximos aos que geram o desânimo neles próprios, conforme a discussão feita anteriormente. A falta de consistência ou de preparo político – amadorismo, desconhecimento dificuldade de apreender o objeto – para exercer as funções e tarefas que o movimento exige; as dificuldades e necessidades pessoais que já são grandes mesmo sem militar; e a profundidade e diametralidade dos problemas ambientais, numa perspectiva da integração e da dinamicidade, que exige pensar e agir individual e coletivamente no cotidiano e sobre as estruturas sócio-históricas são motivos elencados.

As frustrações com o avanço lento das conquistas, ou a falta de “paciência histórica” derivada da incompreensão do ritmo das transformações sociais, leva as pessoas a buscarem a felicidade no seu contexto subjetivo, ao invés de esperarem por um futuro distante e sempre incerto – e que não será conquistada sem grande esforço, desgaste e desprendimento. Os militantes que não conseguem satisfação pessoal dentro de um contexto em que outros humanos sofrem aflições e a natureza que estimam segue sendo destruída – o que provocará mais aflições aos seus descendentes – parecem ser os que têm se mantido atuantes no movimento ambientalista.

A mudança de hábitos pessoais também foi citada como requisição do ambientalismo, neste e em outros tópicos, e aqui foi mencionado como mais uma das “cobranças” que sofrem os militantes e cuja pressão não estão dispostos a sofrer. Deve-se, portanto, confrontar essa opinião com a de João de Deus, para quem as pessoas que se afastam por verem seus costumes confrontados com os valores do ambientalismo são, na maioria, «pessoas muito personalistas, que no fundo são até autoritárias e que tem essa frustração por achar que o movimento está todo errado e isolam-se». Isto não parece significar que elas deixam de ser motivados por uma orientação ambientalista, apenas que se afastam da sua vertente *stricto sensu*, continuando com suas vidas sem atuarem politicamente nos seus trâmites tradicionais. O posicionamento de Caubet também é próximo, advertindo que as posições daqueles que se acham mais conhecedores porque «a minha área é que geral, global, holística» pode conduzir a um «messianismo». Em outro trecho, Zé Olímpio critica os que só pensam em se auto-compreender e auto-transformar porque «esta situação faz a pessoa se descomprometer com o social, porque passa a vida inteira tentando se transformar através do autoconhecimento e do autodesenvolvimento».

Eles reconhecem, assim, por várias vias, a existência de indivíduos que se ajustariam

⁹⁶ Time de futebol local.

ao tipo «fundamentalista» descrito por Eduardo Viola: «enfatizando a pureza do movimento, tendem a adotar uma visão maniqueísta e a bloquear o diálogo com a sociedade, configurando um potencial messiânico-autoritário», posição esta contrária à dos «realistas», que «felizmente [...] dão a tônica ao conjunto do movimento» e «estão muito mais preocupados com a extensão o movimento verde, a formulação de um programa econômico viável capaz de ecologizar paulatinamente a sociedade desenvolvimentista» (Viola, 1987: 78).

A manutenção do equilíbrio torna-se assim fator decisivo para continuar envolvido com o movimento, o que foi sugerido também por Alécio: ter clareza dos limites da sua atuação individual, das fragilidades do próprio movimento e da resistência estrutural e cultural às mudanças – fugir dessas realidades e colocar-se à parte, como que “por cima do bem e do mal”, denota uma leitura pouco profunda, portanto ao contrário da profundidade que o ambientalismo preconiza.

Um outro aspecto relacionado com a participação no movimento é o do voluntariado. Muitas pessoas estão dispostas a participar, embora não com o grau de envolvimento dos membros, digamos, mais institucionalizados, e essa é uma riqueza ainda inexplorada pelo movimento, segundo Mantovani (*in* Urban, 2001: 144). O envolvimento em uma causa que faça sentido pode auxiliar tanto as pessoas interessadas a romperem com o individualismo a que estão entregues – onde as identidades são formadas mais em torno do ato de «compartilhar intimidades» (Silva, 2002: 16)⁹⁷ – quanto, através disso, a dar maior dimensionalidade ao movimento. Contudo, como os voluntários freqüentemente apresentam um «desencanto com as atividades tipicamente localizadas no campo político» (*ibidem*: 18), requisita-se o cuidado para não desencantá-las com políticas tradicionais – permanecendo, ainda, porém, no campo político – e com todos os dissabores acima relatados. Ou seja, «é muito serviço», como diz Pedrão.

5.5.14 – Considerações finais

Nos casos em que houve tempo para se fazer algum comentário adicional motivado pelo assunto apresentado, todos o fizeram.

Os membros da Aprender quiseram deixar uma mensagem otimista. As declarações de Rafael expressaram bem o sentimento do grupo: «o trabalho é complexo, é desgastante, é duro, mas por outro lado é muito gratificante e a gente acredita no que faz» já que «uma pequena

⁹⁷ A autora refere-se a Sennet, 1988, e as referências bibliográficas deste não constam do artigo. O artigo foi enviado pela autora ao pesquisador por meio eletrônico antes de ser publicado, e as páginas citadas nesta dissertação referem-se àquele formato. Na bibliografia desta dissertação a referência ao artigo é a da publicação, com dados fornecidos pela autora.

parcela de colaboração que a gente dá é importante e a gente já vem tendo bastante resultado positivo». Embora «dá até um certo desânimo ver as notícias e enfrentar as situações do nosso dia a dia, às vezes até na nossa casa, nas nossas relações e interesses institucionais de trabalho, mas, por outro lado, a gente vê que está havendo uma conscientização, de ações, que está crescendo bastante, e acredito que vai ser possível mudar».

Alésio faz um chamamento às «universidades públicas, não as particulares», que «têm uma grande responsabilidade com a nova sociedade, com o meio ambiente»; ela deve ter «esse caráter mais independente de fazer uma crítica comprometida socialmente sem se comprometer com o lucro do patrão. A gente está perdendo a universidade, isso é muito ruim para o país, para o ambiente e para a sociedade».

João achou «importante reforçar que o movimento ambientalista persegue uma utopia, e é importante a gente ter clareza das nossas enormes limitações, mas que ainda que pareça que estamos dando murros em ponta de facas, ou lutando contra moinhos, é muito interessante o resultado disso», mesmo sabendo que a gente não «vai reformar o mundo de uma hora para outra». São importantes o diálogo e a união, porque «as pessoas que acham que vão fazer a revolução sozinhas ou que vão conduzir o movimento com suas idéias têm criado muitos problemas». Ainda há muito que fazer, porque «a nossa cultura criou uma base tão arraigada de interações com o ambiente de forma conflituosa que eu não acredito que a sociedade possa prescindir em algum momento do movimento ambientalista» e «o grande desafio hoje, o grande dilema do movimento ambientalista, que nos angustia um pouco, é essa dúvida se realmente o planeta vai conseguir se livrar do homem há tempo».

Eloisa sugeriu uma pesquisa sobre «a questão da entidade em si, a estruturação das ONGs, acho que seria uma coisa importante, que está diretamente relacionada ao assunto. Porque nós temos uma grande dificuldade, a gente sabe, a estruturação de uma ONG e a manutenção dela envolvem gastos e coisas desse tipo, todo um processo burocrático».

Christian pediu para se «relativizar um pouco essa questão de lideranças. Eu não sou uma liderança... Pode até ser que eu seja considerado». Neste sentido, «as nossas ONGs são ridiculamente insignificantes, têm problemas enormes de funcionamento» e há de se considerar sua dimensão na resolução dos problemas ambientais.

Queiroz falou por último que «falta apoio para a nossa luta. Principalmente dos órgãos do meio ambiente, é o que deixa a gente mais magoado. Têm alguns que além de não atender a gente, ainda telefonam para os infratores contando que fomos denunciar»; além disso, «têm ainda as pessoas que reclamam dizendo que a maricultura causa poluição visual aqui; poluição visual é esses barcos fundeados, botam poitas de 800 Kg no fundo da baía e não tiram

mais, estragam as redes dos pescadores».

As declarações, com outras palavras, apresentaram basicamente a tônica de todas as entrevistas. A crise ambiental é ampla, a sua superação é um projeto utópico para a sociedade que exige um redimensionamento do lugar da humanidade na biosfera; o poder das entidades ambientalistas é limitado e a lide militante é difícil, recebe pouco apoio, resistências e estigmatização; é importante a ampliação do diálogo, do trabalho conjunto e do envolvimento com a integralidade dos problemas ambientais; mas é compensador ocupar o lugar de elo entre o mundo criticado e o mundo novo, fazendo uso das capacidades e da consciência sobre esse movimento e vendo algum resultado mínimo, mas positivo.

A universidade e seus componentes, seus papéis e suas influências foram lembradas aqui por Alécio, mas também por outros entrevistados nos outros tópicos. Alécio preza aquele espaço por que foi ali que teve sua consciência crítica alargada, e esse papel tem que ser mantido, mas também acha que ela deveria se abrir mais para o conhecimento das outras culturas, como a oriental, com isso ampliando a visão de mundo da nossa. Caubet se sente «uma mosca no copo de leite» ao denunciar freqüentemente os impactos ambientais causados pela universidade na sociedade, principalmente em relação ao seu uso dos recursos hídricos. Jeffrey reclamou dos professores que, morando em alto número no bairro, não auxiliam com seus conhecimentos e não influenciam no movimento, o que contribui para deixa-lo ainda mais espontaneísta. Rafael lamenta que os doutores, que têm «um baita conhecimento», não os apliquem e mantenham posturas superficiais. Orlando gostaria de mais auxílio por parte da universidade, seus estudantes e professores, e lamenta ter votado em tantos intelectuais. E Tereza reconhece que, no movimento, as posturas intelectualizadas acabam afastando do movimento as pessoas que não as entendem, e que por isso pensam não conseguirão ajudar – «às vezes não se chega a resultado nenhum, mas tudo foi dito e mencionado».

Trata-se de uma questão complexa que remete ao papel da universidade na sociedade. Ela tem sido o lugar, por excelência, da produção do conhecimento científico, o que realmente tem feito; entretanto, ela tem sido medida pelo critério da produtividade interna, conduzida através da hierarquização dos saberes especializados em detrimento do senso comum (da participação de outros saberes) e marcada pelas exigências do mercado de trabalho e empresarial e pela interferência do Estado, quadro que a coloca em constante crise de legitimação, de hegemonia e institucional (Santos, 1997: 199, 190, 224 e 195). Ou seja, a crise universitária não é mais do que um aspecto da crise social, e a resolução desta, dada a importância da universidade, passa também pelo seu próprio questionamento. Ambos os caminhos parecem ser complementares: as forças políticas (movimentos sociais, partidos

políticos, trabalhadores organizados, movimento dos sem terra, etc.) que combatem na sociedade disputam a universidade constantemente, e a transformação da sociedade por este viés redundará numa transformação universitária; por seu turno, a universidade, se envolvendo com a compreensão da crise social, em seus diversos aspectos, auxilia na “limpeza do caminho” até a transformação social, mas sem uma participação mais orgânica da universidade com essa crise, ela continuará à mercê dos interesses disputados – e sabe-se quem tem vencido.

Mesmo com o crescente envolvimento com a questão ambiental em todas as áreas do conhecimento, abrangendo desde laboratórios até cursos de mestrado em algumas de suas áreas, mesmo sendo imprescindível o papel da ciência para a construção social dos problemas ambientais (Hannigan, 103 e ss; McCormick, 1992: 74), a universidade é considerada «um dos piores aliados» da questão ambiental, segundo Mantovani, que cita a pretensa neutralidade científica como sendo responsável por isto, ao lado de problemas como «egocentrismo» ou busca de «recursos» (*in* Urban, 2001: 152), esses dois problemas apontados por alguns entrevistados como sendo as deficiências de muitos militantes – surpreende, entretanto, que Mantovani considere como grandes aliados os meios de comunicação. Se não se pode negar que a ciência é uma força poderosa na argumentação ambientalista, também não se pode esconder que o domínio da ciência pela economia tem provocado enormes danos ao planeta e que seus avanços não são distribuídos equitativamente⁹⁸, ou seja, na prática, a ciência não é neutra (Sofiatti, 1995: 29; Menezes: 11; Hannigan: 106; Acot, 1990: 106; Leff, 2000a: 28 e 38).

A tendência atual é de um incremento do envolvimento da universidade com a questão ambiental, como levantada e defendida por Leal Filho, entretanto, segundo este, em função da geração de «empregos, impostos para o governo e prosperidade para a indústria como um todo», já que, no caso brasileiro, em triste contraste com o primeiro mundo, o «setor ambiental [...] vale hoje aproximadamente US\$ 5 bilhões» (Filho, 1999: 192 e 196). Por outro lado, são vários os pronunciamentos em favor de uma aproximação da universidade com os agentes políticos: um dos entrevistados de Crespo (1998: 14) falou em «parceria [...] com as ONGs» e o II Seminário Universidade e Meio Ambiente, ocorrido em 1998, recomendou, pelo reconhecimento de que o sistema universitário é um «importante aparelho ideológico no mundo atual», que ele deve «fluir no movimento da prática social» através de «interfaces» com «partidos, associações, etc.» (Moraes, 1990: 157).

Os entrevistados parecem reivindicar dos intelectuais a mesma postura com a qual

⁹⁸ Por exemplo, na medicina, «quase a totalidade do esforço de pesquisa científica pública e privada no mundo se concentra nos males que atingem uma minoria de alta renda» (Capdevilla, 2002).

eles justificam o seu envolvimento com ambientalismo, algo como um “senso de responsabilidade”. «A elite acadêmica e a *intelligentsia* latino-americanas se relacionam com a questão ambiental basicamente por meio das suas atividades profissionais» (Reigota, 1999a: 105), e os militantes esperam ver uma participação maior deles na comunidade devido aos conhecimentos de que eles dispõem. Muitos ambientalistas talvez não conheçam, ou não prestaram atenção, ao fato de que a docência e a pesquisa universitárias, junto com eventuais compromissos administrativos e outras funções, não deixam quase nenhum espaço para atividades extra-universitárias, mesmo desejando tê-las, e a superação dessa deficiência comunicativa – a universidade conhece mais o movimento do que vice-versa – faria muito bem a ambos atores. Ao mesmo tempo, apesar da sua hiper-pauta, os movimentos sociais parecem conhecer pouco a importância de influírem na transformação universitária, e não apenas como um fim, mas como um meio para a transformação social.

6 – EM DIREÇÃO À CONCLUSÃO: O MILITANTE AMBIENTALISTA SOB O PESO DA COMPLEXIDADE

A discussão precedente já apresentou inúmeros pontos de vista e interpretações do pesquisador, porém de forma espaçada. Além disso, é preciso ainda falar sobre o alcance ou não dos objetivos traçados no projeto de qualificação e sobre a confirmação ou refutação de suas hipóteses iniciais (Soares, 2002b: 21-24). Este capítulo conclusivo pretende dar conta dessa pendência e fazer uma amarração final dos temas abordados. Entretanto, não será efetuada uma resposta ponto por ponto dos objetivos e hipóteses, apenas algumas considerações gerais em torno de suas afirmações.

Na avaliação do pesquisador, os objetivos da pesquisa foram alcançados. Foi possível conhecer a influência da militância sobre a vida pessoal do militante ambientalista e retirar importantes implicações deste processo para a organização do movimento ambientalista *stricto sensu* e para a relação entre a individualidade e sociabilidade dos militantes. As entrevistas, com o suporte bibliográfico, apresentaram elementos da diversidade inerente ao movimento, suas dificuldades de vivência e de operacionalização. Conceitos trazidos pela sociologia e pelos estudos ambientais como moralidade, papel social, estigma, função social, revolução molecular, interação, multissetorialismo e outros serviram de suporte para a compreensão da problemática e para a análise das entrevistas.

Permanecem, sem dúvida, algumas lacunas – conceituais, argumentativas, de relacionamento entre os temas –, e nem de todas o pesquisador tem consciência; sempre resta a impressão de que faltaram algumas interrogações nas entrevistas, que elas poderiam ter sido encaminhadas de outra forma ou que poderiam ter sido mais esmiuçadas. Entretanto, é preciso estabelecer um limite, fazer escolhas, arriscar posicionamentos, aceitar as próprias limitações do pesquisador e se acomodar aos prazos e dimensões de uma pesquisa de mestrado no quadro atual da educação brasileira.

Apesar disso, o pesquisador precisa ainda testemunhar sua extrema gratificação com a realização do curso de mestrado e da pesquisa que lhe compõe, requisitar uma avaliação profunda daqueles que terão acesso a este texto – acadêmicos, ambientalistas e demais interessados – e oferecer seus resultados positivos àqueles que buscam a compreensão do fenômeno sociológico e político.

6.1 – A COMPLEXIDADE DOS PRINCÍPIOS AMBIENTALISTAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Os movimentos sociais têm sido crescentemente estudados. Ferreira (1999b: 35) informa que dois vieses são predominantes: o estruturalista, privilegiando mudanças institucionais, sociais e econômicas, e o culturalista, debruçando-se sobre as mudanças de valores e estilos de vida. Esta pesquisa, sem negar a importância do primeiro caso – já que elas têm maior poder instituído –, concentrou-se sobre o segundo: os sujeitos interatuantes no processo político com suas especificidades e cotidiano, suas idéias, desejos, dificuldades e condições disponíveis.

As mudanças sociais ocorrem dialeticamente. Partidos políticos, corporações econômicas, religiões, Estados, meios de comunicação, buscam imprimir uma dinâmica social que satisfaça os interesses e idéias daqueles que lhes comandam, idéias e interesses esses que são recebidos da tradição – nesse sentido os atores sociais e agentes políticos cumprem um papel social –, mas que se transformam constantemente no embate e na cooperação social. Os indivíduos sob a influência dessas instituições reproduzem, em grande medida, a dinâmica social imprimida por eles, mas sempre há contestação, tanto escamoteada, pois as normas e valores sempre são transgredidas – o funcionário que rouba uma caneta do trabalho, o motorista que fura o sinal fechado, o empresário que sonega impostos –, quanto explícita, o que confere à ação um sentido político, contestações essas que retroagem sobre as instituições e seus mandatários influenciando as suas transformações.

Os indivíduos que contestam explicitamente a ordem que se pretende perene exibem uma tendência a se agruparem em torno do tema que consideram mais importante para a mudança, ou pelo menos uma simpatia pelos que o fazem. Em cada campo de contestação ocorrem ainda divergências sobre a amplitude, profundidade e âmbitos da transformação, além daquelas oriundas de entendimento da realidade. No movimento ambientalista *stricto sensu* também ocorre isso, como foi possível notar pela apresentação da literatura e das opiniões de militantes ambientalistas da cidade de Florianópolis.

Os movimentos sociais são inerentemente complexos: na sua história, constituição local, vínculos com outras entidades, movimentos e setores sociais – não apenas o ambientalismo possui vertentes em outros setores sociais –, multiplicidade de objetivos, relação interna entre os militantes, objetivos, metodologias de atuação, etc. O movimento ambientalista, defendeu-se aqui, apresenta uma complexidade maior que os demais movimentos por partir de pressupostos assumidamente complexos – muito embora também haja divergências a nível micro, uma

inspeção a nível macro apresenta um quadro de história e de idéias principais onde aparecem alguns temas predominantes que se convertem em princípios orientadores das reflexões, diálogos, deliberações e ações dos seus militantes.

Esses princípios possuem em comum a propriedade de serem inter-relacionais (interacionais, articulados, cambiáveis) e dinâmicos (processuais, em movimento e transformação), unindo em reciprocidade contínua a natureza e a cultura, o indivíduo e a sociedade, o micro e o macro, os seres vivos e os não vivos, o passado e o futuro, o local e o global, o que nos faz reconhecer o princípio da ontologia ecossistêmica (ou processual-relacional) como organizador dos demais: respeito a todas as formas de vida, multiculturalismo, respeito às gerações futuras, justiça social, democracia participativa, compromisso de transformação, revisão do estilo de vida, agir localmente e pensar globalmente, pensar localmente e agir globalmente, responsabilidade individual, interdisciplinaridade.

Derivam daí três implicações básicas para os militantes da área do ambientalismo, todas elas complexas. Várias agressões são impingidas ao ambiente natural, e nem todas elas diretamente; compreendendo o mundo como uma relação em processo, o militante tende a relacionar diversas atividades humanas – inclusive aquelas travestidas de “ecológicas” – com a degradação do ambiente natural. Dois exemplos: a forma predominante de deslocamento humano – senão efetivamente, pelo menos em ideal das sociedades modernas – é o automóvel particular, que demanda energia, metais, água, trabalho humano, etc., e dispensa gases, resíduos líquidos, sucata. Também tentam nos convencer que a alimentação industrializada, conduzida semi-artificialmente em campos e granjas de frankensteins – novamente: energia, água, transporte, gases, resíduos, metais, etc. – é a saída para a fome dos povos.

Há de se interromper as poluições hídricas, sonoras, luminosas, atmosféricas; barrar a erosão dos solos, a derrubada das matas, a matança dos bichos da terra, da água e do ar, os estilos de vida extravagantes e competitivos, entre outros processos em curso, além daqueles que se estão se consolidando, como a nanotecnologia e a nanobiologia⁹⁹ (Aquino, 2003), e

⁹⁹ Informa o ETC Group (Erosion, Technology and Conservation) que experimentos com a nanotecnologia («O nanômetro, a milionésima parte de um milímetro, é uma escala onde as leis da Física Quântica são utilizadas») já estão sendo utilizados para fabricar hambúrguers átomo por átomo e que «“teremos nanomáquinas autoreplicantes em cerca de 20 anos”». O mercado da nanotecnologia, que estima-se que terá um valor aproximado de US\$ 1 trilhão em 2015, envolve projetos inclusive de «usar nanopartículas [infiltradas] para aumentar a cognição, melhorando o desempenho do cérebro através da terceirização de processos de pensamento». As conseqüências são, como as das demais agressões ambientais, imprevisíveis, mas estudos já em andamento confirmam que «“nanopartículas podem atravessar vidro, por exemplo, e serem absorvidas pela pele. [...] Nanopartículas tendem a se agrupar e em um experimento foi observado que se concentraram no estômago de uma cobaia humana podendo causar-lhe câncer”» (Aquino, 2003). As citações internas são de Pat Mooney, representante do ETC que veio ao último Fórum Social Mundial.

certamente os que estão por vir. E ao mesmo tempo, já que a problemática ambiental é resultado de desarranjos na forma de organização social, garantir a alimentação necessária – porém suficiente –, o direito das mulheres, dos indígenas e populações tradicionais, a tolerância religiosa, a educação não bestializante, os meios saudáveis de curar as enfermidades, a habitação adequada, a justiça social e econômica, o trabalho dignificante e prazeroso para todas as pessoas que quiserem se alinhar à cultura moderna e deixar as demais em paz. Tem muito serviço, como falou Pedrão.

Mesmo fazendo parte de uma ONG, digamos, que preserva um mangue, a sua preservação depende de que a dinâmica da cultura em crise não avance sobre ele. O militante encontra elementos no ambientalismo para se preocupar com toda a cultura humana, seus produtos e seus produtores, e mesmo sem condições de ir além do mangue, sente-se solidário com os militantes que enfrentam as outras facetas da irresponsabilidade ecológica. Essa hiperpauta é uma característica do ambientalismo que lhe confere uma complexidade sem paralelo – pelo menos os demais movimentos sociais, novos ou antigos, não encontram nos seus fundamentos teórico-metodológicos (nos seus princípios) elementos que os impilam a alastrar-se em prática sobre os demais setores da sociedade.

Uma outra implicação dos princípios ambientalistas é que não existe um foco de atuação predominante que possa dispensar os demais. Fazer pressão ou *lobby* sobre o empresariado ou sobre o Estado, atuar na organização política e/ou educacional comunitária e modificar os próprios hábitos pessoais no cotidiano são necessariamente intercomplementares. O Estado omissivo ou corrupto, por implantar políticas públicas não ambientalmente sustentáveis, é atacado pelas ONGs ambientalistas, o mesmo valendo para as empresas irresponsáveis e degradadoras. E como aqueles setores instigam um estilo de vida esbanjador, a formação das mentalidades para a reprodução dessas atitudes depredatórias é também um problema ambiental que conecta os indivíduos com a estrutura social, ou seja, faz do indivíduo um problema ambiental que, portanto, deve ser solucionado.

O modo como os seres humanos concebem a natureza e como se portam nela – o modo de ser dos seres humanos – passou a ser um problema para a natureza, independentemente de essa destruição retroagir sobre a própria humanidade ou não. Reconhecer esse tipo de formação e empreender modificações em si próprio – para deixar de ser um indivíduo que depreda – é a terceira implicação principal dos princípios integradores do ambientalismo. Isso se constitui num problema para aqueles que se tornam orientados por uma mentalidade ambientalista; torna-se um conflito constante, na medida em que, entre outros motivos, a sua vida continua processando-se num ambiente social que está ainda, pelo menos em termos

macroestruturais, aprofundando o mesmo etos e não lhe oferece condições de agir diferente. Opor-se às ações depredatórias promovidas por indivíduos e instituições – o que compõe a agenda da maioria dos ativistas ambientalistas – gera constantemente sentimentos com estresse, ansiedade e rancor nos mesmos – e também, é claro, nos oponentes, cujas respostas e contra-ataques tendem a agravar esse quadro no militante. Então, o que se passa emocionalmente com os militantes é também um problema ambiental (no sentido de inadequação ou dificuldade de dar resposta àquilo que temos chamado de problemática ambiental) – de outro modo, são problemas ambientais aqueles que os ambientalistas enfrentam para solucioná-los.

Estando a reversão dos problemas ambientais na condição de uma reversão das orientações civilizacionais, esse movimento trará a constituição de um indivíduo com outra mentalidade, embora não se saiba como será ele (Grün, 1994: 189). Em outras palavras, a formação social dos indivíduos será outra, e o indivíduo “resultante” desse processo será outro. Retira-se daí que os ambientalistas constituem-se, atualmente, no elo entre esse “velho” indivíduo e o “novo” indivíduo. É um ser, ele próprio, em transição, que está profundamente envolvido com a transição do ser social. O ambientalista, entre aquilo que não morreu e aquilo que não nasceu, é, então, uma crise:

Falamos de "crise" em relação a uma vida ou uma forma de vida, a um sistema ou uma "esfera" de ação. As crises decidem se uma coisa perdura ou não. O caso paradigmático de crise é a crise de vida, na qual, se levadas ao extremo, está se tratando de uma questão de vida ou morte. Em toda crise os envolvidos confrontam-se com a questão hamletiana: ser ou não ser. As crises em geral têm causas objetivas, mas devem também poder ser *vivenciadas* como crises pelos sujeitos ou entidades sociais envolvidos. Elas também sempre afetam a autocompreensão e a autodefinição de agentes, sistemas ou esferas, uma vez que sempre afetam sua identidade e, isto é, uma vida ou a situação de vida *como um todo*. (Brunkhorst, in Outhwaite e Bottomore, 1996: 156-157)

Aspectos dessa crise foram identificados nas entrevistas. Foram freqüentes as referências às dificuldades enfrentadas nas suas atividades militantes e as implicações destas para a sua vida pessoal, com suas interações sociais e convivência familiar. Sabendo que sua contribuição não se encerra nas suas reuniões e outras atividades, esforçam-se por aplicar cotidianamente os princípios que julgam ser os mais corretos politicamente – mas esbarram na falta de correspondência das instituições e demais atores sociais e agentes políticos com esses princípios. Tendem a sentir-se, assim, como “estranhos no ninho”, o que é confirmado pelas manifestações estigmatizantes que enfrentam constantemente.

A pesquisa não quis saber dos entrevistados em que aspectos eles sentem-se incongruentes com o que o ambientalismo defende – o que eles fazem no seu dia-a-dia, quais suas ofensas práticas aos princípios, a constância de suas ações discrepantes, etc. Foram

recolhidos referenciais teóricos para demonstrar a pertinência da associação entre as ações dirigidas para as estruturas sociais e aquelas aplicadas na própria vida – o que pode ser denominado de autotransformação individual – porque a consulta à bibliografia ambientalista não permite deixá-la de fora, e as declarações espontâneas dos entrevistados confirmaram que fazem parte do horizonte de preocupações do movimento ambientalista *stricto sensu*. Isso demonstra a relevância de uma pesquisa que se concentre exatamente aí, nas ditas incoerências dos militantes, com o fito de clarear mais as crises vivenciadas pelos agentes políticos e, principalmente, sociologicamente falando, explorar mais as relações entre estas crises e o poder de interferência político-social do movimento ambientalista. Deve-se deixar claro, contudo – e o pesquisador fala neste momento também como um participante do movimento ambientalista *stricto sensu* consciente de suas próprias incoerências –, que isso não significa culpabilizar os militantes – denunciar suas fraquezas, equipará-los aos políticos sem escrúpulos, demonstrar a ineficácia dos movimentos sociais –, antes contribuir com compreensão da complexidade da crise sócio-natural, do movimento ambientalista e de si próprios como agentes políticos em interação.

6.2 – O INDIVÍDUO MILITANTE E SUAS TRANSFORMAÇÕES EM INTERAÇÃO

A pesquisa bibliográfica e as entrevistas permitiram algumas conclusões no tocante a este tema e a outros apontados desde pelo menos o projeto de qualificação. Foi apontado que o indivíduo não é um monólito unívoco e que se constitui de diversos aspectos que lhe dão as suas características. O que se pode dizer, agora, sobre o indivíduo ou pessoa com personalidade, identidade, sujeito, subjetividade, papel social ou *self*?

Esses aspectos são dinâmicos enquanto o indivíduo interage socialmente, e com a especificidade de cada interação e das características próprias de cada indivíduo teremos sempre resultados também específicos. Não podemos falar, por isso, em padrão de respostas interativas, mas como não podemos analisar caso a caso, resta tentar compor algumas considerações gerais com o caráter de exercício interpretativo.

Pode-se afirmar que a sociedade sempre fornece um sentido de eu ou *self* aos seus indivíduos constituintes. Elias prefere interpretar a formação do eu através das funções que cada um cumpre na sociedade, o que causaria um «entrelaçamento constante das necessidades» (1994: 37); para Taylor o eu é marcado profundamente pela moralidade da sociedade e pelas «redes de

interlocução» formada pelos indivíduos (1997: 15 e 55); Goffman interpreta o eu a partir da «cena inteira da sua ação», que não é constante no decorrer da vida (1975: 231); já Agnes Heller parece interpretar o eu na balança entre o genérico definido por valores e o particular que busca a satisfação de suas necessidades (1985: 20 e 22).

As vivências dos militantes ambientalistas os fazem contestar o sentido recebido da sociedade, ou escolher aqueles com que mais se identificam dadas suas leituras da realidade, visão esta que compartilham com seu grupo de afinidades. O *self* vive assim em constante auto-questionamento: a afirmação de um *self* destoante da “média” social os fazem sentir-se em descompasso, o que é referendado pelas manifestações alheias; a adequação do *self* a essa “média” pode levar a demonstrar ou que não há nada para ser “consertado” ou que não é possível a formação de novas mentalidades. Os militantes entrevistados indicam que essa preocupação se faz sentir na prática e que a forma de bem lidar com ela é decisiva para a permanência no movimento.

Em geral os indivíduos que entram no movimento já apresentam alguns traços de personalidade que os tornam propensos a atividades desse tipo, incluindo o contato com a natureza e os relacionamentos políticos explícitos. Isso aparece também nas descrições do gosto infantil e daqueles que falaram que estão seguindo sua essência. Caracteres inatos são de difícil exploração, mas o determinismo histórico pessoal como resultado das vivências anteriores também não é sustentável. As características como caráter, sociabilidade e perspicácia para lidar com situações complexas também são exigidas pelos militantes entrevistados, e as “falhas” nesses quesitos foram apontadas como problemas internos do movimento. Aqueles que permanecem por mais tempo, consolidando-se como lideranças respeitáveis – que não se “queimaram” no movimento – em geral precisam ter um equilíbrio na personalidade ao longo de suas interações.

A subjetividade é igualmente plástica, embora ela possa ser invocada como constante, fonte perene de onde brotam os posicionamentos e escolhas dos indivíduos. Ela é, contudo, sempre um percurso, mesmo que isso não seja perceptível, o que acontece em auto-análises cuidadosas, e os entrevistados parecem estar sempre fazendo-a. Uma característica distintiva da identidade dos militantes ambientalistas é o seu apego à natureza e a importância que conferem às suas alterações artificiais, e a inserção dessa valoração nos seus pensamentos e como critério de suas atitudes reflete sobre todo seu ser. Isso se manifesta, como declarado por alguns entrevistados, na escolha dos demais indivíduos com os quais se estabelecem interações amicais, mas também sobre a matéria de que se cerca, já que «a propriedade é uma representação

simbólica da [...] identidade», (Thomashow: 119), ou seja, os objetos que se possui estão implicados na definição individual.

Uma vida mais simples aparece como modelo de vida entre os entrevistados. Viver mais tranqüilamente, acumular menos matéria, impactar menos sobre o estrato natural e mesmo exigir menos trabalho humano é um argumento poderoso, mas só pode surtir algum efeito se é vivido pelos seus defensores, o que parece ser bem compreendido pelos militantes ouvidos. Isto não é, contudo, verificado em todos os militantes, segundo a percepção dos entrevistados, e essas diferenças acabam pesando junto com aquelas de caráter ideológico ou metodológico, parecendo servir para distinguir os vários ambientalistas.

Não está escrito em nenhum lugar qual é o papel dos militantes ambientalistas, e há muita discordância sobre ele – sobretudo porque os papéis são atribuídos também por atores externos ao movimento, e se espera muitas coisas diferentes dos militantes: o papel é “externamente” complexo. Mas também o é inerente ou internamente – o que os próprios militantes acham que deve ser feito, e como deve ser feito, não é simples, como manifestado por eles mesmos: proteger o planeta a partir de casa ou do bairro, portar-se como educador, amar os seres animados e inanimados, melhorar a vida humana, agir sempre procurando incentivar a participação de todos, cuidar da própria imagem para não ser mal interpretado, buscar entender a complexidade das relações e dos processos e continuar vivendo feliz no mundo que querem ver diferente.

Os militantes ambientalistas são sujeitos históricos, procurando interferir na condução dos negócios públicos, formulando e revendo seus projetos. Também são sujeitos “naturais”: aquela parte da natureza que, tomando consciência da natureza – do que ela é e do que está sendo feito dela –, intervêm nela através de ações que a mantenham e/ou a recuperem tanto a partir da sua vida pessoal quanto na sua vida política. Seu sentido de sujeito histórico é manifesto pelo senso de responsabilidade, algo como “aprendi algo sobre o mundo, percebo que ele está sendo desgastado, que são poucas as pessoas preocupadas com isso e não posso me furtar de contribuir para reverter esse processo”.

Os militantes ambientalistas apresentam-se como indivíduos em processo. Seus desejos, o que escolhem aprender e aquilo do que abrem mão são marcados pela interação no movimento ambientalista. Como o mundo social também é processo, as composições grupais mudam, valores vêm e vão, governos sobem e caem, modas ditam e “desditam”, o indivíduo militante prossegue nessa corda bamba cujo equilíbrio é buscado fortemente nos princípios do ambientalismo: a complexidade destes balizando a orientação na complexidade do mundo social.

6.3 – OS PERCALÇOS DA INTERAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O MILITANTE E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Militar é cuidar para não cair e, quando isso acontecer, aprender a se levantar. Isto porque existem muitos obstáculos no caminho, e não poucos dentro do próprio movimento. Militar exige uma grande dose de abdicção dentro da vida pessoal: o militante é aquele que, mesmo tentando esquivar-se, ao final do um dia esbarrou com muitos problemas – no noticiário desanimador, no trabalho extenuante, no trânsito esmagador, com as posturas individualistas ou mesmo vigaristas alheias, etc. – e mesmo assim escolhe, muitas vezes, ao invés do descanso no lar, ir a uma reunião onde sabe que só vai se deparar com mais problemas. Como se não bastasse, as outras pessoas com as quais se reúne para solucionar esses problemas são também, algumas vezes, segundo o relato dos entrevistados, fonte deles: lideranças obtusas, posicionamentos superficiais, interesses escusos, despreparo político, variadas concepções ideológicas, atitudes incoerentes, etc. No cenário de fundo existe a cobrança da sociedade, a estigmatização e mesmo a ofensa, a perseguição política que alcança a agressão física, as campanhas difamatórias, a apropriação mercantil dos ideais ambientalistas, a má vontade governamental. Consigo próprio também não há moleza e viver conforme os valores que preconiza, implanta-los na família, cansaço físico, sustentação financeira da entidade, atualizar os conhecimentos, manter o equilíbrio psicológico nos embates, falta de tempo, cuidado com a própria imagem na sociedade. As entidades que compõem estão muitas vezes sem recursos financeiros, sem sede própria, desarticuladas das outras, demandam em trabalho burocrático que tiram força da atividade fim, são esvaziadas, mostram alta rotatividade de ativistas. E isso tudo para se contrapor aos paradigmas desenvolvimentistas, aos estilos de vida consolidados, às crenças populares, à ignorância científica, ao poder econômico, à ineficácia governamental, ao centralismo estatal, ao sistema econômico-produtivo, à agressão ambiental causada pelos próprios vizinhos e pelas multinacionais de além mar, aos conflitos bélicos.

Evidentemente que existem satisfação e resultados animadores. Os militantes referem-se às suas conquistas locais, ao estímulo trazido por novos integrantes, parecem sentir-se compensados pelo simples fato de se serem conscientes do problema e de alguns caminhos para sua solução. Entretanto, em escala, as dificuldades superam as facilidades, o movimento ainda é incipiente e a crise permanece imensa. Poucas pessoas sentem-se estimuladas a se moverem politicamente, e uma parte considerável desiste após alguma experiência. Os militantes entrevistados já estão “calejados”, e uma motivação muito forte os tem mantido em ação, mas o movimento não se sustém sobre eles.

O movimento ambientalista *stricto sensu* deriva de um processo histórico complexo e multifacetado, mas seu modo de ser atual não possui mais 40 anos. Esta pesquisa pôde nos auxiliar a compreender que as dificuldades inerentes ao movimento ambientalista *stricto sensu* compõem, com grande peso, a explicação para suas debilidades e seu lento avanço. Os problemas familiares, as lutas simbólicas, os conflitos de papel, as pressões psicológicas, as lutas de identidade, as demandas de auto-transformação individual e cotidiana não são aspectos secundários, mas centrais, e devem ser considerados em relação com os aspectos estruturais da cultura e da história. Notou-se ainda que são mais freqüentes os estudos teóricos sobre questões estruturais ou formais – relações interinstitucionais, história política, levantamentos de lutas e campanhas – do que de cotidiano e subjetividade, e menos ainda baseados na realidade vivida pelos agentes políticos dos movimentos sociais, principalmente referindo-se ao movimento ambientalista. Esta abordagem, no entendimento deste pesquisador, faria jus à complexidade do problema.

Entendemos que as dificuldades sentidas pelos ativistas do ambientalismo *stricto sensu* refletem sobre sua capacidade de ação, na medida em que elas não podem ser colocadas de lado indefinidamente: a vida é um processo que transcorre em bloco, por assim dizer, e as experiências em um setor ou "dimensão" da vida freqüentemente invadem os outros. Tudo depende muito, é óbvio, de como está estruturada cada dimensão da vida do militante e da idiossincrasia individual, mas sendo a atividade militante um dos eixos principais da vida dos militantes – desses “calejados” –, sua interferência tende sempre a ser determinante.

A maioria dos militantes disse que desanima de vez em quando. O processo ambientalista é constituído também desses momentos, e a organização do movimento como um todo não fica impune de sua presença. Vemos confirmada a hipótese central dessa pesquisa: a atividade militante causa impactos sobre o indivíduo militante, em suas diversas dimensões constitutivas – identidade, subjetividade, personalidade, *self*, papel – e em suas demais vivências cotidianas, e essa afetação se volta sobre o movimento ambientalista *stricto sensu*. As formas como se dão na prática essa afetação, deve-se admitir, não foram suficientemente exploradas nas entrevistas, mas puderam ser compreendidas nas manifestações acerca das divergências entre os militantes e da alta rotatividade destes nas ONGs, rotatividade esta ocasionada principalmente pelas exigências de envolvimento com uma atividade complexa sobre um mundo complexo, pelos princípios integradores e pelo despreparo de muitos para lidar com essas questões: o movimento ambientalista *stricto sensu* é feito pelos seus militantes, e permanecem os militantes que exibem maior controle de si próprios e que compreendem com mais profundidade os princípios ambientalistas.

Os dados, fatos, conceitos e opiniões apresentados na pesquisa pelos entrevistados ou pelos autores parecem polarizar os militantes entre heróis e vilões. Isso não é correto. Cada participante do movimento é capaz de justificar suas idéias e ações – e também as omissões –, mas também de julgar os demais, contudo sem critérios universais. O lugar de onde os atores e agentes partem para proceder suas avaliações é dinâmico e complexo, compreendendo a própria personalidade, sua história pessoal, suas convicções político-ideológicas, seu grau ou profundidade de instrução, sua postura crítica e sua abertura auto-crítica, as redes de identificação que compõem com outros indivíduos. Mesmo as atitudes dos «safados» precisam ser contextualizadas no âmbito de suas vidas e das condições a que estão submetidos momentaneamente – além disso, como advertido por três entrevistados, trata-se de um problema humano, não exclusivo do movimento. Entretanto, os problemas que isso provoca no movimento ainda permanecem, e precisam ser abordados assim como os próprios problemas ambientais que enfrentam.

Esta pesquisa está trazendo uma contribuição para pensar este problema, o da distinção entre o ambientalismo combativo e profundo e aquele de resultados e superficial, cuja polarização compreende ainda o oportunismo e a dissimulação. A pesquisa reuniu elementos para afirmar que são mais profundas e mais emancipadoras as orientações que agregam mais princípios àquele da ontologia ecossistêmica – e que os levam a sério –, tecendo relações mais completas e complexas com outras dimensões do fazer e do representar sócio-histórico, derivando deles as conseqüentes práticas; e que são mais superficiais e conservadoras as orientações cujas práticas não tenham tais preocupações. De modo geral, aqueles que não se orientam por princípios integradores tendem a ser considerados como da ala mais superficial do ambientalismo, orientando suas ações por programas mais imediatistas, instrumentais ou mesmo interesseiros. É penoso ater-se a esses princípios? Ninguém nunca disse que militar é brincadeira.

Os militantes ambientalistas de Florianópolis que foram ouvidos não se consideram heróis. A dose de auto-crítica entre eles é bastante grande, assim como o reconhecimento de suas limitações e a consciência de suas crises – assim como o cuidado para que isso não os deixem vulneráveis nas interações, pois parecem sentir que se baixarem todos os escudos, serão trucidados. Foi encontrado algo como a consciência de uma dupla responsabilidade: ao mesmo tempo que pertencentes a uma cultura que torna todos os indivíduos responsáveis em alguma medida pela crise, são aqueles que assumem a responsabilidade – e suas conseqüências – de encaminhar a superação dessa crise.

O texto pode ter deixado um mal entendido, e é preciso discorrer um pouco sobre ele. Não é possível dizer que os demais movimentos sociais se encontram em melhores condições de luta: também eles apresentam esvaziamento, conflitos internos, dificuldades de toda ordem. Neste caso, não é possível atribuir unicamente ao peso dos princípios integradores as motivações pelas debilidades do movimento ambientalista. Ocorre que, como levantado pela literatura e por alguns entrevistados, o movimento ambientalista não age em defesa de uma corporação ou segmento social como mulheres, negros ou sem-teto – mesmo o ambientalismo do tipo “não no meu quintal” possui alguma compreensão do acúmulo de afetações em direção à escala global –, mas da coletividade humana presente e futura e de uma comunidade que até então esteve de fora das preocupações políticas humanas: a de todos os seres vivos terrestres, o que pressupõe a integridade do seu estrato não vivo. Sindicalistas se mobilizam para melhorar sua situação ou subverter a relação capital x trabalho, os sem terra em busca de meios de subsistência e produção, os gays pela não discriminação e reconhecimento de seus direitos.

A existência de discriminação, o fato da exploração ou a concentração de terras não têm conduzido todos aqueles que sentem esses efeitos a se mobilizarem, e isso por motivos como a ditadura ou o desvio da democracia representativa, a cultura individualista, a falta de politização ou de reflexão sobre a condição humana, entre outros. Também afetado por esses fatores, o tipo de estímulo do ambientalista é diferente: possui já, em algum grau, o amor pela natureza e pela humanidade, além da compreensão prévia sobre as relações interdependentes e dinâmicas da natureza, e possivelmente sobre as sócio-históricas. Entre os ambientalmente motivados, como foi levantado por alguns entrevistados, o ímpeto ou a compreensão política nem sempre existe, e as tarefas e conflitos daí derivados, com os quais muitas vezes tomam contato dentro do movimento, é que causam em algumas ocasiões o afastamento. Os ambientalistas que permanecem e que garantem a continuidade do movimento são então aqueles que aprofundam seus conhecimentos, reforçam seus valores, penetram mais na complexidade e que dão conta de administrar os conflitos que aparecem na interação.

Até que ponto é possível estender as conclusões dessa pesquisa para o movimento ambientalista nacional e global? No cenário nacional é admissível que militantes de outras partes do país fizessem afirmações com conteúdo bastante próximo, já que a maior parte das ONGs têm o perfil das envolvidas nas entrevistas locais; além disso, entrevistados de outras obras fizeram declarações que se aproximaram das recolhidas aqui, apesar dos objetivos delas serem outros. Por outro lado, pode-se esperar, em alguns locais onde os conflitos sociais são maiores – pobreza, falta d’água, presença de capangas –, que as dificuldades mencionadas sejam mais graves e que movimentos dos grandes centros urbanos levarem pautas com outro

conteúdo. O Brasil possui ainda um multiculturalismo interno variado, o que influi nas representações dos atores envolvidos e na formação de suas subjetividades, e também tradições políticas com alguma regionalização, o que diferencia as formas de embate e negociação. Contudo, a matriz política e ideológica do ambientalismo, com sua complexidade e sua hiperpauta, devem trazer sensações bastante próximas aos seus ativistas, e não se pode esperar grandes variações em assuntos como a rotatividade de membros e a presença de militantes destoantes.

Qualquer comparação com o movimento ambientalista internacional é complicada, e é preferível não tecer generalizações sem um estudo de suas especificidades. Nos países da Europa e nos Estados Unidos vivem-se realidades sócio-culturais bastante diferentes, com uma grande presença de reivindicações pós-materialistas. Mas muitas reflexões e teorias sobre o ambientalismo são formuladas naqueles países, e a herança dos primórdios do movimento ainda se faz sentir no resto do mundo, principalmente sobre o que tem sido chamado de princípios ambientalistas, o que fornece um canal de diálogo que integra os continentes.

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. *Área de atuação: meio ambiente: Brasil*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.abong.org.br/>. Arquivo capturado em 22 de Dezembro de 2002.
- ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- ACSELRAD, Henri. *Cidadania e meio ambiente*. in: ACSELRAD, Henri (org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, Ibase, 1992. pp. 18-31.
- ALIER, Joan Martínez. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau, FURB, 1998. pp. 45-6 e pp 359-384.
- ALONSO, Ângela e COSTA, Valeriano. *Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico*. BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica, n° 53. São Paulo, EDUSC, 1º sem/2002. pp. 35-78.
- AMBIENTE Brasil. *Assassinado mais um defensor do desenvolvimento sustentável na Amazônia*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/?action=ler&id=7441>. Arquivo capturado em 25 de Julho de 2002.
- AQUINO, Renata. *Nanomonstros fazedores de hambúrguer dão gosto amargo à nanotecnologia*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.magnet.com.br/bits/cosmonet/2003/01/0037>. Arquivo capturado em 29 de Janeiro de 2003.
- ARRUDA, Ângela. *Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação*. in: SPINK, Mary Jane (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- ————. *Representações sociais e movimentos sociais: grupos ecologistas e ecofeministas do Rio de Janeiro*. in: MOREIRA, Antonia Silva Paredes e OLIVEIRA, Denize Cristina de. *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia, AB, 1998. pp. 71-86.
- AUMENTA participação de recursos públicos nos orçamentos das ongs. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: www.viaecologica.com.br. Arquivo capturado em 23 de novembro de 2002.

¹⁰⁰ As referências bibliográficas de materiais obtidos pela internet seguiram as instruções de Gevilácio Moura: 2001.

- BERNAL, Vilmar. *Ambientalismo*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.jornaldomeioambiente.com.br/paginas/editor/artigos/ambientalismo.htm>. Arquivo capturado em 08 de Março de 2002 (a).
- ————. *Gestão Ambiental*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.jornaldomeioambiente.com.br/paginas/editor/artigos/gestao.htm>. Arquivo capturado em 06 de Março de 2002 (b).
- BORNHEIM, Gerd. *Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais*. Rio de Janeiro. Globo, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- BRASILEIRO confia mais em igrejas, ongs e exército. Jornal O Estado de S. Paulo Eletrônico. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/11/08/int009.html>. Arquivo capturado em 16 de novembro de 2002.
- BRÜGGER, Paula. *Educação ou adestramento ambiental?*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1994.
- BRUNO, Kenny (coord.). *O relatório greenpeace sobre a maquiagem verde*. Texto distribuído pelo Greenpeace Brasil. Rio de Janeiro.
- CAMACHO, Daniel. *Movimentos sociais: algumas discussões conceituais*. in: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 214-245.
- CAPDEVILA, Gustavo. *Saúde: a pesquisa só se ocupa de doenças rentáveis*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.envolverde.com.br/> (notícia código 6537/05). Arquivo capturado em 24 de Maio de 2002.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo, Cultrix, 1999.
- ————. *O ponto de mutação*. 4ª ed. São Paulo, Cultrix, 1987.
- CARIDE, José Antonio e MEIRA, Pablo Ángel. *Educación ambiental y desarrollo humano*. Barcelona, Ariel, 2001.
- CARTA da Terra (da ONU). [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ecolnews.com.br/cartadaterra.htm>. Arquivo capturado em 14 de Dezembro de 2002 (a).
- ————. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.jornaldomeioambiente.com.br/paginas/txtimportante/cartaterra.html>. Arquivo capturado em 4 de Abril de 2002 (b).

- *CARTA da Terra* (do Fórum Global da ONGs/1992). [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.riomaisdez.org.br/cartaterra.htm>. Arquivo capturado em 14 de Dezembro de 2002 (c).
- CARUSO, Mariléa Martins Leal. *O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais*. 2ª ed. Florianópolis, UFSC, 1990.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* (vol. II de *A era da informação, economia, sociedade e cultura*). São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- ————. *As encruzilhadas do labirinto: 3 - o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. *Qualidade de vida e cidadania: a construção de indicadores socioambientais da qualidade de vida em Florianópolis*. Florianópolis, Cidade Futura, 2001.
- ————. *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais na ilha de Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis, Insular/CECCA, 1997.
- CHARTIER, Denis e DELÉAGE, Jean-Paul. *The international environmental NGOs: from the revolutionary alternative to the pragmatism of reform*. Revista *Environmental politics*, vol. 7, nº 3. London, Frank Cass, outono/1998. pp. 26.41.
- CNEA - Cadastro nacional de entidades ambientalistas. *Resultados para região sul e estado SC*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cneaenti1.cfm>. Arquivo capturado em 22 de Dezembro de 2002.
- *COMO defender a ecologia: tudo o que você pode fazer para salvar o meio ambiente*. São Paulo, Nova Cultural, 1991. Coleção Guias Práticos da Editora Nova Cultural.
- CRESPO, Samyra (coord.). *O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade* (pesquisa de opinião pública e entrevista com lideranças). Rio de Janeiro, MAST/ISER/MMA/MCT, 1998.
- ————. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: pesquisa nacional de opinião*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.iser.org.br/portug/meio_ambiente_brasil.pdf. Arquivo capturado em 22 de Junho de 2002.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 2ª ed. São Paulo, Gaia,

1993.

- DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. *Marx e a natureza em O Capital*. São Paulo, Loyola, 1986.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- DUROZOI, Gérard e ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. Campinas, Papirus, 1993.
- EARTHWORKS Group, The. *50 pequenas coisas que você pode fazer para salvar a Terra*. São Paulo, Best Seller.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio eletrônico século XXI*. MGB Informática Ltda, Novembro/1999 (a).
- FERREIRA, Lúcia da Costa. *Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro*. Revista *Ambiente & Sociedade*, ano II, nº 5. Campinas, Unicamp, 2º sem/1999 (b). pp. 35-54.
- FILHO, Walter Leal. *Meio ambiente: um tema de valor estratégico para a universidade brasileira*. Revista *Ambiente & Sociedade*, ano II, nº 5. Campinas, Unicamp, 2º sem/1999 (b). pp. 191-201.
- FLORIT, Luciano e OLIVIERI, Alejandro. *Ambientalismos latinoamericanos*. Revista *Ecología Política*. Barcelona, Icaria/Fuhem, dez/95. pp. 85-90.
- FÓRUM Preparatório Rio + 10. *Um outro mundo é possível, este é o único planeta que temos*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ciranda.net/publique/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/0portugues/view.htm?editionsectionid=9&infoid=121&user=reader>. Arquivo capturado em 04 de março de 2002.
- GADOTTI, Moacir. *Caminhos da ecopedagogia*. Revista *Debates Socioambientais*. São Paulo, CEDEC, ano II, nº 7, jun/jul/ago/set/1997. pp. 19-21.
- GALEANO, Eduardo. *O direito de sonhar*. Revista *Atenção*, ano 2, nº 9, 1996. p. 62.
- GEORGE, James. *Olhando pela terra: o despertar para a crise espiritual/ecológica*. São Paulo, Gaia, 1998.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- ————. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.
- GOSS, Cícero Alexandre (pelo CNEA – Cadastro Nacional de ONGs Ambientalistas). Mensagem eletrônica pessoal enviada para o autor em 21 de janeiro de 2003.
- GRANJO, Maria Helena Bittencourt. *Agnes Heller: filosofia, moral e educação*. Petrópolis,

Vozes, 1996.

- GRÜN, Mauro. *Uma discussão sobre valores éticos em educação ambiental*. Revista *Educação & realidade*. Porto Alegre, UFRGS, 19(2), jul-dez/1994. pp.171-196.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 6^a ed. Campinas, Papirus, 1997.
- ————. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 3^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- GUIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 6^a ed. Petrópolis, Vozes, 1999.
- HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa, Instituto Piaget.
- HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- HERCULANO, Selene. *A qualidade de vida e seus indicadores*. Revista *Ambiente e sociedade*, 1(2), 1998. pp. 77-99.
- HUBER, Joseph. *Quem deve mudar todas as coisas: as alternativas do movimento alternativo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- KÄRNER, Hartmut. *Movimentos sociais: revolução no cotidiano*. in: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 19-34.
- LANDIM, Leilah. *Múltiplas identidades das ONGs*. Seminário *Estudos sobre as organizações não-governamentais da América Latina: situação e perspectivas*. PUC-SP/ALOP/ABONG, 3 a 5 de dezembro de 2001. São Paulo, mimeo, 2001.
- LEFF, Enrique. *Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental*. in: PHILIPPI Jr., Arlindo et alii (eds.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo, Signus, 2000 (a). pp. 19-51.
- ————. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau, EDIFURB, 2000 (b).
- LEGRAND, Gerard. *Dicionário de filosofia*. Porto, Edições 70.
- LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis/Florianópolis, Vozes/UFSC, 1999.
- LEIS, Héctor R. *Apresentação: o desafio ecológico à ordem mundial*. in: LEIS, Héctor R. (org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro, FASE/AIRI-PUC-RIO/Vozes, 1991.

pp. 7-22.

- LEIS, Héctor Ricardo e D'AMATO, José Luis. *Para uma teoria das práticas do ambientalismo*. in: LEIS, Héctor Ricardo. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo/Blumenau, Gaia/EDIFURB, 1996. pp. 113-142.
- LIMA, Gustavo F. da Costa. *Consciência ecológica: emergência, obstáculos e desafios*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://upd.cefetsp.br/~eso/ecologiacritica.html>. Arquivo capturado em 31 de Março de 2002.
- MAIMON, Dália. *A economia e a problemática ambiental*. in: VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (orgs.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro/Belém, APED/NEA, 1993. pp. 45-77.
- MANFROI, Vânia Maria. *O sujeito militante: desejos e projetos*. in: BAPTISTA, Dulce (org.). *Cidadania e subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos*. São Paulo, Imaginário, 1997. pp. 265-290.
- MARTINS, Celso. *Empresários admitem papel dos "ecochatos"*. Florianópolis, Jornal A Notícia, 19/08/2001. p. 5.
- MATA, Speranza França da. GEA - Grupo de Estudos em Educação Ambiental/UFRJ. *Educação para o meio: uma proposta metodológica de ambientalismo político*. Rio de Janeiro, mimeo.
- MATER NATURA – Instituto de Estudos ambientais. *Ecolista: cadastro nacional de instituições ambientalistas*. 2^a ed. Curitiba, WWF, 1996.
- McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.
- McKIBEN, Bill. *O fim da natureza*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- MEDEIROS, João de Deus. Mensagem eletrônica pessoal enviada para o autor em 31 de janeiro de 2003.
- MENEZES, Luiz Carlos de. *Apresentação*. In: FORGHIERI, Célia Cintrão et alii. *A terra gasta: a questão do meio ambiente*. São Paulo, EDUC/Razão Social. pp. 17-18.
- MINISTÉRIO da Educação e do Desporto. *A implantação da educação ambiental no Brasil*. Brasília, 1998.
- MIRE, Fernando. *El sentido político de la ecología en América Latina*. Revista Ecología Política. Barcelona, Icaria/Fuhem, out/93. pp. 17-31.
- MONTEIRO, Luis Gonzaga Mattos. *Neomarxismo, indivíduo e subjetividade*. São Paulo/Florianópolis, EDUC/EDUFSC, 1995.

- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Meio ambiente, sociedade, estado e universidade*. in: IBAMA. *Seminários universidade e meio ambiente*. Brasília, IBAMA, 1989. pp. 157-161.
- MORÁN, Emílio. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- MOURA, Gevilacio Aguiar Coêlho de. *Citações e referências a documentos eletrônicos*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.quatrocantos.com/tec_web/refere/index.htm. Última atualização em 01 de janeiro de 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Para onde vão os movimentos sociais*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://agenciartamamior.uol.com.br/forum_2003/forum.asp?id=39&coluna=analise. Arquivo capturado em 28 de Janeiro de 2003.
- OLIVIERI, Laura. *A importância histórico-social das redes*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_jan2003.cfm. Arquivo capturado em 18 de Janeiro de 2003.
- OLLAGNON, Henry. *Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado da gestão do meio rural*. in: VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques (Eds.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. São Paulo, Cortez, 1997. pp. 171-200.
- OTTMAN, Jacquelyn. *Marketing verde*. São Paulo, Makron Books.
- PESSIS-PASTERNAK, Guitta (entrevistadora). *Do caos à inteligência artificial: quando os cientistas se interrogam*. São Paulo, UNESP, 1993.
- PONTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- PREFEITURA Municipal de Florianópolis. *Perfil de Florianópolis: infra-estrutura urbana e serviços – transporte*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.pmf.sc.gov.br/>. Arquivo capturado em 18 de maio de 2002.
- REIGOTA, Marcos. *Ecologia, elites e intelligentsia na América Latina: um estudo de suas representações sociais*. São Paulo, Annablume, 1999 (a).
- ————. *Ecologistas*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1999 (b).
- ————. *O Que é educação ambiental*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- RMA – Rede de ONGs da Mata Atlântica. *Entidades componentes: entidades que compõem a Rede de ONGs da Mata Atlântica*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.rma.org.br/quem.htm>. Arquivo capturado em 22 de Dezembro de 2002.
- ROSSIAUD, Jean e SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias*

do futuro. Rio de Janeiro, Petrópolis, 2000.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Os devaneios do caminhante solitário*. Brasília, UnB, 1986.
- ROUSSET, Pierre. *O ecológico e o social: combates, problemas, marxismos*. Publicado nos *Cadernos Em Tempo*, nº 3113. [também online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.lainsignia.org/2001/enero/ecol_002.htm. Arquivo capturado em 7 de Dezembro de 2002.
- SACHS, Ignacy. *Em busca de novas estratégias de desenvolvimento*. Estudos avançados, 9(25), 1995. pp. 29-63.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- SAWAIA, Bader Burihan. *Participação social e subjetividade*. in: SORRENTINO, Marcos (coord.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001. pp. 115-134.
- SCHERER-WARREN, Ilse e ROSSIAUD, Jean. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais*. Itajaí/Florianópolis, UNIVALI/Diálogo, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Florianópolis, UFSC, 1987 (a).
- —————. *O caráter dos novos movimentos sociais*. in: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987 (b). pp. 35-53.
- —————. *Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil*. Florianópolis, Insular, 1996.
- SCHMIDHEINY Stephan. *Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Rio de Janeiro, FGV, 1992.
- SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH e COOK. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo, EPU/USP, 1975.
- SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro, FGV, 1986.
- SILVA, Jacqueline Oliveira. *Voluntariado: uma ação política de novo tipo?* Revista *Ciências Sociais UNISINOS*, nº 160, jul/2002.
- SMAD - Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Ambientalistas ameaçados de morte*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.pt.org.br/smad/smadn52.htm>. Arquivo capturado em 20 de Novembro de 2002.
- SOARES, André Geraldo. *Alternativas do movimento ambientalista para a cidade de*

- Florianópolis: projeto de composição bibliográfica* (apresentado ao Grupo Pau-Campeche). Florianópolis, mimeo, out/2001 (a).
- ————. *Cadastro de ONG's ambientalista de Florianópolis: projeto de atividade* (apresentado ao Grupo Pau-Campeche). Florianópolis, mimeo, dez/2001 (b).
 - ————. *Da autotransformação à transformação social: cotidiano e indivíduo em Agnes Heller*. Texto final da disciplina Teoria Social Contemporânea do mestrado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, mimeo, jan/2002 (a).
 - ————. *Militantes ambientalistas de Florianópolis: implicações do conflito entre indivíduo e sociedade decorrentes de sua atividade política*. Projeto de qualificação de pesquisa apresentado ao curso de Mestrado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, mimeo, abril/2002 (b).
 - ————. *Princípios ambientalistas e conflitos militantes*. Texto final da disciplina Meio Ambiente e Desenvolvimento do mestrado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, mimeo, maio/2002 (c).
 - ————. *Sobre ambientalismo e transformação social*. Monografia do Curso de Especialização *Latu Sensu* em Educação e Meio Ambiente da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, mimeo, 1999.
 - SOFFIATI, Arthur. *De um outro lugar: devaneios filosóficos sobre o ecologismo*. Niterói, EDUFF, 1995.
 - SORRENTINO, Marcos. *Avaliação de processos participativos*. in: SORRENTINO, Marcos (coord.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001. pp. 217-223.
 - ————. *Vinte anos de Tbilisi, cinco anos da Rio 92: a educação ambiental no Brasil*. Revista *Debates Socioambientais*. São Paulo, CEDEC, ano II, nº 7, jun/jul/ago/set/1997. pp. 3-5.
 - SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, UnB, 2000.
 - SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental e PROJESUL – Assistência Técnica e Projetos Rurais Ltda. *Terra – o coração ainda bate: guia de conservação ambiental (330 dicas de atitudes práticas para você contribuir com a saúde do nosso planeta)*. Porto Alegre, Tchê!.
 - TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2001.

- TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo, Loyola, 1997.
- TEDESCO, João Carlos. *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1999.
- THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1980.
- THOMASHOW, Mitchell. *A identidade ecológica: tornar-se um ambientalista reflexivo*. Lisboa, Instituto Piaget.
- UICN, PNUMA e WWF. *Cuidando do planeta terra: uma estratégia para o futuro da vida*. São Paulo, UICN/PNUMA/WWF, 1991.
- UNGER, Nancy Mangabeira (org.). *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. São Paulo, Loyola, 1992.
- URBAN, Teresa. *Ambientalistas ameaçados de morte em santa catarina*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.bsi.com.br/bsi170598/servicos/servrverde2.html#link2>. Arquivo capturado em 20 de Novembro de 2002.
- ————. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo, Peirópolis, 2001.
- VALLE, Lilian do. *Castoriadis e a Educação*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.educacao.pro.br/castoriadis.htm>. Arquivo capturado em 20 de maio de 2002.
- VEIGA, José Eli da. “O ecologista cético”. São Paulo, Jornal O Estado de S. Paulo, 1/07/2002. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/07/01/eco034.html>. Arquivo capturado em 02 de Julho de 2002.
- VEJA, Revista. *O antiambientalista: entrevista com Bjorn Lomborg*. Edição especial *Ecologia*, nº 22 (Veja 1783/A). São Paulo, Editora Abril, dez/2002. pp. 36-38.
- VICTOR, Cilene. *A questão ambiental deve estar no centro de tudo: entrevista com Washington Novaes*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.uol.com.br/ecologia/pesquisa-public/ecologia/ecologia_100_2.htm. Arquivo capturado em 19 de Fevereiro de 2003.
- VIDAL, John (do *The Guardian*). *Greenpeace, agora, desconfia de seu herói*. São Paulo, Jornal O Estado de S. Paulo, 13 de janeiro de 2002. p. A10.
- VIEIRA, Liszt. *Fragmentos de um discurso ecológico*. São Paulo, Gaia, 1990.

- VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor Ricardo. *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o de sustentável*. in: HOGAN, Joseph e VIERA, Paulo Freire. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. São Paulo, Unicamp, 1995 (a). pp. 73-102.
- VIOLA, Eduardo e MAINWARING, Scott. *Novos movimentos sociais, cultura política e democracia: Brasil de Argentina*. in: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 102-188.
- VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. *Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo*. in: LEIS, Héctor R. (org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro, FASE/AIRI-PUC-RIO/Vozes, 1991. pp. 23-50.
- —————. *O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável*. in: VIOLA, Eduardo J. et alii. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo/Florianópolis, Cortez/UFSC, 1995 (b). pp. 134-160.
- VIOLA, Eduardo. *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*. in: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987. pp. 63-109.
- WALDMAN, Maurício. *Ecologia e lutas sociais no brasil*. São Paulo, Contexto, 1994.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, 1993.
- WWF – World Wildlife Fund. *"O ambientalista cético" e a manipulação da informação*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.wwf.org.br/pantanal/default.htm>. Arquivo capturado em 03 de Março de 2002.
- WWI-UMA. *Comitê científico desmoraliza o "ambientalista cético"*. [online]. Disponível na Internet via correio eletrônico: wwi@uma.org.br. Mensagem: [WWI-UMA] Ambientalista Cético. 10 de Janeiro de 2003, 08:42.